

BERENICE CORSETTI

ESTUDO DA CHARQUEADA ESCRAVISTA GAÚCHA NO SÉCULO XIX

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História da Universidade Federal Fluminense como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Professor Dr. Ciro Flamarion Santana Cardoso.

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA

CENTRO DE ESTUDOS GERAIS

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

NITERÓI

1983

CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS  
BIBLIOTECA

Dissertação apresentada ao Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, fazendo parte da banca examinadora os seguintes professores:

---

Prof. Ciro Flamarion Santana Cardoso  
(orientador)  
Curso de Mestrado em História

---

Profª Eulália Maria Lahmeyer Lobo  
Curso de Mestrado em História

---

Prof. Robert Slenes  
Curso de Mestrado em História

Visto e permitida  
a impressão.

Niterói, 12.12.1983

---

Prof. Francisco José Calazans Falcon  
Coordenador do Curso de Mestrado em  
História do ICHFF

A memória de minha mãe, Cláudia, meus irmãos, Norberto e Dirceu, e meu cunhado, Cláudio.

A meu pai, José, e meus irmãos, Mauro, Verônica e Dulce.

Meus agradecimentos

- Ao Professor Ciro Flamarion Cardoso, orientador da dissertação, pela segurança e apoio.
- Aos Professores Eulália Maria Lahmeyer Lobo e Robert W. Slenes, pelas preciosas sugestões.
- À Professora Loraine Slomp Giron, pelo apoio e valiosas contribuições.
- À Professora Eni Barbosa, pelo importante auxílio.
- Às Professoras Sandra Jatahy Pesavento e Margaret Marchiori Bakos, pelas significativas colaborações.
- Aos amigos Glória Lucia Tavares dos Santos, Lésia Pires de Almeida e Eurípedes Antonio Funes, pela ajuda e diálogo construtivo.
- Às pesquisadoras Moema Grazziotin Gonçalves, Livia Pratus de Quadros e Claudete Genovese, pelo interesse e trabalho sério desenvolvido em parte do levantamento primário.
- À Direção e Funcionários dos órgãos oficiais e particulares onde minhas pesquisas foram realizadas: Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no Rio de Janeiro; Arquivo Histórico e Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Biblioteca Pública de Porto Alegre, Museu de Comunicação Social "Hipólito José da Costa" e Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.
- À Universidade de Caxias do Sul, por minha liberação para a realização do Curso e à Comissão para o Aperfeiçoamento



mento do Pessoal de Ensino Superior (CAPES), pelo auxílio financeiro durante o mesmo.

- A meu pai e meus irmãos, pelo apoio, confiança e paciência.

## RESUMO

Este trabalho aborda o processo de desarticulação da charqueada escravista do Rio Grande do Sul, no século passado, em função da existência de uma controvérsia na historiografia latino-americana relativa aos reflexos da concorrência que se desenvolveu, no referido período, entre as empresas rio-grandenses e os "saladeros" platinos.

O estudo parte de uma visualização de conjunto sobre a economia gaúcha do século passado, estendendo-se aos setores de produção e comercialização do charque.

A idéia inicial estabelece a vinculação deste processo de desarticulação com a qualidade inferior do produto rio-grandense e com a retração dos mercados de consumo decorrente da extinção do tráfico africano, em 1850. A idéia está, porém, além de comprovada, foi ultrapassada, definindo-se, o elemento explicativo de maior peso, nas modificações que marcaram a economia do Rio Grande, no século XIX, e que caracterizam sua transição ao capitalismo dependente, periférico ou subdesenvolvido, ficando, ainda, esclarecida a controvérsia apontada inicialmente.

## RESUMO

Este trabalho aborda o processo de desarticulação da charqueada escravista do Rio Grande do Sul, no século passado, em função da existência de uma controvérsia na historiografia latino-americana relativa aos reflexos da concorrência que se desenvolveu, no referido período, entre as empresas rio-grandenses e os "saladeros" platinos.

O estudo parte de uma visualização de conjunto sobre a economia gaúcha do século passado, estendendo-se aos setores de produção e comercialização do charque.

A idéia inicial estabelece a vinculação deste processo de desarticulação com a qualidade inferior do produto rio-grandense e com a retração dos mercados de consumo decorrente da extinção do tráfico africano, em 1850, idéia esta que, além de comprovada, foi ultrapassada, definindo-se, o elemento explicativo de maior peso, nas modificações que marcaram a economia do Rio Grande, no século XIX, e que caracterizam sua transição ao capitalismo dependente, periférico ou subdesenvolvido, ficando, ainda, esclarecida a controvérsia apontada inicialmente.

## SUMMARY

This work relates to the process of disorganization of the slavish "charqueadas" (dried meat producing units) in the State of Rio Grande do Sul, in the last century. It was based on the existence of a controversy in the latin-american historical writings about the consequences of the competition wich existed, at the time, between companies in that State and the "saladeros" in the River Plate region.

The study starts from a global view of the economy in Rio Grande do Sul in the 19th century, and envolves to the production and commercialization sectors of the "charque" (dried meat).

The connection is first made between the disorganization of the "charqueadas" with the lower quality of the product in Rio Grande do Sul, as well as with the market contraction due to the suppression of the slave trade from Africa. This connection is historically proved wittin the study. Furthermore, it is shown that the main factor which caused that process lies in the changes which occurred in the economy of that State, in the last century, and which characterize its transition to the dependent and peripheric, or under-developed, capitalism.

Finaly, the controversy mentioned at the beginning is clarified.

## SUMÁRIO

	pág.
LISTA DE ILUSTRAÇÕES .....	VIII
LISTA DE TABELAS .....	IX
LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS .....	XII
INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO I - A ECONOMIA GAÚCHA NO SÉCULO XIX: UMA VISÃO DE CONJUNTO .....	22
CAPÍTULO II - A PRODUÇÃO DO CHARQUE .....	75
2.1 - A questão da matéria-prima .....	78
2.2 - A questão da mão-de-obra .....	122
2.3 - A questão da tecnologia .....	152
2.4 - A questão do crédito e do capital .....	178
CAPÍTULO III - A COMERCIALIZAÇÃO DO CHARQUE .....	207
3.1 - O desenvolvimento das exportações .....	209
3.2 - Os mercados de consumo .....	235
3.3 - A questão fiscal .....	259
3.4 - Os transportes .....	278
CONCLUSÃO GERAL .....	307
ANEXO - Exportação de charque - 1807/1889 - Valor (em réis); quantidade (em arrobas) e rendimento do respectivo imposto (em réis) .....	318
BIBLIOGRAFIA .....	322

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

	pág.
Mapa do Rio Grande do Sul em 1839 .....	XIV
GRÁFICO I - Exportação de Charque - 1805/1822 (em arrobas) .....	217
GRÁFICO II - Exportação de Charque - 1837/1889 (em arrobas) .....	224
GRÁFICO III - Preços Anuais Médios do Charque - 1837/1889 (em réis por arrobas) ....	229
GRÁFICO IV - Exportação de Charque - 1837/1889 (em libras esterlinas) .....	234
GRÁFICO V - Exportação de Charque Oriental para o Rio Grande - 1850/1855 (em arrobas) .....	245
GRÁFICO VI - Abate de Gado e Preços do Charque no Uruguai - 1857/1862 (em nº de cabeças e pesos) .....	247
GRÁFICO VII - Exportação de carne seca para o Brasil - 1836/1851 .....	249
GRÁFICO VIII - Exportações de carne seca - 1867/1930 (Argentina - Brasil) .....	250
GRÁFICO IX - Exportações Argentinas de Charque, Carne de Carneiro Congelada e Carne Bovina Congelada - 1884/1904 (em pesos) .....	251
GRÁFICO X - Rendimento do Imposto sobre a Exportação de Charque - 1837/1889 (em libras esterlinas) .....	266
GRÁFICO XI - Charque: Valores Totais Exportados e Rendimento do Imposto sobre a Exportação - 1837/1889 (em libras esterlinas) .....	268
GRÁFICO XII - Rendimento do Imposto de Exportação Total da Província e do Imposto do Charque - 1837/1889 (em réis) .....	270
Mapa do Rio Grande do Sul: Os primitivos caminhos, nos primeiros tempos do ciclo dos tropeiros .....	279

TABELA n.2.12	- Proporção do Valor dos Escravos sobre o Montante Total das Fortunas dos Charqueadores Gaúchos - 1827/1881 .....	132
TABELA n.2.13	- Valor Médio dos Escravos das Charqueadas - 1827/1881 (em réis) .....	134
TABELA n.2.14	- Divisão do Trabalho Escravo nas Charqueadas Gaúchas - 1827/1881 ...	137
TABELA n.2.15	- Movimento de Escravos no Rio Grande do Sul - 1847/1863 .....	143
TABELA n.2.16	- Produto de uma Rês de Corte em Montevideo e na Província de S. Pedro - 1851 .....	164
TABELA n.2.17	- Abate de Gado Vacum nas Charqueadas do Rio Grande do Sul - 1862/1890 (em nº de cabeças) .....	169
TABELA n.2.18	- Abate de Gado Vacum no Rio Grande do Sul e nas Regiões Platinas (em nº de cabeças) .....	171
TABELA n.2.19	- A Capitalização nas Charqueadas Gaúchas - 1827/1911 (em valores percentuais) .....	188
TABELA n.3.1	- Valor das Exportações de Produtos Pecuários e das Exportações de Charque - 1822/1889 (em libras esterlinas) .....	211
TABELA n.3.2	- Exportações do Rio Grande do Sul em 1794 .....	236
TABELA n.3.3	- Exportação e Preços Respectivos dos Produtos da Capitania de S. Pedro - 1815 .....	238
TABELA n.3.4	- Exportação de Charque para Cuba - 1815/1847 (em arrobas) .....	239
TABELA n.3.5	- Preço do Charque Gaúcho em Rio Grande e no Rio de Janeiro - 1833 (em réis por arroba) .....	254
TABELA n.3.6	- Exportação de Charque para a Europa e Estados Unidos - 1848/1854 (em arrobas) .....	256

TABELA n.3.7	- Tarifas Cobradas na Ponte de Arroio Grande, em Pelotas, em 1872(em réis)	284
TABELA n.3.8	- Quantidade e Valor de Avaliação das Embarcações de Charqueadores de Pelotas (unidades e réis) .....	286



## LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviações usadas para indicar órgãos oficiais e particulares:

- AN - Arquivo Nacional
- BN - Biblioteca Nacional
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- AHRGS - Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul
- AP - Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
- BP - Biblioteca Pública de Porto Alegre
- MHJC - Museu de Comunicação Social "Hipólito José da Costa"
- IHGRGS - Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Abreviações usadas para indicar expressões ou nomes:

- RGS - Rio Grande do Sul
- Apud - citado por, segundo
- Et alii - e outros
- Idem - do mesmo autor
- Ibidem - na mesma obra
- Op.cit. - na obra citada

Cf.	- confronto, compare
Ex.	- exemplo
V.	- número do volume
Nº	- número do fascículo
p.	- página
pp.	- páginas
s.d.	- sem data
S.l.	- sem local
S.ed.	- sem editor
S.n.t.	- sem notas tipográficas
S.n.	- sem número
ed.	- edição
Cod.	- códice
M.	- maço
E.	- estante
d.l.	- diversos locais
doc.	- documento
docs.	- documentos
cx.	- caixa
RJ	- Rio de Janeiro
POA	- Porto Alegre



## INTRODUÇÃO

A charqueada escravista gaúcha, no século XIX, no Rio Grande do Sul, desempenhou papel de grande destaque na economia da província. Apesar disto, os estudos que têm sido desenvolvidos a respeito das charqueadas não têm conduzido a um esclarecimento amplo no tocante aos mecanismos que provocaram a desarticulação deste tipo de empresa que, ao longo de considerável período, representou a principal mola do desenvolvimento econômico gaúcho.

Por outro lado, na historiografia latino-americana na pode-se constatar a existência de uma controvérsia entre autores brasileiros e argentinos, no que tange ao processo de desenvolvimento de um fato, ou seja, a concorrência desenvolvida entre a empresa escravista da charqueada gaúcha e a empresa capitalista dos "saladeros" platinos, bem como dos resultados decorrentes desta competição.

A discussão sobre o assunto parte, em uma de suas vertentes, da idéia de que a concorrência entre os "saladeros" e as charqueadas representava o confronto entre duas formas distintas de produção econômica: uma mais ligada à situação colonial e escravista e outra mais capitalista.

Além disso, os resultados decorrentes deste processo de confrontação são apresentados de molde a gerar uma controvérsia até hoje não esclarecida, ou seja: de um lado colocou-se a idéia de que, dessa concorrência origi-

nou-se a ruína das charqueadas gaúchas e, de outro, tem-se o posicionamento de que, pelo contrário, em parte por consequência dela, teria ocorrido a decadência dos "saladeiros" platinos. A importância, para um conhecimento maior da história brasileira e da história latino-americana, do esclarecimento do processo de desenvolvimento e desarticulação da economia do charque do Rio Grande do Sul, constitui um dos motivos fundamentais da escolha da temática do estudo que estamos apresentando.

O período abrangido por este estudo está limitado ao século XIX, mais especificamente do início do século a 1889, época em que se verifica o desenvolvimento e a desestruturação da economia charqueadora gaúcha. Nossa preocupação, entretanto, se prende, de forma mais ampla, ao período compreendido entre 1850 e 1889, quando os reflexos da extinção do tráfico de escravos, no Brasil, podem ser evidenciados no processo que estamos analisando, tanto a nível da produção como da circulação de mercadoria rio-grandense. A delimitação no espaço restringe nossa pesquisa às áreas do Rio Grande do Sul produtoras da carne seca, sobretudo Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre. A abordagem referente às charqueadas que existiram no vale do rio Jacuí não está presente neste trabalho senão eventualmente, na medida em que apresenta interesse para o esclarecimento mais amplo da questão. Tal fato decorre da necessidade de delimitar espacialmente o estudo, já que não seria possível abranger todas as cidades gaúchas em que se verificou a ocorrência de estabelecimentos saladeiros, no século pas

sado. Assim, na delimitação do universo de análise, foi da da prioridade aos casos mais significativos, representados pelas três cidades apontadas acima e, sobretudo, a cidade de Pelotas.

A necessidade de estudos mais detalhados que possibilitassem esclarecimentos de maior especificidade sobre o assunto se justifica, também, devido ao fato de que aqueles realizados até o momento têm se mostrado insuficientes para chegarmos ao elucidamento da questão proposta. Os esforços mais valiosos, neste sentido, alcançaram, apenas, um levantamento e uma análise parcial desta problemática, não atingindo, entretanto, sua ampla compreensão.

Na historiografia brasileira, a obra que mais se destaca, no que se refere ao estudo das charqueadas do Rio Grande do Sul é o trabalho de Fernando Henrique Cardoso, Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional<sup>1</sup>, a qual faz parte de um programa de investigação sobre a sociedade escravista no Brasil Meridional (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), inicialmente proposto por Florestan Fernandes para ampliar o conhecimento sociológico sobre o preconceito racial no Brasil alcançado em trabalhos anteriores de sua autoria e de Roger Bastide.

O assunto fundamental da obra de Fernando Henrique Cardoso é a discussão que desenvolve sobre a formação, as características próprias e a desintegração da sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul<sup>2</sup>, vistas "a partir da situação social que o negro nela assumia"<sup>3</sup>, o que pode ser

colocado dentro de um perfil geral de interpretação seguinte:

*"A sociedade escravocrata gaúcha constituiu-se como uma tentativa para organizar a produção mercantil capitalista numa área onde havia escassez de mão-de-obra. Desde o início, contudo, o sistema assim constituído trazia em seu bojo um conjunto de contradições que definiam o travejamento básico de suas possibilidades de existência. A escravidão fora o recurso escolhido para organizar a produção em larga escala visando o mercado e o lucro (formação do sistema capitalista), mas o desenvolvimento pleno do capitalismo (a exploração da mais-valia relativa) era, em si mesmo, incompatível com a utilização da mão-de-obra escrava, através da qual não é possível organizar técnica e socialmente a produção para obter a intensificação da mais-valia relativa. Essas contradições se aguçaram e evidenciaram desde o momento em que a produção escravocrata gaúcha entrou em relações de competição com a produção assalariada platina, que acelerou sua desagregação."*<sup>4</sup>

Mais especificamente, através das colocações que o autor faz no capítulo IV de seu trabalho<sup>5</sup>, nota-se que o objetivo de Fernando Henrique Cardoso é o de demonstrar as contradições do que denomina "sistema 'escravocrata-capitalista' de produção" e a sua impossibilidade de concorrer com a produção capitalista assalariada (no caso, a dos "saladeros" do Prata). E a conclusão do autor a respeito, inspirada por Eric Williams, pode ser extraída de suas palavras:

*"... o trabalho escravo numa economia capitalista (a escravidão moderna) apresenta-se como uma contradição em si mesmo quando o sistema capitalista em*

*que ela se insere tendo ao crescimento. As tensões criadas por esse tipo de organização do trabalho não conduzem à supressão do sistema capitalista; colocam apenas o problema do término da escravidão como requisito para a formação plena do sistema mercantil-industrial capitalista. O desenvolvimento das forças produtivas, nestas condições, coloca a possibilidade da supressão para e simples do sistema escravista, que passa a apresentar-se como um obstáculo para o desenvolvimento do capitalismo."*<sup>6</sup>

Observa-se que, ao utilizar a noção de capitalismo, Fernando Henrique se vale do conceito weberiano de "capitalismo moderno". Da mesma forma, percebe-se a inspiração em Weber para as considerações relativas a "irracionalidade do escravismo". Em relação às "conseqüências anticapitalistas do trabalho escravo", o fundamento do autor foi Marx e Caio Prado Júnior. A argumentação de Cardoso está intimamente vinculada a dois aspectos: 1) a demonstração do caráter ruinoso da concorrência desenvolvida pelo charque importado, que era produzido com mão-de-obra assalariada. Os produtores gaúchos produziam em condições econômicas desvantajosas perante os concorrentes platinos; 2) a comparação realizada por Louis Couty<sup>7</sup> entre as charqueadas do Rio Grande do Sul e os "saladeros" do Prata, ressaltando os elementos "irracionais" das primeiras. Segundo a análise de Couty, o charque e os couros do Rio Grande não podiam competir, em condições normais de mercado, porque seu custo era maior. Este era maior porque o trabalho escravo apresentava menor produtividade que o trabalho livre do mercado platino. Daí, segundo Fernando Henrique Car



doso, é possível entender, também, as contradições internas do sistema escravista de produção, bem como os impecilhos que este tipo de organização do trabalho colocava à divisão do trabalho e ao desenvolvimento da técnica de produção e, portanto, à sua própria expansão. Por este motivo, o sistema escravista estava condenado ao fracasso desde o instante em que competia com economias organizadas com fundamento no trabalho livre.

A partir daí, cremos que cabe ressaltar que nos parece faltar um apoio documental maior à proposição de Fernando Henrique Cardoso, já que, na historiografia argentina, encontramos a defesa da idéia oposta, ou seja, que, a partir de 1840, a concorrência das charqueadas do RGS (e de outras regiões) explicaria a decadência dos "saladeros" da região de Buenos Aires. Portanto, para esclarecer a questão se faz necessário recorrer a dados quantitativos que possibilitem clarificar a controvérsia, o que não foi realizado por Cardoso e que empreendemos neste trabalho.

Além disso, deve-se considerar que Couty não nos dá a impressão de se constituir num fundamento documental e teórico suficiente para basear a afirmação da incapacidade de de tecnificação e de avanço das forças produtivas manifestada pelo regime escravista. Parece-nos que deve ser levada em conta a crítica feita, neste aspecto, a Couty, por Antonio Barros de Castro<sup>8</sup>, no que tange à "racionalidade formal" X produção escravista. A racionalidade formal inferior da empresa escravista tenderia a situá-la numa posi-

ção desvantajosa, em confronto com a empresa baseada no trabalho assalariado. Todavia, segundo Castro, Max Weber foi cuidadoso no tocante a esse aspecto, o que não ocorreu com Couty, que afirmou que *"o negro escravizado não pode lutar contra o trabalhador livre: toda a produção em que se estabeleça a concorrência ficará necessariamente nas mãos dos segundos"*<sup>9</sup>.

Castro lamenta que Fernando Henrique tenha aceito, de modo acrítico, as taxativas proposições de Couty, sobretudo no que se refere à "produtividade" do escravo. Em publicação mais recente<sup>10</sup>, Castro retoma a questão colocando que, a respeito do escravismo concebido como barreira ao desenvolvimento do capitalismo, esta posição lhe parece profundamente questionável e que, no mínimo, a questão se lhe afigura mal formulada, lembrando que Marx, em seus escritos sobre a Guerra Civil Norte-Americana, jamais endossou a tese da destruição do escravismo em consequência das "necessidades" do capitalismo.

Ao analisar o sistema escravista, Fernando Henrique Cardoso estabelece em três pontos os limites da elasticidade do escravismo americano, isto é, de sua capacidade de mudar e adaptar-se sem perda de suas características fundamentais<sup>11</sup>: 1) que o tráfico negreiro pudesse seguir efetando-se, para que o mercado de mão-de-obra fosse abastecido adequadamente e a preços aceitáveis; 2) conjunturas econômicas que propiciassem grandes lucros sem que se necessitasse alterar as estruturas produtivas, caracterizadas

por uma "economia de desperdício"; 3) que não ocorresse a concorrência de uma produção cuja mão-de-obra fosse livre, assalariada pois, ao desenvolver-se, o capitalismo conduzia à destruição do sistema escravista.

Estes pontos decorrem do contraste entre "capitalismo racional" e "escravidão irracional", bem como da consideração dos requisitos indispensáveis para que uma exploração escravista apresente rentabilidade, como encontramos em Weber e, também, parcialmente, em Marx. A partir desses pontos colocados por Cardoso, pode-se tentar verificar se realmente definem os limites do sistema escravista.

Primeiramente, levando em consideração as características do movimento demográfico natural entre os escravos, na maior parte das sociedades escravistas da América, parece lógico concluir que a extinção do tráfico, ao longo prazo, representaria um golpe fatal ao escravismo americano. A única alternativa verdadeiramente eficiente, em prazos largos, seria representada por padrões demográficos que possibilitassem um crescimento vegetativo da população escrava. Entretanto, esta situação não se verificou na América Latina e no Caribe.

Em termos brasileiros, uma das soluções buscadas, com o fim do tráfico de escravos, após 1850, foi o tráfico interprovincial e intraprovincial dos elementos servis, em direção às regiões mais prósperas do país. O tráfico interno foi, aliás, uma solução adotada em quase todos os países escravistas, com maior ou menor intensida

de, logo após a extinção do tráfico africano. Constituiu-se, entretanto, numa solução paliativa e emergencial que transferia mas não podia bloquear o colapso do sistema escravista. Assim, parece-nos correto, em termos do contexto latino-americano e do Caribe, que se considere a permanência do comércio de importação de escravos africanos como um dos limites de elasticidade do referido sistema.

A segunda condição colocada por Cardoso para que o sistema escravista se mantivesse se relaciona com as características de "desperdício" e "irracionalidade" deste sistema, bem como com a impossibilidade de racionalizar uma economia sem abolí-lo antecipadamente. Todavia, sob o ponto de vista teórico-metodológico, não nos parece válido avaliar o grau de racionalidade de economias pré-capitalistas de acordo com critérios ou padrões do capitalismo, já que tal procedimento nos levaria a um marcante anacronismo.

Por outro lado, mesmo que, no século XIX, a comparação entre escravismo e capitalismo fosse feita com frequência, tendo em vista que diversos elementos e concepções do sistema capitalista, dominante a nível mundial, se internalizavam progressivamente no sistema escravista de tipo colonial - subordinado e em processo de dissolução - parece-nos que tem sido exagerada a questão da impossibilidade de avanço técnico e organizacional sob a vigência do sistema escravista. Há, no Brasil, diversos exemplos que evidenciam tal exagero, como as inovações técnicas ocorri-

das no setor dos transportes do Vale do Paraíba, onde se desenvolveu a cultura cafeeira, bem como no processamento dos grãos de café, com a introdução da máquina a vapor<sup>12</sup>. Além disso, as pesquisas de Antonio Barros de Castro, referente à tecnologia adotada nos engenhos açucareiros brasileiros do século XVII, evidenciam a introdução de uma nova moenda, tecnicamente mais avançada, numa economia fundamentada no trabalho escravo<sup>13</sup>. No Rio Grande do Sul, da mesma forma, inovações tecnológicas são perceptíveis na economia charqueadora gaúcha, como apontaremos no segundo capítulo deste trabalho.

Estes fatos demonstram que não era impraticável a efetivação de mudanças bastante significativas, nos quadros do sistema escravista. Entretanto, a introdução de elementos capitalistas numa economia escravista, ainda que inicialmente aparecessem em apoio a esta última, poderiam significar, a longo prazo, um elemento de acirramento das contradições do próprio sistema.

Diante destas considerações, o terceiro ponto enumerado por F.H. Cardoso - a afirmação de que o desenvolvimento do capitalismo conduz à destruição do escravismo de tipo colonial - parece-nos não apenas correta como, também, explicativa dos fatores mencionados anteriormente, o que não significa, entretanto, que a extinção da escravidão tenha resultado, necessariamente, na vitória do trabalho assalariado.

Conforme Ciro F. Cardoso e Héctor Pérez Brigno-

li<sup>14</sup>, este "desenvolvimento do capitalismo" deve ser compreendido de duas maneiras diferentes, apesar de ligadas entre si. De um lado, temos a constituição, fora da América, de um núcleo capitalista dominante, em virtude da revolução industrial em suas primeiras fases. Este fator "externo" se internaliza, em cada nação americana, nas novas formas e interesses que evidenciam a adaptação às modalidades organizativas do mercado mundial, extremamente transformadas.

Por outro lado, com maior ou menor intensidade, nos diversos países americanos, no século XIX, percebe-se o desenvolvimento gradativo de setores econômicos dinâmicos, "modernos", que acabaram por se chocar com as estruturas escravistas. O desenvolvimento interno de tais segmentos progressistas, no período imediatamente anterior à eliminação do sistema escravista, bem como sua relativa importância, parece representar, salvo exceções, o elemento central de explicação do peso que, em cada processo de abolição da escravidão, tiveram os fatores externos e internos. No Brasil, especificamente, é possível evidenciar o equilíbrio dos dois tipos de fatores no processo de desestruturação do escravismo<sup>15</sup>.

Assim, temos a impressão de que a idéia de Fernando Henrique Cardoso não carece de sentido. Porém, parece-nos, também, que sua sustentação foi feita de modo insuficiente. Consideramos que um trabalho de pesquisa desenvolvido com fundamentação empírica e quantitativa mais só-

lida pode esclarecer a problemática existente a respeito das charqueadas gaúchas e dos "saladeros" platinos.

Neste caso, devemos ressaltar a idéia de Héctor Pérez Brignoli, exposta em sua tese de doutoramento, em 1975<sup>16</sup>, onde o autor afirma que a grande seca que assolou o pampa, de 1830 a 1832, e o bloqueio francês, de 1838 a 1839, provocaram a estagnação da indústria do charque, após a grande expansão dela durante os anos consecutivos a 1820. Por volta de 1840, a concorrência do sul do Brasil, de um lado, e Santa Fé, Corrientes e Entre Ríos, de outro, se fez sentir, posto que os "saladeros" de Buenos Aires não puderam, então, reprisar seu ritmo anterior de atividade. Também, segundo Pérez Brignoli, a exportação de lã começa a concorrer com o charque<sup>17</sup>.

A idéia colocada por Héctor Pérez Brignoli o foi apenas muito ligeiramente, o que pode ser explicado pelo fato de que se trata de uma tese de doutoramento cujo objetivo fundamental se volta para a análise da agricultura e do comércio de cereais, o que, certamente, não envolve uma análise aprofundada da empresa da carne seca.

Com tudo isso, pode-se perceber que o assunto por nós proposto integra-se numa controvérsia cuja clarificação nos parece um objetivo possível de ser alcançado e é o que desenvolvemos neste trabalho.

Para tanto, nossa proposta envolve uma análise do processo produtivo praticado nas charqueadas do Rio

Grande, análise esta que se estende, também, aos aspectos fundamentais da comercialização da mercadoria gaúcha, objetivando evidenciar o que, em termos preliminares, é nossa idéia, ou seja, que a desorganização da economia do charque do Rio Grande do Sul, no século passado, vincula-se não apenas à concorrência que lhe era desenvolvida pelas empresas capitalistas platinas como, também, ao fim da escravidão no Brasil e no restante da América, idéia esta que tentamos comprovar, neste estudo, através de uma base documental adequada. Nisto se inclui, também, nossa tentativa de evidenciar outros elementos que possam ter interferido, ainda que secundariamente, no processo.

Para tanto, partimos de duas hipóteses de trabalho: 1) A desarticulação das charqueadas gaúchas, por um lado, se liga ao próprio sistema organizacional da empresa escravista, numa etapa em que a economia gaúcha, como um todo, se insere num contexto mais amplo de transição ao capitalismo dependente. Além disso, o trabalho de preparação do charque, no Rio Grande do Sul, determinava que o produto gaúcho apresentasse qualidade inferior àquele produzido pelos "saladeros" platinos, o que interferia negativamente em sua colocação nos mercados de consumo; 2) Por outro lado, a desestruturação das empresas rio-grandenses passa a se configurar a partir do momento em que a instituição escravista brasileira começa a ser minada, com a extinção do tráfico negreiro. Tal fato, no Brasil e, anteriormente, em outros países americanos, provoca a retração dos mercados consumidores do charque, que eram constituí-



dos, sobretudo, pelas regiões escravistas do país e, ainda, por algumas áreas escravistas da América.

A sustentação destas idéias é realizada, neste trabalho, através de um apoio documental representado por fontes de tipo primário, de caráter oficial e privado. As fontes oficiais utilizadas incluem: relatórios e falas dos presidentes da província do Rio Grande do Sul, correspondência entre a presidência da província e o Ministério do Império, anais da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, mapas estatísticos organizados, no século XIX, pelo serviço de estatística da província, Coleção das Leis do Brasil, legislação provincial, documentação da Câmara Municipal de Pelotas, documentação dos órgãos fazendários do Rio Grande do Sul e relatórios dos ministérios. As fontes de caráter privado por nós utilizadas envolvem diversos jornais, anuários e revistas da época, memórias, notícias e registros de viagens relativas ao Rio Grande do Sul, processos de inventários de charqueadores e processos de liquidação de empresários do charque e comerciantes do período em estudo.

Além destes tipos de fontes de primeira mão, foram empregadas, também, diversas fontes secundárias cuja listagem apresentamos ao final deste trabalho.

Em relação ao quadro teórico proposto para a sustentação de nossa observação, devemos esclarecer que o âmbito escolhido para a análise implica numa opção teórica, fundamentada na noção de que o processo de transição ao ca

pitalismo dependente ou periférico constitui o eixo em torno do qual se articula, sob o ponto de vista econômico e social, todo o século XIX no Rio Grande do Sul. Ou seja, nosso ponto de vista relativo ao assunto que abordamos é que o processo de transição que conduziu a economia e a sociedade gaúchas, no século passado, de estruturas ainda bastante análogas às da época da colonização mercantilista, a outras, marcadas por características daquilo que foi denominado capitalismo dependente, periférico ou subdesenvolvido, se efetiva ao nível da economia charqueadora rio-grandense, constituindo-se no eixo explicativo do reajuste significativo que se verifica no setor da produção e comercialização da carne seca gaúcha. As características referidas deste processo de transição serão definidas ao longo do desenvolvimento do trabalho.

O desenvolvimento das forças produtivas, a divisão social do trabalho, a configuração da propriedade sobre os meios de produção essenciais, as relações de produção em todos os seus aspectos, foram analisados como parcelas integrantes duma realidade global a que procuramos chegar. A clarificação deste contexto maior, profundamente marcado pelas determinações de base econômica, é o que procuramos atingir, trabalhando dados empíricos e quantitativos que nos possibilitassem alcançar uma visão mais ampla do significado da formação econômica escravista gaúcha.

Para uma compreensão mais larga dos motivos reais dos problemas constantes que envolviam os produtores gaú-

chos, procuramos analisar a própria forma básica de constituição e organização do trabalho nas empresas escravistas do Rio Grande. A partir daí, foi procurado um entendimento maior sobre as causas que impossibilitaram a economia charqueadora gaúcha de prosperar de modo contínuo, bem como os motivos que levaram à desestruturação desta economia. Neste sentido, a questão do desenvolvimento da técnica e da organização da produção, no sistema escravista imperante nas charqueadas sulinas, é retomada neste trabalho. Do mesmo modo, a questão da inversão inicial que os charqueadores realizavam sob a forma de mão-de-obra é, também, observada na investigação que realizamos, com o objetivo de esclarecer o significado desta característica da produção escravista para a economia das charqueadas.

Levando em consideração que o eixo de explicação do assunto que analisamos é o processo de transição de uma economia pré-capitalista a uma economia capitalista, nos valem de dois instrumentos conceituais complementares: a acumulação primitiva de capital, que auxilia a explicação do processo de transição em seu conjunto, em suas características gerais, e a subsunção formal do trabalho ao capital, ou seja, a subordinação ao capital de uma forma de trabalho tal como se desenvolveu antes do surgimento da relação capitalista.

Ressaltamos que todos esses elementos estruturais foram considerados levando-se em conta, paralelamente, os fatores conjunturais que, de alguma forma, interfe-

riram no processo de desarticulação da economia do charque rio-grandense e que, no conjunto, foram significativos para a explicação de tal processo.

No aspecto relativo à metodologia e às técnicas adotadas, esclarecemos que, tendo em vista o desenvolvimento de um trabalho sistemático e sério sobre o tema proposto, o primeiro recurso metodológico de que nos valem foi a aplicação das normas básicas do método tradicional da História, sobretudo os procedimentos heurísticos e as operações fundamentais que se faziam necessárias no que tange à crítica interna e externa da documentação por nós utilizada como apoio para a comprovação de nossas hipóteses. Dentro do necessário, utilizamos o recurso sempre útil e válido às ciências auxiliares da história, bem como a estatística e outros métodos empregados pelas ciências sociais.

Tendo em vista a relação existente entre a economia do charque gaúcho e a dos "saladeros" platinos, foi, também, utilizado o enfoque comparativo, lembrando as razões que Eugene Genovese expõe em sua obra para que os historiadores o adotem em seu trabalho:

*"... a primeira é a necessidade de maximizar o controle das generalizações e, a segunda, a necessidade de escrever a história do processo social através do qual uma única comunidade mundial se tem desenvolvido desde o século XVI."*<sup>18</sup>

Compreendemos as dificuldades que se colocam à

aplicação do enfoque comparativo, quando se analisa sociedades heterogêneas, mesmo quando situadas próximas no tempo. Todavia, acreditamos, conforme Ciro Flamarion Cardoso e Héctor Pérez Brignoli<sup>19</sup>, que a experiência tem mostrado a fecundidade de tal focalização, quando aplicada de forma correta, ou seja, quando consideradas as estruturas globais e os contextos históricos diferenciais.

Assim, sempre que possível, foi empregado o enfoque comparativo na análise que desenvolvemos. Entretanto, esta aplicação se encontra prejudicada pelas dificuldades que encontramos em obter maior quantidade de dados relativos à região platina.

Outro recurso de que nos valemos foi a utilização de técnicas estatísticas, que foram empregadas para o tratamento das séries de dados numéricos, procurando, desta forma, precisar as variações e os movimentos ocorridos na economia das charqueadas gaúchas. Neste sentido, seguimos a orientação de Albert Soboul, em termos de que o emprego de métodos de quantificação tem sido de grande valor na história, sobretudo pela reconstituição numérica do movimento dos índices econômicos fundamentais, a partir de séries homogêneas e contínuas<sup>20</sup>.

Assim, valemo-nos da quantificação nos estudos que empreendemos no tocante à população, aos preços, às tarifas, à produção e à comercialização.

Levando em consideração o fato deste trabalho se

constituir num estudo de história econômica, adotamos, sobretudo, para o desenvolvimento de nossa análise, as orientações preciosas de Ciro Flammarion Cardoso e Héctor Pérez Brignoli, apontadas em sua obra Os Métodos da História, bem como daquelas indicadas por Pierre Vilar (em "Crecimiento Económico y Análisis Histórico") e Witold Kula (Problemas y Métodos de la Historia Económica)<sup>21</sup>.

Neste trabalho, as variáveis e os fatores que isolamos para serem observados foram: a) oferta de mão-de-obra nas charqueadas; b) insumos básicos para a produção do charque; c) matéria-prima utilizada na elaboração da carne seca; d) financiamento da produção; e) política do Estado em relação à exportação do produto e importação de insumos; f) tarifas alfandegárias; g) mercados receptores do charque exportado; h) volumes e valores exportados; i) infra-estrutura de transportes.

Notas de Referência

<sup>1</sup> CARDOSO, Fernando Henrique - *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

<sup>2</sup> A obra de Fernando Henrique Cardoso já sofreu a análise, sob o ponto de vista teórico, de Ciro Flamarion Cardoso, nos seguintes trabalhos: *Agricultura, escravidão e capitalismo* (Petrópolis, Vozes, 1979); *História econômica da América Latina* (tomo II, Barcelona, Crítica, 1979, escrita em conjunto com Héctor Pérez Brignoli); "Sociólogos nos domínios de Clio", in *Tempo e Sociedade*, Niterói, UFF/ Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 1982). Estes trabalhos serviram de base ao desenvolvimento da análise que apresentamos.

<sup>3</sup> CARDOSO, Fernando Henrique, op. cit., p. 23.

<sup>4</sup> Idem, ibidem, p. 36.

<sup>5</sup> Idem, ibidem, pp. 155-86.

<sup>6</sup> Idem, ibidem, p. 184.

<sup>7</sup> COUTY, Louis - *L'Éclairage au Brésil*, Paris, Librairie de Guillaumin, 1881; *Le maté et les conserve de viande. Rapport à son excellence Monsieur le Ministre de l'Agriculture e du Commerce sur la mission dans les Provinces de l'Uruguay, Rio Grande et les États du Sud*; Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1880; *Le Brésil en 1884*, Rio de Janeiro, Faro & Lino, 1884.

<sup>8</sup> CASTRO, Antonio Barros de - *Em torno a questão das trocas no capitalismo*. Rio de Janeiro, Comunicação Alameda. Rio de Janeiro, 1976.

<sup>9</sup> COUTY, Louis, in CASTRO, A.B. de, op. cit., p. 19.

<sup>10</sup> CASTRO, A.B. de - "A economia política, o capitalismo e a escravidão", in AMARAL JAPA, José Roberto do, (org.) - *Modelos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1980, pp.67-107.

<sup>11</sup> Estes pontos são apontados e analisados por Ciro Flamarion Cardoso, nas duas primeiras obras indicadas na nota nº 2.

- <sup>12</sup> Cf. CARDOSO, Ciro F. e PÉREZ BRIGNOLI, Héctor. *Historia económica de América Latina*, op. cit., pp. 20-1.
- <sup>13</sup> Cf. GORENDER, Jacob - "Questionamentos sobre a teoria econômica do escravismo colonial". In: *Estudos Econômicos*, São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas, v. 13, nº 1, 1983, pp. 36-7.
- <sup>14</sup> CARDOSO, Ciro F. e PÉREZ BRIGNOLI, Héctor, op. cit., p. 22.
- <sup>15</sup> Devemos esclarecer, entretanto, que não existe unanimidade, na historiografia brasileira, em relação a esta posição. As opiniões principais que não se mostram unânimes estão representadas por Pedro Carvalho de Mello e Robert W. Slones ("Análise econômica da escravidão no Brasil", in NEHAUS, Paulo, coord. - *Economia brasileira: uma visão histórica*. Rio de Janeiro, Campus, 1980) e Jacob Gorender (*O escravismo colonial*, 3ª ed., São Paulo, Ática, 1980).
- <sup>16</sup> PÉREZ BRIGNOLI, H. - "Agriculture capitaliste et commerce de grains en Argentine (1880-1955)", mimeogr., Paris, Institut d'Histoire Economique et Sociale, Université de Paris I, Ecole de Hautes Etudes (VI e. Section), 1975.
- <sup>17</sup> Idem, ibidem, p. 8.
- <sup>18</sup> GENOVESE, Eugene - "The comparative focus in Latin American History", in *In Red and Black*, New York, Pantheon Books, 1975, p. 375.
- <sup>19</sup> CARDOSO, Ciro F. e PÉREZ BRIGNOLI, Héctor - *Os Métodos da História*. Rio de Janeiro, Graal, 1979, p. 416.
- <sup>20</sup> SOBOUL, Albert - "Descrição e medida em História Social". In: LABROUSSE, E. et alii - *A História Social. Problemas, fontes e métodos*. Lisboa, Ed. Cosmos, 1973, p. 29.
- <sup>21</sup> CARDOSO, Ciro F. e PÉREZ BRIGNOLI, Héctor, op. cit.; VILAR, Pierre - "Crecimiento económico y análisis histórico". In: *Crecimiento y desarrollo. Economía e Historia. Reflexiones sobre el caso español*, Barcelona, Editorial Ariel, 1976, pp. 11-105; KULJA, Witold - *Problemas y métodos de la historia económica*, Barcelona, Ed. Península, 1973.



## CAPÍTULO I - A ECONOMIA GAÚCHA NO SÉCULO XIX: UMA VISÃO DE CONJUNTO

Uma análise geral<sup>1</sup> sobre a economia do Rio Grande do Sul, no século XIX, implica, inicialmente, numa retomada dos elementos fundamentais do processo de formação histórica regional.

Apesar de se ter evidenciado a necessidade de maiores estudos esclarecedores sobre o período inicial da história gaúcha, encontramos, na historiografia rio-grandense, sobretudo na mais recente, alguns trabalhos que nos permitem definir os aspectos básicos da evolução da região<sup>2</sup>.

Desse modo, podemos estabelecer alguns traços que são característicos dessa evolução, ressaltando-se, inicialmente, a integração tardia do Rio Grande do Sul ao conjunto brasileiro, enquanto guardava uma função estratégica, o que implicou em sua estruturação como zona militar-fronteiriça. A economia gaúcha, na fase inicial de sua integração ao domínio português, mostrava um caráter nitidamente predatório. Por outro lado, de modo antagônico ao modelo mercantil voltado para o exterior, em que se inseriam a maioria das outras regiões brasileiras, o Rio Grande do Sul desenvolvia um caráter de interiorização econômica<sup>3</sup>. Somado-se, a essas características, o caráter subsidiário da região sulina, o que a colocou em situação perifé-ri

ca e dependente, apresentando um desenvolvimento singular no contexto nacional.

Inicialmente, é possível observar que, apesar de ter sido descoberto no início do século XVI, o Rio Grande do Sul, durante todo aquele século, permaneceu ignorado. Sem ter se vinculado à agricultura colonial de exportação integrada diretamente ao mercado internacional, o Rio Grande do Sul não se enquadrava no processo de acumulação primitiva de capitais que se realizava nos quadros do Antigo Sistema Colonial<sup>4</sup>. Assim, os avanços no sentido da ocupação do território gaúcho só se darão posteriormente, sendo que a maneira como se processou e seus elementos motivadores vão influenciar, em grande parte, a atividade econômica fundamental ulterior, bem como o tipo de sociedade que, paralelamente, se configurará. Podemos identificar os jesuítas vindos da Argentina e do Paraguai, no século XVII, como os primeiros a se estabelecerem no Rio Grande do Sul, envolvidos em sua ação missionária e no processo de expansão política dos estados europeus. Com o estabelecimento das missões jesuíticas na chamada região do "Tape"<sup>5</sup>, em 1626, os indígenas foram organizados e treinados em atividades agro-pastoris, passando a se constituir em considerável reserva de mão-de-obra. Num contexto como o nacional, carente de mão-de-obra acostumada à regularidade do trabalho e à obediência, as reduções jesuíticas se transformaram em elemento altamente atraente e a motivação para a penetração dos bandeirantes paulistas, que passaram a atacar os aldeamentos e a aprisionar os indígenas. Tal ação resul

tarã, em torno de 1640, no abandono jesuítico da região e sua retirada para a margem direita do rio Uruguai, com os indígenas restantes. Todavia, o gado criado nas reduções foi deixado na região pampeana e passou a se reproduzir, constituindo ampla reserva de gado bravo identificada comumente como a "Vacaria del Mar". De acordo com o que coloca Sandra Jatahy Pesavento, estava estabelecida a base econômica fundamental da apropriação do território gaúcho: a criação do gado suco<sup>6</sup>.

Por outro lado, devemos levar em consideração que, na segunda metade do século XVII, verificar-se-ão algumas alterações na conjuntura política e econômica metropolitana e colonial, vinculadas, por um lado, ao acirramento da disputa colonialista no período posterior a 1640 (quando se extingue a união das monarquias ibéricas), e, por outro, à decadência da economia açucareira nordestina. Tais acontecimentos tornarão necessárias novas medidas de caráter econômico, as quais terão reflexos consideráveis na evolução histórica da região meridional do país.

Os motivos políticos, bem como o objetivo português de burlar o controle monopolístico espanhol da região platina, conduzirão à fundação da Colônia do Sacramento, em 1680, cuja função estratégico-militar, na área, ganhou razoável importância. Além disso, sob o ponto de vista econômico, paralelamente às vantagens trazidas pela prática de comércio ilegal, a criação de Colônia deu margem a que os portugueses se dessem conta do potencial econômico da

"Vacaria del Mar". A atividade predatória que passa a ocorrer, então, marca a primeira forma de aproveitamento econômico do gado xucro no pampa gaúcho, voltada exclusivamente para a extração do couro, que era mercadoria demandada no mercado europeu. A carne, nessa época, não era aproveitada economicamente, só sendo utilizada aquela suficiente ao consumo imediato; a restante ficava abandonada. A partir de então, a região passou a ser procurada por grupos sociais diversos, interessados no negócio do couro, que, agindo de forma predatória intensa, devastavam as reservas de gado, o que motivou a criação de uma nova reserva, no nordeste do Rio Grande do Sul, conhecida como "Campos de Vacaria" ou "Vacaria dos Pinhais". Esta ação deveu-se aos jesuítas que, de 1682 em diante, iniciaram sua volta à região, estabelecendo os Sete Povos das Missões e fundando, junto às reduções, estâncias de criação de gado.

Ao findar o século XVII, um novo elemento virá somar-se ao conjunto, maximizando as potencialidades até então apresentadas pelo Rio Grande de São Pedro, ou seja, a descoberta do ouro das Gerais, que se refletirá na abertura de um novo mercado para o gado gaúcho e na vinculação regional, de forma subsidiária, à economia do centro, voltada para o mercado externo.

A demanda de gado muar, utilizado para o transporte na economia mineira, impulsionou expedições paulistas em direção ao sul, fato este que, segundo Paul Singer, se deveu, em grande parte, ao processo de crescimento popu

lacional de São Paulo, área que, nesse momento, se caracterizava por uma economia de subsistência. Assim, o excedente de força de trabalho se vira forçado a migrar, originando-se, então, a expansão territorial para o sul<sup>7</sup>. Todavia, o fato dessa migração ter se orientado na direção sul indica a presença de elemento de atração, identificado no famoso negócio do comércio de malas, que irá consolidar a insução econômica do Rio Grande do Sul às demais regiões do Brasil.

Para a economia altamente especializada de Minas, tanto o gado mular como o cavalari representavam um insumo indispensável, no setor dos transportes, insumo este que passará a ser fornecido pelo Rio Grande do Sul, através de tropas que atravessarão as imensas florestas situadas entre o Rio Grande e São Paulo, estabelecendo, através de regular fluxo econômico, a ligação gaúcha à economia colonial, de forma nitidamente subsidiária. Até esse momento, ou seja, até a estruturação de interesses sociais específicos à região pecuária, originários do aproveitamento do gado motivado pela demanda mineira, a área havia desempenhado funções estratégicas, decorrentes de sua proximidade com a praça de Buenos Aires.

A partir de então, a história do Rio Grande do Sul - como fornecedor das regiões voltadas para o mercado internacional - vai se vincular ao mercado interno brasileiro.

Nas primeiras décadas do século XVIII, o território

rio rio-grandense começa a ser penetrado por grupos enviados pela Coroa Portuguesa, com a missão de estabelecer núcleos de povoamento e o objetivo de impedir que a comercialização do gado saísse das mãos lusitanas, o que prejudicaria os interesses fiscais da Metrópole. Nesse sentido, em 1723, uma expedição de lagunistas liderados por João de Magalhães penetra no Rio Grande do Sul, estruturando as primeiras sesmarias nas margens da Lagoa dos Patos, estabelecendo os primeiros currais de criação e fundando, na área da atual cidade de São José do Norte, um posto militar.

A região platina, desde o século XVII, representava a área onde as esferas de influência do colonialismo português e espanhol se encontravam, e a incorporação definitiva do Rio Grande do Sul, que se verifica a partir da expedição do Brigadeiro José da Silva Pais, em 1737, se dá por razões político-econômicas mas, também e fundamentalmente, por razões estratégico-militares. Explica-se, então, a fundação, por Silva Pais, do forte de Jesus-Maria-José, que representou a "pedra fundamental" da atual cidade de Rio Grande e que objetivava servir de ponto de apoio à Colônia do Sacramento.

De 1740 em diante, vai começar a se desenvolver, no Rio Grande do Sul (como também em Santa Catarina), uma experiência que se pode considerar pioneira no Brasil da época, embora não única, já que, paralelamente, na Amazônia, se estava tentando o mesmo: uma colonização patrocinada

da, em termos de organização e financiamento, pelo Estado, na qual as unidades colonizadoras são famílias trazidas dos Açores. Os custos dos transportes e o fornecimento de assistência e implementos eram de responsabilidade do Estado. Nessas condições, chegaram ao Rio Grande do Sul aproximadamente dois mil açorianos. Realmente o não cumprimento, pelo Estado, das promessas feitas aos açorianos, levou-os a sofrer grandes privações materiais, permanecendo por quase vinte anos sem receber as terras garantidas<sup>8</sup>.

Os colonos açorianos deram início à produção combinada de produtos de subsistência e produtos comerciais (sobretudo o trigo e o linho), nas áreas litorâneas situadas ao norte da lagoa dos Patos e próximas a atual Porto Alegre, na mesma região em que se haviam colocado os primeiros povoadores paulistas vinculados ao comércio de gado via Laguna, e que, paralelamente, também praticavam a agricultura. Tal fato vai marcar a região com aspecto de diversificação da produção.

Por um determinado tempo, o trigo encabeçou a pauta das exportações gaúchas, alcançando seu ponto mais expressivo em 1813<sup>9</sup>.

Todavia, a produção tritícola gaúcha se desenvolveria num quadro problemático, que se evidencia a partir de 1814, quando as plantações são atacadas pela praga conhecida como "ferrugem", fato que foi registrado por Antonio José Gonçalves Chaves<sup>10</sup> com a seguinte colocação:

*"Desde o ano de 1814 faz a ferrugem (alforra), nesta provincia, mais ou menos estragos nas ceareas. Em 6 annos, reduziu-se a exportação a menos de a metade e, em nove, não só tem desaparecido, mas mesmo não há um grão de trigo para o consumo do país, e estamos gastando alguma farinha que os americanos nos trazem e pelo dinheiro que querem. Tem-se tentado em vão algumas receitas inculcadas como especiaes para preservar da ferrugem: ela tem progressivamente augmentado os seus estragos em tal maneira que o anno corrente, já os novos lavradores de trigo não semearam por não terem semente."*

No entanto, o problema da ferrugem mascarava, mesmo que parcialmente, a existência de outras dificuldades. O próprio Chaves nos deixa entrever algumas delas. O primeiro aspecto que ressaltamos se refere ao processo técnico de produção, extremamente precário e rudimentar, com a adoção de métodos extensivos e, no caso da ferrugem, a total carência de mecanismos defensivos. Por outro lado, as exportações de trigo da provincia encontravam outros obstáculos, originados da orientação da politica metropolitana. De modo expressivo, a proibição da entrada de trigo gaúcho em Portugal, em 1793, retrata a situação. Além disso, as requisições efetuadas pelo governo, tanto do produto para o abastecimento das tropas, como de homens - o que diminuía a força de trabalho disponível para a lavoura - prejudicavam os produtores.

Ao nível de mercado, as condições do mercado internacional se configuravam extremamente competitivas. Os Estados Unidos, que já se constituíam em importante produtor de trigo, além da França e da Prússia, concorriam com



a produção da província, inclusive no plano do próprio mercado interno, favorecidos por baixas tarifas alfandegárias. Desse modo, o Rio Grande do Sul, que apresentava condições de competição com os demais produtores nacionais, não conseguia enfrentar, convenientemente, a concorrência internacional.

A inexistência de apoio, por parte da esfera governamental, evidencia a predominância da ótica metropolitana, em que o Rio Grande do Sul não era visto como uma região de produção e, sim, como uma zona militar de defesa do Império Português.

Esse quadro desestimulante explica o desencanto para com a atividade tritícola, que se acentua a partir de 1814, bem como a preferência que os colonos açorianos passaram a dar às atividades pecuárias, que vinham apresentando taxas crescentes de rentabilidade. Num contexto econômico que evidenciava a possibilidade de expansão das atividades de criação, vinculada ao incremento da produção do charque gaúcho, observa-se a conversão das áreas tritícolas em, sobretudo, pecuaristas.

A economia tritícola na província de São Pedro, todavia, teve reflexos importantes, sobretudo do ponto de vista econômico e demográfico, como fator de impulsão do desenvolvimento da área centro-norte da província e como fator de estímulo do crescimento urbano de Porto Alegre, principal centro exportador de trigo.

A partir de 1780, começará a ocorrer o que Antonio Barros de Castro denomina de uma verdadeira revolução no panorama pastoril do Rio Grande do Sul<sup>11</sup>. Todavia, antes de abordarmos as mudanças ocorridas na economia gaúcha, a partir de então, cabe-nos analisar como se organizara, até agora, a estrutura fundiária no Continente de São Pedro. Este aspecto vincula-se a certas características da formação regional, como o caráter militar do povoamento original e a pecuária como atividade econômica básica, no período inicial da colonização, que definirão as formas de ocupação e povoamento da terra. Segundo Jean Roche<sup>12</sup>, a estruturação de uma sociedade essencialmente rural fundamentou-se na apropriação da terra, realizada no Rio Grande, como no restante do Brasil, sob o regime de latifúndios. A posse de uma sesmaria significava, portanto, ponto de partida para a obtenção de poder econômico, político e social.

Os anos trinta do século XVIII marcam o começo do processo de distribuição de sesmarias. Tropeiros e militares passam a receber terras da Coroa, dando início à caracterização da propriedade da terra e do gado, com o aparecimento das estâncias. Todavia, pode-se estabelecer uma distinção entre o processo de concessão de terras sob a forma de sesmarias ocorrido no Nordeste do que o verificado no Rio Grande. Enquanto que, no Nordeste, exigia-se a presença de capitais como pré-requisito para a obtenção de terra, no Rio Grande o critério fundamental era diverso. Apesar de não ser desprezada a presença de recursos disponí

veis em mãos dos futuros estancieiros, eram concedidas sesmarias como recompensa pela prestação de serviços militares.

No processo de estruturação fundiária do Rio Grande do Sul, no século XVIII até metade do século XIX, prevaleceram dois tipos de propriedades: a data e a sesmaria. A distinção mais importante entre ambas residia na diversidade de extensão, já que a data, sendo atribuição do governador militar de São Pedro, dificilmente superaria 1500 br. (1/2 leg.), independente de sua localização, quer no interior ou nas proximidades das vilas nascentes. Por outro lado, a sesmaria, sendo concessão do vice-rei, governador da Capitania do Rio de Janeiro, alcançava, a rigor, 1x3 léguas ou aproximado, e era titulada por uma carta do mesmo nome a ser confirmada, posteriormente, pelo Conselho Ultramarino.

Uma análise do sistema de distribuição de terras, no Rio Grande do Sul<sup>1)</sup>, indica a origem da extrema concentração da terra e do gado, os dois meios de produção fundamentais, no século XVIII e XIX, efetuada via processos extra-econômicos. Tendo por objetivo a defesa da fronteira e a consolidação das vantagens obtidas através de campanhas bélicas, o governo português concedia propriedades aos militares empenhados nas lutas do Prata, os quais estabeleciam estâncias na Campanha, ao longo da fronteira sudoeste do atual estado do Rio Grande do Sul. O governo colonial se valeu da concessão de sesmarias, de duas, três

e até mais léguas de superfície, como instrumento para vincular os povoadores a essa vasta área de domínio periclitante. Desta forma, verificou-se uma rápida e avassaladora ocupação de terras, no território gaúcho.

Esse processo de concentração da propriedade foi denunciado por diversos elementos contemporâneos à época. Francisco João Rescio, engenheiro militar português que governou interinamente o Rio Grande de 1801 a 30 de janeiro de 1803, em seu Compêndio noticioso do Continente do Rio Grande de S. Pedro, datado de 1781, já apontava o problema ao colocar<sup>14</sup>:

*"As terras fechadas ou terminadas entre as haítas declaradas nesta relação<sup>15</sup> todas estão povoadas mas todas desertas. Cada morador não se contenta com poucas léguas de terra entendendo que todas lhe serão precisas, ainda que só se servem de uma insignificante parte, junto à sua cabana, e, por isso, ainda que a Campanha está deserta, todos os campos estão dados e tem senhorio."*

Manoel Antônio de Magalhães, outro português, que exerceu, na Capitania, funções de administrador do quinto e do dízimo, também identificou a situação ao dizer:

*"O abuso que há nesta capitania, de terem alguns moradores tomado três, quatro sesmarias com dea, dezo e mais léguas de terras, é prejudicialíssimo não só à S.A.R. mas aos povos em geral; ao mesmo tempo que há famílias que não possuem um palmo, e tudo isto com falsos enganos feitos à S.A.R. e aos seus delegados. Um homem que tinha a proteção de uma sesmaria em seu nome, outra em nome do filho mais velho, outra em nome da filha e do filho que*

*ainda estavam no berço, e deste modo, há casa de quatro e mais sesmarias: es- se populoso abuso parece se deveria evitar."*<sup>16</sup>

Antonio José Gonçalves Chaves, destacado char- queador e comerciante da vila de Pelotas, em 1822, comba- teu o sistema de distribuição de terras em vigor no Brasil com os seguintes fatos:

*"1ª - Nossa população é quase nada em comparação da imensidade de terreno que ocupamos há três séculos.*

*2ª - As terras estão quase todas repartidas e poucas há a distribuir que não estejam sujeitas a invasões dos índios.*

*3ª - Os abarcadores possuem até 20 léguas de terreno e raras vezes con- sentem a alguma família estabelecer-se em alguma parte de suas terras, e mes- mo quando consentem, é sempre tempora- riamente e nunca por ajuste que deise ficar a família por alguns anos.*

*4ª - Há muitas famílias pobres - pobres pagando de lugar em lugar, segun- do o favor e capricho dos propieta- rios de terras, e sempre faltas de meios de obter algum terreno em que fa- çam um estabelecimento permanente.*

*5ª - Nossa agricultura está em o maior atraso e declínio a que ela po- de reduzir-se entre qualquer povo agrí- cola, ainda o menos avançado em civili- zação."*<sup>17</sup>

Por outro lado, também Saint-Hilaire, em sua via- gem ao sul do Brasil, observou a expulsão de pequenos agri- cultores de suas choupanas e suas terras "por homens ricos de Porto Alegre e outros lugares" que "obtem títulos de sesmaria desse mesmo terreno"<sup>18</sup>.

Esses depoimentos revelam, nitidamente, a origem da formação dos enormes latifúndios na Campanha, onde se organizaram as empresas pastoris dos grandes estancieiros, ao lado de uma massa considerável de outros povoadores desprovidos de terra, o meio de produção fundamental no Pampa, e que se tornariam mão-de-obra barata para as tarefas mais rudimentares da atividade pecuarista.

A colonização açoriana, vista como uma tentativa de *vitalizar pequenas e médias propriedades, com base agrícola*, não apresentou resultados positivos, como abordamos anteriormente, devido à ausência de uma política definida do governo e do amorfismo do poder colonial-militar. Segundo Sebalt Rüdiger<sup>19</sup>, a colocação dos agricultores na península do Norte limitava-os a uma estreita faixa de terras de pouca produtividade. O método utilizado nas fundações revelou-se ineficiente, já que concentrava os casais em círculos dos quais não era possível se retirar sem acabar com a unidade grupal, base da manutenção dos hábitos agrícolas. Por outro lado, a expansão sobre terras virgens contíguas não podia se efetivar, pois sua posse já ocorria, bem como sua conversão, geralmente, em áreas de pecuária. Daí a tendência ao empobrecimento dos colonos, que tinham suas terras exauridas pela agricultura rotineira e se encontravam impossibilitados de estender suas plantações nas terras vizinhas. As alternativas de solução possíveis para essa situação apontavam para a atividade urbana ou para a atividade pecuarista, o que significava, neste último caso, terminar com sua coesão cultural e aderir aos pa-

drões da grande propriedade, dominantes no continente. Nas primeiras décadas, ainda foi possível algum florescimento agrícola, com a triticultura. Todavia, com o advento da charqueada, a decadência não pôde mais ser contida.

Ao analisarmos o regime de propriedade de terras que vigorou no Rio Grande do Sul, percebe-se que, no final do século XVIII e início do século XIX, a situação jurídica das mesmas estava muito pouco consolidada. As formas predominantes eram as posses sem documentação, a qual era representada através de datas e cartas de sesmarias, por meio de compra ou herança. Tais processos, mesmo que sofrendo a influência de fatores novos, não se extinguiram na década de 1780; contrariamente, se mantiveram até 1850.

O sistema imperante de distribuição de terras, sobretudo aos protegidos dos governantes locais, facilitou a concretização de situações extremamente irregulares, que ocorreram de maneira gritante no governo de Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara<sup>20</sup>, o que se pode depreender do testemunho de Gonçalves Chaves, quando coloca:

*"Os cartórios estão cheios de pleitos sobre posse e limites de terras, e a origem destas máis dita do governo do tenente-general Sebastião Xavier. Este homem, chefe de si, de suas fidelquias e capelão militar, atropelou absolutamente os direitos máis sagrados de pacíficos e laboriosos colonos, tomando-lhes muitas vezes a terra que eles, com seu consuno tálito, tinham povoado e cultivado depois de a conquistarem dos espanhóis, fugres e feras, para dar a seus validos; para o que, muitas vezes mandou lançar por terra estabelecimentos de bastante im-*

*portância e carregar de ferros a muitos proprietários que se atreviam a oferecer qualquer repugnância em perder os seus trabalhos, a ponto de que houve muitas famílias que, por causa semelhantes, fugiram para os espanhóis."*<sup>21</sup>

O caráter estratégico da política de distribuição de terras também é claramente evidenciado por Chaves, ao se referir às disputas de terras entre espanhóis e portugueses, após 1777:

*"Convinha que ganhássemos força sobre o terreno desamparado pelos espanhóis e, por isso, os comandantes consentiam que os indivíduos que tinham posse se estabelecessem nos terrenos incultos, e fossem vencendo o agrado da campina somente habitada por feras, medida que o Grande Governador apoiou, e isto foi parte para que o Gabinete português tentasse com vantagem sobre o espanhol."*<sup>22</sup>

A liberalidade com que eram feitas tais permissões, tendo em vista as pretensões portuguesas e a imprecisão dos limites das propriedades, gerou confusão entre as posses, o que, além de ser, por si só, uma situação de irregularidade, deu margem ao aparecimento de outras, vinculadas ainda à atuação da governadoria militar:

*"... o dito governador, longe de limitar, como devia, com justiça e retidão, as pretensões de alguns, assinando com autenticidade o que cada um devia possuir e aproveitar, cuidou somente em acalantar a ambição dos mais poderosos sem validos, para se sustentarem em grandes extensões de terra; pôs em dúvida, sempre que convinha a seus fins, a legitimidade das posses, e assim os favoreceu sempre... Considerava em pouca coisa os direitos de primeira posse e dava suas informações ao vice-*



*rei do Estado sempre favoráveis aos seus aliados e afilhados. Apresentava-se de sua memória em favor de indivíduos não conhecidos nem domiciliados, e, então, em favor destes, sem atender à antiga posse e grandes estabelecimentos dos que ocupavam os terrenos assim concedidos, os mandava expulsar com suas famílias, gados e bens de qualquer natureza, por escoltas militares."23*

Uma tentativa de disciplinar e formalizar a concessão das sesmarias foi feita, em 1810, por D. Diogo de Sousa<sup>24</sup>, determinando, também, por meio de um Bando, uma reavaliação de todas as terras até então concedidas, através de um novo registro. Todavia, essa medida, que objetivava sanear irregularidades existentes, conduziu a uma intensificação dos favoritismos, no governo de seu sucessor, o Marquês de Alegrete:

*"Este bando encerra algumas disposições mui sábias na verdade, e não duvidamos que o Conde de Rio Pardo tivera-se em vista o melhoramento do país, porém mal sabia Sua Excelência que fazia um diploma por via do qual o Marquês de Alegrete, seu sucessor, constituiria um rico patrimônio, senão para si, ao menos para seus ajudantes-de-ordens, e mui particularmente para um seu Secretário Particular (coisa nova) Boaventura; e poucos bons resultados se colheriam de suas fadigas."25*

Esse tipo de prática de distribuição de terras a alguns privilegiados é anotada por Gonçalves Chaves em outros depoimentos:

*"No tempo do Marquês de Alegrete aconteceram sobre a matéria coisas muito galantes: seus favoritos detinham na sala todas as requerimentos que impe-*

travam terras, enquanto examinavam se era coisa que enchesse o olho; e quando acontecia ser coisa boa, não aparecia mais o requerimento, ainda que o impetrante revolveesse toda a Sala; e em virtude de outro, que de novo se fazia, apareciam logo editais em favor do novo pretendente conluído." ...  
 "Eis aqui um dos muitos frutos que se têm colhido do bando e da prevaricação. Acontece, também, darem-se terras que já estão dadas, em parte ou em totalidade, e particularmente em terras de mata tem acontecido isso muitas vezes. É verdade que, em tal caso, deve preferir o título mais antigo, mas quando o mais moderno se adianta em medir, não fallam pretextos especiosos de parte a parte, e aí vai parar tudo nas mãos das justças."<sup>26</sup>

A abolição do sistema de sesmarias, em 1822, e sua substituição pelo regime de posse por ocupação, não provocou alterações consideráveis na estrutura fundiária do Rio Grande, pois a tendência para a grande propriedade já se consolidara e a posse foi, igualmente, um instrumento para tal fim. Na opinião de Ruy Cirne Lima, se as sesmarias formavam verdadeiros latifúndios, mais extensas ainda eram as posses, cujas divisas os posseiros marcavam de olho nas vertentes ou onde bem lhes aprazia<sup>27</sup>.

Por outro lado, a própria legislação de 1850, que estabeleceu a compra como o único veículo através do qual as terras devolutas poderiam ser adquiridas, não trouxe modificações maiores na estrutura das propriedades gaúchas, no século XIX, pois não determinou uma expropriação em massa, cujos resultados não se poderia prever, devido aos reflexos que provocaria sobre a sociedade e economia do Rio Grande do Sul.

Todavia, para Eulália Maria L. Lobo, a burguesia comercial e industrial brasileira interessava o mercado externo, a regulamentação da propriedade da terra e o registro da terra para que esta pudesse ser usada, sem risco, como garantia de hipoteca<sup>28</sup>. A possibilidade de utilizar a terra como penhor para a obtenção de crédito, parece-nos que oportunizaria uma maior amplitude e flexibilidade em seus negócios, em função do que a burguesia passou a ter interesse pelo estatuto da terra, pela regulamentação da hipoteca e do penhor agrícola e na promulgação do código comercial.

O interessante da burguesia comercial e industrial numa legislação que viabilizasse a compra de terras, no Rio Grande do Sul pode ser percebida através de uma colocação de Gonçalves Chaves, próspero negociante e charqueador de Pelotas, adepto do liberalismo, mesmo que os motivos apresentados para justificar seu posicionamento sejam diversos:

*"... enquanto se não venderem as terras em lote de um dar, tudo irá mal, e particularmente as medições, para será aquela de que não nascem demandas e inquietudes infinitas. Não seria assim se por conta do governo se medissem e demarcassem, com divisas naturais e artificiais e, depois, se vendessem, por preços módicos e prazos convenientes, a agricultores que se cultivassem e não revendessem..."*<sup>29</sup>

Como podemos observar, a colonização luso-brasileira em terras gaúchas foi, na sua essência, uma apropriação de terras apropriadas para a criação, realizada aos

moldes de uma conquista militar e marcada por um favoritismo que privilegiou os homens da guerra e os elementos agraciados pelo setor administrativo. Ressalte-se, também, o caráter estratégico significativo, vinculado à política portuguesa na região, na medida em que o governo procurou garantir uma certa concentração demográfica em zonas consideradas prioritárias. Ao elemento "espontaneidade", que imperou nas posses dos campos, contrapôs-se, em certo momento, o elemento contrário, ou seja, a localização dirigida de casais açorianos, embora não houvesse ocorrido alteração do avanço maciço do pecuarismo e da grande propriedade militar-Fronteirista.

Como já colocamos anteriormente, a economia pecuária gaúcha teve seu fundamento estabelecido anteriormente à efetiva colonização. Em busca do couro fornecido pelo gado selvagem, elementos de São Paulo e Laguna foram atraídos ao Rio Grande do Sul. Os jesuítas, por sua vez, estabeleceram grandes fazendas nas Missões, aproveitando a mão-de-obra dos índios guaranis. Por outro lado, no século XVIII, com o início do processo de distribuição das sesmarias, passaram a se constituir as estâncias, que efetivaram uma criação de gado de caráter extensivo, tendo por base a mão-de-obra dos peões, que eram indivíduos subalternos do antigo bando armado que tropeava gado, ou indígenas saídos das reservas. Apesar de se verificar a utilização de escravos nas estâncias, a atividade criatória, subsidiária da economia do centro do país, não propiciou uma acumulação que possibilitasse a introdução regular de negros na

região, os quais não se constituíram em mão-de-obra básica no processo de trabalho.

Com a retração da demanda de animais, ao final do século XVIII, provocada pela decadência da mineração, a economia sulina sofrerá um reajuste, aparecendo, então, dois produtos que mercantilizarão a economia gaúcha, ou seja, o trigo e o charque. Sobre o primeiro, já nos referimos anteriormente. Analisaremos, então, a evolução das charqueadas gaúchas, pois só através delas é que o Rio Grande do Sul começará a explorar, de forma efetiva e organizada, suas imensas reservas naturais de gado.

Segundo Paulo Xavier<sup>30</sup>, a indústria do charque desenvolveu-se, de modo natural, nas estâncias, com o objetivo de garantir a alimentação de todos, no intervalo das carneadas. A parte maior da carne era desmanchada em mantas e, depois de bem salgada, secada ao sol, em varais.

A exploração comercial do charque, ainda de acordo com o autor acima<sup>31</sup>, iniciou-se em época anterior a 1738, quando uma charqueada teria sido montada por alguns dos primitivos povoadores do Rio Grande, num local hoje situado próximo à divisa dos municípios de Osório e Mostardas, local este que se denominou "Charqueada Velha". Essa atividade ainda existiria em 1775, conforme concluiu Xavier, a partir da documentação que analisou, que aponta a presença de outro local, próximo ao primeiro, chamado de "Charqueada Nova". Possivelmente, essa charqueada seria fornecedora de carregamentos de carne saídos de Laguna pa-

ra os portos de Santos e Rio de Janeiro, apontados entre os primeiros informes referentes às potencialidades das terras do sul para o estabelecimento de povoados.

todavia, o surto efetivo da produção industrial de charque, no Rio Grande do Sul, parece estar ligado às secas sucessivas de 1777, 1779 e 1792, ocorridas no nordeste. Até essa época, a carne seca, um dos alimentos fundamentais dos escravos, era fornecida pelo Ceará, tanto para o mercado interno como para o internacional. Com a falta de chuvas e a conseqüente escassez de matéria-prima, verifica-se a decadência desse mercado produtor, que será substituído pelo Rio Grande do Sul<sup>32</sup>.

Devido às secas, o português José Pinto Martins, que era produtor de carne seca em Santa Cruz do Aracati, no Ceará, emigra para Pelotas. Em 1779, instalou-se às margens do Canal de São Gonçalo, estabelecendo aí uma charqueada, incrementando-se, então, a produção comercial do charque<sup>33</sup>. Desse momento em diante, pode-se afirmar, o eixo econômico gaúcho se centrará na zona de produção e exportação de charque e outros produtos da indústria saladeira, como couro, graxa, sebo, crina, aspas e línguas. Numerosas charqueadas passarão a funcionar ao longo de cursos d'água, devido à facilidade para o escoamento da produção até o porto de Rio Grande. A partir do estabelecimento das charqueadas, as relações escravistas de produção estruturam-se decisivamente em área considerável do território gaúcho, já que o escravo se constituiu na mão-de-obra básica

das charqueadas<sup>34</sup>.

As charqueadas tiveram como área de concentração geográfica a zona sul da província, colocando-se, sobretudo, às margens dos rios Pelotas, São Gonçalo, Jaguarão, da Lagoa dos Patos, e, ainda, nas proximidades de Porto Alegre e às margens do rio Jacuí. Esta situação, principalmente na região meridional, deixava-as próximas da zona de produção da matéria-prima e, também, do porto marítimo da província. O reflexo desse novo estado de coisas na economia provincial evidenciou-se no crescimento acentuado dos núcleos urbanos da zona sul (principalmente Rio Grande e Pelotas) e no deslocamento do centro econômico, de Porto Alegre para a região sul. Pelotas, fundada em 1812, tornou-se o mais importante centro da província, enquanto Porto Alegre passou a apresentar, entre 1820 e 1858, um índice de crescimento demográfico bastante reduzido, o qual só se recuperará mais para o fim do século, com a colonização europeia<sup>35</sup>. Em 1822, apenas em Pelotas existiam vinte e dois estabelecimentos saladeiris e, em Porto Alegre, desde fins do século XVIII, apareciam duas charqueadas, uma no morro do Cristal e outra na ponta do Dionísio<sup>36</sup>.

Paralelamente ao desenvolvimento das charqueadas gaúchas, desenvolviam-se, na região platina, estabelecimentos similares, os quais passaram a apresentar considerável incremento na primeira década do século XIX e a realizar efetiva concorrência à produção gaúcha<sup>37</sup>. Neste momento, abordaremos, apenas, os aspectos mais gerais desse confron-

to entre as charqueadas e os "saladeros", já que os aspectos mais específicos, que interessam a esse estudo, serão analisados nos capítulos seguintes.

No Brasil, o consumo de carne seca se constituiu em hábito de larga tradição. No tempo do auge da produção de açúcar nordestina, a região do interior era a fornecedora de charque demandado pelas áreas litorâneas. Seu maior consumo se devia à população escrava, mas não se restringia a ela; parcelas da população branca, sobretudo urbana, que durante quase toda fase colonial enfrentou problemas de abastecimento de alimentos, se constituíam em consumidores desse produto.

Mesmo antes do século XIX, pode-se detectar exportações de carne platina para o mercado brasileiro, apesar de em pequena quantidade. Em 1602, é efetuada a primeira exportação de carnes procedentes do porto de Buenos Aires, o que fazia parte de uma exportação mais ampla, que consistia de quinhentos quintais de carne seca, duas mil fânegas de farinha e quinhentas arrobas de sebo dirigidos aos portos do Brasil, Guiné e "outras ilhas circunvizinhas"<sup>38</sup>.

Entre 1603 e 1655 aconteceram aproximadamente setenta embarques de charque destinado aos portos do Rio de Janeiro, Pernambuco e ao Reino de Angola. Eram exportações pequenas, porém é possível que tenham ocorrido outras, clandestinas, de volume maior<sup>39</sup>. Depois disso, não se tem notícia de outros envios, que só reaparecerão no século XIX.



Em fins do século XVIII e inícios do XIX com a decadência da produção nordestina e o início da produção gaúcha, é esta que passará a abastecer os mercados das regiões situadas mais ao norte, passando a se desenvolver um comércio bastante considerável, que chegou a incluir, além do charque, outros produtos, e a abranger, também, a região do Prata.

Assim sendo, os navios que levavam à Bahia a carne seca do Rio Grande, de lá traziam aguardente, açúcar e mercadorias européias, que iam vender no Rio da Prata em troca de pesos espanhóis de prata, que eram conseguidos por contrabando. E é dos "saladeros" situados na margem oriental do Rio da Prata que virá, por essa via, o charque platino que passará a empreender forte concorrência ao produto gaúcho.

O maior mercado para o charque, tanto gaúcho como platino, era constituído pelas áreas de maior concentração de escravos, ou seja, o Rio de Janeiro e alguns locais da região nordestina, e, ainda, algumas ilhas do Caribe, sobretudo Cuba. Porém, era no mercado do Rio de Janeiro que se dava a maior competição entre ambos os produtos.

A produção desenvolvida pelos "saladeros" apresentava diversas vantagens, as quais serão abordadas nos capítulos seguintes, quando analisaremos, com detalhes, os aspectos de produção e comercialização do charque. Nesse momento, interessa-nos, apenas, apontar a situação e colocar que, apesar dessas vantagens, as charqueadas do Rio

Grande do Sul apresentaram considerável prosperidade nas primeiras décadas do século XIX, em virtude da desarticulação da produção platina motivada pelas perturbações político-militares ocorridas no Prata. As guerras de independência, iniciadas em 1810, vão favorecer as charqueadas gaúchas, tanto no aspecto da produção, já que, com a crise dos "saladeros", por elas provocadas, o gado platino passou a ser absorvido pelas charqueadas do Rio Grande, como, também, no aspecto da circulação, considerando-se que o produto platino, diminuía violentamente no mercado de consumo.

Essa prosperidade foi evidenciada por Saint-Hilaire, ao se referir à cidade de Rio Grande:

*"No Prata divide-se esta cidade apenas começou a prosperar depois da inauguração das colônias espanholas, datando, daí, a edificação da maioria das casas mais importantes que ainda hoje se veem. Como a barra era muito perigosa e a carne seca destas cercanias inferior à de Buenos Aires e Montevideo, era nestes portos que a procuravam antigamente. Mas, depois da guerra, Rio Grande tornou-se centro desse comércio e, por isso, um importante porto para o Brasil."*<sup>40</sup>

O progresso e o enriquecimento regional são, ainda, destacados por Saint-Hilaire, ao colocar, também, sobre Rio Grande:

*"... esta cidade é, no momento, o centro de considerável comércio de carne seca, de couros, urso e trigo, produzidos em grande zona da capitania. Negociantes ricos os há em quantidade; o mobiliário das casas e a aparência dos*

*homens demonstram, geralmente, a abundância. Entretanto, pode-se dizer que, somente após a inauguração dos espanhóis, a cidade começou a florescer. Antes de sua época, não se viam senão palhoças."41*

Esses depoimentos de Saint-Hilaire são reforçados por outro observador contemporâneo. Gonçalves Chaves também percebeu o desenvolvimento da área, ao descrever a Freguesia de São Francisco de Paula (Pelotas):

*"Não há pessoa nenhuma que visite esta povoação sem surpresa, quando sabe que só conta 8 anos desde sua fundação em um ermo. Sua posição geográfica é das mais vantajosas da província: não distando mais de três léguas da conflúente do S. Gonçalo, que comunica as duas lagoas dos Patos e Mirim, vem a ser o centro de todo o comércio deste grande espaço que elas circundam, e a proporção que as povoações do interior cresçam, ela crescerá sobre todas até ser uma grande cidade. Há duas cirandas vizinhas: estas situadas 22 fabricas de carnes-secas (charqueadas) e é destes estabelecimentos que esta freguesia deriva por sua a sua maior riqueza, estabilidade e população. Já se contam dentro da povoação 212 casas, as quiza ha alguma de valor de quarenta mil cruzados."42*

De 1780 até o início da década de 1820, o trigo gaúcho se constituiu na fonte de capital que auxiliou a expansão da indústria da carne seca, bem como a construção de pequenos navios costeiros. Em 1814, o charque se colocava em terceiro lugar nas exportações provinciais, após o trigo e o couro. As charqueadas provocaram a criação e a proliferação de estâncias na região da fronteira, as quais se expandiram, posteriormente, até a Banda Oriental. Como

as charqueadas possibilitavam o aproveitamento praticamente total do animal, houve uma valorização das manadas e os criadores se viram forçados a racionalizar as estâncias. Saint-Hilaire percebeu o crescimento das estâncias rio-grandenses, no início da década de 1820, a ponto de declarar:

*"Não é raro encontrar estâncias com renda de 10 a 40 mil cruzados. Como quase não há despesas a fazer, tal fortuna tende a aumentar em rápida progressão."*<sup>43</sup>

A presença de grandes reservas de gado selvagem no sul, área que incluía a região setentrional do Uruguai, bem como a presença de um promissor mercado para o charque, entre os escravos e a população urbana de nível econômico inferior, serviram como estímulo à produção e, em 1821, o charque passou a encabeçar a pauta das exportações gaúchas, já que as guerras cisplatinas haviam aberto as grandes reservas de gado da Banda Oriental ao Rio Grande do Sul.

O caráter extensivo da pecuária gaúcha, bem como o crescimento de sua rentabilidade provocado pelo desenvolvimento das charqueadas e, ainda, a qualidade das pastagens uruguaias e a quantidade e qualidade de seu gado, além dos interesses políticos brasileiros no Prata, motivaram a ocupação da Banda Oriental pelo Brasil (1817-25), e sua anexação formal em 1820. Os gaúchos passaram a se colocar no Uruguai, investindo capitais em terras e gados, e de lá trazendo, para suas estâncias no Rio Grande do Sul consi-

deráveis manadas. Spencer Leitman chama a atenção para um relatório uruguaio que informa que haviam ultrapassado a fronteira vinte e quatro milhões de cabeças, incluindo gado bovino, cavalos e burros. Mesmo que possa ter havido um certo exagero, a informação é um indicador da riqueza pastoril do Uruguai<sup>44</sup>.

Assim, a produção gaúcha de carne seca, no período de conflitos na Banda Oriental, passa a sofrer um rápido incremento, passando, os rio-grandenses, a substituir o Uruguai nas vendas para o mercado cubano. Apesar da Argentina continuar sendo o maior exportador para Cuba, durante certo tempo os gaúchos se constituíram em fortes concorrentes.

A carne seca produzida pelas charqueadas gaúchas era enviada, fundamentalmente, para os portos do Rio de Janeiro e do Nordeste, de onde era redistribuída para as fazendas situadas ao longo da costa. Este comércio era efetivado por navios costeiros brasileiros e, também, por navios estrangeiros, que, mais interessados no couro, transportavam, também, o charque, descarregando-o nos portos brasileiros antes de prosseguirem para a Europa ou Estados Unidos. Desse modo, percebe-se que os charqueadores gaúchos tinham um duplo interesse: o mercado interno de char-

Apesar da prosperidade apresentada pela pecuária gaúcha no primeiro quartel do século XIX, problemas começaram a se evidenciar a partir de 1825, quando a Banda Oriental se rebelou contra a dominação brasileira. Devido ao apoio argentino ao movimento, cujo objetivo maior era a re-integração do Uruguai às Províncias Unidas do Rio da Prata, desencadeou-se a guerra Cisplatina, pelo domínio da região. O conflito envolveu o Rio Grande do Sul, mais uma vez, numa ampla campanha militar que se estendeu até 1828, quando o Uruguai se tornou independente, através da assinatura da paz efetuada com a mediação inglesa. No tocante ao Rio Grande do Sul, a perda da Província Cisplatina teve como resultado imediato a perda do gado uruguaio, que voltou a abastecer os "saladeros" platinos, que se rearticulavam. Acrescenta-se, ainda, que a guerra oportunizou o robustecimento dos conflitos que existiam entre as chefias locais e aquelas designadas pelo centro. Não apenas no Rio Grande do Sul, mas também em outras áreas da nação, de economia periférica, as tensões se acumulavam, criando ambiente propício ao rompimento de rebeliões provinciais, caracterizadas por idéias federativas e republicanas e pela insatisfação das oligarquias regionais.

Na realidade, os estancieros gaúchos tinham consciência de que o livre acesso ao gado e às pastagens orientais era um fator importante para a prosperidade de seus negócios e, também, que o progresso econômico provincial vinculava-se estreitamente aos conflitos na Cisplatina, pois a economia gaúcha se beneficiava com a devastação

das pastagens uruquaias. Efetivamente, a expansão constante das exportações de couro e charque não se concretizaria sem novas terras, já que não existiam preocupações com o melhoramento dos pastos e seleção das estirpes. Desta forma, o aumento do volume exportado e o crescimento econômico exigiam mais terra e mais gado. Assim, é na Campanha que o sentimento regionalista vai se manifestar mais fortemente e os estancieiros se tornaram os porta-vozes das reivindicações políticas e econômicas da província.

Em 1835, o Rio Grande do Sul se levantou contra o governo central, num enfrentamento que durou dez anos e configurou uma guerra civil que quase redundou na separação do Rio Grande da unidade do Império brasileiro. Em última análise, a Revolução Farroupilha se constituiu num intento de obter a autonomia econômica da região<sup>45</sup>.

Sob a ótica dos revolucionários, a separação do Império era a única alternativa de solução para a situação da região e para o solucionamento dos problemas enfrentados pela economia e pela sociedade gaúchas.

Desse modo, os farrapos acusavam o governo central de gerir mal os negócios públicos, de efetuar gastos supérfluos, de não aparelhar materialmente o país em termos de infra-estrutura e, sobretudo, de sobrecarregar o Rio Grande do Sul em termos de taxações, sem a contrapartida de indenizações pelos danos sofridos nos conflitos em que era envolvido na defesa do país. A percepção da posição de "instalação do Império" era nítida, pois o Rio Gran

de fornecia soldados, cavalos e alimentos nos períodos de lutas na fronteira; sua produção era desorganizada, porém não era indenizado pelos prejuízos ocorridos. Por outro lado, para os principais postos de comando das tropas eram somente designados elementos do centro, enquanto, efetivamente, era o Rio Grande o responsável pela sustentação da guerra.

É importante destacar que os principais líderes do movimento revolucionário eram elementos ligados à pecuária. Joseph Love chama a atenção para o fato de que foram os estancieiros da Campanha que dirigiram e sustentaram a revolta e que, aos criadores da Campanha e alguns produtores de charque de Pelotas (com ligações econômicas na Campanha), couberam os gastos efetuados pelos rebeldes<sup>46</sup>. Por trás disto, percebe-se a insatisfação dos elementos vinculados às atividades pecuaristas, no que se refere aos impostos cobrados sobre o couro e o charque, este último onerado pelas elevadas tarifas de importação do sal, enquanto os pecuaristas se viam forçados ao pagamento de altas taxas sobre a lêgua de terra. Enquanto isso, o charque platino, que concorria com o gaúcho, pagava imposto reduzido nas alfândegas brasileiras. Ocultos por trás deste comportamento preferencial dado ao produto estrangeiro, que buscava o achatamento do preço da mercadoria gaúcha, estavam os interesses do centro e do norte do país, que desejam adquirir o artigo básico para manter seus escravos a custo reduzido. Em termos locais, essas atividades parciais do Império se refletiam no desprestígio da camada domi-



nante gaúcha<sup>47</sup>.

Ao romper a revolução, os farrapos, principalmente a elite da fronteira, percebiam que não perderiam grande coisa e poderiam se beneficiar razoavelmente. O Império vinha sendo contestado em outras regiões do país e estava com sua economia abalada. O Rio Grande estava bastante distante do centro político e militar da nação, e bem próximo do Prata, de onde poderia receber, virtualmente, um apoio. A guerra poderia estimular a economia e, talvez, garantir a autonomia financeira, e, em caso de derrota, até seria possível obter certas compensações de um governo central enfraquecido<sup>48</sup>.

Após dez anos, em 28 de fevereiro de 1845, o conflito farrapo é encerrado através do acordo de Ponche Verde. A paz, oferecida pelo Império, vinculava-se à trajetória da política platina, onde a Argentina, através de Rosas, tentava conduzir o Uruguai ao domínio argentino. A proximidade do conflito no Prata fez ver, ao governo imperial brasileiro, mais uma vez, a importância de contar com a colaboração militar e econômica gaúcha, o que, novamente, colocou em jogo a potencialidade militar do Rio Grande como instrumento de barganha com o poder central. Dentre as conquistas dos farrapos, interessa-nos destacar, no campo econômico, a taxa de importação de 25% sobre o charque platino, enquanto que, na instância política, os estancieiros obtiveram o direito de escolherem, naquele momento, o seu presidente de província. Após a revolução, tem início

um período de apogeu da dominação regional dos pecuaristas do Rio Grande do Sul, apesar de se confirmar, em termos nacionais, a subordinação da província periférica aos interesses do centro do país.

No período que se seguiu ao fim do conflito farroupilha, a economia pecuária sulina atravessou uma época de prosperidade, motivada, provavelmente, bem mais pelas dificuldades econômicas ocorridas na região platina do que pela influência da tarifa imperial. As interferências contínuas de Rosas na política interna uruguaia, de 1839 a 1851, e um bloqueio anglo-francês, que obstaculizou o comércio de Buenos Aires, entre 1845 e 1848, certamente trouxeram reflexos negativos aos setores produtivos dos países do Prata, do que se beneficiou a economia gaúcha, sobretudo no que concerne às charqueadas.

Durante os anos de guerra, as estâncias brasileiras haviam-se multiplicado em território uruguaio. Os criadores rio-grandenses, aproveitando os períodos de guerras civis ou nacionais, se colocavam com seus rebanhos nos pastos orientais. Os gaúchos da fronteira, em 1850, eram proprietários de mais de 400 estâncias que somavam mais de 1.782 leguas quadradas, com centenas de cabeças de gado<sup>49</sup>. A população brasileira no Uruguai, em 1860, chegava a atingir, aproximadamente, 11% do total. As estatísticas de 1883 evidenciavam, claramente, os interesses econômicos dos brasileiros. Entre 18.237 donos de propriedades no Uruguai, os gaúchos alcançavam 5.500<sup>50</sup>.

Desde o final da década de 1840 e durante o período conhecido como "Guerra Grande"<sup>51</sup>, o gado, através das "califórnicas"<sup>52</sup>, foi contrabandeado para o Rio Grande. Por outro lado, o Tratado de Comércio e Navegação, assinado entre o Uruguai e o Brasil, em outubro de 1851, estabeleceu condições favoráveis às charqueadas gaúchas e acabou por consolidar a desarticulação dos "saladeros" uruguaios<sup>53</sup>.

Considerando a conjuntura do momento, marcada pela desorganização das economias concorrentes, pela possibilidade de garantir a matéria-prima a preço reduzido e, até 1850, pela possibilidade de obtenção de terras de modo gratuito, além da flexibilidade na oferta de mão-de-obra escrava, pode-se perceber que a produção do charque gaúcho apresentava custos relativamente reduzidos. Efetivamente, a situação crítica para as charqueadas gaúchas manifestar-se-ia a partir da década de 1860.

A extinção do tráfico negreiro, em 1850, por um lado, e o crescimento da economia cafeeira, por outro, se constituiriam nos elementos iniciais motivadores do que, no Rio Grande do Sul, e do ponto de vista dos grupos escravistas locais, se celebrizou como uma "crise de braços". A economia sulina, como subsidiária da economia central de exportação, tinha parte de seu lucro absorvido pelo centro do país. Assim, com os obstáculos colocados à obtenção da mão-de-obra, bem como com a elevação de seu preço, a parcela mais substancial dos custos recaíram na reposição da força de trabalho. Os problemas criados por essa situação,

para a atividade produtiva das charqueadas, se evidenciarão bastante sérios e serão analisados, detalhadamente, no capítulo seguinte deste trabalho.

Por outro lado, a partir da década de 1860, uma nova articulação começou a se evidenciar nos "saladeros" platinos, onde diversas modificações introduzidas acabaram por caracterizá-los como uma empresa verdadeiramente capitalista. A utilização de mão-de-obra assalariada, a intensificação da divisão social do trabalho, a especialização, a utilização da máquina a vapor, as melhorias sanitárias, o aproveitamento mais intenso e regular do boi, com a obtenção de uma variedade de subprodutos, o aparelhamento dos portos, o surgimento das ferrovias, a ampla propagação, no mercado europeu, dos produtos platinos, além do apoio governamental evidenciado numa legislação protecionista, acabaram por resultar num aumento da produtividade e na possibilidade de colocar, no mercado brasileiro, um artigo de preço mais compensador que o charque gaúcho. A orientação da política econômica nacional, subordinada aos interesses do centro do país, impossibilitava a adoção de medidas permanentes que limitassem a entrada da mercadoria estrangeira, já que, às oligarquias do café e do açúcar, interessava manter baixo o preço do charque que adquiriam.

Nos dois últimos decênios da administração imperial (1870-1889), modificações relevantes se verificaram na estrutura econômica e social do Rio Grande do Sul. Fatores semelhantes aos que haviam transformado os pampas ar-

gentinos, ou seja, inovações tecnológicas, investimento externo e imigração, passaram a exercer um impacto parecido sobre o Rio Grande, apesar de mais tardiamente. De 1870 em diante, cercas de arame começaram a espalhar-se pelos campos da Serra e da Campanha, o mesmo acontecendo com o arame farpado, na década de 1880. O frigorífico, que modificou a pecuária argentina, em fins do século XIX, só aparece no Rio Grande do Sul após a Primeira Guerra Mundial. Novas raças de gado passam a ser introduzidas no Rio Grande, apesar de não trazerem um resultado tão significativo na produção como ocorreu na Argentina. Modificações no setor dos transportes se efetivam: nos inícios de 1870, embarcações a vapor trafegavam pela Lagoa dos Patos e seus tributários e ligavam o Rio Grande ao Prata e aos portos do centro e do norte do país. Ainda na década de 1870, implantaram-se as primeiras linhas férreas.

Ainda na época imperial, os produtores de charque procuraram solucionar o problema de mão-de-obra libertando antecipadamente os escravos, em 1884. Todavia, a adoção da "cláusula de prestação de serviços" garantia, ao senhor, a disponibilidade do trabalhador, de modo a poder utilizá-lo segundo suas necessidades efetivas, transferindo, porém, os gastos de manutenção para o próprio liberto, agora denominado "contratado". Em última análise, isso implicava na extinção da escravidão sem a extinção dos escravos, limitando, desta forma, a difusão das relações assalariadas de produção nas charqueadas gaúchas e comprometendo o desenvolvimento do capitalismo na região.

Como se pode observar até aqui, a atividade produtiva das charqueadas, bem como sua rentabilidade, não apresentaram uma regularidade e uma constância, ao longo de todo o século XIX. A lucratividade alcançada nos primeiros trinta anos somente voltará a ocorrer nos últimos anos do século, quando, então, a própria estrutura produtiva das empresas já não se apresentava da mesma maneira, ou seja, havia sofrido uma série de alterações que, inclusive, alteraram o seu próprio caráter de empresa escravista.

Por outro lado, o assunto se reveste de considerável complexidade, se considerarmos que, além de exigir a análise de dois tipos de estruturas de produção distintas e concorrentes, certamente implica na consideração de diversas situações conjunturais que, efetivamente, influenciaram o desempenho das charqueadas gaúchas e que, em nossa opinião, não mereceram a devida consideração em alguns trabalhos que abordaram o tema.

Ainda no tocante à análise geral da economia gaúcha no século XIX, cabe-nos colocar o aspecto da economia colonial imigrante<sup>54</sup>.

A chegada dos imigrantes alemães se deu a partir de 1824, quando passaram a se estabelecer em pequenas propriedades de terras, inicialmente doadas e, depois de 1854, compradas em prazo dilatado. O tamanho das propriedades sofreu variações, já que, em 1824, atingiam 77ha e, em 1848, chegavam, apenas, a 48ha<sup>55</sup>.

Nas primeiras duas décadas de seu estabelecimento no Rio Grande do Sul, aproximadamente, a atividade praticada pelos colonos alemães foi a agricultura de auto-subsistência, realizada com mão-de-obra basicamente familiar. Porém, de 1840 a 1870, desenvolve-se uma agricultura comercial de produtos de subsistência, absorvidos, fundamentalmente, na capital da província. Após 1870, essa produção ganha proporções maiores, a ponto de ser escoada para o centro do país, para consumo do mercado interno gerado pelo café. Além de produtos agrícolas, eram produzidos, também, a banha e o toucinho, de boa rentabilidade em virtude do elevado valor por unidade, em função dos deficientes transportes da época.

Como se pode observar, o desenvolvimento da agricultura colonial alemã foi destacado, ao longo do século XIX, tendo beneficiado, sobretudo, não o pequeno produtor proprietário, mas o comerciante, que lucrava nas diversas etapas de comercialização, no transporte e nas operações financeiras, fato este que possibilitou considerável acumulação de capital em suas mãos, o qual, mais tarde, favorecerá o aparecimento da indústria.

Os colonos alemães se estabeleceram, inicialmente, em São Leopoldo e ao longo da região situada ao norte do rio Jacuí, bem como pelas áreas adjacentes, com meio século de antecipação em relação à vinda dos primeiros colonos italianos.

A situação dos colonos italianos foi menos vanta

josa do que a dos alemães, levando em consideração que as terras mais apropriadas para a prática agrícola já se encontravam ocupadas. Assim, os italianos tiveram que se instalar em locais mais afastados, na encosta da serra, principalmente ao redor de Caxias do Sul e Alfredo Chaves. Deve-se levar em conta, também, que os lotes a eles concedidos, a crédito, eram de proporções bem inferiores aos dos alemães, ou seja, 25ha.

Alem disso, o apoio que havia sido garantido aos italianos, ou seja, o subsídio para a alimentação, com validade para o período de um ano, acabou sendo extinto e o único respaldo com que o imigrante italiano pôde contar foi aquele decorrente do trabalho remunerado de 15 dias por mês, desenvolvido na abertura das estradas.

Como os alemães, os colonos italianos cultivavam os cereais tradicionais da Europa, devendo, assim, enfrentar a concorrência da produção alemã. Isto provocou a transformação de certas áreas italianas em zonas especializadas na vitivinicultura, sendo que o vinho produzido nesses locais passou a ser absorvido, amplamente, no centro do país, pela população de origem italiana.

Nos núcleos italianos, a mão-de-obra utilizada era fundamentalmente familiar. A produção obtida, que incluía, também, o milho e a banha, era escoada através de uma rede de comercialização que havia sido estruturada pelos imigrantes alemães, o que colocava os italianos numa situação de submissão ao capital alemão, apesar da facili-



dade de comercialização de seus produtos<sup>56</sup>.

Interessa-nos ressaltar, nesse momento, que, no conjunto, as atividades agrícolas desenvolvidas nas zonas de colonização italiana e alemã serviram de contrapeso às atividades pastoris praticadas em outras áreas da província, sobretudo se se considerar que a pecuária gaúcha vivia um período de certa estagnação. Por outro lado, a pequena propriedade colonial ajudava a contrabalançar o latifúndio tradicional, dominante na área meridional. Em grande parte, o atributo concedido ao Rio Grande, nos inícios deste século, de "celeiro do país", vincula-se à presença significativa dos artigos coloniais no rol das exportações gaúchas.

Os aspectos até aqui desenvolvidos, relativos à economia gaúcha no século XIX, nos possibilitaram apenas entrever a questão das relações sociais de produção que, nesse período, devido à sua diversidade, nos deixam perceber traços pré-capitalistas e capitalistas, estes últimos apenas se definindo mais claramente ao se aproximar a virada do século.

Ao longo do século XIX, como se pode observar, a agropecuária foi o setor de atividade dominante no Rio Grande do Sul, com predomínio da pecuária, que colaborou com os coeficientes mais elevados na pauta das exportações, tanto em volume como em valor. A criação, praticada no latifúndio extensivo, evidenciava baixo índice de produtividade. Apesar de que, no final do século XIX, já houvesse

se começado o processo de cercamento dos campos e os primeiros passos no sentido do refinamento dos rebanhos tivessem sido dados, prevalecia amplamente a criação do gado solto nos campos, onde os cuidados com a reprodução selecionada eram mínimos.

A posse do gado e da terra, meios de produção fundamentais, encontrava-se radicalmente concentrada. No cenário gaúcho, percebia-se o domínio marcante do latifúndio pecuarista, onde o potencial produtivo era fracamente utilizado.

Diante desse limitado avanço das forças produtivas, as relações de produção correspondentes eram de tipo pré-capitalista. Apenas nos últimos anos do século, evidenciaram-se as relações de produção capitalistas, e, mesmo assim, ainda fragilmente definidas.

Nas estâncias, a força de trabalho característica foi representada pelo peão, indivíduo sem terra que garantia sua sobrevivência desempenhando tarefas ligadas à pecuária. As formas de remuneração não eram monetárias, mas se apresentavam sob a forma de casa, comida e o direito à utilização de um pedaço de terra, se tivesse família. Eventualmente, podia receber uma retribuição em moeda, por trabalhos complementares<sup>57</sup>.

Nas primeiras povoações e nas primeiras estâncias gaúchas, a presença de escravos é fato estudado de maneira ainda muito restrita. Todavia, os primeiros mapas es

tatísticos da Capitania sugerem o papel relevante que devem ter exercido. Ingressando com as primeiras expedições, foram desempenhando as mais variadas tarefas e ofícios urbanos, com uma participação destacada, porém distribuída de modo irregular. Nas principais aglomerações foi significativa; nas estâncias mais ricas, provável; nas terras do interior, inexistente<sup>58</sup>.

O regime social de produção escravista se estruturou, de forma definitiva, no Rio Grande do Sul, com o surgimento das charqueadas, cuja atividade produtiva se fundamentou na exploração do trabalho escravo. Desde então, e por mais de um século, os charqueadores acumularam riquezas a partir da produção direta do trabalhador servil. Como em outras áreas brasileiras, no Rio Grande do Sul, ao longo do século XIX, foi marcante a presença das "casas grandes" e das senzalas, dos troncos e dos feitores, da violência e do enfrentamento entre o senhor e o escravo. Nicolao Dreys, comerciante francês que residiu no Rio Grande do Sul, deixou seu depoimento expressivo, ao colocar:

*"Uma charqueada tem absolutamente  
 o um estabelecimento penitenciário..."  
 "... várias tentativas fizeram e não  
 serviram, em tempo diferente, para  
 impedir a toda a população a gra... em  
 movimento... nas todas as  
 partes... e não poderiam des-  
 car de... a falta de...  
 da... e... que...  
 ... a...  
 ..."*<sup>59</sup>

As relações de produção escravistas, devido à

na importância para esse trabalho, voltarão a ser abordadas, com mais profundidade, no capítulo seguinte.

Nas zonas agrícolas, tanto nos núcleos açorianos, como nos alemães e italianos, a força de trabalho dominante, que caracterizou essas áreas, foi a familiar. Eventualmente, era utilizada, ainda, a mão-de-obra de agregados e, em certas circunstâncias, os agricultores valiam-se dos vizinhos quando necessitavam.

Os aspectos até aqui enfocados objetivaram delinear o perfil da economia rio-grandense, ao longo do século passado. Apesar da generalidade da análise desenvolvida, cremos que foi possível evidenciar seus aspectos mais significativos, bem como o papel relevante representado pela charqueada escravista gaúcha. No conjunto econômico e social, como o produto que liderará a pauta das exportações rio-grandenses, possibilitando, assim, a acumulação de riquezas em mãos de um segmento da camada dominante, o charque gaúcho chama, para si, as atenções de todos quantos se interessam pela história rio-grandense do século XIX.

O final do século passado evidenciou o processo de formação do capitalismo no Rio Grande do Sul, tanto ao nível da criação como da charqueada e, também, da economia colonial. Assistiremos, igualmente, à desarticulação da charqueada enquanto empresa escravista, que passará a ser substituída por outra, estruturada em termos mais modernos.

Essa situação, de desestruturação da charqueada escravista gaúcha, será alvo de nosso interesse nos capítulos que seguem.

<sup>8</sup> Conforme explica Sandra J. Pesavento (op.cit., p.16), apenas no governo de José Marcelino de Figueiredo (1764-80) é que a Coroa vai conceder-lhes uma data (372 hectares), para que iniciassem a atender as necessidades de subsistência da colônia, por meio de uma atividade agrícola baseada na mão-de-obra familiar.

<sup>9</sup> A evolução das exportações de trigo é apontada por Elmar J.M. da Silva, op. cit., p. 60, através do quadro abaixo:

TABELA n.1.1

EXPORTAÇÃO DE TRIGO PELO RIO GRANDE DO SUL - 1790/1820 (EM ALQUEIRES)

1790	73.044	1799	22.070
1793	8.040	1800	58.726
1794	43.144	1805	136.825
1795	12.878	1808	257.308
1796	13.346	1813	342.087
1797	16.810	1820	109.608
1798	13.028		

<sup>10</sup> CHAVES, Antonio José Gonçalves - *Memórias arcaico-políticas sobre a administração pública do Brasil*. Porto Alegre, Cia. União de Seguros Gerais, 1978 (a primeira edição data de 1822), pp. 192-3.

<sup>11</sup> CASTRO, Antonio Barros de - *Seta canção sobre a economia Brasil. In.* 3ª ed. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1977, 2v., p. 44.

<sup>12</sup> ROCHE, Jean, op. cit., p. 34.

<sup>13</sup> Sobre o assunto, veja-se: RÜDIGER, Sebalt - *De fundação e propriedade de terras no Rio Grande do Sul* - Doc. In. Porto Alegre, IEL, 1965; LOBO, Eulália, M.L. - *História da política-administrativa da agricultura brasileira* - Brasília, S.N.C.; CIRNE LIMA, Ruy - *Esquema história territorial do Brasil - esboços e terras devolutas*. Porto Alegre, Livraria Sulina Ed., 1954; FRANCO, Sérgio da Costa - "A Campanha". In: CARDOSO KREMER, Aida et alii - *Rio Grande do Sul terra e povo*. 2ª ed. Porto Alegre, Globo; PESAVENTO, Sandra J., op. cit.; FREITAS, Décio - *O capitalismo no Brasil*. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980; CARDOSO, Fernando H. - *Capitalismo e escravidão no Brasil colonial: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979; CHAVES, A.J.G., op. cit.; LEITMAN, Spenser - *Os negros e a sociedade da América Portuguesa: um capítulo*

lo da história do Brasil no Séc. XIX. Rio de Janeiro, Graal, 1979; SOUZA, Paulo R.C., op. cit.

14 ROSCIO, Francisco João - "Compêndio noticioso do Continente do Rio Grande do Sul até o Distrito do Governo de Santa Catarina, extraído dos meus diários, observações e notícias que alcancei nas jornadas que fiz ao dito Continente nos anos de 1774 e 1775". In: FREITAS, Décio, op. cit., p. 132.

15 Os limites apontados por Roscio referem-se às terras contidas dentro dos limites estabelecidos, em 1777, pelo Tratado de S. Ildefonso.

16 MAGALHÃES, Manoel Antonio de - Almanack da Vila de Porto Alegre. In: FREITAS, Décio, op. cit., p. 84.

17 CHAVES, Antonio José Gonçalves, op. cit., pp. 93-4.

18 SAINT-HILAIRE, Auguste de - "Viagem ao Rio Grande do Sul. In: FREITAS, Décio, op. cit., p. 15.

19 RÜDIGER, Sebalt, op. cit., pp.67-8.

20 O tenente-general Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara governou o Rio Grande do Sul de 1780 a 1801, sendo, então, substituído pelo comandante de esquadra Paulo José da Silva Gama.

21 CHAVES, A.J. Gonçalves, op. cit., p.181.

22 Idem, ibidem.

23 Idem, ibidem, pp. 181-2.

24 D. Diogo de Souza, o Conde do Rio Pardo, passou a governar o Rio Grande do Sul já com o título de capitão-general, pois, em 1809, a região passou à categoria de Capitania-Geral.

25 CHAVES, A.J. Gonçalves, op. cit., pp.188-9.

26 Idem, ibidem, p. 190.

27 CARNE LIMA, Ruy, op. cit., p. 54.

28 LOBO, Eulália M.L., op. cit., p. 119.

- 29 CHAVES, A.J. Gonçalves, op. cit., p. 190.
- 30 XAVIER, Paulo - "A Estância". In: CARDOSO KREMER, Alda et alii, op. cit., p. 79.
- 31 Em artigo publicado no Correio do Povo Rural, com o título "Um cearense iniciador de nossas charqueadas?".
- 32 MAESTRI FILHO, Mário J. - "O escravo africano no Rio Grande do Sul". In: *Rev. Economia e Política*, op. cit., p. 39. Sobre o assunto, veja-se, também: LEITMAN, Spencer, op. cit., pp. 96-7.
- 33 SILVA, Elmar Manique da - "Ligações externas da economia gaúcha", op. cit., p. 59. No entanto, apesar da iniciativa de Pinto Martins ser considerada, tradicionalmente, o marco inicial da produção maciça de charque, uma produção significativa pode ter existido anteriormente a Pinto Martins. Mário Maestri Filho (op.cit.,p.40) lembra que Albino Costa - que não especifica suas fontes - coloca que "em documentos oficiais de 1776, Viamão e Rio Pardo aparecem exportando charque, em grande escala: valendo então uma arroba 80 réis, uma vaca 800 réis, um novillo 1.000 réis." (COSTA, Albino - *A Indústria do Charque e a Indústria do Pão no Brasil e na América do Sul*, Rio de Janeiro, 1905, p.6).
- 34 Sobre a economia do charque, veja-se: CARDOSO, Fernando Henrique, op. cit.; GORENDER, Jacob - *O sistema colonial*. 3ª ed. São Paulo, Ática, 1980; SOUZA, Paulo Renato Costa, op. cit.; PESAVENTO, Sandra J. - *Lepra, sífilis e tuberculose: charqueadas, frigoríficos e criadores*. Porto Alegre, Movimento, 1980; SILVA, Elmar J.M., op.cit.; LEITMAN, Spencer, op. cit.
- 35 Elmar Manique da Silva (op.cit.,pp.62 e 64) apresenta os seguintes dados referentes à população de Porto Alegre:



TABELA n. 1.2  
POPULAÇÃO DE PORTO ALEGRE - 1803/1890

ANO	POPULAÇÃO (HAB.)	CRESCIMENTO (%)	TAXA GEOMÉTRICA DE AUMENTO ANUAL
1803	3.927	-	-
1807	6.035	+ 51%	11,0%
1820	12.000	+ 100%	6,0%
1848	16.900	+ 41%	1,1%
1858	18.465	+ 9%	0,8%
1872	34.183	+ 85%	4,3%
1890	52.096	+ 53%	2,5%

Fonte: SPALDING, Walter - *História de Porto Alegre por dois séculos*. Porto Alegre, Prefeitura Municipal, Edição comemorativa do bicentenário da cidade, 1973.

<sup>36</sup> SOUZA DOCCA, E.F., op. cit., p.115. Saint-Hilaire, todavia, aponta para Pelotas, em 1822, apenas 18 charqueadas, em lugar de 22. (SAINT-HILAIRE, A. de, op. cit., p. 96).

<sup>37</sup> Existem diversas obras que abordam o problema da concorrência que se verificou entre as charqueadas gaúchas e os "saladeros" platinos, tanto brasileiras como argentinas e uruguaias. Entre elas, citam-se: CARDOSO, Fernando Henrique, op. cit.,; LEITMAN, Spencer, op. cit.; SOUZA, Paulo Renato Costa, op. cit.; PESAVENTO, Sandra J., op. cit.; BARRETO, Antonio Emilio Muniz - "Evolução histórica do comércio argentino-brasileiro (1800-1930)". Tese de doutoramento mimeografada, São Paulo, Faculdade de Economia e Administração/USP, 1972; BARRAN, José P. e NAHUM, Benjamin - *Historia social del Uruguay moderno*. Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, 1968; BORRA, Mario et alii - *El Uruguay platino*. Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, 1972.

<sup>38</sup> MUNIZ BARRETO, A.E., op. cit., pp. 234-5.

<sup>39</sup> MONTOYA, A.J., op. cit., p. 13.

<sup>40</sup> SAINT-HILAIRE, A. de, op. cit., p. 76.

<sup>41</sup> Idem, *ibidem*, p. 81.

<sup>42</sup> CHAVES, A.J. Gonçalves, op. cit., pp. 178-9.

43 SAINT-HILAIRE, A. de, op. cit., p. 70.

44 LEITMAN, Spencer, op. cit., p. 98. O relatório data de 31 de janeiro de 1825, sendo dirigido a George Canning por Thomas Hood.

45 O acontecimento farroupilha tem sido um dos temas da história do Rio Grande do Sul que mais atenção tem recebido dos historiadores gaúchos. Lembraremos, apenas, algumas das obras que poderão ser procuradas para informações mais detalhadas, já que nos referiremos ao assunto genericamente e visando atender os objetivos do capítulo. Assim, indicamos: LEITMAN, Spencer, op. cit.; FLORES, Moacyr - *Revista política dos farroupos: as idéias políticas da revolução farroupilha*, 2ª ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982; LOVE, Joseph, op. cit.; PESAVENTO, Sandra J., op. cit.; FRANCO, Sérgio da Costa - "A Revolução Farroupilha". In: *Política na História*. Porto Alegre, CORAG, 1975, pp. 38-40.

46 LOVE, Joseph, op. cit., p. 15.

47 PESAVENTO, Sandra J., op. cit., p. 38. Com relação à questão dos impostos que oneravam a economia do charque gaúcho, entraremos em maiores detalhes nos dois próximos capítulos, quando trataremos dos aspectos da produção e da comercialização do produto.

48 LEITMAN, Spencer, op. cit., pp. 167-8. Efetivamente, conforme indica o autor, no final da guerra a posição econômica e social da elite dos caudilhos havia apresentado melhoras.

49 Relatório da repartição dos negócios estrangeiros apresentado à assembleia geral legislativa na terceira sessão da oitava legislatura pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Paulino José Soares de Souza, Rio de Janeiro, 1851, anexo A, negócios do Rio da Prata, p. 41, apud LEITMAN, Spencer, op. cit., pp. 168-9.

50 VASCONCELOS, Henrique Pinheiro de - "Uruguai-Brasil, comércio e navegação, 1851-1927". 2v. Rio de Janeiro, 1929, II, p. 268, apud LEITMAN, Spencer, op. cit., p. 169.

51 A chamada "Guerra Grande" se constitui num conflito, no Prata, que colocou em campos opostos, de um lado, as forças de Oribe (Uruguai) e Rosas (Argentina) e, de outro, as de Urquiza (governador de Entre-Rios) e Artigas (chefe manual "colorado"), com quem o governo brasileiro se alia. O conflito é encerrado em 1852, com a derrota de Rosas, em Caseros, na Argentina, diante das tropas gaú-

chas e das de Urquiza.

52 As "califórnia" eram incursões feitas ao território uruguaio, nas quais as estâncias orientais eram assaltadas e saqueadas, de surpresa, por grupos armados de gaúchos, que transferiam o gado uruguaio para as estâncias gaúchas.

53 As condições do Tratado de Comércio e Navegação de 1851 serão analisadas mais adiante, devido a sua influência nos setores de produção e comercialização do charque.

54 Devido às características deste trabalho, não abordaremos amplamente o tema da colonização europeia. Res saltamos, todavia, que o movimento migratório de colonos europeus em direção ao Brasil pode ser inserido num processo mais vasto de expansão capitalista em termos mundiais. A expulsão do camponês europeu da terra, bem como a desarticulação da atividade artesanal, decorrentes da formação da acumulação primitiva de capital, da concentração da propriedade fundiária e da emergência da indústria, acabam por provocar a ocorrência de um excedente de mão-de-obra desocupada, incapaz de ser absorvida pela etapa manufatureira do desenvolvimento industrial, gerando focos de tensão social que, aliados à instabilidade política dos processos de unificação nacional em gestação no interior de países como a Alemanha e a Itália, geravam sérios problemas internacionais. A solução que se oportunizou foi a canalização desse excedente populacional para os denominados "países novos", como o Brasil.

55 Conforme especifica Sandra J. Pesavento, *op. cit.*, p. 47. Para maiores detalhes sobre a colonização alemã no Rio Grande do Sul, leia-se ROCHE, Jean, *op. cit.*

56 PESAVENTO, Sandra J., *op. cit.*, p. 50.

57 Jean Roche (*op. cit.*, pp. 34-5) distingue as diversas categorias de peões, conforme suas atribuições ou seu regulamento. Assim, existiam: o caseiro, o galponeiro e o posteiro. Este último é um agregado, e não um peão comum; reside no meio do campo, com sua família, em seu "posto". Após 1870, conforme esclarece Sérgio da Costa Franco (*op. cit.*, pp. 70-1), devido ao cercamento dos campos, a melhoria dos rebanhos e a simplificação das tarefas ligadas ao campo, verificar-se-á uma redução da mão-de-obra empregada nas estâncias bem como uma tendência ao desaparecimento da figura do agregado, cujo direito de residir e alimentar-se na estância significava a retribuição do seu trabalho ou do essencial do seu trabalho, de acordo com o combinado com o proprietário da terra.

58 MAESTRI FILHO, Mário J., op. cit., p. 37.

59 DREYS, Nicolao - *Noticia descriptiva da Provincia do Rio Grande do S. Pedro do Sul*. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1839, pp.205-6 (AN-SPE-ARM; 918.165; D778; 1839).

## CAPÍTULO II - A PRODUÇÃO DO CHARQUE

Para uma abordagem adequada do processo de desarticulação da charquenda escravista gaúcha, necessária se faz a análise de dois pontos vinculados ao problema: de um lado, a questão da produção da mercadoria e, de outro, a da comercialização do produto. Neste momento, nossa preocupação se volta para o primeiro aspecto, já que a questão da comercialização será objeto de nossa atenção no capítulo seguinte deste trabalho.

Parece-nos importante colocar, preliminarmente, que a problemática da desestruturação da charquenda escravista rio-grandense e, conseqüentemente, a da produção do charque, se inserem num contexto mais amplo de transição ao capitalismo dependente, ou periférico, no Brasil e, também, no Rio Grande do Sul.

A transição ao capitalismo dependente significou, sob o ponto de vista econômico, um "reordenamento" profundo das estruturas de cada nação, visando adaptá-las às necessidades e à visão do mundo dos setores dinâmicos das classes dominantes, bem como no complexo e difícil caminho de estruturar a produção, em grande escala, de determinados produtos de exportação<sup>1</sup>.

Este processo de transição a uma nova ordem colonial, caracterizado por um conjunto de mudanças a nível da economia e da sociedade, necessárias para possibilitar a

expansão em grande escala das atividades exportadoras, se completou, em quase todos os países latino-americanos, até fins do século XIX. Marcado pela complexidade e pela variedade de situações, este período de passagem de uma situação dependente a outra se estende, segundo os casos, ao longo de todo um século<sup>2</sup>.

As transformações referidas, se considerarmos o conjunto da América Latina, se concretizaram por intermédio de três processos fundamentais: a abolição da escravidão, a reforma liberal e a colonização de áreas vazias. Estes três mecanismos se encontram presentes, em maior ou menor intensidade, nos processos de transição de todos os países latino-americanos, não ocorrendo, certamente, da mesma forma, em todos eles.

Nos casos em que os países tenham se caracterizado, durante o período colonial, por uma economia baseada na produção escravista, o problema da abolição, ou seja, a exigência de uma mudança radical no mercado de trabalho, definiu as alternativas consideradas como possíveis, para o conjunto maior de modificações necessárias: mercado de terras, de capitais, legislação, etc.<sup>3</sup>.

Tomando por base este marco referencial, trataremos nos da questão da produção de charque com vistas ao esclarecimento não só do próprio processo produtivo como, também, de diversas colocações feitas sobre o assunto e que, de forma significativa, foram difundidas na historiografia gaúcha e brasileira<sup>4</sup>.

A partir do momento em que foi afirmada a vinculação direta entre a "forma básica de constituição e organização do trabalho na sociedade escravista" e a "instabilidade e desvantagem quase permanente das condições de coexistência da economia rio-grandense", assim como o fato de que "o sistema escravista estava destinado ao malogro desde o momento em que competia com economias organizadas à base do trabalho livre"<sup>5</sup>, parece-nos de fundamental importância a verificação e sustentação de tais posicionamentos, através de um respaldo empírico e, tanto quanto possível, quantitativo sólido.

Por outro lado, a problemática referente aos obstáculos insuperáveis que o sistema escravista colocaria ao desenvolvimento da técnica de produção e, portanto, à sua própria expansão<sup>6</sup>, tem provocado polêmicas, devendo ser retomada neste capítulo.

Além disso, temos a impressão de que diversos fatores conjunturais que, por sua influência no desenvolvimento da produção do charque sulino, se constituíram em elementos interferentes na questão que estamos abordando, merecem ser levados também em consideração, já que, em nossa opinião, não foram, até agora, avaliados convenientemente.

A partir do exposto, desenvolveremos a análise da produção do charque gaúcho tomando por base os seguintes aspectos: a) a questão da matéria-prima - onde serão enfocados os problemas fundamentais que envolviam as duas

matérias-primas básicas utilizadas na produção da carne seca: o gado e o sal; b) a questão da mão-de-obra - enfocará a utilização do escravo como força de trabalho principal no processo produtivo da mercadoria rio-grandense, e suas implicações; c) a questão da tecnologia - onde a questão das técnicas de produção será avaliada; d) a questão do crédito e do capital - quando serão evidenciados os problemas que envolviam o setor, relativos ao aspecto creditício vinculado à produção, bem como o aspecto da maior ou menor capitalização ocorrida setorialmente.

A charqueada se constituiu, no século XIX, no expoente maior da economia gaúcha, operando na forma de empresa que produzia os artigos de maior significação para as exportações rio-grandenses. Todavia, o simples fato de atuar transformando uma matéria-prima pastoril em produto final, o qual era comercializado em mercados externos ao RGS, não caracteriza a charqueada como uma empresa capitalista. O elemento definidor do processo produtivo nela desenvolvido como não capitalista está representado pela presença das relações de produção escravistas, implicando tal fato numa série de questões que serão abordadas no transcorrer do capítulo.

#### 2.1 - A questão da matéria-prima

Como já referimos no capítulo anterior, a terra era o elemento básico, desde o período de formação do RGS, os meios de produção fundamentais existentes na região.



As formas de acesso à terra, que já identificamos, possibilitaram a formação de grandes propriedades pastoris, onde a criação de gado era feita de forma extensiva e com reduzidos recursos técnicos. O gado era criado em campos naturais, onde eram colocadas tantas cabeças quanto o pasto pudesse permitir. A ampliação da produção se verificava através da extensão das áreas de pastagem e da incorporação de novos animais. Neste sentido, as áreas marginais à fronteira com o Uruguai e a Argentina eram preferidas, em virtude da melhor qualidade das pastagens, o que favorecia a engorda do rebanho.

Durante a maior parte do século XIX, o tratamento dispensado ao gado gaúcho revelou poucos cuidados. Os trabalhos se limitavam a reduzidas operações, como o rodeio, a invernada, a castração e a marcação, só aparecendo o cercamento dos campos na década de 1870. Assim, a ampliação da produção de gado se dava em função da existência de um fator natural e não pela adoção de uma tecnologia mais avançada na unidade produtiva.

Por outro lado, a força de trabalho utilizada nas atividades de criação era constituída basicamente por indivíduos desprovidos de terra, os "gaúchos" ou "gaudérios", por indígenas e, em menor número, por escravos. Existia o assalariamento, porém para um número reduzido de trabalhadores, instituídos em administradores, capatazes ou peões. A forma básica de remuneração era não-monetária, sendo fornecidas ao peão casa e comida, em retribuição dos

serviços desempenhados.

Uma amostragem clara do tipo de mão-de-obra utilizada nos trabalhos pastoris pode ser obtida através de alguns exemplos extraídos da relação dos fazendeiros existentes no 3º e 4º distritos do município de Pelotas, em 1858 <sup>7</sup>:

- Vicente Vieira Braga, uma légua de campo mais ou menos, marca 300 crias, um só capataz, custeia a Fazenda com es cravos.
- Amaro Gonçalves da Silva - administrador de D. Ana Júlia..., duas léguas de campo, marca 530 crias, um peão.
- Américo Pereira da Silva, 2 1/2 léguas de campo, marca 480 crias, tem um capataz e um peão.
- Joaquim Gonçalves Marina, campo arrendado, marca 160 crias, tem dois peões, um agregado Miguel Machado da Silva, marca 40 crias, tem um peão.
- José de Brum da Silveira, uma légua de campo, marca 200 crias, tem um capataz.
- Antonio de Castro Antiqueira, 2 léguas de campo, marca 500 crias, tem um capataz e um peão.
- Pedro Nunes Baptista, uma légua de campo, marca 300 crias, tem um capataz e um peão.
- João Nunes Baptista, uma légua de campo, marca 200 crias, tem um capataz.

A pecuária gaúcha, ao longo do século XIX, constituiu-se na atividade básica a partir da qual se desenvolveram diversas atividades de beneficiamento de seus produ-

tos, como a extração do couro, a produção do charque e outros produtos derivados do gado bovino, como a graxa, o sebo, a crina, a língua, as aspás, os cascos, o extrato de carne e a carne em salmoura.

Todavia, o fornecimento dessa matéria-prima fundamental para as unidades produtivas, não foi regular durante o século passado. Uma ideia exata do montante de cabeças existente neste período se torna difícil, em função dos conflitos em que a região se via envolvida e do contrabando que se desenvolveu, ao longo do século, tanto para um lado como para outro da fronteira. Os dados oficiais falam em estimativas, ao se referirem ao cálculo da população bovina. Apenas ao se aproximar a virada do século é que aparecem alguns levantamentos estatísticos, cuja precisão é questionável. De qualquer modo, se observarmos as informações oficiais, veremos uma indicação de 5.000.000 de cabeças para o ano de 1822 e 7.000.000 para 1889<sup>8</sup>. Assim, verifica-se um acréscimo de apenas 2.000.000 de cabeças em sessenta e sete anos, quantia pouco expressiva e que indica que o setor deve ter enfrentado problemas, mesmo que consideremos que possa ter havido algum subregistro nos cálculos oficiais.

As situações conjunturais que envolveram o RGS em conflitos com o Prata ou, no caso da Revolução Farroupilha, com o Império brasileiro, dificultaram a manutenção de um fluxo regular de gado para as unidades de transformação. Este estado de coisas pode ser evidenciado desde as

primeiras décadas do século XIX. Os movimentos ocorridos para a anexação do Uruguai ao território brasileiro e as lutas que culminaram, em 1828, com a libertação da Cisplatina, provocaram perdas consideráveis de gado, o que levou o governo imperial a proibir a saída de gado do RGS para o novo Estado Cisplatino<sup>9</sup>. Entretanto, este tipo de medida tinha, antes de tudo, uma preocupação maior para com os recursos fiscais que poderiam escapar ao Império, já que, com a nova situação que se estabeleceria, a ampla fronteira entre as duas regiões dificultava sobremaneira o controle tributário, como se pode perceber da posição adotada pelo Conselho Provincial, em 16 de fevereiro de 1829<sup>10</sup>:

*"Opinando o Conselho que, sendo um dos elementos essenciais da riqueza desta Província a criação e aumento de animais e gados (ora em muito grande parte esauostos pelos consideráveis e repetidos roubos que viemos a sofrer na próxima passada guerra), atendendo... a não se acharem ainda estabelecidos os Registros nesta Província para pagamento de Direitos, nem saber-se quais eles são, por não haver Tratado de Comércio com o novo Estado Cisplatino, nem lei que regule os Direitos de importação e exportação, que se fizer em portos secos pelo interior do Império, assentou o Conselho que por forma alguma se annuisse a passagem daquelles animais e gados desta Província para a Cisplatina..."*

Este tipo de proibição, se por um lado favorecia os setores manufatureiros, por outro prejudicava os interesses dos criadores, cuja reação se fez sentir e foi expressa através de solicitação do Presidente da Província, Marquês de Caravellas, ao Ministério do Império, para que

lhe fosse permitido autorizar a saída de gado do RGS para o Uruguai, considerando que a referida proibição deveria atingir apenas o gado de criar e não o de corte, já que este não se reproduz, e que

*"... pouco importa que ele seja, como é, exportado depois de morto formando diversos gêneros de comércio, tais como o couro, a carne salgada, o sebo, etc.; ou que seja exportado vivo. ... a proibição nesta parte, quero dizer, enquanto ao gado de corte, ataca a liberdade do comércio, sem verdadeiro interesse para a Nação; porque, ou se ganha mais em exportá-lo vivo, e neste caso entra no Império mais valores em troca, ou se ganha menos, e então os particulares abandonarão uma especulação que os arruína." 11*

A formação, ainda incompleta, do capitalismo na região sulina pode ser percebida através da defesa da liberdade de comércio que era empreendida pelos setores mais dinâmicos das classes dominantes. Ou seja, estes setores, imbuidos dos princípios do liberalismo econômico e preocupados em aumentar a lucratividade de seus negócios, manifestavam-se contrários às restrições de caráter fiscal impostas pelo governo português, e que impunham limites à livre iniciativa dos empresários gaúchos. Antonio José Gonçalves Chaves, comerciante e charqueador, assim se expressava, em 1821:

*"O comércio só se nutre bem em plena liberdade. Há muitos países ou departamentos pertencentes ao Estado cisplatino a que muito convém negociar conosco e muitos desta província a quem convém negociar com o Estado Cisplatino. Resta província lançam-se grandes direitos e até proibições abso-*

*tus sobre os gados que se destinam ao Estado fluminense; de lá se faz o man-  
mo. Por que não teremos todos, tanto  
de uma como de outra província, pleni-  
tude de liberdade no nosso comércio in-  
terior? Eis aqui uma questão que deve-  
jávamos ver resolvida por algum bom e-  
conomista, mas não por oficiais de Fa-  
zenda ou financeiros poltrões."12*

Apesar da riqueza natural existente no territó-  
rio gaúcho, na época inicial de seu povoamento, é fato no-  
tório que as constantes atividades predatórias, que foram  
por longo tempo desenvolvidas, aliadas aos problemas fron-  
teiriços, passaram a criar problemas para o abastecimento  
desta matéria-prima, o que se tornou, até certo ponto, crô-  
nico, no transcorrer do século XIX, fato que causava apre-  
ensões aos setores produtivos e, sobretudo, aos setores ad-  
ministrativos, sempre preocupados em manter elevada a arre-  
cadação na região, tendo em vista

*"... o decréscimo das mesmas ren-  
das, com a espantosa diminuição do ga-  
do, fonte principal da riqueza desta  
província... A falta de vista de comu-  
nicar-se era menor sentida quando somen-  
te os campos eram habitados, e quando  
o gado, riqueza móvel, fazia a prin-  
cipal indústria da província; mas hoje  
que as guerras civis, a peste, o carra-  
pato e mil outras causas destruíram  
o gado, e espolpavam as estâncias...  
as vistas dos homens mais providentes  
começaram a voltar-se para as monta-  
nhas..."13*

Todas essas advertências e preocupações, entre-  
tanto, não são suficientes para encobrir a contradição e-  
xistente na política imperial em relação à questão do ga-  
do. Por um lado, os setores administrativos queixavam-se

da diminuição dos rebanhos, baixando, desde inícios do século, dispositivos preventivos, como a proibição de charquear vacas de criar, para não se extinguir a criação do gado, bem como não permitindo que se matassem, nos açougues, as vacas com suas crias<sup>14</sup>. De outro lado, seus interesses fiscais levavam à permissão da exportação do gado em pé, desde que controlada pelos órgãos arrecadadores<sup>15</sup>.

A exportação de gado em pé do RGS é perceptível desde o início do século XIX. As guias de registro do gado despachado desde Porto Alegre e que passou pelo Almo<sup>x</sup>arifa do do Rio Grande, pagando o quinto do gado em pé, são um indicador disso<sup>16</sup>.

TABELA n. 2.1

RENDIMENTO DO GADO QUINTADO E DESPACHADO DE PORTO ALEGRE  
NOS ANOS DE 1802 A 1807 (NOVILHOS)

1802	20\$886
1803	7\$052
1804	15\$519
1805	6\$745
1806	6\$303
1807	3\$632

Fonte: Extratos do que receberam os Contratadores do Contrato do quinto do Couro e Gado em pé - 1802 a 1807 (AN-SPE-IP<sup>2</sup> 43/1808 e 1809).

Por outro lado, logo após o término do conflito farrapo, as apreensões para com o aspecto da diminuição dos

rebanhos e da conseqüente retração das rendas advindas da exportação do gado podem ser detectadas em diversos pronunciamentos dos responsáveis pela direção da administração local, como o seguinte:

*"Decreseceu ... a renda do imposto de 400 réis por cabeça de gado vacum, cavalos e mular exportado por terra; já no exercício de 1845 a 1846 se tinha sentido este decrescimento, comparada a renda com a do exercício precedente. Investigar as causas que nisso tem influído é difficil; entretanto, não devem ter cooperado pouco o aperfeiçoamento das raças nos estabelecimentos de criar da província de S. Paulo, a abertura dos caminhos, o desfalque das mandas desta província, ou outras circunstâncias que não escaparão á vossa perspicácia."*<sup>17</sup>

Chama a atenção de quem procura as fontes documentais referentes à história econômica do RGS do século passado, as declarações do Presidente Soares de Andrêa, em 1849:

*"O gênio da destruição tem-se apoderado dos moradores desta Província; e como se a peste, que há tão pouco tempo devorou imensos animais vacum não fosse bastante, procuram eles, em lugar de remediar este grande flagelo, extinguir de todo as raças, vendendo para as charqueadas até as vacas de criação. Ha, e deve-se dizer com espanto, estancieiros que as vendem, negociantes que as compram, e charqueadores que as matam; e todos gritam que o negócio está perdido, sem repararem que são mesmo eles a causa principal deste mal ... Há tais que, possuindo campos sem mandarem tropas suas ás charqueadas; e tolo lato precisa remédio... Além da falta real de gado que sofre esta Província e, por conseqüência, tem diminuído e continuará a diminuir a ex-*



portação do charque e dos couros, tem sido este mal aumentado pela proibição que por muito tempo existe de passarem gados do Estado Oriental para este lado."18

As preocupações de Soares de Andrêa voltam a ser expressas, em seu relatório do ano seguinte, quando, então, indica uma série de medidas que deveriam ser adotadas no sentido de melhorar o comportamento do setor, bem como das iniciativas que havia empreendido no mesmo sentido:

"No estado atual da província, a su mesma criação está em abandono, e há estancieiro e há charqueador que mata as vacas de cria; e neste andar, em pouco tempo terá esta nova espécie de ferrugem que vai dar no gado produzido defeito, e ficará extinto mais cedo cedo. Além deste abuso, há outro mais escandaloso, que é o de cada um chamar seu ao gado que encontra nos seus campos, e dispor dele como se o fosse. Obrigar os estancieiros a costear os gados alçados e a dar rodeio aos seus vizinhos, para que cada um possa retirar o que é seu; regular o registro das tropas que se enviam às charqueadas, quando entram nos lugares onde elas existem, bem como a entrega por marcas; e tudo quanto pode dar pleno conhecimento dos abusos que se cometem, é uma das primeiras necessidades dos criadores; e, por isto, recolhi quantos pareceres e fatos pude obter, durante o tempo que corri a campanha, e organizei um regulamento em que todos os diversos casos possíveis e lembrados, neste sentido, foram atendidos. Sujeitei este regulamento à decisão da assembleia provincial, para o converter em resolução se o julgasse a propósito; mas a assembleia não pode occupar-se destes assuntos, e ficou tudo como estava; e fica como não pode continuar a existir."19

A preocupação com o charqueio de vacas de cria-

ção foi alvo dos setores administrativos desde a época da Colônia<sup>20</sup>. Todavia, tanto estes cuidados como as apreensões manifestadas por Soares de Andrêa se chocam frontalmente com a prática desenvolvida durante todo o período em estudo, de exportar o gado em pé. Assim, se analisarmos a relação das embarcações despachadas pela alfândega de Rio Grande, com destino a Buenos Aires e Montevideó, de julho de 1847 a outubro de 1848<sup>21</sup>, verificaremos que, das cento e cinqüenta e uma embarcações despachadas no período, cento e três delas transportavam gado, exclusivamente ou junto a outros produtos. Trata-se, especificamente, de gado vacum, já que, no caso de serem enviados animais cavalares, suínos ou ovinos, estão especificados com sua própria denominação. Chama a atenção, ainda, o fato de que, destas cento e três embarcações, cento e duas eram destinadas a Montevideó e, a outra, para a Patagônia.

ora, se preocupação havia, de parte da área administrativa, para com a diminuição dos rebanhos rio-grandenses, parece-nos, também, claro, que esta preocupação era muito menor em relação aos reflexos que a situação poderia trazer aos setores produtivos, do que em relação à diminuição que se verificavam nas arrecadações provinciais.

Por outro lado, as declarações de Soares de Andrêa, em relação à malanca indiscriminada de gado, tornam-se, até certo ponto, estranhas, se considerarmos as cifras de exportação de charque. Se, realmente, se pode observar

uma queda nas exportações, entre 1848 e 1849 (respectivamente 875.866 e 421.234 arrobas), em 1850 já encontramos o setor em recuperação, tendo atingido 700.074 arrobas<sup>22</sup>. Entretanto, levando em consideração que, durante todo o século XIX, a questão do contrabando de gado na fronteira foi uma constante, poder-se-ia explicar, através dele, esse comportamento das exportações, se realmente as matanças se efetivaram, como coloca Soares de Andréa.

O que nos parece indiscutível é que as exportações de gado em pé se mantiveram ao longo de todo o século passado, mesmo com oscilações significativas. Apesar de não nos ter sido possível reunir dados suficientes para especificar, de modo isolado, as exportações de gado *vacum*, a tabela seguinte, relativa à exportação de gado *vacum*, equino e mular, pode nos dar uma idéia, mesmo que incompleta, das saídas de gado gaúcho para outras regiões.

TABELA n. 2.2

EXPORTAÇÃO DE GADO VACUM, EQUINO E MUAR - 1845/1889  
(EM CABEÇAS)

ANO	Nº DE CABEÇAS	ANO	Nº DE CABEÇAS
1845	27.973	1868	57.072
1846	22.820	1869	22.727
1847	2.811	1870	54.545
1848	30.010	1871	68.181
1849	10.060	1872	60.206
1850	30.505	1873	18.641
1851	36.247	1874	27.645
1852	31.954	1875	39.987
1853	51.460	1876	60.000
1854	58.354	1877	50.000
1855	59.254	1878	50.000
1856	72.278	1879	31.322
1857	40.029	1880	40.000
1858	53.698	1881	50.655
1859	8.989	1882	45.000
1860	50.972	1883	45.000
1861	41.908	1884	51.337
1862	21.472	1885	29.617
1863	33.477	1886	29.944
1864	44.176	1887	19.189
1865	21.800	1888	30.693
1866	27.123	1889	21.964
1867	37.278		

Fonte: Revista do Arquivo Público do RGS, op. cit., pp. 234-5.

Como se pode observar, a exportação de gado gaúcho, no período especificado, apesar das oscilações, chegou a atingir cifras significativas. Embora os números indicados não nos permitam entrever, de modo real, as exportações de vacuns, temos a impressão de que a exportação de gado em pé deve ter influído de maneira razoável no abastecimento de matéria-prima para as charqueadas gaúchas.

Além disto, é necessário levar em consideração que estas cifras se referem ao gado exportado através do porto de Rio Grande, não incluindo os animais comercializados através da fronteira terrestre, que parecem ter atingido um número significativo, em função da tendência que é possível evidenciar de parte dos criadores para a venda, para o exterior, do gado em pé, e pela indicação que nos oferecem os dados seguintes:

TABELA n. 2.3

COMÉRCIO DE GADO VACUNO PELA FRONTEIRA TERRESTRE DO RIO GRANDE - 1857/1858 (EM Nº DE CABEÇAS)

ANO	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO
1857	81.427	103.635
1858	51.847	54.928

Fonte: Relatório do Presidente Angelo Muniz da Silva Ferraz, em 5 de novembro de 1858, p. 35 (AN-SPE - rolo nº 002, 2-80).

Como se pode observar, nos dois anos indicados, as saídas de gado gaúcho foram superiores às entradas de

gado estrangeiro em território rio-grandense. Mesmo se considerarmos que, nesta época, ainda estavam em vigor os acordos estabelecidos pelos tratados de 1851 e 1857, firmados com o Uruguai, e que permitiram a entrada de gado oriental no Rio Grande, sem taxações, o fato se reveste de importância, tendo em vista que não se constitui num fenômeno isolado, refletindo a tendência de, praticamente, todo o período que estamos analisando.

Por outro lado, não podemos esquecer que, sobretudo nos momentos em que o RGS esteve envolvido em conflitos militares, mas também nos períodos de paz, as requisições levadas a efeito pelo governo português, na época da Colônia, e após, pelo governo imperial, prejudicavam os estancieiros gaúchos, diminuindo a disponibilidade de animais a serem encaminhados às unidades produtivas. Este tipo de situação pode ser evidenciada através do depoimento seguinte:

*"... são os estabelecimentos fronteíros, já bastante diminutos, e que têm continuado a tirar os seus suprimentos pela fazenda vizinha, com venéreo repugnância da parte de seus donos, do mesmo tempo que a tropa deste quartel tem sido suprida, e continua até o fim do ano com os gados que o Cel. José Maria da Gama tem mandado adiantar da sua fazenda de S. Maria, em Batovi, conforme o que tratou com o mesmo o Exmo. Sr. General..."#23*

Outro aspecto que merece ser lembrado, ao abordarmos a questão da matéria-prima relativa à produção do charque, é o do contrabando do gado. Apesar de não poder-

mos chegar a dados concretos sobre o fluxo de animais de um para outro lado da fronteira, alguns depoimentos nos oferecem subsídios significativos para evidenciarmos a importância que assumiu o fluxo ilegal de gado, tanto num como noutro sentido.

É óbvio que o comércio ilícito de animais se fazia tentando burlar o fisco, que carregava importantes recursos com a taxaço do gado. No período anterior a 1854, o imposto cobrado sobre o gado era representado pelo dízimo. De 1854 a 1865, passou a ser cobrado na base de quatrocentos réis por cabeça, alcançando oitocentos réis no período de 1865 a 1870. A partir de então, e até o final do período que nos interessa, foi este imposto fixado em um mil réis por animal vacum<sup>24</sup>. Além destas taxas, exigia-se, ainda, uma tarifa de 15%, a ser paga pelos compradores de gado vindo do Estado Oriental, quando de sua entrada em território brasileiro<sup>25</sup>. As vésperas da Revolução Farroupilha, entretanto, o governo da Regência, tentando diminuir as tensões que se haviam estabelecido na província sulina, liberou do pagamento dos direitos de importação os gados de qualquer gênero importados pelo RGS<sup>26</sup>, sem, com isso, evitar que a situação política culminasse num processo revolucionário.

Os impostos cobrados sobre o gado eram considerados provinciais se os animais fossem exportados para fora da província e municipais quando fossem comercializados de um para outro município da província. No caso específico

da economia charqueadora, era exigido, ainda, como arrecadação municipal, o imposto sobre o gado abatido nas charqueadas. Os dados quantitativos que conseguimos reunir, a respeito do assunto, não são suficientes para cobrir todo o período que estamos analisando, mas nos possibilitaram a elaboração da relação exposta a seguir.

TABELA n. 2.4

RENDIMENTO DO IMPOSTO COBRADO SOBRE O GADO ABATIDO NAS  
CHARQUEADAS (EM RÊIS)  
- 1854 a 1887 -

1854/1855	4:618\$660
1855/1856	2:950\$000
1861/1862	3:200\$000
1862/1863	2:500\$250
1863/1864	3:600\$000
1865/1866	8:890\$000
1866/1867	8:900\$000
1867/1868	9:252\$000
1868/1869	10:600\$000
1869/1870	14:050\$000
1870/1871	20:000\$000
1872/1873	13:120\$000
1873/1874	18:502\$500
1874/1875	23:502\$500
1879/1880	21:100\$000
1881/1882	20:505\$000
Julho/Dez./1884	16:107\$000
1887	20:163\$580

Fonte: Tabelas dos impostos arrecadados pela Câmara Municipal da cidade de Pelotas e quadros demonstrativos da receita e despesa do mesmo município, nos anos respectivos - Documentação da Câmara de Pelotas, AHRCS.



Mesmo não nos sendo possível definir a taxa cobrada por cada animal abatido nas charqueadas, no período especificado, um dado nos parece significativo: se compararmos o rendimento do referido imposto com as quantidades de charque exportadas - apresentadas em tabela anexa ao final do capítulo seguinte - verificamos que, com exceção dos anos sessenta, a tendência das exportações é depressiva, atingindo seu pico inferior em 1887, enquanto que, a partir do final da década de sessenta e início da década de setenta, o rendimento obtido com o imposto sobre o abate de gado nas charqueadas passou a atingir cifras mais elevadas. Tal situação nos leva a crer que, ao mesmo tempo em que a empresa charqueadora começava a apresentar sinais sensíveis de problemas, a política empreendida pela esfera administrativa ampliava a pressão tributária sobre o setor.

Considerando a amplitude da fronteira gaúcha com as regiões platinas, bem como as dificuldades impostas à sua fiscalização, é comum encontrarmos, desde o início do século XIX, movimentos ilegais de gado, tanto do território platino para o gaúcho, como no sentido inverso. Assim, as notícias de requisições de gado introduzido de forma ilícita no território rio-grandense, nos permitem identificar tal situação:

*"Tendo efetuado a diligência ... que V. Sa. me encarregou, encontrei na costa de Camaquã uma tropa de gado, com cerca de 200 novilhos e 60 vacas, e que reconheço serem dos domínios de V. M. C. [o rei de Espanha], fis nota a-*

*preensão... O gado mandado para as charqueadas do Passo dos Negros... "27*

As charqueadas de Pelotas eram encaminhados os animais apreendidos, só que, então, gerando recursos aos cofres metropolitanos ou imperiais, e não aos estancieiros:

*"... queira participar, à Junta da Real Fazenda, que o Tenente da Legião, Joaquim Silveiro de Souza Praty, encarregado do registro das tropas que vêm destinadas às charqueadas, apreendeu, para a Real Fazenda, 29 novilhos e 31 vacas, por serem introduzidas dos Domínios de Espanha, como mostram as marcas dos fazendeiros daquele dito Domínio, e outra muito nova e mal queimada, para disfarce, de dois novos da fazenda de Rio Pardo, como bem verii da parte que aqui incluo, assim como o recibo que passou o charqueador Domingos de Castro Antiqueira... "28*

Não foram poucas as vezes em que os próprios estancieiros se constituíam em mercado para a colocação do gado apreendido, conforme podemos perceber da relação que apresentamos a seguir.

TABELA n. 2.5

RELAÇÃO DO GADO CONFISCADO E VENDIDO NA FRONTEIRA DO RIO GRANDE - DEZEMBRO/1808 (EM Nº DE CABEÇAS)

Estância da Cerca de Pedras	204
Estância de Gado de S. Maria	100
Estância de S. Tecla	100
Estância do Bom Retiro	150
Invernada no Rio Negro	60
Estância da Costa de S. Maria	70
Estância de Jaguari	100
Estância do Carmo	50
Estância de Vacacai	100
Estância da Cerca de Pedra (Licença por vender)	216
Confiscadas pelo Cabo Pallares	300

Fonte: "Relação do gado que tenho vendido confiscado pelo Cap. Joaquim Severo Fialho, e do que confiscou o Cap. Alexandre de Souza Pereira da Fontana, e do que se acha em ser o seguinte vendido" (AHRGS - Div. Papéis/1808 - Doc. 412, M.6, Cx. 14).

Além do contrabando realizado com fins comerciais, também foram uma constante os roubos de gado, realizados ou através das "catifórnias", verdadeiras excursões em grande escala que executavam ataques de surpresa ao gado oriental, ou, também, em desvios menores mas freqüentes de animais, de uma para outra região.

Após a Independência da Banda Oriental, roubos de gado rio-grandense são denunciados nos jornais da época, de acordo com declarações de "O Constitucional Rio-

Grandense":

*"Notícias da Campanha são que os Incipientes, depois da publicação da paz, têm feito seus roubos de gados e, aproximadamente, levaram, das imediações do Passo do Rosário, perto de trinta mil vacas, sendo a maior parte das fazendas que foram dos Pacheco do Lima, sobre cujo efeito consta-me que o General em chefe fez sua justa reclamação; porém, creio que será sem fructo..."*"29

Por outro lado, os roubos de gado platino por ação de elementos oriundos do território gaúcho foram significativos e, segundo tudo indica, num montante superior ao ocorrido no sentido inverso. Saint-Hilaire, em sua viagem ao RGS, havia detectado o problema:

*"O roubo de animais devia ter sido uma das primeiras consequências da guerra em uma região onde se comia carne e onde os rebanhos constituíam a principal riqueza. O número de bovinos, outrora considerável nos campos de Montevideo e Entre Rios, diminuiu muito. O General Lecor acaba de proibir a exportação de gado e as charqueadas da Capitania de Montevideo, e Artigas reduziu seus soldados à ração. Na desordem da guerra, estabeleceu-se tamanha confusão em Entre Rios que o gado tornou-se quase propriedade comum."*

30

Uma década depois das observações de Saint-Hilaire, Arsène Isabelle nos deixava declarações sobremaneira contundentes:

*"Os brasileiros roubaram da Banda oriental, durante a ocupação injunta do território dessa república por suas tropas, mais de 4.000.000 de cabeças de gado, que eles introduziram na pro-*

víncia do Rio Grande, como o comprovam os registros da fronteira. Eis, a esse respeito, dois fatos curiosos: antes de 1517, a 'Capitania Geral' do Rio Grande, pertencente ao Brasil, não tinha senão treze estabelecimentos saludeiros ('charquicadas') e, agora, ela possui mais de duzentos! Antes da ocupação dos portugueses, na Banda Oriental havia mais gado que em qualquer outra província da América; agora, os brasileiros que a habitam são forçados a trazer o gado de sua pátria, para formar estâncias."31

É nítida a percepção que se pode ter do fato de que a ampla legislação existente para a tributação do gado, não se constituía em mecanismo suficiente e eficaz para evitar os desvios da espécie, circunstância esta que também era sentida nos próprios meios administrativos locais:

"Na impossibilidade absoluta de conter o contrabando por meios fiscais em tão extensa linha de fronteira, toda necessária, a Câmara Municipal da cidade de Pelotas oferece à consideração dos Augustos e Digníssimos Senhores Representantes da Nação, como meios mais eficazes - a modificação, para esta Província, da nossa tarifa geral nos direitos de importação e nos de exportação, ao ponto necessário para tirar todo o incentivo ao contrabando, equiparando nossa legislação financeira a do Estado Oriental, por esta ou, se é possível, por outra medida de idêntico resultado, que possa sugerir a alta consideração dos Poderes do Estado. Enquanto a República vizinha tem sabido, com louvável zelo, estabelecer medidas econômicas para jogar com vantagem na competição com nossos interesses, não devemos nos consentir impassíveis nos danos e prejuízos consequentes de seu bem concertado plano."32

Diante do exposto até o momento, parece-nos que

ja é possível definir alguns aspectos, em relação à questão do gado, no RGS, no século passado, como um dos elementos fundamentais no processo produtivo das charqueadas.

Primeiramente, percebe-se que os interesses dos criadores e dos charqueadores situam-se em pontos diversos. Analisando a questão do lado da criação do gado, veremos que o custo da mesma era de proporções limitadas, uma vez que as formas de acesso à terra, já apontadas anteriormente, definiram as propriedades rurais gaúchas, antes de 1850, sem ônus aos seus titulares. Por outro lado, levando em consideração as formas de remuneração especificadas para a mão-de-obra empregada nas atividades pastoris, pode-se constatar que o custo social da produção era reduzido. Tomando por base, ainda, que o gado era criado de forma extensiva e que sua manutenção derivava das pastagens naturais, seria possível supor que a lucratividade do estancieiro gaúcho se situasse em patamares elevados.

Observando o assunto do lado do charqueador, que dependia dessa mercadoria como matéria-prima imprescindível ao funcionamento de sua empresa, é comum encontrarmos reforçadas reclamações sobre os preços elevados alcançados pelo gado no mercado.

Na realidade, se considerarmos a situação periférica da economia gaúcha em relação à economia central do país, bem como a situação de dependência do produtor do charque rio-grandense dos mercados de consumo, representados fundamentalmente pelas "províncias do norte", é possí-

vel chegar a um esclarecimento da situação. Enquanto os consumidores das áreas centrais forçavam a compressão dos preços do charque sulino - já que eram os comerciantes do centro quem fixava o preço do charque e, quando este se e levava, obtinham do governo a liberação da importação do charque platino, forçando a queda do valor cobrado pelo produto rio-grandense -, os charqueadores gaúchos procuravam compensar seus prejuízos repassando-os aos fornecedores da matéria-prima, pressionando, incessantemente, pela redução dos preços do gado.

Desta forma, o estancieiro, que integrava um dos segmentos das classes dominantes no RGS, sendo possuidor dos meios de produção fundamentais do pampa gaúcho, não chegava a atingir um grau de capitalização tal que tornasse possível a modernização de sua estrutura produtiva, donde a manutenção de limitados investimentos técnicos na atividade criatória, como seriam a introdução de reprodutores de outras raças e a consequente seleção dos rebanhos, ou, ainda, técnicas novas de cercamento dos campos. Assim, a qualidade do gado gaúcho se mantinha inferior, fato este que, sem dúvida, influiu na qualidade do produto manufaturado obtido nas charqueadas rio-grandenses.

Por outro lado, fica claro, também, que este tipo de situação fazia com que os estancieiros gaúchos dessem preferência à venda de seus animais vivos, para outras regiões do Império ou para o exterior, onde poderiam encontrar maior possibilidade de melhorar o preço dos mesmos.

Neste contexto, é possível perceber que o abastecimento das charqueadas gaúchas em matéria-prima animal, ao longo de todo o século XIX, dependeu do fluxo de gado das regiões platinas, em virtude do que o próprio contrabando era por muitos encarado como o "destino da fronteira". Se ele se constituiu numa "brecha" no sistema de fiscalização imperial, acreditamos que, até certo ponto, isso era aceito nos círculos administrativos nacionais, para manter a "saúde" da principal atividade manufatureira que, por seu lado, era responsável pelo carregamento de consideráveis recursos aos cofres do Império. Neste sentido é que podem ser inseridos certos tratados firmados pelo governo brasileiro com o governo uruguaio, que favoreceram o fluxo de gado oriental para as charqueadas gaúchas e que, por seu conteúdo mais abrangente no que tange à comercialização do produto gaúcho, serão abordados no capítulo seguinte.

A situação subordinada da produção pecuária gaúcha, bem como a divergência de interesses entre os consumidores e produtores, pode ser nitidamente percebida através do levantamento realizado pelo Conselheiro Antonio Manoel Corrêa da Camara, em 1851<sup>33</sup>.

Em função de manifestações ocorridas na imprensa do centro do país, que atribuíam lucros elevados aos criadores e charqueadores gaúchos, Corrêa da Camara se valeu de informações de Domingos José de Almeida, destacado charqueador de Pelotas, que fôra ministro da Fazenda do gover-



no farrapo. Segundo os dados apresentados pelo articulista responsável pelas referidas manifestações, uma estância de nove léguas de campo, com dezoito mil rêses e cavalos para seu custeio, no valor de 125:000\$000, produziria 4.450 crias, sendo a metade bois que, vendidos a 10\$000 dariam um lucro de 22:500\$000, restando, ainda, ao proprietário, outra metade (2.250 vitelas), cujo valor, aumentando aquele capital, ofereceria tão monstruosa vantagem que indicaria que nenhum direito teriam a serem protegidos os criadores - e toda razão para o serem os consumidores - em concorrência nos mercados do Brasil com igual produção estrangeira<sup>34</sup>.

Refutando os dados acima, Almeida informou que dezoito mil rêses produziam 4.050 crias, metade machos, metade fêmeas. Deduzindo, da primeira metade, 325 rêses mortas, nos três anos que transcorreriam até poderem ser encaminhadas ao mercado, ou que pereceriam devoradas pelos cães chamados "chimarrões", ou nas capações, ou de bicheiras, picadas de cobras, etc., ficariam reduzidas a 1.700 rêses que, vendidas ao preço médio de 8\$000, dariam um resultado de 13:600\$000. Da segunda metade, e em razão dos mesmos problemas e do sustento fornecido ao pessoal empregado no custeio da estância, deduzindo-se 525, restariam 1.500 que, ao preço médio de 3\$000, daria 4:500\$500, o que significa, no conjunto, um produto líquido de 18:100\$000.

Com relação às despesas efetuadas no processo de produção, Almeida apresentou:

- um capataz, a 50\$000 mensais - custo por ano	600\$000
- vinte peões, a 20\$000 mensais - custo por ano	4:800\$000
- farinha, sal, açúcar, erva-mate, café, tabaco de fumo .....	2:000\$000
Total .....	7:400\$000

O resultado líquido da operação atingiria a cifra de 10:700\$000, o que, segundo Almeida, nem a um juro de 6,25% corresponderia aos 125:000\$000. Incluídas as vitelas, que o articulista teria excluído, e não mencionando o juro da soma antecipada nas despesas referidas, ficaria desmentido o cálculo enganador do rendimento de 18%, além das mencionadas vitelas, parecendo a Almeida ficar demonstrada a necessidade de proteção dos estancieiros gaúchos, segundo ele a classe mais onerada da província, considerando, ainda, outros fatores, como a peste, o carrapato e a seca como a de 1840, que muito gado teria dizimado no município de Alegrete<sup>35</sup>.

Como se pode observar, o setor realmente apresenta problemas específicos, mesmo se se considerar que possa ter havido algum exagero por parte de Almeida, homem ligado aos interesses setoriais.

Por outro lado, e mais diretamente vinculados à questão da produção do charque, os dados seguintes apresentados pelo referido charqueador merecem ser analisados. Considerando as cifras apresentadas na imprensa "nortista", que teria orçado o custo de cada rês em 10\$000 e o seu produto em 16\$900, portanto, seu lucro em 6\$900 em cada rês,

Almeida contesta com os seguintes dados<sup>36</sup>:

Custo da produção:

- custo dos bois nas estâncias .....	8\$000
- fatura e condução das tropas .....	2\$000
- benefício do charqueador .....	2\$000
- gastos com sal, carne e couros .....	2\$000
- gastos com fretes de carne, couro, sebo e asp- pas .....	550
Importância dos produtos da rez posta a bordo	14\$550

Produtos de uma rês:

- 4 1/2 arrobas de carne (preço acima do médio)	7\$807
- couro de 25 libras a 120rs .....	3\$600
- Sebo .....	\$800
- Aspás .....	\$140
Total .....	12\$347

Ressalta Almeida que, não produzindo a rês mais de quatro e meia arrobas de charque, dava, freqüentemente, o prejuízo de 2\$203. Adicionando a tudo a perda de gado ca<sup>u</sup>sado, que se perde pelos caminhos, rêses disparadas, das quais muitas ficavam igualmente perdidas, outras extravia<sup>u</sup>das durante o trajeto das estâncias para as charqueadas e mais as que pereciam neste caminho, o prejuízo dos que se dedicavam a tal atividade chegava a ser expressivo. Indica<sup>u</sup>va o charqueador, como meios de proteção do setor: 1º) a redução a 5% dos direitos sobre os produtos resultantes do gado exportado da província; 2º) a proporcional redução de direitos percebidos no país sobre os artigos para ela

importados em vasos espanhóis. (Sem dúvida, neste último caso, Almeida visava à redução da taxaço incidento sobre o sal utilizado nas charqueadas, em grande parte oriundo da Espanha).

As reivindicaçoões de Domingos José de Almeida podem parecer contraditórias, se analisarmos a questão sob a ótica do capitalismo. Entretanto, se considerarmos que a atividade charqueadora gaúcha estava inserida numa economia pré-capitalista, pertencente a um contexto mais amplo, em que estava situada de forma dependente e periférica, veremos que os intentos de Almeida se justificam pela própria lógica do sistema em que estava enjobado. Ou seja, o baixo grau de capitalizaçoão que caracterizava a economia sulina, neste período, aliado à sua situaçoão de subordinaçoão em relaçoão à economia central do país - o que gerava a drenagem de recursos da província em direçoão à região central, devido ao mecanismo de fixaçoão do preço do produto do Rio Grande (detalhe que especificamos mais minuciosamente no capítulo seguinte, ao analisar os diversos aspectos da comercializaçoão da mercadoria) - determinava o posicionamento do tipo do expresso por Almeida, em função das dificuldades geradas, ao desenvolvimento da economia charqueadora, pelas características expostas acima.

Apenas a partir de 1870 é que o gado que era abatido nas charqueadas pelotenses passou a ser adquirido na "tablada", que era um local especialmente destinado à reunião e venda do gado destinado à comercializaçoão. Através

do depoimento de Herbert Smith, naturalista e geólogo que visitou a região em 1882, podemos ter uma idéia mais clara do que a tablada representava:

*"Uma das mais características, e ao mesmo tempo mais selvagens e interessantes vistas de Pelotas é a tablada. Chama-se assim ao descampado extenso e quase lizo onde, de dezembro a maio, se vendem as manadas que chegam. Algumas trazem quinze dias de viagem. Pode haver aqui, ao mesmo tempo, umas vinte dadas, cada uma de centenas de cabeças; rudes gaúchos, vestidos com a habitual camisa de chita, ceroulas ou bombachas e ponchos riscados, galegam em todas as direcções, conservando os animais nos lugares e impedindo que se misturem às tropas; o gado, cansado de longo caminho e espantado da cena estranha, conserva-se junto, movendo os chifres e urrando em tom de queixume. Os donos das charqueadas movem-se rapidamente, aqui e ali, em belos cavalos, examinando as várias tropas, calculando-lhes o valor com rapidez e precisão admiráveis, e fechando os negócios, às pressas, com estancieiros e peões. O mercado é sempre ativo, porque a concorrência é muito forte entre os vinte ou trinta charqueadores; em geral, as boiadas inteiras estão vendidas pouco depois de chegadas."*<sup>37</sup>

Na realidade, o estabelecimento da tablada se constituiu num melhoramento considerável para a economia charqueadora, já que facilitou sobremaneira o abastecimento de gado para as empresas. O aparecimento da tablada pode ser inserido num conjunto de aperfeiçoamentos que foram introduzidos na pecuária gaúcha, como o cercamento dos campos e as primeiras tentativas de aprimoramento dos rebanhos, a partir de 1870. Todavia, estas medidas se dão justamente quando a charqueada escravista gaúcha passava a e-

videnciar problemas nítidos, que acabaram por desarticulá-la, enquanto tal, e que conduziram à sua substituição pela empresa capitalista, ao final do século XIX e inícios do XX.

Além das dificuldades enfrentadas pelos produtores de charque, no tocante ao abastecimento de suas unidades produtivas em matéria-prima animal, merecem ser consideradas os aspectos relativos à obtenção do sal, elemento imprescindível à preparação da carne seca.

A idéia de que nem sempre os criadores e os charqueadores percebiam com clareza as razões das desvantagens que levavam frente aos "saladeros", atribuindo frequentemente os momentos de retração à política fiscal do Império, tanto no que diz respeito às taxas aduaneiras quanto no que se refere às importações do sal que necessitavam<sup>38</sup>, se contrapõe ao posicionamento que assegura que a taxa de importação do sal se constituiu num dos fatores responsáveis pela queda de exportação do produto, no período posterior a 1835<sup>39</sup>. Parece-nos importante, portanto, definir com clareza os problemas advindos, para o setor, das importações do produto, bem como a importância das mesmas no processo de desarticulação da empresa escravista gaúcha.

Desde meados do século XVIII, a Coroa Portuguesa havia passado a estabelecer uma legislação especial para o Comércio do Sal no Brasil, demonstrando a sua compreensão para o bom negócio em que o mesmo consistia, em termos de arrecadação tributária. O "Contracto do Estanco do Sal do

Brasil", assinado em Lisboa em 10 de outubro de 1755, estabelecia o monopólio da comercialização do sal em território brasileiro<sup>40</sup>. Segundo as disposições do mesmo, o Contratador deveria vender cada alqueire de sal, em Recife e na Paraíba, a quinhentos e quarenta réis, na Bahia, a seiscentos e quarenta e, no Rio de Janeiro, a setecentos e vinte, cujos preços não poderia alterar nesses locais e nas cinco léguas em torno à cada um deles. Fora daí, não era permitido, nem ao Contratador, nem a algum interposto seu, comercializar o produto, exceção feita à Vila de Santos, onde deveria ser colocado todo o sal que fosse possível, a um preço de mil duzentos e oitenta réis ao alqueire, dos quais se tirariam quatrocentos réis, recolhidos pelo Provedor da Real Fazenda, para pagamento dos soldados. O contrato estipulava, igualmente, os preços do frete cobrado no transporte da mercadoria, fixado em mil e seiscentos réis, por cada moio<sup>41</sup>, em Pernambuco, dois mil réis na Bahia e dois mil e quinhentos réis no Rio de Janeiro. O sal para Santos deveria ser conduzido pelo próprio Contratador, e por sua conta, em navios ou outras embarcações, diretamente ou com escala nos outros postos, de modo a não deixar faltar o produto naquela praça.

No tocante às salinas de Pernambuco, Cabo Frio e Rio Grande do Norte, foram tombadas pelo Conselho Ultramarino à custa da Fazenda Real, ficando aos cuidados de suas Provedorias. Não era permitida a ampliação destas salinas, numa demonstração evidente de privilégio à comercialização do sal português e da marinha mercante portuguesa, o que

se pode perceber, nitidamente, das seguintes disposições do Contrato:

"... todo o sal que produz a natureza e se fabrica nas ditas salinas, poderão os moradores das ditas Capitánias usar dele livremente; mas, de nenhuma sorte, nem eles, nem outra alguma pessoa, o poderão navegar para a Bahia, Rã e Santos, nem para outras Capitánias ou Ilhas daquelles districtos, em punho do prejuizo que causam á Fazenda Real no consumo do sal deste Estanco; e constando que, alguma pessoa, de qual que o estado e condição que seja, o navegou, ou vende para se navegar para as ditas Capitánias ou Ilhas, será condemnada, pela primeira vez, em dois mil annos, para o rendimento do Contrato e, pela segunda, pagará outra tanta condemnáo, e se julgará por perdida a embarcaçáo para o mesmo Contrato, e as salinas donde tiverem levado o dito sal se demolirão á custa do dono delas, ficando extintas para nunca mais se fabricarem..."<sup>42</sup>

Em relação à questão do imposto, o Contrato estabelecia que todo o sal embarcado nos portos portugueses com destino aos portos brasileiros, pagaria uma taxa de oi tenta réis por alqueire, na Mesa do Sal, em Lisboa, o que era responsabilidade do Contratador.

Este Contrato tinha validade por seis anos, principiando em 19 de janeiro de 1756. Seu preço anual subia a cento e vinte e dois mil cruzados, e com mais réis livres para a Fazenda Real, devendo ser afiançado. Nestas condições, o Contrato foi fechado com José Alvares de Sá<sup>43</sup>, que não venceu os seis anos previstos, sendo substituído por Domingos Gomes da Costa e seus sócios, José Ferreira da Teiga e João Henriques Martins, segundo as mesmas condi-



ções<sup>44</sup>, em 1758.

Em virtude desse dispositivo legal, que vigorou de 1756 a 1801, o abastecimento do sal para as charqueadas gaúchas não podia ser feito através de importações diretas, sendo necessário ir adquiri-lo nos portos do Estanco, na Bahia, Rio de Janeiro, Santos ou Recife, o que, sem dúvida, alicerçava a dependência do RGS, no tocante ao abastecimento dessa matéria-prima, das regiões centro-norte do país.

As "Guias do Sal", referentes às aquisições de sal pelo RGS, em alguns anos da última década do século XVIII<sup>45</sup>, evidenciam uma predominância de embarques realizados na Bahia e, em menor número, de Recife, especificando, claramente, destinarem-se ao beneficiamento das carnes gaúchas.

Tal situação acabava favorecendo o setor comercial existente no Rio Grande, considerando-se que, os mesmos negociantes que colocavam, nos mercados do centro e nordeste do país, o charque gaúcho, retornavam com o sal destinado à sua fabricação, como se pode depreender das declarações seguintes:

*"Nós abaixo assinados, negociantes desta Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, atestamos em como as nossas embarcações denominadas Sumaco Felicidade, Corveta Felicidade e Sumaca Alceia, que se achavam na cidade da Bahia, atracaram ali ao Bergantim Fama do Sul, vindo de Lisboa, receberam por baldação todo o sal que a dita Fama trouxe da dita cidade de Lisboa, e*

*o conduziram a esta vila, aonde fizeram descarga...*"<sup>46</sup>

Outras vezes, eram as próprias embarcações portuguesas, vindas de Lisboa, que conduziam a mercadoria ao RGS, devendo, todavia, fazer escala obrigatória num dos postos do Estanco, mais comumente no Rio de Janeiro<sup>47</sup>.

Este sistema, que criava dificuldades ao abastecimento das charqueadas sulinas em sal, além de estabelecer a dependência do setor de produção ao setor de comercialização, tornava pouco ágil este abastecimento, tendendo a provocar a carência da mercadoria, sem a qual a carne seca não podia ser produzida. Não era, também, a forma mais apropriada de encaminhar a questão, mesmo do ponto de vista tributário, já que a pouca elasticidade do esquema imposto retardava a comercialização, reduzindo o volume de recursos arrecadados, sem contar, ainda, com os que poderiam advir da venda do sal brasileiro, até então proibida.

Tal situação acabou sendo percebida pela administração portuguesa, preocupada constantemente em apurar o montante gerado pelos benefícios fiscais, o que conduziu à abolição do Contrato do Estanco do Sal no Brasil, em 24 de abril de 1801, acabando com o monopólio da comercialização do produto, cuja venda foi liberada a quem se interessasse em realizá-la, permitindo-se, também, a sua livre importação e a sua venda em todos os portos brasileiros. Foi facultada ainda, a partir de então, a exploração e ampliação das salinas de Pernambuco, Cabo Frio e Rio Grande do

Norte<sup>48</sup>.

Em relação aos impostos, ficou estabelecido que cada moio de sal português exportado ao Brasil pagaria a taxa de quinhentos réis, que então pagava, quantia esta que foi elevada, no ano seguinte, para mil e seiscentos réis<sup>49</sup>, enquanto que a mercadoria produzida nas salinas brasileiras passava a ser taxada em mil réis por cada dez alqueires. Por outro lado, o imposto de quatrocentos réis, cobrados por cada alqueire de sal, na vila de Santos, permaneceria em vigor.

Além disso, por este Alvará de 1801, ficava livre, aos negociantes, o embarque de todo o sal português de sobrelotação que fosse possível, para ser vendido, no Brasil, sem limitação de preço.

Como é possível observar, a tentativa de ampliar o volume de recursos obtidos através dos mecanismos tributários é evidente, caracterizando, também neste setor, a exploração colonial estabelecida sobre o Brasil pelo governo metropolitano. Por outro lado, essas medidas não eliminaram os problemas do abastecimento de sal para as diversas regiões brasileiras, mesmo com a introdução, no mercado, da produção brasileira. Desde o início do século XIX, os problemas enfrentados pelo Rio Grande, neste sentido, são sensíveis:

*"Uma das coisas em que o Ministério deve lançar suas vistas é em providenciar o precioso sal, não só para o consumo de toda a América e Minas, mas*

desta Capitania, que gasta anualmente acima de duzentos mil alqueires e, segundo vejo, já se vai experimentando alguma falta, de que se seguirão gravíssimos prejuízos, não só ao comércio e navegação da mesma, mas também aos interesses de S.A.R., no contrato do quinto, nos direitos de todas as alfândegas, no contrato das passagens das Minas, e em outras muitas coisas. Em Cabo Frio, consertadas as salinas, pode haver muito sal; na costa de Leste podem carregar muitas embarcações; na Paraíba, em Pernambuco, no Assú e de outras muitas partes da América pode vir muito sal, dando-se logo as providências precisas... "50

Os dados quantitativos referentes à importação de sal realizada pelo RGS, no século passado, são muito limitados e fragmentários. Mesmo assim, as informações que foi possível reunir nos permitem ter uma idéia da evolução do consumo da mercadoria, conforme apontamos a seguir.

TABELA n. 2.6

IMPORTAÇÃO DE SAL PELO RIO GRANDE DO SUL - 1791/1822  
(EM ALQUEIRES)

1791	9.839 1/2
1793	10.810
1794	11.981 1/2
1799	78.927
1816	83.312
1817	105.401
1818	68.660
1819	76.520
1820	165.092
1821	110.746
1822	112.778

Fonte: Para os anos de 1791 a 1799 - "Guias do Sal", Provedoria da Fazenda/Órgãos Fazendários (ABRGS); para 1816 a 1822, GONÇALVES CHAVES, op. cit., p. 170.

Apesar das cifras apontadas não constituírem uma série completa, é possível perceber o aumento do consumo de sal na Capitania, a partir do final do século XVIII e inícios do século XIX, o que coincide com o período de grande incremento da atividade charqueadora, verificado nas primeiras décadas do século passado.

Por outro lado, a procedência do sal importado pelo RGS, nessa época, pode ser observada através da Tabela nº 2.7, exposta na página seguinte. É nítida a predominância, nos anos apontados, das compras de sal brasileiro, que superam largamente as importações do produto português. Percebe-se, também, que as compras da Bahia são as mais significativas, com exceção do ano de 1820, quando a importação da mercadoria do Rio de Janeiro apresentou um crescimento expressivo. Todavia, no conjunto do período, as aquisições do mercado baiano de sal são as mais destacadas, seguindo-se as do Rio de Janeiro e, depois, Pernambuco.

Além das compras de sal oriundo da costa leste e nordeste do país, nota-se que as importações do produto europeu, uruguaio e norte-americano estão presentes. As importações de sal espanhol superam as da mercadoria portuguesa (23.270 e 16.969 alqueires, respectivamente). Da mesma forma, as importações do sal dos Estados Unidos ultrapassam as do produto português (18.625 alqueires).

As importações gaúchas de sal norte-americano, numericamente pouco expressivas em relação às compras do

TABELA n. 2.7

PROCEDÊNCIA E QUANTIDADE DO SAL IMPORTADO PELO RGS NO PERÍODO 1816/1822 (EM ALQUEITRES)

PROCEDÊNCIA	1816	1817	1818	1819	1820	TOTAL
Rio de Janeiro	12.495	14.435	4.620	20.364	65.318	117.232
Bahia	35.285	31.156	33.720	28.054	35.648	163.863
Pernambuco	20.850	13.590	14.840	17.500	10.900	77.580
Laguna	-	1.400	-	-	-	1.400
Santa Catarina	-	-	-	1.400	-	1.400
Lisboa	4.600	3.500	-	-	-	8.100
Porto	-	500	-	-	-	500
Ilha da Boa Vista	4.200	-	-	1.717	-	5.917
Cabo Verde	-	-	-	-	-	4.200
Gibraltar	1.514	-	-	2.452	-	3.966
Cádiz	1.568	7.390	571	-	7.257	9.342
Guernesey	1.800	-	4.380	592	-	13.928
Montevideu	-	-	-	-	-	1.800
Salen	-	500	-	3.086,5	7.011	10.597,5
New York	-	6.400	2.800	-	-	9.200
Boston	-	1.300	2.450	-	1.102	4.852
Rhode Island	-	800	-	1.373	-	2.173
Marselha	-	-	2.400	-	-	2.400
Hamburgo	-	-	1.500	-	3.262	4.762
Nantes	-	-	50	-	-	50
	-	-	1.379	-	3.170	4.549
<b>TOTAL</b>	<b>82.312</b>	<b>80.971</b>	<b>68.710</b>	<b>96.902,5</b>	<b>133.668</b>	<b>462.563,5</b>

Fonte: GONÇALVES CHAVES, A.J., op. cit., pp. 142-68.

produto nacional, parecem ter se mantido e até se ampliado na década de 1830. A questão é abordada por Spencer Leitman<sup>51</sup> que, entretanto, evidenciou que boa parte do sal transportado pelas embarcações americanas era oriundo da costa africana, num comércio triangular desenvolvido com o RGS. Durante determinado tempo, os navios americanos partiam dos portos do leste, seguiam para as ilhas do Cabo Verde, onde realizavam grandes carregamentos de sal e dirigiam-se, depois, diretamente ao RGS. Com este sal e dinheiro disponível, desembarcavam, buscavam um intérprete, faziam contatos com os charqueadores e, enquanto os negociantes americanos transacionavam com primazia, os cargueiros luso-brasileiros precisavam esperar.

Esta situação era estimulada pelos próprios charqueadores, que necessitavam do sal para a produção, enquanto o dinheiro lhes garantia mais independência em suas transações comerciais. Desta forma, era encaminhada, aos Estados Unidos e à Europa, uma significativa exportação de couro, elemento aproveitado na industrialização dessas regiões, exportação esta que passava ao largo do Rio de Janeiro.

A partir de 1821, a administração portuguesa, tendo em vista atender às necessidades dos habitantes das Províncias Centrais do Reino do Brasil, no sentido da prosperidade de seus estabelecimentos de agricultura, criação e manufatura, eliminou a cobrança de direitos sobre o sal, na sua entrada e passagens pelos registros ou alfândegas

de portos secos, fazendo cessar o pagamento de setecentos e cinquenta réis, que era exigido por cada alqueire, além de toda e qualquer imposição que, por algum título ou motivo, estivesse onerando o produto nas referidas províncias<sup>52</sup>. Mais tarde, esta isenção foi estendida aos portos das províncias periféricas, mantendo-se, todavia, uma imposição de oitenta réis por alqueire, nestas últimas<sup>53</sup>.

A abolição do direito do sal, entretanto, passou a ser alvo de diversas objeções, em função das "graves consequências" dela decorrente, expressas, em última análise, na diminuição do montante de recursos que eram carreados aos cofres portugueses<sup>54</sup>. Em função disto, e convindo que o imposto sobre o sal poderia ser diminuído mas não de todo abolido, foi estabelecida uma consulta às Câmaras Provinciais e às pessoas "mais entendidas e ilustradas" para que opinassem sobre o "complicado objeto", de forma a estabelecer uma contribuição que pudesse suprir o déficit ocasionado com a anterior isenção<sup>55</sup>.

Independentemente de tal situação, no início de 1822, o governo português estabeleceu que a isenção de direitos sobre o sal só compreendia a mercadoria de produção nacional, importada em navios nacionais<sup>56</sup> e, em meados do mesmo ano, determinou que o sal inglês pagaria 15% "ad valorem", enquanto que as importações de outros países seriam regidas pelas disposições da Carta Régia de 1808<sup>57</sup>.

Apos a independência, os direitos de importação de quaisquer mercadorias e gêneros estrangeiros foram fixa



dos numa taxa geral de 15%<sup>58</sup>, tendo sido estabelecida, ainda, uma tarifa de 1,5% referente ao imposto de consumo, baldeação e reexportação (meio por cento) e ao imposto de expediente (um por cento para selo, capatazias, capas e guindaste)<sup>59</sup>.

Na década de 1840, o imposto cobrado sobre o sal estrangeiro era arrecadado segundo a taxa de duzentos e quarenta réis por alqueire. Se considerarmos que o preço do sal, por cada uma desta medida, estava calculado em um mil réis, observa-se que a tarifa ascendia a 24%, situação cujos reflexos podem ser constatados nos dados que seguem.

TABELA n. 2.8

IMPORTAÇÃO DE SAL PELO RIO GRANDE DO SUL E RENDIMENTO DO RESPECTIVO IMPOSTO NOS EXERCÍCIOS DE 1843/1844 e 1844/1845 (EM RÉIS)

EXERCÍCIO	VALOR DE IMPORTAÇÃO	REND. IMPOSTO
1843/1844	105:697\$000	25:368\$559
1844/1845	50:560\$333	12:144\$480

Fonte: Mapa da Importação da Província do RGS e Quadro da Receita Geral e Especial da Província do Rio Grande nos anos respectivos - Appenso do Quadro Estatístico e Geográfico da Província do RGS - 1868 (AHRGS).

Sem dúvida alguma, esse tipo de política tributária adotada primeiro pelo governo metropolitano e, depois, pelo do Império do Brasil, prejudicava a atividade charqueadora gaúcha, integrante duma economia pouco capitalizada e que se ressentia acentuadamente com a sangria de re-

cursos drenados para as regiões centrais. Por outro lado, os dispositivos fiscais estabelecidos determinavam um maior consumo do sal nacional, reconhecidamente de qualidade inferior à mercadoria estrangeira, situação que se refletia no produto final da empresa rio-grandense, que acabava perdendo competitividade nos mercados de consumo.

As reivindicações de Domingos José de Almeida, anteriormente apresentadas, no sentido da redução dos direitos sobre os produtos derivados do gado, exportados pela província e dos direitos sobre os produtos importados pela região, se inserem dentro deste contexto e foram reforçadas pelo posicionamento de Antonio Manoel Corrêa da Câmara:

*"Como quer que o entendam os legisladores do Brasil; qualquer que seja a opposição que façam à redução de tais direitos os interessados do Norte; sempre que, uns e outros, não ignorem que a falta dessa redução trará consigo (passado os primeiros seis annos que tenham de paz nossos vizinhos) o gradual, progressivo e crescente aniquilamento dos productos pastoris na provincia de S. Pedro, o que será acompanhado da geral subversão e transtorno de todas as nossas fortunas, e que teremos por companheiros, em tão grande desventura, todas as provincias irmãs, que sustentam de carne beneficiada a sua numerosa esmeraldura, porque terão de receber a lei do estrangeiro, que essa carne lhes venderá a tão alto preço... o estancieiro rio-grandense que, em tão crescido numero, sóc transferir os seus lances ao Estado Oriental, se apresentara, desde logo, a emigrar em massa do país que o viu nascer, com todo o gado de que puder dispor... Decida a Assembleia Geral, decida o Norte, se quer ver inteiramente despopulada e para sempre perdida a pro*

*víncia de S. Pedro; ou a fazer-lhe que com tanta justiça requer.*"60

A situação de província dependente, que caracterizava o Rio Grande, pode ser nitidamente percebida através das colocações acima, que foram complementadas por outras, referentes aos tributos impostos ao sal estrangeiro:

*"Igual modificação de direitos reclama o sal importado nesta província; é este, por qualquer face que o considerem, um artigo de primeira necessidade; do que resultando maior introdução e demanda do sal de melhor qualidade, maior será a cifra da carne e couros beneficiados exportados, maior o crédito destes produtos e, consequentemente, mais procurados, vindo, afinal, a lucrar o Tesouro no aumento dos produtos exportados o que terá perdido pelas propostas reduções. ... Assim, parece convincente, tanto aos interesses da província como aos do Brasil, que o atual ... imposto de 240 réis por alqueire de sal seja limitado a 50 réis ... Sendo o sal de Setubal o que sobre todos leva a primazia no benefício da carne, seria talvez conveniente que ele nada pagasse por direitos de introdução durante um período determinado."*61

Apesar das reivindicações, a situação se prolongou sem modificações durante todo o período que estamos analisando. Assim, se considerarmos as observações até aqui realizadas, verificaremos que, tanto no que se refere ao gado como no que diz respeito ao sal, o abastecimento das charqueadas nas duas matérias-primas indispensáveis ao seu funcionamento apresentou problemas consideráveis durante toda a etapa em questão, o que é, indubitavelmente, um dado importante para o esclarecimento do assunto que estamos abordando.

## 2.2 - A questão da mão-de-obra

Levando em consideração que qualquer tentativa de explicação sobre o caráter "limitado" da transição ao capitalismo, nas diversas regiões latino-americanas do século XIX, deve ter como ponto de partida a estrutura e dinâmica das classes sociais, configuradas por um sistema de propriedade e um sistema de extração de excedente<sup>62</sup>, parece-nos importante, ao iniciar a análise da questão da mão-de-obra na economia charqueadora, focar as características fundamentais da sociedade gaúcha do século passado. Ressaltamos, porém, que o faremos de forma ampla e genérica, sem uma preocupação mais aprofundada, tendo em vista ser este um estudo de história econômica e, não, de história social. Assim, os aspectos sociais serão levantados na medida de sua significação para o esclarecimento das questões do tema que estamos desenvolvendo.

O quadro esboçado no capítulo anterior, sobre a economia gaúcha, nos permite entrever a estruturação de uma sociedade eminentemente rural, fundamentada na apropriação da terra, que se efetivou no Rio Grande, como no restante do Brasil, sob o regime de latifúndios. Desta forma, ao longo dos séculos XVIII e XIX, encontramos, no RGS, uma formação social dominada pelos latifundiários.

Assim, a sociedade sulina, que surgiu em função da distribuição desigual das terras conquistadas, plasmou-se sob a égide de uma classe de estancieiros-soldados, ori

ginários das tropas do exército colonial. Seus serviços lhes garantiram a oportunidade de ocuparem, sem dificuldades, os terrenos ganhos lentamente aos adversários. Seu prestígio crescente inquietava, certamente, o governo metropolitano, porém, o limite para uma reação se tornava mais estreito na medida em que não se definia a questão secular com os espanhóis. Não era possível acabar com a nova classe, sob pena da guerra ser perdida<sup>63</sup>.

O interesse do governo colonial era retardar ou impedir a ascensão duma classe dirigente local, cuidado que se pode perceber desde o início da colonização. Medidas como a criação de um campesinato agrícola-açoriano, com base em médias propriedades, que servisse de contrapeso ao poder dos estancieiros, se mostraram ineficazes e o fato claro é que a classe dos estancieiros-militares ia somando um poder crescente, poder este que se materializava na posse de terras e gado e que, gradativamente, alcançava as esferas políticas regionais.

Esse fenômeno não passou despercebido a Saint-Hilaire que, no diário relativo à sua viagem ao RGS, registrou, referindo-se à organização militar da Capitania:

*"Como os corpos dela são quase inteiramente compostos de homens da região, tendo a guerra necessidade de grandes verbas e dando lugar às grandes fortunas, formou-se aqui uma espécie de aristocracia de família, embora seja para os capitães-generais e perigosa para a paz dos cidadãos."*<sup>64</sup>

A tentativa governamental de limitar o poder

crescente desse segmento social pode ser percebida por trás da iniciativa que resultou na vinda dos imigrantes alemães, através da qual se entrevê, além dos interesses vinculados ao povoamento e colonização de zonas ainda virgens, a perspectiva de que núcleos de pequenos proprietários agrícolas viessem a anular, pelo seu peso, o poder da oligarquia regional.

Com a vinda dos colonos açorianos, no século XVIII, e dos imigrantes alemães, no século XIX, passaram a coexistir, no RGS, dois tipos distintos de estrutura agrária: a do estancieiro, nas grandes propriedades localizadas na serra do sudeste e na campanha, e a dos agricultores, situados sobretudo em certas zonas do litoral, da depressão central e do norte da província. Portanto, nos séculos XVIII e XIX, pode-se observar, em termos sociais, o RGS caracterizado pela dicotomia entre a sociedade de criadores do sul e de lavradores do centro e norte.

Ao amplo predomínio das atividades pastoris na economia gaúcha correspondeu a predominância do campo sobre a cidade, até o início do século XX. Além de dirigir a política, o estancieiro desenvolveu larga influência no setor administrativo da província e, até mesmo, no governo central. De acordo com Jean Roche, esta forma de coronelismo demonstrou a solidez de uma oligarquia já antiga, mas capaz de sobreviver a todas as construções doutrinárias, do regime parlamentar à república presidencialista<sup>65</sup>. Assim, em termos de uma realidade em que o poder regional era apa



nãgio dos latifundiários pecuaristas, as possibilidades de participação política dos imigrantes foram praticamente in-existent. Ressaltaram-se, neste sentido, a figura do comerciante enriquecido e a elite cultural alemã, que conseguiram controlar a câmara de vereadores e, a partir de 1881, a deputação estadual. Os imigrantes alemães enriquecidos atuaram como elos de ligação entre os pequenos proprietários e a oligarquia pecuarista. Em troca do apoio à situação política vigente era possível obter certo atendimento às necessidades dos imigrantes<sup>66</sup>.

O advento da charqueada e a estruturação definitiva do escravismo como modo social de produção dominante marcaram a história gaúcha, não apenas em termos econômicos como, também, em termos sociais.

Como exemplo, pode-se observar que, em Pelotas, se verificou a formação de uma opulenta classe de senhores de escravos, cujos hábitos e refinamentos só não foram tão acentuados quanto os de seus congêneres do centro e do nordeste do país em virtude de que, no RGS, a acumulação de capital não foi tão intensa quanto a que ocorreu nas zonas de economias exportadoras de produtos tropicais. Saint-Hilaire, que visitou a charqueada de Antonio José Gonçalves Chaves, percebeu o enriquecimento gerado pela produção do charque, chegando a colocar:

*"Há, entre eles [os charqueadores], homens muito ricos. O Sr. Chaves, por exemplo, que começou como caixeiro, dispõe hoje de fortuna avaliada em milhões de mil francos."*<sup>67</sup>

Devido às características da economia gaúcha, subsidiária e complementar da economia propriamente colonial do país, a escravidão não chegou, em regra, a desenvolver-se, no RGS, com a mesma intensidade que nas regiões exportadoras de produtos tropicais, cuja lucratividade compensava grandes inversões de capitais na compra de escravos. Apesar disso, e contrariamente à idéia que por muito tempo prevaleceu na historiografia rio-grandense, o escravo marcou sua presença, de forma significativa, nas atividades produtivas e no conjunto da população. Os dados seguintes, referentes à população gaúcha no século XIX, evidenciam este fato.

TABELA n. 2.9

## POPULAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL - 1807/1887

ANO	LIVRES E LIBERTOS	ESCRAVOS	POPULAÇÃO TOTAL	% DOS ESCRAVOS
1807 (1)	30.873	13.469	44.342	30,38
1809 (2)	34.839	14.629	49.468	29,57
1814 (3)	50.045	20.611	70.656	29,17
1858 (3)	211.667	70.880	282.547	25,09
1860 (4)	233.367	76.109	309.476	24,59
1861 (4)	266.639	77.588	344.227	22,54
1862 (4)	294.725	75.721	370.446	20,44
1863 (4)	315.306	77.419	392.725	19,71
1872 (5)	367.022	67.791	434.813	15,59
1874 (6)	364.002	98.450	462.452	21,29
1883 (7)	637.862	62.138	700.000	8,88
1887 (6)	936.174	8.442	944.616	0,89

Fontes:

(1) "Mapa geral de toda a população existente na Capita-



- nia do Rio Grande de S. Pedro do Sul no anno de 1807" (AN-SPE - Códice 808; rolo nº 015.0-78).
- (2) "Mappa Geral da População, Nascimentos, Mortes e Ca-  
zaes da Capitania de S. Pedro no ano de 1809" (AN-SPE-  
Códice 808; rolo nº 015.0-78).
- (3) "Appenso do Quadro Estatístico e Geográfico da Provín-  
cia de S. Pedro do Rio Grande do Sul" - 1868 (AHRGS).
- (4) Relatório do Presidente Esperidião Eloy de Barros Pi-  
mentel, 1864, p. 46. Para o ano de 1862, F.H. Cardoso  
apresenta a cifra de 276.446 habitantes, o que não é  
concordante com a informação do relatório (370.446 hab.)  
- Cf. AHRGS; A-7.08, Cx. 97.
- (5) Censo Geral de 1872.
- (6) CONRAD, Robert - *Os últimos anos da escravidão no Bra-  
sil: 1850/1888*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira,  
1978, 2ª ed., pp. 345-6.
- (7) BAKOS, Margaret M. - *Escravidão & Abolição*. Porto Ale-  
gre, Mercado Aberto, 1982, p. 18.

Apesar do quadro acima não apresentar uma série completa para todo o século XIX, pode-se perceber que a participação do escravo no conjunto da população gaúcha não deixou de ser expressiva. Apesar da extinção do tráfico, em 1850, ainda encontramos, em 1858, os escravos constituindo 25% da população da província. Isto indica que, embora tendo estado distribuída em diversas atividades e tendo sido realmente importante para o funcionamento das charqueadas, a mão-de-obra escrava foi relevante no contexto da economia e da sociedade gaúchas do século XIX.

A rapidez com que a escravaria decresce na província, a partir de 1884, vincula-se a dois fatores: 1) o elevado número de libertações que, naquele ano, emancipam apenas teoricamente o escravo, já que o trabalhador per-

maneceu ligado ao senhor, sendo obrigado a prestar alguns anos a mais de serviço; 2) a relação existente entre a chegada dos imigrantes no RGS e o gradativo desprestígio da mão-de-obra servil. Assim, ao ser decretada a Lei Áurea, no RGS apenas 8.422 escravos ainda existiam para serem por ela beneficiados<sup>68</sup>.

A base econômica gaúcha, no século XIX, representada pelo binômio criação-charqueada, oportunizou a formação de uma classe de estancieiros e charqueadores, cujo poder e influência marcaram a história gaúcha do século passado. Todavia, apesar de poderosos a nível regional, como camada social eles foram incapazes de desenvolver, em termos nacionais, a influência necessária para, diante de eventuais adversidades do mercado, garantir a concretização de uma política econômica suficientemente forte para possibilitar a acumulação constante de riqueza no plano local, mesmo que isso se desse em detrimento dos demais produtores e consumidores do país. Além disso, a situação fronteiriça do Rio Grande ampliava o interesse e a influência do poder central na vida político-econômica regional, o que diminuía, ainda mais, as oportunidades da classe dominante local impor, de forma autônoma, seus interesses<sup>69</sup>.

Com a vinda dos imigrantes italianos, a partir de 1875, completa-se o quadro social do Rio Grande. Tendo chegado num período de carência de mão-de-obra e tendo se transformado em pequenos proprietários, sob a ótica da oligarquia regional não vinham atender aos seus interesses

nem resolver os seus problemas, já que trabalhavam para si próprios e não acabavam com a dificuldade da falta de braços que caracterizava as atividades ligadas à pecuária.

Diante do exposto, pode-se perceber que a escravidão teve uma importância significativa no contexto sulino. E, sem dúvida, foi nas atividades de produção da carne seca que a exploração da mão-de-obra escrava foi mais intensa e regular. Se levarmos em consideração a Tabela nº 2.9, poderemos verificar que os percentuais elevados de presença do escravo na população gaúcha coincide com os momentos em que a atividade charqueadora apresentou seu maior desenvolvimento, perdendo a sua representatividade a partir do instante em que a desarticulação da empresa gaúcha começa a se evidenciar.

Assim, durante toda a primeira metade do século passado, os escravos se constituíram num dos principais produtos de importação do RGS, apresentando tendência crescente a partir da década de 1810, de acordo com os dados apresentados por Gonçalves Chaves (Tabela nº 2.10).

No início da década de 1830, quando a economia charqueadora apresentava sintomas saudáveis, a presença dos escravos nas importações gaúchas era bastante significativa, o que se pode verificar através das informações apresentadas na Tabela nº 2.11.

TABELA n. 2.10

IMPORTAÇÃO DE ESCRAVOS PELO RIO GRANDE DO SUL - 1816/1822

1816	698
1817	677
1818	665
1819	836
1820	872
1821	861
1822	1.548

Fonte: GONÇALVES CHAVES, A.J., op. cit., p. 170.

TABELA n. 2.11

QUANTIDADE E VALOR DOS ESCRAVOS IMPORTADOS PELO RGS - DE 1º DE JULHO DE 1831 A FIM DE JUNHO DE 1832 (EM RÉIS)

PROCEDÊNCIA	Nº	VALOR DOS ESCRAVOS	VALOR TOTAL DAS IMP.	% DOS ESCRAVOS
Bahia	199	69:650\$000		
R.de Janeiro	121	42:350\$000		
Pernambuco	114	39:900\$000		
Santos	82	28:700\$000		
Montevideu	2	700\$000		
S.Catarina	1	350\$000		
TOTAL	519	181:650\$000	528:221\$100	34,39

Fonte: "Mapa dos gêneros e mercadorias importados na Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul..." - Órgãos Fazendários/Alfând. de S. José do Norte (1832) - AIRGS.

Como se pode observar, os escravos representavam quase 35% do total das importações gaúchas, no exercício de 1831/1832, o que não deixa de ser uma cifra expressiva. Por outro lado, a procedência apontada dos escravos importados está a indicar que, provavelmente, os mesmos navios que colocavam o charque gaúcho nos mercados de consumo eram os responsáveis pelo transporte dos escravos para o RGS.

A importância econômica dos escravos, para os charqueadores gaúchos, pode ser evidenciada através do investimento por eles realizado na aquisição de mão-de-obra. Os dados que conseguimos reunir nos permitem avaliar a significação do montante de capital aplicado na compra de escravos, conforme especificamos na tabela nº 2.12<sup>70</sup>. A partir dela é possível perceber que os escravos, no total das propriedades dos charqueadores, chegaram a representar, até o início da década de 1860, valores bastante significativos. Em números relativos, no ano de 1862 é que encontramos a parcela mais elevada da riqueza do charqueador gaúcho expressa no valor dos escravos, ou seja, 34,94%. A partir de então, pode-se verificar que os investimentos realizados na aquisição de mão-de-obra escrava apresentam uma tendência decrescente, o que é compreensível dentro do contexto de dificuldades criadas pela legislação que limitava o acesso à mão-de-obra escrava.

É possível observar, também, que, nos inventários de maior montante, a proporção dos escravos no valor

TABELA n. 2.12

PROPORÇÃO DO VALOR DOS ESCRAVOS SOBRE O MONTANTE TOTAL DAS FORTUNAS DOS CHARQUEADORES GAÚCHOS - 1827/1881

CHARQUEADOR	ANO	Nº DE ESCRAVOS	VALOR TOTAL DO INVENTÁRIO	VALOR DOS ESCRAVOS	%
José Pinto Martins	1827	21	18:419\$472	5:442\$000	29,54
José Pinto Martins	1832	29	44:069\$320	6:462\$000	14,66
José Rodrigues Barcellos	1850	82	546:030\$572	37:290\$000	6,83
João Simões Lopes	1853	81	492:168\$092	68:950\$000	14,01
João Guerino Vinhas	1854	71	215:240\$556	45:825\$000	21,29
José Gomes de Vasconcellos Jardim	1854	31	102:363\$435	18:982\$000	18,36
Boaventura Rodrigues Barcellos	1856	63	183:692\$468	40:600\$000	22,10
Albana dos Santos Barcellos	1856	15	164:244\$171	11:050\$000	6,72
Bernardino Rodrigues Barcellos	1857	38	75:101\$267	23:240\$000	30,94
Mathilde da Silva Vinhas	1862	45	189:052\$456	64:600\$000	34,17
Manoel Baptista Teixeira	1864	31	232:647\$258	38:700\$000	16,63
Baronesa de Butuhy	1867	129	1.059:188\$011	131:200\$000	12,38
João Vinhas	1867	60	329:952\$359	63:400\$000	19,21
Carlota Baptista Teixeira	1871	21	136:726\$983	20:000\$000	14,62
Ant <sup>o</sup> José Gonçalves Chaves	1871	53	1.854:456\$626	48:960\$000	2,64
Maria Luiza Chaves	1872	52	456:501\$987	44:710\$000	9,79
Anibal Antunes Maciel	1872	138	1.038:913\$442	126:550\$000	12,18
Barão de Butuhy	1877	158	1.692:131\$581	46:148\$500	2,72
Domingos Soares Barbosa	1881	85	104:489\$686	19:900\$000	19,04

Fonte: Inventários respectivos dos charqueadores indicados (AP).



total não atinge cifras tão elevadas.

Certamente, os elevados investimentos em escravos, numa economia pouco capitalizada como a gaúcha, trazia implicações importantes, já que limitava o volume de recursos que poderiam ser aplicados em outros setores, como o da tecnificação do processo produtivo. Isso não significa, entretanto, que estejamos dando apoio à tese de que o tipo de organização do trabalho, no sistema escravista de produção, impunha barreiras insuperáveis ao desenvolvimento da técnica da produção e, portanto, à sua própria expansão<sup>71</sup>. A questão da tecnificação no processo produtivo gaúcho será abordada no tópico seguinte deste capítulo.

Por outro lado, parece-nos importante para o esclarecimento dos aspectos que envolvem a produção do charque nas empresas gaúchas, termos uma idéia da evolução do preço da mão-de-obra, no período que estamos abordando. Apesar das limitações dos dados apresentados na tabela nº 2.13, pelo caráter incompleto da série e pelo número até certo ponto pouco representativo de escravos, é a amostragem que foi possível montar e através da qual podemos chegar a algumas conclusões de razoável validade.

Assim, o primeiro aspecto que chama a atenção do observador é a concentração mais acentuada de escravos na faixa de vinte e um a quarenta anos e, depois, na de quarenta e um a sessenta anos. As presenças menos numerosas estão representadas nas faixas de um a vinte anos e, sobretudo, na de sessenta e um anos ou mais. Esta situação nos

TABELA n. 2.13

VALOR MÉDIO DOS ESCRAVOS DAS CHARQUEADAS - 1827/1881 (EM RÊIS)

ANO	Nº TOTAL DE ES CRAVOS	ESCRAVOS DE 1 A 20 ANOS		ESCRAVOS DE 21 A 40 ANOS		ESCRAVOS DE 41 A 60 ANOS		ESCRAVOS DE 61 ANOS OU MAIS	
		Nº	VALOR MÉDIO	Nº	VALOR MÉDIO	Nº	VALOR MÉDIO	Nº	VALOR MÉDIO
1827	20	2	278\$000	13	294\$150	5	212\$400	-	-
1832	29	5	181\$200	17	234\$350	6	202\$000	1	20\$000
1853	81	6	766\$670	48	852\$080	24	614\$580	3	183\$330
1854	101	12	668\$890	50	694\$565	31	327\$445	8	113\$335
1856	15	5	230\$000	9	977\$780	1	1:000\$000	-	-
1862	45	2	1:750\$000	28	1:553\$570	15	1:133\$330	-	-
1864	30	1	300\$000	17	1:435\$290	12	1:166\$670	-	-
1867	187	24	756\$930	57	1:318\$245	104	1:030\$255	2	900\$000
1871	21	1	600\$000	4	950\$000	14	1:085\$710	2	200\$000
1872	154	18	963\$235	55	1:349\$650	67	1:076\$890	14	250\$000
1877	127	28	496\$610	51	476\$990	43	191\$740	5	92\$000
1881	53	6	633\$330	23	478\$260	23	191\$300	1	200\$000
TOTAL	863	110	638\$739	372	886\$244	345	686\$027	36	163\$222

Fonte: Inventários dos charqueadores indicados na tabela nº 2.12 - As diferenças no número de escravos representam aqueles cujo valor não foi indicado nos respectivos processos.



parece um indicador claro da superexploração da força de trabalho, da presença da exigência de sobre-trabalho e da reposição da mão-de-obra por intermédio da aquisição de novas "peças" e não pela própria reprodução desta força de trabalho.

Com relação ao valor médio alcançado ao longo do período especificado, percebe-se que a avaliação dos escravos das décadas de 1820 e 1830 se mantém em níveis baixos. Todavia, na década de 1850, observa-se uma acentuada elevação do valor da mão-de-obra, a qual se mantém em tendência ascensional, com algumas oscilações, até o início da década de setenta, o que se justifica em função da proibição do tráfico de escravos africanos determinada pela lei de 1850.

Já no final da década de setenta e inícios da década de oitenta, é perceptível a acentuada queda do valor dos escravos, fato este compreensível diante do gradativo desprestígio que vinha envolvendo a mão-de-obra servil, do fortalecimento da campanha abolicionista e da perspectiva da extinção da instituição escravista, o que se concretizaria no final daquela década.

Ao se abordar a questão da mão-de-obra, na economia charqueadora rio-grandense, outro aspecto que necessita ser examinado é o da organização do trabalho escravo. Certas posições a respeito do assunto definem a escravidão como um obstáculo insuperável ao desenvolvimento do capitalismo e como um sistema produtivo destinado ao fracasso perante a concorrência capitalista, em virtude de que o sistema

escravocrata - e para tanto é usado o exemplo do sul do Brasil - impossibilitava a intensificação do processo de divisão técnica do trabalho e a especialização profissional, em função do que o trabalho escravo apresentava índices mais reduzidos de produtividade que o trabalho livre<sup>72</sup>. Entretanto, tal afirmativa sobretudo importante não aparece respaldada por uma amostragem quantitativa, como seria de esperar do ponto de vista metodológico.

Portanto, parece-nos importante avaliar a questão a partir de uma base empírica quantificada, que possa garantir, de forma mais segura, a análise que se quer desenvolver. Assim, tomaremos como ponto de partida para examinar esse tema, os dados da tabela nº 2.14.

Desde as primeiras informações apresentadas sobre o tipo de organização do trabalho nas empresas charqueadoras sulinas, é possível perceber, sem dúvida, a existência de um certo grau de divisão técnica do trabalho. Já nas charqueadas das décadas de vinte e trinta do século passado estavam presentes escravos carneadores, salgadores, grazeiros, sebeiros, entre outros que se pode notar na referida tabela. Isto nos leva a concluir que existia uma determinada divisão nas operações desenvolvidas pela mão-de-obra escrava, ao longo do processo produtivo, desde a matança do animal, passando pelo carneio, a salga e chegando às tarefas de elaboração dos subprodutos do gado.

Este tipo de situação se mantém, com poucas alterações, ao longo de todo o período indicado. Todavia, alguns



aspectos, ainda, chamam a atenção do pesquisador. Um deles, é a concentração mais acentuada da força de trabalho em dois tipos de classificação, ou seja, como carneadores e serventes (entendendo-se estes últimos como "serventes de charqueada", conforme é indicado na maioria dos inventários examinados). Tal fato é um indicador de que diversas operações poderiam ser desenvolvidas, segundo os interesses momentâneos da situação de produção, por um mesmo elemento, como por exemplo, as tarefas de carnear, descar-nar os ossos e salgar a carne, ou, ainda, as atividades vinculadas à produção do sebo e da graxa. Uma evidência dis-so é o caso da charqueada de Gonçalves Chaves, considerada modelar e que, no momento da elaboração de seu inventário, em 1871, foram indicados apenas escravos carneadores e ser-ventes.

por outro lado, merecem atenção as cifras elevadas de escravos sem especificação profissional. Aliás, individualmente, a soma dos escravos sem indicação da ocupação é superior a qualquer soma das ocupações apontadas. Esta ocorrência nos sugere, também, que a força de trabalho servil podia ser ocupada em diversas atividades do processo de produção, segundo parecia mais conveniente ao char-queador, de acordo com o que julgava mais racional.

Outra observação que nos parece interessante é a presença de determinadas profissões, como a de pedrei-ro, ferreiro, tanoeiro, carpinteiro, marceneiro, corriei-ro, que evidencia a tentativa de tornar a charqueada auto-

suficiente em insumos básicos. Levando em consideração que a importação destes insumos era difícil e de custo oneroso, a fabricação, na própria empresa, destes elementos, foi a alternativa lógica encontrada pelos charqueadores, e que se pode entrever pelas indicações dos dados da tabela.

Esta tentativa de autosuficiência se estende, também, ao setor de transportes, o que justifica o número razoável de escravos marinheiros. No mesmo sentido se pode colocar a presença significativa de escravos campeiros, atestando a tendência de diversos charqueadores em manter uma produção de gado que lhes permitisse, pelo menos em parte, uma certa autonomia no que se refere ao abastecimento de suas empresas em matéria-prima animal.

O trabalho desenvolvido nas empresas charqueadoras era um trabalho pesado e desgastante. Os escravos trabalhavam sob pressão, produzindo para um mercado de consumo que diversas vezes entrava em expansão e utilizando instalações até certo ponto de custo elevado. Assim, quanto mais trabalhasse o escravo, maior seria o retorno que daria ao seu senhor pelo capital nele investido, mais rápido seria este retorno e, conseqüentemente, maior seria o lucro que oportunizaria ao charqueador. O limite ao qual era exigido era constituído por sua própria resistência física e sua morte só era lamentada se seu trabalho não tivesse sobrepujado largamente o valor investido em sua aquisição.

O tratamento dispensado aos escravos dos charqueadores foi percebido por Saint-Hilaire:

*"Nas charqueadas, os negros são tratados com rudeza. O Sr. Chaves, tido como um dos charqueadores mais humanos, só fala aos seus escravos com exagerada severidade, no que é imitado por sua mulher; os escravos parecem tremer diante de seus donos."*<sup>73</sup>

Durante a época da matança, isto é, de novembro a maio, o trabalho das charqueadas se iniciava normalmente à meia-noite e acabava ao meio-dia. A violência estava presente em larga escala. Algumas vezes, os escravos eram estimulados com prêmios, porém, na grande maioria dos casos, as tentativas de obtenção de sobretrabalho eram feitas através do castigo, da tortura e da implantação do terror, o que servia, também, para manter subordinadas elevadas concentrações humanas submetidas a condições de vida degradantes. De acordo com os dados da tabela nº 2.14, a média de escravos existente nas charqueadas era de sessenta e quatro indivíduos; todavia, em certas empresas, variava entre cem e cento e sessenta escravos.

Em função desta situação, o Rio Grande era considerado, por alguns, como uma espécie de "purgatório dos negros", para onde eram encaminhados os negros de outras províncias, que se quisesse punir ou dos quais se desejasse desfazer<sup>74</sup>.

A grande concentração de escravos na região das charqueadas preocupava as autoridades locais, que requeriam aos setores administrativos provinciais a ampliação de seus efetivos policiais, para prevenir possíveis rebeliões<sup>75</sup>.



As fugas de escravos e a formação de quilombos es-  
tiveram presentes, também, na história do escravismo gaú-  
cho, tendo sido, até agora, pouco estudadas<sup>76</sup>. Dados esta-  
tísticos da província indicam a existência de numerosas  
fugas de escravos pertencentes a moradores da região, para  
o Paraguai, Estado Oriental, Corrientes, Entre Rios e Esta-  
dos vizinhos, entre 1836 e fins da década de 1840<sup>77</sup>.

A existência de quilombos pode ser testemunhada,  
ainda, por manifestações do setor legislativo de Pelotas,  
em 1835, à Presidência da Província:

*"A Câmara Municipal desta Vila  
cumpre levar ao conhecimento de V. Exa.  
que, não estando em suas atribuições  
tomar medidas fortes para a destruição  
dos quilombolas refugiados na Serra  
dos Tapes, termo desta vila, que ousa-  
da e tiranamente estão cometendo rou-  
bos e assassinatos por aquelas imedia-  
ções, cujos moradores, aterrados com  
semelhantes hostilidades, hão desampa-  
rado suas casas e lavouras, em manifes-  
to prejuízo da agricultura, não obs-  
tante os meios que se têm empregado pe-  
las autoridades policiais, sempre in-  
frutuosos, porquanto os Guardas Nacio-  
nais, que têm sido algumas vezes chama-  
dos, nada têm feito, em razão dessas  
mesmas diligências se fazerem à vista  
dos escravos desses mesmos Guardas Na-  
cionais que, sem dúvida, se comunicam  
com os quilombolas, ... deliberou a Câ-  
mara ... suplicando-lhe providências  
a respeito ..."*<sup>78</sup>

As notícias sobre um movimento insurrecional de  
escravos minas, em Pelotas, em 1848, bem como a mobiliza-  
ção do aparelho repressor da província, já foram destaca-  
das na história do RGS, bem como as repercussões provoca-  
das pelos fatos ocorridos no maior centro charqueador da

região sulina, as quais provocaram o aparecimento de medidas no sentido da preservação da "ordem dos senhores"<sup>79</sup>.

Outras informações seriam possíveis de relacionar sobre estas e outras formas de resistência escrava no RGS. Parece-nos importante, todavia, para os fins deste estudo, evidenciar a sua existência marcante na região das charqueadas, como a resposta escrava à violência existente nas mesmas, resistência esta manifestada contra a superexploração da força de trabalho servil, para a qual a violência era o instrumento utilizado, sem limites, pelos charqueadores.

A partir de 1850, a questão da mão-de-obra para as charqueadas gaúchas deve ser examinada dentro de um contexto que passou a configurar a conhecida "crise de braços", ou seja, a limitação do mercado de mão-de-obra a uma situação de reduzida elasticidade e de quase nenhuma possibilidade de expansão, já que a reprodução natural da força de trabalho se fazia de forma extremamente restrita.

Desde então, a preocupação com a drenagem de mão-de-obra escrava do RGS para as "províncias do Norte" passou a aparecer nos setores administrativos provinciais<sup>80</sup>. Entretanto, neste aspecto, necessárias se fazem algumas precisões, já que o crescimento ou o declínio da população escrava, nas diversas regiões brasileiras, vinculava-se diretamente ao seu sucesso econômico relativo. Assim, nos momentos em que a economia charqueadora rio-grandense apresentava sintomas salutarés, a província sulina foi importa



dora de escravos, enquanto que, ao se apresentarem dificuldades no setor, predominavam as exportações do elemento servil, o que é possível perceber através dos dados da tabela seguinte, apesar do período abrangido por ela ser limitado, o que prejudica, em parte, a análise da questão.

TABELA n. 2.15

MOVIMENTO DE ESCRAVOS NO RIO GRANDE DO SUL - 1847/1863

ANO	ENTRADAS	SAÍDAS
1847	673	116
1848	330	94
1849	214	68
1850	54	48
1851	128	86
1852	72	244
1853	93	307
1854	27	132
1855	99	216
1856	40	373
1857	76	491
1858	13	146
1859	182	163
1860	178	117
1861	208	113
1862	106	37
1863	132	60
TOTAL	2.625	2.811

Fonte: Para os anos de 1847 a 1859 - Apenso do Quadro Estatístico do RGS/1868 (AHRGS); para os anos de 1860 a 1863 - Relatório do Presidente Eloy de Barros Pimentel/março de 1864 (AHRGS).

Como é possível perceber, de 1847 a 1851 o RGS

foi importador de escravos e acreditamos que esta situação pode ser generalizada para toda a primeira metade do século XIX. Entretanto, a partir de 1852, a situação se inverte, e a província passa a exportar mão-de-obra em proporções maiores, numa tendência que se mantém até 1858. De 1859 a 1863, é perceptível que a economia sulina se torna novamente importadora de escravos e, apesar da carência de informações numéricas mais completas, é nossa opinião que esta inclinação deve ter se mantido até o final da década de 1860, já que, em 1868, encontramos o maior volume de charque exportado em toda a segunda metade do século XIX, até o fim do período de nossa análise, ou seja, 2.916.545 arrobas<sup>81</sup>.

A partir da década de 1870, acreditamos que a região sulina passou a perder, mais uma vez, mão-de-obra escrava sobretudo para a região cafeeira. Tal situação, aliada a outros fatores que se inserem no contexto problemático que caracterizou a economia charqueadora gaúcha desde então, se constituiu em elemento expressivo no processo de desarticulação da empresa rio-grandense.

De 1874 a 1884, os escravos escoados através do tráfico interprovincial atingiram um total de 14.302, representando um percentual de 38,9%, o quinto mais elevado do país. Todavia, de 1885 a 1887, o percentual de declínio atinge 69%, o segundo do país<sup>82</sup>, o que deve ter íntima relação com o movimento emancipador de 1884, que, através da cláusula de prestação de serviços, manteve o trabalha-

dor, apesar de teoricamente ter libertado o escravo.

Para a economia saladeiril rio-grandense, a solução de 1884 não modificará o quadro problemático em que se encontrava, o que se pode entrever através do depoimento do Presidente da Província, Henrique Pereira de Lucena ao Ministro do Império, Barão de Mamoré:

*"Tenho ... a honra de comunicar a V. Exa. que outro cidadão, Joaquim da Silva Tavares, irmão do Barão de Itaquí e do Dr. Francisco da Silva Tavares, libertou, no mesmo município de Pelotas e em igualdade de condições, sessenta e oito cativos, tornando-se merecedor de que o Governo Imperial, em remuneração de tão assinalado serviço à humanidade, conceda-lhe o título de Barão de Pirahy ou de Santa Tecla. Para que V. Exa. se digne de apreciar a importância daquele ato de abnegação, informo, ainda, a V. Exa. que, em consequência dele, as charqueadas daquele cidadão acham-se hoje abandonadas, porque muitos dos libertos sob condição de prestação de serviços têm deixado de cumprir a obrigação do respectivo contrato."*<sup>83</sup>

No que se refere à presença de mão-de-obra livre, nas charqueadas gaúchas, constata-se que, na primeira metade do século, era bastante reduzida. Todavia, a partir da década de 1860, quando as dificuldades para a aquisição de força de trabalho escrava se acentuaram, com o fim do tráfico, é possível perceber o incremento da utilização da mão-de-obra não forçada nas atividades das empresas rio-grandenses. Este fato é ressaltado pelo deputado Manoel Lourenço do Nascimento, na Assembléia Legislativa Provincial, em 1862:

*"Disse o nobre deputado que era preciso que a indústria do charque não viesse aqui buscar auxílios, que tratasse de remover os braços escravos, um dos males que julgava existir nessa indústria, e pelo qual ia ela em decadência. Não questiono que o braço escravo seja um mal e é por isso que os charqueadores tratam de removê-lo, tanto que se o nobre deputado fosse hoje a um desses estabelecimentos veria que já as graxarias, a salga de couros e outros trabalhos são feitos por braços livres. Antigamente, em qualquer daqueles estabelecimentos, não se via homens livres além do capataz e algum patrão de iate; hoje não sucede isto, grande parte da gente é livre..."<sup>84</sup>*

Na década de oitenta, as relações de produção escravistas são definitivamente eliminadas das atividades charqueadoras. Entretanto, a adoção das relações de produção baseada no salário se caracterizará por um caráter bem menos real do que formal, em virtude da difusão da figura do "contratado", que veio substituir o escravo, na produção do charque. Simbolizando o ex-escravo, emancipado com a exigência da prestação de serviços, não tinha definido com precisão o seu salário, ficando, por um determinado período, preso ao seu antigo senhor. Esta situação pode ser nitidamente percebida através do inventário do charqueador Antonio José da Silva Maia e de sua esposa, realizado em 1884, no qual estão presentes cinquenta e cinco ex-escravos que, como tal, não têm valor de avaliação estabelecido, e que deveriam prestar serviços por quatro ou seis anos<sup>85</sup>.

Além disso, considerando as características específicas do tipo de produção desenvolvida nas charquea-

das, marcado pelo caráter sazonal, ocorria, na época de entre-safra, a paralização das atividades, o que implicava em desemprego e ausência de alternativas possíveis de remuneração, ao nível da atividade saladeiril. Nestas condições, a mão-de-obra agora "livre" tendia a empenhar, ao dono da charqueada, seu trabalho futuro, para garantir o seu sustento nesse período.

Este estado de coisas, mais uma vez, evidencia o caráter limitado da transição ao capitalismo no Rio Grande do Sul, pois o fim da escravidão não significou o pleno êxito das relações com base no salário.

A ideologia escravista foi assimilada, no Brasil, desde o início da colonização, não tendo sido contestada até grande parte do século XVIII. Entretanto, no século XIX, a opinião anti-escravista, que já existia por razões morais, encontra ressonância, crescendo a condenação doutrinária da escravidão. Além disto, as restrições da Economia Clássica passam a fortalecer uma nova ideologia: a do Liberalismo econômico<sup>86</sup>.

Tal situação pode ser evidenciada, no Rio Grande do Sul, através do posicionamento de Gonçalves Chaves, cuja postura, nitidamente progressista, nos permite antever a formação de um setor das classes dominantes de tendências mais modernas:

*"A escravatura é inconciliável com a economia política moderna e é já demasiada no Brasil, que não pode, com ela, melhorar a sua constituição polí-*

*tica... É a desgraçada classe dos cativos a formidável barreira que se opõe ao melhoramento desses dois essenciais ramos econômico-políticos ... o escravo, que por modo algum pode esperar prêmio de seu trabalho, interessa-se em consumir e em não trabalhar."*<sup>87</sup>

Por outro lado, ao charqueador de origem portuguesa, radicado no RGS, conhecedor da literatura européia dos séculos XVIII e XIX, não escapou a percepção das dificuldades trazidas pelo sistema escravista a uma economia que se inseria num contexto mundial em que se efetivava a divisão internacional do trabalho, da qual o Brasil passava a participar como produtor de matérias-primas e produtos agrícolas e consumidor de produtos manufaturados:

*"Está politicamente o trabalho da agricultura do Brasil nas mãos da classe escrava, e se esta é incapaz de o dirigir bem, como há de prosperar esta coluna do Estado? E que partido tomará a classe livre, que se despreza associar-se com ela em uma vida laboriosa? Aplicar-se-a à indústria para aumentar assim as faculdades da nação? Não, porque as produções de indústria estrangeira a tão belo mercado lhes são fáceis de obter a escambo das ricas matérias primeiras, agenciadas pelas suas sacarias; e, nesse caso, preferem-se a vaidação, de que se segue a moléstia, a covardia, a inépcia e quantos males há de morte para as nações. Não pode, com este terrível sistema, prosperar a agricultura, nem pode nascer a indústria..."*<sup>88</sup>

Ao se referir à necessidade de proibir a introdução de escravaria no Brasil, colocou Chaves:

*"Até em tal caso, a alteração de salários fará forçosamente que os capitais procurem máquinas, não mais pro-*

*datava e sábia [que] pode haver em um país como o Brasil, tão falto de população que parece eterna a sua necessidade do povo."*<sup>89</sup>

A necessidade de um maior desenvolvimento das forças produtivas, apontada acima pelo charqueador, se alia a defesa que desenvolve de uma maior divisão técnica do trabalho, que percebe limitada, sob o escravismo:

*"Mais vale um casal de gente livre do que mil negros cativos... Nada pode cooperar mais eficazmente para os trabalhos produtivos de uma nação do que a subdição do mesmo trabalho. No Brasil, donde o alfaiate escravo se muda para sapateiro; onde o escravo é, ao mesmo tempo, lacaio, bolceiro ou carpinteiro, visto que as precisões dos senhores são absolutas dispensadoras do gênio do escravo; como poderá haver subdivisão do trabalho?"*<sup>90</sup>

Apesar da clarividência das colocações de Gonçalves Chaves, sobre a situação problemática de uma economia escravista integrante de uma realidade mundial onde o capitalismo e a industrialização cada vez mais se reforçavam, ele mesmo foi dono de uma razoável fortuna construída com o trabalho escravo. Em seu inventário, realizado em 1871, encontramos nada menos de cinquenta e três escravos.

Sem dúvida, a relutância que se percebe no Brasil em abandonar o sistema escravocrata não se vincula, apenas, à grande importância social e econômica da instituição, mas se relaciona, intimamente, com a sobrevivência de atitudes tradicionais que mantinham e preservavam a maioria dos costumes e instituições que o Brasil herdara



do passado colonial. Não só a escravidão permaneceu vigorosa durante os primeiros dois terços do século XIX; notavelmente, a maior parte das outras características da fase do domínio português sobreviveram com pouca alteração<sup>91</sup>.

A partir do fim do tráfico, em 1850, a consciência de que o sistema escravista tinha vida limitada originou a incorporação, em 1851, da Associação Auxiliadora da Colonização do Município de Pelotas, com o fim de agenciar os terrenos necessários ao estabelecimento de colônias estrangeiras, contratar agricultores, estabelecer auxílios a serem fornecidos aos mesmos e divulgar a iniciativa na Europa<sup>92</sup>.

Os reflexos do fim do tráfico, percebidos pela administração da província, provocaram preocupações que originaram as seguintes manifestações do Presidente Jeronymo Francisco Coelho, em 1856:

*"A extinção do tráfico produziu a indeclinável necessidade da colonização e, unicamente por meio dela, nos é lícito fundar esperanças sobre o futuro industrial do Império. A raça escura não tende a extinguir-se, pois a sua reprodução não contrabalança o seu consumo que, antes, somente a renovação em ampla escala era capaz de suprir... Assim, e a colonização o único recurso que nos resta e, comente o braço livre do colono, sua indústria e suas máquinas poderão suprir o serviço material do braço escravo. A atualidade já muito se ressentiu da falta de braços, mas é principalmente o futuro que exige de nós, e desde já, todas as medidas de providência."<sup>93</sup>*

Na década de 1880, a substituição da mão-de-obra



escrava pela livre nas charqueadas é advogada, não apenas em âmbito local como, também, no provincial, o que é evidenciado pela correspondência mantida entre a Câmara de Pelotas e a Presidência da Província:

*"A Câmara Municipal desta cidade recebe, com satisfação, o recebimento do ofício que ... dignou-se V. Exa. dirigir-lhe, manifestando a patriótica ideia de criar junto a esta cidade uma colônia que sirva de centro agrícola e de abrigo de trabalhadores que, com o tempo, poderão, com vantagem substituir, nas charqueadas, o espaço escravo que dia a dia escasseia."*<sup>94</sup>

Na Assembléia Provincial, onde os interesses dos segmentos das classes dominantes eram defendidos, o problema da desestruturação da empresa escravista gaúcha, em situação de desvantagem ante a empresa capitalista platina era colocado claramente:

*"... a própria questão do elemento sereno, e que está ligada a nossa prosperidade, e que promete subvertor tudo que existe logo que chegue o prazo fatal de sua extinção, as repúblicas do Prata, com uma providência extraordinária, terminaram com ela no ano de 1843."*<sup>95</sup>

Enfim, parece-nos que ficou claro que o tipo de sistema econômico imperante nas empresas charqueadoras gaúchas, de bases pré-capitalistas, desempenhou um papel importante no processo de desarticulação da charqueada escravista rio-grandense, e os problemas advindos dessa situação, aliados a outros, de caráter conjuntural que estamos definindo neste trabalho, foram os responsáveis pela

desestruturação desta empresa que acabará, no contexto mais amplo da transição ao capitalismo dependente no RGS, por se caracterizar na única atividade econômica regional a passar por um reajuste verdadeiramente expressivo, ao final do século passado.

### 2.3 - A questão da tecnologia

Ao analisar a questão da produção, técnica e a idéia geral de investimento, Pierre Vilar coloca que, ao se analisar o resultado de uma produção determinada, é conveniente distinguir se o crescimento da mesma é mais do que proporcional: 1º) à extensão dos recursos naturais explorados (rendimentos); 2º) ao suplemento de esforço humano liberado (produtividade). No caso de se obter uma resposta positiva, o que terá ocorrido e, além de uma extensão, uma intensificação da produção devida à técnica<sup>96</sup>.

Por outro lado, Vilar expressa a opinião de que corresponde à história, em relação a cada caso delimitado no tempo e no espaço, definir o quadro dos conhecimentos científicos adquiridos pela elite, assimilados pela massa, antes, durante e ao final do período das aplicações técnicas previsíveis, prestadas por um "potencial" de invenções, de investigação, de patentes de procedência pública ou privada, nacional ou estrangeira. Se o historiador consegue esclarecê-los, serão estes pontos os que permitem averiguar em que medida a vida econômica tende ao uso par-

cial ou total deste "potencial", ou a sua extensão: lenta ou rápida, contínua ou descontínua<sup>97</sup>.

Tendo em vista esta orientação metodológica, parece-nos importante verificar a forma como o processo técnico de produção se desenvolveu, nas charqueadas do sul do Brasil, ao longo do período de nosso estudo.

As notícias que temos a respeito das primeiras charqueadas rio-grandenses indicam que não passavam de simples ensaios experimentais, muito rústicos e improvisados, espalhados pelo litoral, às margens da entrada de ligação entre Laguna e Colônia do Sacramento<sup>98</sup>.

Em Pelotas, os primeiros estabelecimentos charqueadores eram compostos de simples galpões cobertos de palha, varais para estender a carne desdobrada e salgada e algum tacho de ferro para a extração da parca gordura dos ossos, por meio de fervura em água. A courama era estaqueada, secando ao sol. O sebo era simplesmente lavado, colocado ao tempo em varais e depois socado em formas de madeira cúbicas, produzindo pães de peso variável. Os ossos eram amontoados e queimados e esta cinza servia para aterros; ou então, eram empilhados para fazer "mangueiras" - espécie de cercados - e cercas. Todas as outras partes do boi eram jogadas fora, pois não tinham valor comercial<sup>99</sup>.

As instalações saladeiras do Rio Grande eram estabelecidas, preferentemente, às margens de rios ou ar-

roios, para facilitar o escoamento da produção e, também, pelo fato de que, em suas águas, eram lançadas as partes do animal que não sofriam aproveitamento.

Devido ao tipo de atividade que se desenvolvia nas charqueadas, pode-se supor a situação que aí se estabelecia, em relação ao aspecto higiênico do processo. Neste sentido, as informações se nos apresentam desde os inícios do século XIX:

*"Seria ... útil que se prescrevessem regulamentos coercitivos para a limpeza e asseio das charqueadas, pois que a demora do sangue, urina e resíduos dos animais, além de ser uma origem de infecção, torna esses lugares ascosos e nojentos, e só serve de multiplicar uma praga de moscas e de daninhos ratos, tão grandes que chegam a intimidar os gatos."*<sup>100</sup>

Assim, estes primeiros dados nos indicam a limitação técnica do processo empregado, a incompleta utilização do animal e o grau reduzido de investimentos em infraestrutura, o qual se concentrava, sobretudo, na aquisição de mão-de-obra escrava e das matérias-primas necessárias ao processo produtivo: o gado e o sal.

Entretanto, ao longo do século XIX, o processo produtivo nas charqueadas ganhou complexidade, passando a se caracterizar por uma certa divisão e até especialização do trabalho, segundo se pode depreender das descrições realizadas por Nicolao Dreys (1839), Louis Couty (1880) e Herbert Smith (1882)<sup>101</sup>. Tomando por base as informações destes contemporâneos à época de nosso estudo, tentaremos pre

cisar alguns aspectos relativos à técnica de produção do charque.

Já ao tempo de Dreys, o processo de abate dos bovinos havia sofrido modificações, não ocorrendo mais em campo aberto e nem mesmo no próprio curral. As descrições sobre o processo de matança difere muito pouco nas descrições dos três autores referidos.

Um rebanho de bovinos, após cinco a vinte dias de viagem, em média, chegava à charqueada, sendo colocado em mangueiras. No dia seguinte, geralmente, eram passados pequenos grupos de trinta a sessenta animais a um cercado menor, "a mangueira de matança", que se estreitava numa das extremidades, por onde o gado era levado ao desnuador, que introduzia uma lâmina na cabeça do animal, atrás do bulbo, o que o deixava imobilizado. Esta tarefa era realizada por um elemento especializado, geralmente um capataz.

O passo seguinte, ou seja, o transporte do animal ao galpão onde sofreria as demais operações, apresenta uma diferença, segundo os três informantes. No tempo de Dreys, este transporte era feito por um guindaste, cuja adoção, na opinião de Antonio Carlos Machado, significou um aperfeiçoamento considerável no processo produtivo das charqueadas<sup>102</sup>.

Na época de Couty e Smith, entretanto, esse transporte era efetuado por intermédio de um vagão dotado de ro

das, construído para o transporte de cargas pesadas.

As demais operações eram normalmente realizadas por escravos, ou seja: a esfolação, a despostação, o retalhamento (tarefa conhecida como "charquear"), o salgamento das partes, o empilhamento da carne em camadas alternadas com sal e o estendimento das "mantas" (as partes musculares) nos varais para secar. Os couros, bem limpos, eram colocados na salmoura que escorria das pilhas de carne; passadas vinte e quatro horas eram retirados, cobertos de sal, dobrados e exportados para a Europa. Os ossos eram incinerados, sendo a cinza, deles produzida, exportada, também, para a Europa, onde era usada como fertilizante. Eram exportados, ainda, os chifres, a gordura e o sebo<sup>103</sup>. O processo de preparação desses dois últimos produtos merece uma descrição posterior.

Determinadas as operações gerais do processo, interessa-nos estabelecer algumas precisões em relação ao mesmo, levando em consideração as declarações de Couty que, em última análise, serviu de fundamento essencial à argumentação de Fernando Henrique Cardoso<sup>104</sup>.

Segundo o viajante francês, até a operação de despostação (ou enquadramento), as atividades eram mais ou menos as mesmas. A partir de então, as diferenças passavam a existir.

No momento em que o animal é separado em pedaços, observou Couty que, em Pelotas, cada um deles forne-

cia onze pedaços: o lombo, as duas mantas, o "colchão", os músculos anteriores do membro posterior, o "latu" ou "pato", os músculos posteriores do mesmo membro, e as duas paletas ("paleta de dentro" e "paleta de fora"). Contrariamente, em Montevideó ou Buenos Aires, o lombo e as partes musculares que, em Pelotas, formam duas mantas, constituem um único pedaço, a manta, e as paletas formam, igualmente, uma só parte. Assim, nos "saladeros" platinos, a divisão do animal gera apenas oito pedaços, o que, segundo Couty, conflagram diferenças úteis de conhecer, do ponto de vista do rendimento.

Para a alimentação do pessoal empregado nas charqueadas e dos escravos, eram utilizadas as costelas, enquanto que a cabeça, o tronco e as vísceras eram rapidamente separadas, jogadas ao redor das canchas, para serem encaminhadas, posteriormente, quando outro animal tomava o lugar do precedente. Toda a operação de despostação durava, segundo Couty, de cinco a seis minutos.

A operação de retalhamento, ou charquia, era a mais delicada, pois tinha por objetivo transformar os pedaços de carne irregulares em forma e espessura em pedaços partidos em espessura regular e com grandes superfícies de dessecamento e salgamento. Do ponto de vista dos resultados, desta operação decorriam as maiores diferenças entre o Rio da Prata e Pelotas.

Em Pelotas, a carne era charqueada muito mais fina do que no Prata. Além disso, juntava-se nas charquea-

das pelotenses, uma operação acessória que inexistia na região platina: a "lanhagem". Sobre diversas partes do pedaço eram feitas incisões paralelas, de cinco a quatorze centímetros aproximadamente e bastante profundas. Assim, a superfície exposta ao ar e ao salgamento era mais considerável, mas o pedaço se tornava mais irregular.

Também na operação de salga e empilhamento existiam diferenças apontadas por Couty. Os pedaços charqueados eram passados diretamente no sal, em Pelotas, sendo precedida de uma passagem rápida na salmoura, nos "saladeros" platinos, passagem esta que durava de dez a vinte minutos, após o que eram empilhados.

Nas charqueadas gaúchas, as peças charqueadas eram colocadas sobre mesas cheias de sal, onde trabalhadores especializados, os "salgadores", as impregnavam de sal, sobretudo ao nível dos pontos lanhados.

O empilhamento consistia na disposição dos pedaços em camadas sucessivas, intercaladas de sal, formando uma espécie de cúpula de base quadrangular que diminuía no sentido da altura. A colocação e a demora em pilha apresentava diferenças expresivas, em Pelotas ou no Rio da Prata. A carne era menos salgada, em Pelotas, e as camadas de sal, intermediárias às camadas de carne, eram menos espessas, nas charqueadas rio-grandenses. Segundo Couty, em nenhuma parte o sal foi pesado, estimando em dez a doze quilos a quantidade empregada para salgar a carne de um só animal, no Rio Grande, enquanto que, em Buenos Aires ou Mon



tevidêo, esta quantidade se elevava a quinze quilos. Considera, ainda, que o sal, vindo geralmente de Cádiz, era tornado muito fino, pela raspagem, em Pelotas, sendo deixado mais grosso, no Prata.

Além desta diferença na quantidade do sal empregado, que considera muito importante, verificava-se, também, significativa diferença no processo de compressão da carne. Nos "saladeros" platinos, a carne passava, diariamente, por duas pilhas de salga sucessivas. Após doze a vinte horas, segundo o "saladero", a mesma carne que tinha sido empilhada de véspera, é refeita em uma segunda pilha, ao lado do lugar da primeira, e a carne que, de véspera, formava as camadas superiores era, na segunda pilha, a parte inferior. Esta segunda colocação em pilha objetivava comprimir mais igualmente toda a carne, representando, no Prata, um papel maior que no Rio Grande. No caso de julgar a compressão insuficiente, o saladeirista platino recobria as pilhas com pranchas de madeira muito pesadas e esta compressão acessória jamais era utilizada em Pelotas.

A colocação em pilha também variava por outro fator: sua duração. Normalmente, a carne era exposta ao sol, em Pelotas, ao sair de sua primeira pilha, que durava um ou dois dias e, no Prata, após suas duas pilhas, que duravam dois dias.

Todavia, nos meses de inverno, era freqüente não poder expor a carne ao sol, sendo deixada, então, no Rio Grande, em sua primeira pilha, que durante estas épocas re

cebia uma quantidade maior de sal, não contendo, cada uma delas, mais de duzentos ou trezentos animais.

Contrariamente, nos "saladeros" platinos, eram construídas pilhas especiais, as "pilhas de inverno", muito grandes, contendo a carne de doze mil a dezoito mil bois. Feitas ao ar livre, e não sob hangares como as de Pelotas, eram circulares ao invés de quadrangulares, sendo montadas sobre uma base especial de alvenaria, também circular, muito sólida para suportar um peso tão considerável. Esta pilha chegava a ter de dezesseis a vinte e seis metros de diâmetro, com uma altura que variava de três a quatro metros. Começadas em abril, só eram completadas em maio ou junho, sendo recobertas com um espesso pano. Assim permaneciam até os primeiros bons tempos de setembro ou outubro.

Após o empilhamento, seguiam-se as tarefas destinadas ao secamento da carne, o qual era precedido, no Prata, por uma operação acessória: a carne que saía da pilha era repassada na salmoura, mas sem aí deter-se, com a finalidade de simplesmente lavá-la para tirar as grossas partículas de sal que permaneciam aderentes. Para Couty, esta diferença era importante, porque a presença de fragmentos de sal era uma das maiores causas do infeliz aspecto das carnes do Rio Grande.

Finalmente, a carne ia para os secadores, simples barras de madeira muito longas, estendidas transversalmente a um metro e meio do solo, aproximadamente. Com frequên

cia, sobretudo no Prata, eram instaladas sobre os mesmos suportes verticais duas espécies de varas, umas sobre as outras: as superiores recebiam as mantas e, as inferiores, os pedaços menos importantes.

Nas charqueadas, a carne permanecia sobre as varas diversos dias seguidos. Sendo o tempo favorável, cinco ou seis dias bastavam. Porém, em caso de tempo adverso, eram necessários quinze dias ou mais. Daí a necessidade, em Pelotas, de varas muito extensas.

Diferia bastante o processo platino, onde a dessecção da carne durava muito mais longo tempo e era, aparentemente, bem mais complexa. Após ter sido lavada na segunda salmoura, a carne não permanecia mais que um só dia sobre as varas. Depois, era colocada novamente em pilha, correspondendo à matança de uma jornada. Aí permanecia de três a cinco dias, sendo, depois, recolocada um dia sobre as varas. Retornava, então, a uma nova pilha, que durava de cinco a sete dias, indo ao sol por mais um dia e, assim, sucessivamente, até que a carne estivesse completamente seca. Todas estas operações duravam, mais ou menos, um mês. A carne permanecia empilhada de vinte a vinte e cinco dias e sofria de quatro a sete exposições sobre as varas. Para melhor assegurar a compressão, era comum ser usado o recurso de colocar madeiras ou pedras sobre as pilhas.

Segundo os saladeiristas, devido a esta excessiva compressão, a carne tomava corpo e aroma e, sobretudo, perdia suas irregularidades, ganhando uma superfície uni-

forme.

Após este dessecamento, contínuo em Pelotas, des-  
contínuo e separado por pilhas de compressão, no Prata, a  
carne era, finalmente, colocada na pilha definitiva. Só en-  
tão era separada em qualidades diferentes. Estabeleciam-se  
duas qualidades, no Rio Grande, e três, no Rio da Prata.  
Esta diferença provinha, segundo Couty, do fato de que so-  
mente a região platina vendia para Cuba, para onde eram ex-  
pedidas todas as piores carnes, de tal forma que se dava o  
nome de Havaneira às qualidades mais inferiores<sup>105</sup>.

Finalmente, de quinze dias a dois meses após a  
matança, ao fim de um tempo mais longo, no caso das pilhas  
de inverno, tudo estava terminado, e os pedaços de carne  
seca eram amontoados sem nenhum embrulho no porão dos na-  
vios que os transportariam. Estas embarcações, geralmente  
espanholas ou brasileiras, carregavam de três mil a oito  
mil quintais<sup>106</sup>. Despachada para os mercados de venda e en-  
tregue aos comissários, era, enfim, vendida aos consumi-  
dores seis a doze meses após terem sido abatidas as reses.

Em sua análise sobre a carne seca produzida nas  
regiões gaúcha e platina, diz Couty acreditar que a diver-  
sidade de preparação tem uma determinada influência, resu-  
mindo as diferenças da seguinte maneira: a carne de Pelo-  
tas era irregular de aspecto; menos salgada e seca mais ra-  
pidamente, ela guardava partes avermelhadas em lugar de  
ser quase uniformemente cinzenta; menos comprimida, menos  
aplainada, formava uma lâmina menos igual. Não tendo sido

passada na salmoura, conservava, freqüentemente, fragmentos de sal aderentes por lugar. Enfim, e sobretudo, tendo sido lanhada, apresentava, ao nível das incisões, espécies de saliências em escala muito irregulares. Devido ao processo de dessecação e dessecação que se verificava na carne, ao secar, tornava-se muito irregular, em Pelotas e, acrescentando-se que o charque gaúcho era menos comprimido, resultavam grandes diferenças de aspecto entre as carnes do Rio Grande e do Prata.

*"Estas são, direis, questões accessórias; e que importa o aspecto se o produto é bom? Infelizmente, na prática, temos visto, por outros produtos, como o aspecto e a aparência são coisas importantes; e será longa a lista de substâncias ditas alimentares que, malgrado seu pouco valor, são todo dia vendidas, graças às qualidades de vista ou mesmo às etiquetas mais ou menos enganosas. Não hesito mesmo a dizer e voltarei a este ponto, que o aspecto atual das carnes secas é o principal obstáculo à sua importação na Europa."*

107

Ao se referir à questão do rendimento em peso, Couty expressa a idéia de que é certo que a quantidade da carne produzida varia com o modo de preparação, sendo, sobretudo, importantes, dois fatores: a duração da compressão e a do dessecação. E diz mais:

*"... compreende-se a importância que tem, para um saladeirista, em diminuir, mesmo de cinco a dez por cento, a perda de peso repentino. Sobretudo em uma fabricação onde tudo se cifra por quantidades enormes, e onde os benefícios são relativamente muito restritos, ele tem, evidentemente, vantagem considerável em aumentar a cifra de*

rendimento; e se for provado, como isto me parece provável, que os procedimentos de Pelotas reduzem mais a carne que os do Rio da Prata, terá evidentemente, lá, uma causa séria de inferioridade econômica, que não compensará, mesmo por um valor substancial maior, e real talvez, dos produtos."108

Couty expressou sua contrariedade por não ter podido chegar a cifras concretas a respeito do rendimento da produção, para desenvolver uma análise mais completa. Neste sentido, parece-nos importante comparar as observações do viajante francês com os dados levantados por Antônio Manoel Corrêa da Câmara, em 1851.

TABELA n. 2.16

PRODUTO DE UMA RÊS DE CORTE EM MONTEVIDÉO E NA PROVÍNCIA DE S. PEDRO - 1851

Produto de uma rês de corte em Montevidéo - 1851

Carne	150 lib.
Couro	40 lib.
Sebo	20 lib.
Graxa	10 lib.
Sal para salgar uma rês, 1/2 alq. (em moeda fraca)	240
Direito de exportação de um couro (idem)	220
Direito de exportação da carne beneficiada	-

Produto de uma rês de corte na Província de S. Pedro - 1851

Carne	128 lib.
Couro	30 lib.
Sebo	5 lib.
Sal para salgar uma rês, 1/2 alq. (idem)	750
Direitos Provinciais: Carne 1 (idem)	60
Sebo - por 10 libras (idem)	25
Graxa - por 5 libras (idem)	12,5
Couro - (idem)	80

Fonte: CÂMARA, A.M. Corrêa da - "Ensaio estatístico da província de S. Pedro do RGS". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RGS*, nº 123, Porto Alegre, CORAG, 1982, p. 176.

Como é possível observar, o rendimento do gado abatido nos "saladeros" uruguaios era superior àquele obtido nas charqueadas do Rio Grande, o que vem de encontro às observações de Couty. Apesar da diferença de época, acreditamos que a situação tenha se mantido até a década de 1880.

Por outro lado, é interessante perceber que as taxas impostas ao produto, nas duas áreas, apresentava uma sensível desvantagem para as empresas gaúchas, oneradas por uma política tributária bastante pesada para uma economia pouco capitalizada, como a do sul do Brasil.

Na utilização das demais partes do animal, como sejam: as vísceras, pulmões, rins, fígado, línguas, sangue, crinas, chifres, ossos e pés, Couty não encontrou diferenças essenciais no processo desenvolvido nas duas regiões. Afirma, inclusive, que a situação de Pelotas não era, de maneira alguma, inferior a do Prata, e como estes produtos acessórios não representavam senão uma parcela muito reduzida do preço do animal, mais ou menos de cinco a seis francos, não mereceram atenção especial.

No aspecto da fabricação da graxa e do sebo, necessários se fazem alguns esclarecimentos. Estes dois produtos representam as partes gordurosas do boi, constituindo-se a graxa numa gordura mais fina e, o sebo, mais grosseira. Sua utilidade é industrial, empregados na fabricação de sabão, velas e ceras, embora a graxa, muitas vezes, fosse usada para fins comestíveis.

O relato de Dreys deixa claro que os ossos, a cabeça e as extremidades eram colocados numa caldeira fervente, servindo, com os miolos e o tutano, à preparação da graxa, que era, depois, encerrada na bexiga e nos intestinos grossos, para ser comercializada. Outras partes mais sebáceas eram socadas para comporem uns pães de sebo grosseiro, que eram vendidos neste estado<sup>109</sup>.

Até a década de 1850, esse tipo de processo deve ter se mantido da mesma forma, quando, então, sofreu uma alteração significativa, com a introdução da máquina a vapor.

No Prata, desde 1838, a máquina a vapor era utilizada para a extração da gordura existente nos resíduos animais<sup>110</sup>. No Rio Grande, a idéia que se generalizou é que, somente na década de 1870 ou 1880 é que o vapor teria sido adotado, nas charqueadas, para a extração das gorduras. Todavia, constatações que realizamos permitem afirmar que, já na década de 1850, a máquina a vapor era empregada nos trabalhos das charqueadas do Rio Grande.

Tal fato, até agora ignorado, é possível constatar através do contrato de arrendamento do estabelecimento de charqueada de Boaventura da Silva Barcellos, situado às margens do arroio Pelotas. Este contrato foi firmado em 16 de outubro de 1856, com Delfino Lorena de Souza, devendo ter a duração de três anos. As instalações da referida empresa se encontravam em mau estado e deveriam ser feitos, às custas do arrendatário, os reparos necessários na



graxeira a vapor e nos edifícios do estabelecimento de charqueada. Ao final do arrendamento, todas as instalações deveriam ser entregues ao charqueador Barcellos. O preço do arrendamento fora fixado em três contos de réis anuais, iniciando a vencer-se em 19 de maio de 1857 <sup>111</sup>.

Portanto, neste caso, desde a década de 1850, é possível perceber o emprego da máquina a vapor num estabelecimento charqueador do Rio Grande do Sul. Entretanto, não temos condições de saber se trata-se de um caso isolado ou não. Mesmo assim, cremos que podemos considerar o fato como um indicador da tendência a um certo avanço das forças produtivas e do aperfeiçoamento técnico, sob a vigência do sistema escravista, na província gaúcha.

Na década de 1860, a utilização da máquina a vapor deve ter sido estendida à fabricação do extrato de carne, como se pode depreender das concessões feitas ao Dr. Manoel Pereira da Silva Ubatuba, isentando de direitos de importação as caldeiras, máquinas e utensílios que fossem adquiridos para sua fábrica de "extratum-carnis" <sup>112</sup>.

A partir dessa situação, a fabricação das gorduras nas charqueadas passa a evidenciar modificação: a graxa fina era produzida em tachos ou caldeiras especiais, com determinadas partes do animal, entre as quais as canelas e o caracu. O sebo era fabricado na graxeira, onde eram lançados os miolos, os rins, o espinhaço, as costelas e o externo. Assim, a graxeira se constituía numa espécie de esgoto de aproveitamento.

Ao avaliar a disposição e tamanho dos estabelecimentos platinos e gaúchos, Couty alerta que, deixando de lado algumas empresas modelares do Prata, de grande porte, que não encontravam correspondência em Pelotas, de resto, não ocorriam diferenças significativas, mantendo-se, as charqueadas pelotenses, nos limites médios dotadas de instalações bastante cuidadas.

Outras características diversas, entretanto, aconteciam, de acordo com as informações de Couty, relativas à matança anual. Assim, as trinta e quatro charqueadas existentes no Rio Grande, na época de sua passagem, abatiam 450.000 animais, enquanto que apenas doze estabelecimentos da República Oriental eram suficientes para abater a mesma cifra ou um pouco mais. Outra diferença importante referia-se a que a produção era mais variável nos "saladeros", sendo mais fixa, em termos numéricos, nas empresas de Pelotas.

Parece-nos importante, com vistas ao esclarecimento da questão, o apoio de dados quantitativos que possibilitem uma visualização mais clara do que ocorria. As informações de Couty, além de muito reduzidas, não passam de estimativas realizadas de forma genérica, fato que se torna visível no transcorrer de toda a sua análise.

Em relação ao Rio Grande, as matanças de gado nas charqueadas podem ser avaliadas através da tabela nº 2.17.

TABELA n. 2.17

ABATE DE GADO VACUM NAS CHARQUEADAS DO RGS - 1862/1890  
(EM N.º DE CABEÇAS)

1862-1863	362.272
1863-1864	381.000
1864-1865	330.611
1865-1866	372.546
1866-1867	370.112
1867-1868	435.375
1868-1869	470.077
1869-1870	449.424
1870-1871	378.927
1871-1872	428.578
1872-1873	408.009
1873-1874	314.439
1874-1875	372.418
1875-1876	384.000
1876-1877	308.000
1877-1878	425.000
1878-1879	387.148
1879-1880	336.787
1880-1881	242.493
1881-1882	277.901
1882-1883	256.330
1883-1884	269.248
1884-1885	291.808
1885-1886	274.393
1886-1887	356.522
1887-1888	302.288
1888-1889	305.190
1889-1890	291.251

Fonte: Anuário da Província do Rio Grande do Sul, dos anos de 1885 a 1890 (ENGRGS).

Através desta tabela, verifica-se que o abate de gado nas charqueadas rio-grandenses, apesar das oscilações, apresentou uma tendência ascensional a partir do exercício de 1862/1863, atingindo seu ponto mais elevado nos anos de 1868/1869. Se observarmos a tabela anexa ao final do capítulo seguinte deste trabalho, poderemos constatar que o ano de 1868 foi o que apresentou as mais elevadas quantidades de exportação de charque, que começará a decair a partir de então, não voltando a atingir, até o final do período deste estudo, as quantias alcançadas neste ano. Da mesma forma, a quantidade de animais abatidos decaiu desde o final da década de sessenta, o que coincide com o processo de desarticulação que atingiu as empresas sulinas, apesar das esporádicas recuperações que se pode apontar no índice de matança.

Não temos informações suficientes para enfocar comparativamente o caso platino. Todavia, os dados reduzidos que conseguimos reunir possibilitam chegarmos a algumas conclusões. Para tanto, observe-se a tabela nº 2.18.

O momento atravessado pela economia gaúcha, em transição ao capitalismo, que motivava a desarticulação do sistema escravista, pode ser percebido através do desempenho das charqueadas rio-grandenses, no que concerne ao abate de animais. Além de se evidenciar uma matança decrescente, no período de 1879/1890, se somarmos o abate realizado nas diversas regiões do Prata (3.261.700 animais, no Uruguai e, 3.696.968, na Argentina) constataremos que ele

TABELA n. 2.18

ABATE DE GADO VACUM NO RGS E NAS REGIÕES PLATINAS - 1879/1890  
(EM Nº DE CABEÇAS)

ANOS	RGS	URUGUAI	MONTEVIDÉO	LITORAL URUGUAIO	BUENOS AIRES	ENTRE RIOS
1879	460.000	751.300	178.000	-	322.718	-
1880	405.000	721.500	210.000	-	226.500	-
1887/1888	360.000	-	340.600	-	194.850	737.700
1888/1889	365.000	-	350.000	-	340.400	706.000
1889/1890	380.000	-	267.000	442.600	372.600	796.200
TOTAL DO PERÍODO	1.970.000	1.472.800	1.346.300	442.600	1.457.068	2.239.900

Fonte: Anuário da Província do Rio Grande do Sul, para os anos de 1885 a 1890 (IHGRGS).

atingiu totais bem menos expressivos no Rio Grande do que nas áreas platinas, o que é um indicador da problemática em que se envolvia a atividade charqueadora do sul do Brasil e do reajuste que sofria em sua estruturação.

As informações reunidas até aqui permitem perceber que havia diferenças entre o processo de preparação da carne seca no Rio Grande e nas regiões platinas, diferenças estas que, no global, interferiam negativamente na competitividade do produto sulino. Em função destas diferenças, era comum ocorrer, na produção gaúcha, certos defeitos como: o "vermelho", o "mofo", o "abombamento" e o "ensaboamento".

O "vermelho" chegou a ser o terror dos charqueadores, constituindo-se na presença de manchas vermelhas que apareciam, sobretudo, nas pilhas de inverno. O "abombamento" aparecia nas mantas em forma de manchas verdes e escuras, especialmente no verão, em consequência da falta de talhos ao charquear e do emprego de sal já utilizado em salgas anteriores. O "ensaboamento" aparecia nos charques muito gordos que, entrando em contato com outras peças, adquiriam uma espessa capa de gordura em quase toda a superfície. Segundo Antonio Carlos Machado, eram frequentes os talhos profundos, embora condenados pela rotina vulgar. Pela sua conformação natural, certas dobras das mantas ficavam ocultas à penetração do sol, sendo preciso, para sua completa secagem, extremo cuidado<sup>113</sup>.

Outro detalhe que nos parece importante, no to-

cante à preparação do produto sulino, é o hábito que existia de utilizar não apenas animais vacuns como, também, cavalos e éguas. Este fato foi detectado por Avé-Lallemant, em sua viagem pelo sul do Brasil, em 1858:

*"Em toda região há um horrível cheiro de carniça! Couros, chifres, cascos, ossos, tendões e nauseantes massas de sangue em putrefação e, além disso, campos inteiros com carne deperdurada, formam um verdadeiro monturo em grande estilo e assinalam o distrito onde encontra o seu centro o mais importante ofício da Província, que é abater bois e cavalos, principalmente éguas. Uma multidão de abutres sobrevoa a região ou cova-se em sangue putrefato!"<sup>114</sup>*

Por outro lado, ao relacionar os impostos arrecadados nos exercícios de 1854/1855 e 1855/1856, a Câmara Municipal de Pelotas discrimina, separadamente, os recursos obtidos com direitos exigidos sobre as reses mortas nas charqueadas e sobre os animais cavalares abatidos nas empresas charqueadoras, num indício evidente da utilização da carne eqüina no preparo do charque<sup>115</sup>.

É ainda através da documentação da Câmara de Pelotas que se percebe, na década de 1870, a presença de matadouros especializados no abate de éguas, como o de Manoel Avelino, situado na Freguesia da Boa Vista<sup>116</sup>. Ora, não nos parece que deveria ter o mesmo tipo de qualidade um produto como o produzido com mistura de carne eqüina. Mesmo que as proporções do emprego não fossem amplas e o uso plenamente generalizado, este detalhe não pode ser ignorado por completo pois, no conjunto das diferenças, se

constituiu num fator a mais a pesar desvantajosamente na qualidade do produto rio-grandense e em sua colocação no mercado.

As inovações tecnológicas iniciadas no processo produtivo das charqueadas, na década de 1850, com a introdução da máquina a vapor, passaram a ganhar corpo nas décadas seguintes, como se pode depreender do seguinte depoimento de 1865:

*"Tem sido muito aperfeiçoada esta indústria e, presentemente, está sendo profundamente estudado o melhor processo de conservar as carnes salgadas para resistir às viagens de longo curso, tendo já seguido, para a Europa, navios carregados deste gênero, que apor tam lá em perfeito estado; marcham à frente destes estudos o Dr. Manoel Pereira da Silva Ubatuba, o capitão Vaccoco Pinto Bandeira e outros."*<sup>117</sup>

Ainda em 1865 foi implantado no RGS o processo Liebig, através da fábrica de preparação de "extractum carnis" de Jorge Christiano Giebert, a quem foi concedido, para tal fim, um privilégio de dez anos<sup>118</sup>.

Na década de 1870, em virtude de solicitação da Presidência da Província, a Câmara Municipal de Pelotas apresentou manifestação relativa à solicitação de José Gabriel Affonso Gassiez, que objetivava obter privilégio para um novo sistema de envasilhamento da graxa, de sua invenção. Neste novo processo, o envasilhamento da graxa era feito numa espécie de odre de couro, cuja real eficiência foi considerada impraticável pela referida Câmara. Toda-



davia, levando em consideração que, dos charqueadores dependeria a adoção do invento, não pareceu, aos legisladores pelotenses, inconveniente conceder apoio político ao peticionário do privilégio<sup>119</sup>.

Outros privilégios foram concedidos, na década de 1880, a empresários gaúchos, conforme indica Eulália Maria Lahmeyer Lobo, através da relação de concessões de privilégios de monopólio, no setor da agro-indústria e da indústria extrativa, que elaborou sobre a totalidade das concessões efetuadas no Brasil, na década em questão<sup>120</sup>.

Assim, em meio a outras concessões feitas para inventos destinados ao aperfeiçoamento da produção e conservação da carne e outros subprodutos do gado, foram apontadas aquelas concedidas à firma Viúva Clausen & Cia., para a fabricação de um produto denominado "sangue seco" (em 11 de outubro de 1883) e a Irineu Francisco de Souza e Silva, representante do falecido Dr. Manoel Pereira da Silva Ubatuba, para a fabricação do extrato de carne<sup>121</sup>.

Em 1884, Junius Brutus Cássio de Almeida, que herdara a empresa de seu pai Domingos José de Almeida, empreendeu uma verdadeira remodelação na mesma, transformando-a num estabelecimento dos mais modernos, dispendendo para tanto, na época, aproximadamente quatrocentos contos de réis. Neste processo, importou da Itália toda a maquinaria para o serviço da graxeira, destacando-se três tinas de ferro a vapor, caldeiras apropriadas e o sistema de dragas para carregar as tinas, sendo abandonadas, assim, as

antiquadas tinhas de madeira onde era produzida uma gordura bastante inferior à obtida mas de ferro a vapor. Para a montagem da maquinaria e demais obras, foi trazido da Itália um engenheiro especializado, Dr. C. Camoli. Além disso, Almeida introduziu, em sua charqueada, o sistema platino, evidenciando claramente o reconhecimento da superioridade deste sistema. Para este fim, mandou vir, de Montevideu, operários especializados, compostos de diversas famílias, com quarenta pessoas. Em sua visita a Pelotas, a princesa imperial D. Isabel, percorrendo o estabelecimento, assistiu ser desmanchada uma rês em apenas cinco minutos, por um hábil carneador uruguaio, a quem presenteou com uma libra esterlina<sup>122</sup>.

Por outro lado, a partir de 1870, uma série de *transformações passaram a ocorrer* no setor da produção de gado, como a adoção das cercas de arame, a introdução de novas raças e o incremento da rede de transportes, o que *provocou uma modernização extremamente significativa* na campanha gaúcha, inserindo-se no quadro geral de modificações que caracterizou a economia rio-grandense a partir da segunda metade do século XIX.

Na década de 1880, é possível evidenciar, também, a penetração do capital estrangeiro no setor da tecnologia de produção das charqueadas. Assim, em 1886, a família Claussen, proprietária da charqueada do Paredão, no município de Cachoeira, transfere a patente de invenção do processo de fabricação do produto denominado "sangue seco" à

"Brazilian Extract of Meat & Hide Factory Company, Limited", por escritura de 6 de novembro. A esta mesma empresa, em 1887, por escritura de 11 de novembro, foi cedida a patente de invenção do processo de fabricação do extrato de carne, pelo representante do Dr. Ubatuba, Irineu Francisco de Souza e Silva<sup>123</sup>.

Enfim, os aspectos até aqui abordados, em relação à tecnologia adotada no processo de produção da carne seca rio-grandense nos permitem estabelecer algumas definições. Assim, parece-nos que a argumentação apresentada por Fernando Henrique Cardoso e Louis Couty, em relação às técnicas empregadas nas charqueadas, inferiores às utilizadas nas unidades de produção platinas, bem como relativamente à ligação escravidão/estado das técnicas, pode ser aceita, no essencial. O rendimento do gado abatido nos "saladeros" do Prata, realmente, se evidenciou superior ao alcançado nas charqueadas. Da mesma forma, o montante de animais mortos nas empresas do Rio Grande apontou cifras inferiores às do Prata.

Entretanto, parece-nos importante destacar que, no desempenho das charqueadas gaúchas, alguns fatores de caráter conjuntural tiveram influência significativa. Ou seja, a política tributária do Império brasileiro, sem dúvida, onerava bem mais a produção rio-grandense do que a adotada no Prata. Por outro lado, a quantidade de reses abatidas no Rio Grande do Sul não dependeu, exclusivamente, da capacidade técnica, tendo sofrido a influência, também,

da oferta de animais, que apresentou deficiências, às vezes, como demonstramos ao analisar a questão da matéria-prima.

Deste modo, mesmo considerando que o argumento de Couty e Fernando Henrique Cardoso, em sua essência, é correto, pode ser relativizado e, até mesmo, corrigido em parte.

Além disto, parece-nos ter ficado claro que, no contexto de mudanças que caracterizou a economia sulina, desde a década de 1850, a charqueada escravista gaúcha passou a sofrer alterações gradativas e constantes que culminaram em sua transformação numa verdadeira empresa manufatureira de moldes capitalistas, caracterizada por uma divisão técnica do trabalho mais acentuada e maior especialização de funções. Assim, a idéia de que o trabalho escravo dificulta ou até impede o aprimoramento de novos processos técnicos de produção, que se pode encontrar em grande parte das obras que se dedicam a analisar a formação econômica brasileira, deve merecer, no mínimo, uma observação cuidadosa e, possivelmente, uma revisão crítica.

#### 2.4 - A questão do crédito e do capital

As observações até agora desenvolvidas a respeito das características que cercavam as atividades de produção da carne seca rio-grandense, já nos permitiram eviden-

ciar sua especificidade e sua razoável complexidade. Todavia, estas observações não estariam completas sem a análise dos aspectos vinculados às condições em que se efetuava o crédito a essa produção e dos níveis de capitalização atingidos pela economia charqueadora gaúcha, no século XIX.

Este tipo de questão, antes de mais nada, tem seu entendimento ligado estreitamente à situação econômica do RGS e à forma de sua inserção no contexto mais amplo da economia nacional. A condição periférica e dependente da província sulina, já referidas anteriormente, estabeleceu limitações razoáveis e características próprias às possibilidades de obtenção de crédito, de parte do setor de produção do charque.

Assim, durante a primeira metade do século passado, enquanto as regiões brasileiras produtoras de mercadorias tropicais de exportação ensaiavam e concretizavam o estabelecimento de suas primeiras agências bancárias que forneciam crédito à produção<sup>124</sup>, os setores econômicos do Rio Grande suportavam, então, a total ausência de organismos creditícios. Os empréstimos de capital dependiam, diante disto, do setor comercial, tanto da província como das regiões centrais do país.

Na década de 1830, verificamos a defesa da idéia de criação de uma Caixa Econômica, nos moldes da existente no Rio de Janeiro, que se constituía, tão somente, numa empresa de depósitos, formada por acionistas, de cujos depó-



sitos dependiam os fundos da organização<sup>125</sup>.

A crença na possibilidade de concentrar recursos por intermédio deste mecanismo é claramente perceptível, além de se poder notar o reconhecimento das dificuldades de se concretizar poupança em uma economia pouco capitalizada como a gaúcha, no texto seguinte:

*"A Caixa econômica é um dos inventos que muito honram o espírito humano, porque ele conduz directamente para a felicidade; e tem de particular o estar ao alcance de todos os indivíduos e de todas as classes. Certamente não é fácil encontrar algum homem que possa fazer alguma redução nas suas despesas e dispensar, para a caixa econômica, uma soma maior ou menor, a qual, sucessivamente aumentada, já pelas repetidas ainda que metódicas entradas, já pela acumulação dos juros compostos, forme um capital e um recurso infalível para a adversidade, em proporção com as suas necessidades e com a posição em que se acha colocado na ordem social ... o empregado público, o médico, o oficial militar, o artista, o jornaleiro, o criado de servir, todos podem ali ir buscar um refúgio contra a miséria na velhice ou em uma moléstia dilada. O mesmo escravo pode ali achar o meio de recobrar a liberdade perdida e a condição de homem... Quando se analisam os felizes resultados da caixa econômica, todas as vantagens individuais e públicas que de tal instituição podem nascer ... todos os sentimentos que enobrecem o coração humano se interessam vivamente na divulgação daquele estabelecimento."*

126

Como se observa, o objetivo era bem mais assistencial do que outro. Encontrando ressonância na província, a idéia acabou gerando a criação, em Rio Grande, de uma Caixa Econômica, filial da do Rio de Janeiro, em 31 de

março de 1833, cujas ações, no primeiro dia, integralizaram, aproximadamente, dois contos de réis<sup>127</sup>.

O fato em si não tem significação, no que concerne ao financiamento da produção, sobretudo porque os recursos arrecadados eram enviados ao Rio de Janeiro. Revela, todavia, o espírito de associação já existente, entre alguns setores do RCS, na primeira metade do século XIX.

Bem mais importante, contudo, para o assunto que abordamos, é a posição percebida na imprensa da província, após a criação, pelo governo regencial, no Rio de Janeiro, de um banco de circulação e de depósito, com a denominação de Banco do Brasil. Além da publicação da nova lei, o "Propagador da Indústria Nacional" anunciou a instalação, em Pelotas, de comissão criada pela Presidência para promover ações, fato que ocorreria, também, na capital e na vila de Rio Grande. Além disso, outras manifestações do referido semanário são interessantes de se observar:

*"A triste recordação do antigo Banco do Brasil, de sua marcha irregular e de seu desastroso fim, não deve servir de obstáculo ao pronto estabelecimento do novo Banco ... [que] ... vê a luz do dia debaixo de influências mais vivificadoras e benéficas de instituições que annualmente se consolidam e que, na maneira mais terminante, asseguram a liberdade e a propriedade ... É, pois, de esperar que os Capitalistas desta Província, ... nesta ocasião em que o patriotismo vai de acordo com o interesse privado, mostrarão que sabem combinar os seus interesses com a prosperidade pública, subscrevendo, com seus fundos até se poder estabelecer um Banco filial na Província, cujo efeito será, sem dúvida, facilitar*

*a ação benéfica do Banco Nacional, o desenvolvimento da indústria e a conservação da ordem pública nesta parte do Império.*"<sup>128</sup>

No entanto, bem mais tempo do que, talvez, tenha imaginado o responsável por tal artigo, precisou esperar o RGS por sua filial do Banco do Brasil. Somente após a nova organização do mesmo, em 1851, é que tal medida se efetivaria. Determinado o estabelecimento de uma Caixa Filial do referido órgão, no Rio Grande, em 1852 <sup>129</sup>, só será instalada em 3 de janeiro de 1855 <sup>130</sup>, sofrendo, ao final deste mesmo ano, alterações em seus estatutos que a transformaram em filial do mesmo banco. Devido, também, a estas alterações, a agência gaúcha poderia realizar empréstimos sobre penhor de ouro, prata e diamantes, de apólices da Dívida Pública, de ações acreditadas que tivessem cotação real e na proporção da importância realizada, de títulos particulares que representassem legítimas transações comerciais, e de mercadorias não sujeitas à corrupção, depositadas nas alfândegas e armazéns alfandegários, não podendo, porém, emprestar sobre penhor de ações do Banco do Brasil <sup>131</sup>.

A atividade charqueadora foi aquela que, na província sulina, propiciou um grau mais elevado de acumulação. Todavia, a situação subordinada da economia regional gerava uma menor capitalização, em relação às economias de exportação brasileiras. Assim, apesar de ter sido responsável pela concretização de fortunas razoáveis, de um modo geral, o refinamento da sociedade rio-grandense era bem in-



ferior ao daquele ocorrido na sociedade canavieira ou cafeeira, como evidenciaremos mais adiante, através da situação dos charqueadores. Portanto, o tipo de penhor exigido como garantia de empréstimos, pela filial do Banco do Brasil no RGS, acreditamos, dificultava a realização dos mesmos.

Por outro lado, a atuação desta filial não parece ter sido das mais promissoras, conforme deixa entrever a sátira publicada pelo jornal da capital, "A Sentinela do Sul", em 1868:

*Piá - Oh, meu amo, o que é aquilo?*

*Red. - É o banco do Brasil, que está de golando a caixa filial do Rio Grande.*

*Piá - É aquele vulto de cabeça coberta?*

*Red. - É o comércio do Rio Grande, que está de luto."*<sup>132</sup>

Em 1858, é fundado o Banco da Província do RGS. Segundo Jean Roche, foi constituído por comerciantes, apresentando, o crédito, um desenvolvimento muito lento, tanto mais que se estruturou com a acumulação dos lucros auferidos do próprio comércio, e os comerciantes, quase todos de origem europeia (portugueses, ingleses, franceses), buscavam, sobretudo, seu interesse imediato. Construíram-se fortunas rápidas, jogando com a importação tanto quanto com a exportação, que eles eram os únicos a poder financiar. Indispensáveis à economia da província, formavam um grupo à parte, possuindo uma mentalidade e levando uma vida dis-

tintas das dos habitantes da Campanha<sup>133</sup>.

Em 1869, na cidade de Rio Grande, foi criado o Banco Confiança, para operação de depósito, desconto e empréstimo, com duração prevista de vinte anos. Seu fundo-capital era de mil e quinhentos contos de réis, que poderia ser constituído tanto por nacionais como por estrangeiros. No entanto, as condições de crédito continuavam como as já descritas anteriormente, para o caso da filial do Banco do Brasil. Além disso, se o penhor consistisse em apólices da província ou ação de companhias, o mutuário deveria transferi-las previamente ao banco; se em papéis de crédito negociáveis no comércio, ou em ouro e prata e outras mercadorias, o banco exigia consentimento por escrito do devedor, autorizando o mesmo banco a negociar ou vender o penhor, se a dívida não fosse paga no vencimento.

Conforme Eulália Lobo, em termos nacionais o problema do crédito tornou-se mais premente na segunda metade do século XIX. O setor comercial não conseguia arcar com o suprimento do crédito, nas economias cafeeira, açucareira e algodoeira. Solicitações imperiais se repetiam, ao Parlamento, no sentido da reforma da lei hipotecária, como fundamento da expansão do crédito rural. Por outro lado, a desvalorização do escravo, após três décadas de aumento de preço a partir de 1850, tornou precária esta garantia. As secas repetidas, as epidemias e flutuações de preços dos gêneros agrícolas no mercado internacional comprometeram a colheita e a cabeça de gado como garantia de emprês-

timo. Diversos parlamentares, presidentes de província, comerciantes, economistas, fazendeiros, sugeriam soluções para o crédito rural, indicando modelos estrangeiros. Em certos casos, era indicado como indispensável para reduzir o juro do crédito rural a introdução da hipoteca imobiliária e a facilitação da execução de dívidas. O juro do empréstimo rural deveria estar em torno de 12%, bem superior ao da taxa de juros comerciais a curto prazo, de 8% e do juro público, de 6%<sup>134</sup>.

Com a reforma da lei hipotecária, em 1864, foram estabelecidos como objeto de hipoteca: imóveis, acessórios dos imóveis (escravos, animais, especificados no contrato); o domínio direto e útil dos bens enfitêuticos; os utensílios de lavoura e das fábricas respectivas, aderentes ao solo; o preço que no caso de sinistro fosse devido pelo segurador ao segurado, que ficava sub-rogado ao imóvel hipotecado<sup>135</sup>.

Esta mudança teve alguns reflexos no Rio Grande do Sul pois, em 1874, o Banco da Província teve alterados os seus estatutos, alteração esta que possibilitava a realização de empréstimos hipotecários sobre bens de raiz urbanos, situados em Porto Alegre e seus subúrbios, o que não era extensivo às demais cidades da província<sup>136</sup>.

Na mesma data, foram aprovados os estatutos do Banco Rio-Grandense, cuja sede seria Rio Grande, podendo realizar operações de depósito, descontos, empréstimos, hipotecas e outras operações bancárias, com duração previs-

ta para vinte anos. Este banco, além de emprestar sobre penhora de objetos preciosos e ações de quaisquer companhias, abria créditos sobre idônea fiança mercantil e emprestava sobre hipotecas de bens de raiz situados em Rio Grande, Porto Alegre, Pelotas e Jaguarão. Além disto, o banco teria relacionadas todas as firmas destas quatro cidades que poderiam ser admitidas e pelas quais se poderiam responsabilizar, relações estas que seriam revistas de seis em seis meses<sup>137</sup>.

Por outro lado, observam-se, desde 1863, autori-zações imperiais para o estabelecimento de instituições bancárias de capital estrangeiro no RGS. A primeira delas foi concedida ao "London and Brazilian Bank", para instalar uma caixa filial e agência na cidade de Rio Grande. Nos anos de 1873 e 1882, as autorizações foram feitas ao "New London and Brazilian Bank" e ao "English Bank of Rio de Janeiro limited", respectivamente<sup>138</sup>.

Apesar da evolução verificada no setor de crêdito bancário, acreditamos que deve ter predominado, ao lon-go de quase todo o século XIX, os empréstimos concedidos por particulares, em virtude, provavelmente, do número reduzido de estabelecimentos creditícios. Além disso, se tomarmos por base os inventários e os processos de liquida-ção de charqueadores já apontados anteriormente neste tra-balho, percebe-se que os particulares emprestavam sem hipoteca, à vista de letras abonadas ou de letras de conta corrente.

Ainda na economia charqueadora gaúcha, a situação que se constata é o empréstimo de capitais entre os próprios charqueadores. O crédito podia, inclusive, ser transferido a um terceiro elemento, que o assumia como cessionário<sup>139</sup>.

A análise da questão do crédito e da capitalização, na atividade de produção do charque, no RGS, pode ser complementada através da observação da tabela nº 2.19, que apresenta a composição relativa das fortunas de alguns charqueadores rio-grandenses<sup>140</sup>.

Pode parecer estranho que tenhamos utilizado, para a elaboração desta tabela, inventários de proprietários cujas datas escapam à delimitação cronológica estabelecida neste trabalho. Alertamos, todavia, que a inclusão de tais documentos se deveu ao fato de que a composição dos bens dos charqueadores em questão se deu, em sua quase totalidade, no período de nosso estudo, em função do que foram inseridos no referido demonstrativo.

O primeiro dado que chama a atenção do investigador é o referente à imobilização do capital nos chamados "bens de raiz". É nítida a predominância dos imóveis rurais, em detrimento dos imóveis urbanos e, sobretudo, dos imóveis situados no Estado Oriental, o que se justifica em função de ser, a charqueada, um tipo de empresa cujas atividades se vinculavam à transformação de matéria-prima animal, advinda da zona rural, sendo, inclusive, na época do império, sua produção classificada como agrícola.



TABELA n. 2.19  
A CAPITALIZAÇÃO NAS CARQUEJADAS GAUCHAS - 1827/1911 (EM VALORES PERCENTUAIS)

ANO	VALORES NOMINAIS		INVEST. NO EST. DE 1827	% ANUAL	VALORES REAIS		VALOR LÍQUIDO	ESCALA	VALOR REAL	DIF. REAL	DIF. REAL (%)	DIF. REAL (VALORES REAIS)	DIF. REAL (%)	VALOR REAL
	VALORES NOMINAIS	VALORES REAIS			VALORES REAIS	VALORES REAIS								
1827	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18.413.847,2
1832	16,07	14,15	-	0,55	0,53	0,66	1,18	29,54	2,04	22,94	-	19,62	22,55	44.065.330
1850	4,03	51,69	-	0,65	0,22	0,27	1,65	14,66	0,65	9,59	-	15,26	42,42	546.432.572
1853	-	15,23	8,66	0,12	0,49	1,62	0,62	14,01	14,52	26,98	2,45	26,20	14,79	492.168.092
1854	-	25,87	1,30	0,33	0,27	4,58	2,18	21,29	0,05	-	-	26,20	18,67	215.247.556
1854	-	53,08	-	0,47	0,04	0,04	1,98	18,36	6,12	-	-	19,66	25,67	102.362.435
1856	1,82	27,31	16,59	1,03	0,31	-	-	6,72	0,35	0,08	-	19,66	25,67	164.244.571
1856	1,36	32,41	-	0,53	0,50	1,13	0,05	22,10	1,42	-	-	40,47	-	183.628.546
1856	4,25	25,43	-	1,22	0,22	0,24	0,24	30,94	0,08	-	-	33,29	4,17	75.123.5267
1862	-	23,94	7,40	0,61	2,65	5,18	0,03	34,17	0,08	-	-	43,05	8,56	189.022.456
1864	2,14	22,38	-	0,10	-	5,01	0,50	16,61	0,17	1,41	3,17	19,08	-	232.647.258
1864	32,79	16,42	-	0,59	0,44	5,50	1,56	12,38	9,19	-	-	45,04	-	1.059.138.011
1867	11,39	15,33	-	2,20	2,38	1,47	1,56	19,21	0,99	-	-	16,77	-	329.952.359
1867	1,31	21,25	-	12,62	-	1,47	1,56	14,62	2,99	33,38	3,18	16,77	-	1.854.456.526
1871	4,20	7,33	-	0,05	-	0,48	16,45	2,64	2,99	6,45	2,43	12,11	42,09	456.537.987
1872	3,37	20,61	-	0,69	0,11	0,87	1,48	9,75	10,01	0,76	-	45,10	4,53	1.036.913.442
1872	0,75	22,48	24,15	0,26	1,00	1,47	1,19	12,18	16,42	6,14	-	13,90	-	32.920.000
1872	0,36	89,76	-	-	-	9,87	-	-	9,56	-	-	55,67	-	1.692.131.581
1877	5,84	15,67	-	0,47	0,52	2,98	-	2,72	9,56	-	6,51	55,67	-	104.468.666
1877	-	31,56	-	0,34	0,04	1,33	-	19,04	0,06	-	0,56	4,14	42,92	736.155.500
1884	29,54	18,11	-	0,18	0,10	0,41	-	-	0,06	9,83	11,70	30,07	-	482.193.060
1885	46,24	19,78	-	0,27	0,15	0,62	-	-	0,05	14,99	17,83	55,92	-	320.337.090
1887	2,87	14,75	-	0,49	0,19	0,59	0,68	-	6,53	9,38	0,82	1,91	7,36	30.421.645
1890	3,78	88,51	-	3,23	-	0,09	0,44	-	0,53	-	-	1,91	-	1.210.348.051
1893	25,25	56,95	-	1,06	2,82	-	-	-	13,00	-	-	0,59	-	228.045.000
1897	0,15	50,52	-	-	-	-	-	-	25,17	0,13	22,83	0,59	-	3.551.671.000
1898	2,11	1,76	-	0,12	-	-	-	-	2,96	10,98	79,96	2,05	-	1.435.164.600
1898	8,88	58,77	-	0,15	-	0,16	-	-	23,73	6,56	1,71	-	-	237.674.280
1902	21,85	50,25	-	0,52	-	-	-	-	2,60	0,92	-	5,55	-	846.570.660
1906	11,01	75,76	-	0,55	0,41	0,16	-	-	5,60	-	-	-	-	137.071.5160
1911	18,23	64,20	-	0,64	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inventários dos charqueadores indicados na nota nº 142.

Por outro lado, esse tipo de imobilização se deve, em grande parte, sobretudo no período anterior a 1850, à forma de constituição fundiária que se estruturou no RGS, já explicitadas no capítulo anterior. O fácil acesso à terra e a orientação político-administrativa adotada no Rio Grande, em relação ao processo de formação das propriedades, permitiu que se constituíssem grandes propriedades rurais, como se evidencia no caso dos charqueadores. Além disso, como se pode verificar através da relação dos inventários utilizados, boa parte dos imóveis eram transferidos, por herança. Isso fez com que, muitos dos charqueadores indicados fossem, em épocas diversas, proprietários do mesmo estabelecimento charqueador, como foi o caso das famílias Barcellos, Vinhas, Simões Lopes e Chaves.

Com raras exceções, um investimento maior em imóveis urbanos só passa a se evidenciar na década de 1880, o que se junta às características de desarticulação da charqueada enquanto empresa escravista. Mesmo assim, pelas características específicas do tipo de produção que era a da carne seca, bem como a sua tradicional localização, às margens de rios ou arroios - o que facilitava não só o escoamento da produção como o próprio processo produtivo, já que os resíduos não aproveitados podiam ser jogados em suas águas - a imobilização de capital em bens rurais continuou predominando até o século XX.

No caso de alguns charqueadores, os investimentos no Estado Oriental chegaram a ter razoável representa

tividade, o que é um indicador das tentativas feitas, por alguns deles, no sentido de melhorar a situação de seus negócios, aproveitando as condições muitas vezes favoráveis oferecidas pelo Uruguai, tanto em termos de pastagens, gado, política tributária e infra-estrutura de transportes.

Os dados referentes à participação dos móveis e dos objetos de ouro e prata, no total da fortuna dos charqueadores, é altamente significativo. A colocação exposta anteriormente, referente ao que o grau inferior de capitalização da economia sulina implicava num refinamento também inferior da sociedade rio-grandense, está estampada nos índices reduzidos de investimentos realizados em tais bens, mostrando, igualmente, que essa menor capitalização resultava numa capacidade mais restrita de importação de artigos que possibilitassem características mais aristocráticas à sociedade sulina.

Este tipo de situação foi percebida por Saint-Hilaire, ao passar pelo RGS, quando registrou:

*"Tem-se a impressão que esta Capitania é extremamente rica, embora a montagem das casas e o modo de viver de seus habitantes não apresentem tal riqueza."*<sup>141</sup>

A pouca disponibilidade de capitais se percebe, ainda, através dos baixos percentuais que representam os investimentos em infra-estrutura de transporte, ao longo de todo o período apontado na tabela. Esclarecemos, também, que dos trinta e um charqueadores apontados, apenas quinze



realizaram aplicações de capital na aquisição de iates, significando menos da metade dos mesmos. A presença de carros, carretas e carroças, em maior proporção, evidencia que a maior parte deles dependia do pagamento de fretes para o escoamento de sua produção até o porto de Rio Grande.

O item "utensílios" se refere aos elementos materiais existentes na charqueada e, no caso de existirem estâncias, também nelas presentes, que serviam, de alguma forma, ao processo produtivo. É o caso de caldeiras de ferro, tachos, ganchos, escumadeiras, vigas de madeira, etc. Entretanto, os dados deste indicador ficam prejudicados pelo fato de que, na elaboração dos inventários, na maioria dos casos, a avaliação dos bens era feita de tal forma que em relação à charqueada, que é o predominante, muitas vezes tais materiais estão incluídos na avaliação do imóvel, ao qual são anexados como "benfeitorias". Mesmo assim, é possível perceber que a representatividade deste indicador é pequena, o que também aponta no sentido de uma reduzida disponibilidade de capitais para investir neste setor. Todavia, não insistiremos demasiadamente neste aspecto, em função da restrição imposta, à sua análise, pela situação exposta.

Os índices relativos aos escravos são, também, bastante sugestivos. As cifras mais elevadas de aplicação de recursos na aquisição de escravos predominam até o início da década de sessenta, passando a decair deste então e, com algumas exceções em que a força de trabalho escravo

representava entre dez e vinte por cento dos bens dos charqueadores, apresentaram tendência decrescente, após três décadas do fim do tráfico negreiro.

A elevação dos percentuais dos imóveis, a partir da década de setenta, mesmo que tenha apresentado variações, nos dá a impressão de estar, também, relacionada com a liberação de capitais antes investidos na aquisição de mão-de-obra servil.

Por outro lado, a presença até certo ponto pouco expressiva de animais, entre os bens dos proprietários de charqueadas evidencia a falta de suficiência do setor produtivo em relação a esta matéria-prima fundamental à produção da mercadoria. Juntando-se aos elementos já apontados anteriormente, este dado reforça a existência de problemas nesta área, o que, certamente, influenciou no volume de abate apresentado pelas charqueadas.

As informações referentes ao valor em dinheiro indicam, de um lado, que uma parcela até certo ponto razoável de capital era mantido em forma monetária, variando entre quinze e trinta e quatro por cento. Contudo, são casos reduzidos. De outro lado, o que se percebe mais acentuadamente, é o predomínio de índices baixos de dinheiro em poder do charqueador, ou a sua total inexistência, no momento em que os bens foram levantados.

Os investimentos realizados no setor de apólices e ações se revelam muito fracos ou quase não ocorrem, até a

década de 1860. A partir da década de setenta, com a liberação de capitais que gradativamente vinha se efetuando da compra de escravos, observa-se que uma parte desses capitais, segundo tudo indica, deve ter sido empregada nesta área. Este fato nos parece um indicador, também, da presença de segmentos mais progressistas, que buscavam outras alternativas de remuneração do seu próprio capital através da compra desses papéis.

Altamente expressivos se apresentam os índices relativos às dívidas que os charqueadores tinham a receber ou a pagar. Se observarmos os percentuais referentes às dívidas ativas, constataremos que se mantêm em níveis bastante representativos, com algumas exceções, ao longo de todo o período. Em alguns casos, mais da metade da fortuna do proprietário estava representada por dinheiro emprestado a juros, o que evidencia que, além de charqueadores, eles integravam o setor da burguesia comercial e financeira que, em meio ao processo de transição ao capitalismo que se configurava no RGS, ganhava ascensão no contexto econômico sulino.

por outro lado, o endividamento de diversos charqueadores, em alguns casos representando parcela considerável de seus bens, reflete a problemática vivida pelo setor, carente de capitais em função da reduzida capacidade de acumulação que caracterizava a economia gaúcha.

Esta problemática pode ser percebida, também, através dos processos de falência de alguns elementos envol

vidos com negócios de charqueada. Tais liquidações evidenciam o reajuste por que passava o setor de produção do charque, no Rio Grande, na segunda metade do século XIX<sup>142</sup>.

Parece-nos claro que, a forma como se organizou e evoluiu o setor creditício no RGS, em última análise, colaborou para a desintegração do regime escravista, no contexto mais amplo da transição ao capitalismo dependente em que se inseria a economia gaúcha.

Enfim, a análise até aqui desenvolvida, a respeito do setor da produção do charque gaúcho, no século passado, evidencia as dificuldades enfrentadas por este setor, numa fase em que, como expoente maior da economia sulina, a atividade charqueadora tendia a uma nova ordenação que visava a atender aos interesses de um segmento das classes dominantes que, com a adoção de uma nova ideologia - o liberalismo - percebia a necessidade de mudanças que lhe permitissem aumentar os lucros de seus negócios.

Paralelamente a essa necessidade de modificação estrutural, percebe-se, também, a interferência, no processo que se desenrolava, de diversos fatores conjunturais, como os problemas apresentados ao setor produtivo para o abastecimento, em matéria-prima, de suas unidades e a política tributária adotada pelo governo central.

Por outro lado, a questão da mão-de-obra e da tecnologia nos indicam que alguns posicionamentos adotados na historiografia brasileira, a respeito da incapacidade

de evolução técnica apresentada pelo sistema escravista me recem, no mínimo, ser reexaminados com mais cuidado.

Sem dúvida, para uma economia pouco capitalizada como a gaúcha, que enfrentava, além dos problemas típicos de sua condição de subordinação à economia do centro do país, outros decorrentes da concorrência que lhe desenvolviam as regiões platinas, a necessidade de uma reestruturação da ordem econômica se tornou clara àqueles setores mais "modernos", em função dos quais a transição gaúcha ao capitalismo se efetivou.

Notas de Referência

- 1 CARDOSO, Ciro F.S. e PÉREZ BRIGNOLI, Héctor - *História econômica de América Latina*. Barcelona, Editorial Crítica, 1979, tomo II, p. 94.
- 2 Idem, ibidem, pp.12-3.
- 3 Idem, ibidem, p. 13.
- 4 Cf. CARDOSO, Fernando Henrique, op. cit., cap. IV.
- 5 Idem, ibidem, pp. 171-2.
- 6 Idem, ibidem, p. 172.
- 7 Câmara de Pelotas - anexos dos ofícios de 24/03/1858 e 09/04/1858. (AMRGS).
- 8 Revista do Arquivo Público do RS, Porto Alegre, Globo, 1922, p. 227.
- 9 Cf. ofício dirigido pelo Ministro do Império, José Clemente Pereira, a Salvador José Maciel, em 29 de abril de 1829. (AN-SPE-IJJ<sup>9</sup>451).
- 10 Termo assinado pelo Presidente da Província, Salvador José Maciel, e pelos Conselheiros: Antonio Vieira da Soledade, José Ignacio da Silva, Joseph Antonio de Azevedo, Americo Cabral de Mello e Vicente Ferrer da Silva Freire, em 16 de fevereiro de 1829. (AN-SPE-IJJ<sup>9</sup> 451).
- 11 Ofício datado de 02 de janeiro de 1830, do Presidente da Província ao Ministério do Império. (AN-SPE-IJJ<sup>9</sup> 451).
- 12 GONÇALVES CHAVES, A.J., op. cit., p. 204.
- 13 Ofício enviado pelo Presidente da Província, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú, ao Ministro do Império, Francisco Gonçalves Martins, em 05 de março de 1853. (AN-SPE-IJJ<sup>9</sup> 452).
- 14 FERNANDES PINHEIRO, José Feliciano - *Annaes da Província de S. Pedro*. Lisboa, Imp. Nac., 1822, p. 94 - Aviso do Ministro do Império, de 09 de janeiro de 1818.



15 Idem, ibidem, p. 101. No mesmo ano da referida proibição, foram exportados para S. Catarina de 2.000 a 4.000 novilhos e, para S. Paulo, de 6.000 a 6.500.

16 "Extracto do que receberão os Contractadores do Contracto do Quinto do Couro e Gado em pé desta Capitania nos três annos de 1802 a 1804, e nos tres annos de 1805 a 1807, conforme o registro das Guias que passarão pela Secretaria da Junta e Almojarifado da Villa do Rio Grande". (AN-SPE-IF<sup>2</sup>43 - 1808 e 1809). Nesta época, o preço de cada novilho ou rês em pé exportada para fora da provincia era de 240 réis.

17 Relatório do Presidente da Provincia Manoel Antonio Galvão, em 5 de outubro de 1847, p. 21. (AN-SPE-Rolo nº 002.0-80).

18 Relatório do Presidente da Provincia Francisco José de Souza Soares de Andrêa, em 19 de junho de 1849, p.10. (AN-SPE-rollo nº 002.0-80).

19 Relatório de Soares de Andrêa, em 6 de março de 1850, p.16. (AN-SPE - rolo nº 002.1-80).

20 cf. Coleção das Leis do Brasil - Decisões nº 15, de 14 de junho de 1817; nº 1, de 09 de janeiro de 1818; e nº 35, de 20 de novembro de 1818. (AHRGS).

21 "Relação das Embarcações despachadas pela Alfândega de Rio Grande, com destino a Buenos Ayres e Montevideo, desde o 19 de julho de 1847 até 31 de outubro de 1848". (AHRGS - Alfândega de Rio Grande - 1848).

22 Revista do Arquivo Público do RGS, nº 8, POA, Globo, 1922, p. 246.

23 Ofício enviado por Antonio José de Souza Paulet a Thomas José Soares de Avellar, em 19 de dezembro de 1821. (AHRGS - Offícios Diversos - Doc. 267, M.18, Cx.23).

24 Revista do Arquivo Público do RGS, op. cit., pp.363-70.

25 Câmara de Pelotas - Ofício datado de 14/11/1832, enviado por comerciantes e charqueadores de Pelotas ao Presidente da Provincia. (AHRGS).

26 Coleção das Leis do Brasil - Decreto nº 3, de 6 de junho de 1835. (AHRGS).

- 27 Correspondência enviada por Manoel Xavier de Paiva ao Brigadeiro Manoel Marques de Souza, de Cangussu, em 10 de março de 1808. (AHRGS - Diversos Papéis / 1807 - Doc. anexo ao nº 377, M.5, Cx. 13).
- 28 Ofício enviado por Manoel Marques de Souza ao Escrivão da Junta da Real Fazenda, Antonio Caetano da Silva, em 23 de maio de 1808. (AHRGS - Div. Papéis/1808 - Doc. 404, M.6, Cx. 14).
- 29 'Constitucional Rio-Grandense' - Porto Alegre, 3 de dezembro de 1828, nº 44, p. 192.
- 30 SAINT-HILAIRE, A. de, op. cit., p. 39.
- 31 ISABELLE, A. - *Viagem ao Rio Grande do Sul (1833-1834)*. POA, SEC/RS, 1946 (trad. Dante de Laytano), p. 85, nota nº 1.
- 32 Câmara de Pelotas - anexo do ofício de 14 de julho de 1858. (AHRGS).
- 33 CAMARA, A.M. Corrêa da - "Ensaio estatístico da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul". In: *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico da Provincia de S. Pedro*. Anno IV. Vol. IV. Nº 1. Porto Alegre, Typ. Correio do Sul, 1863 - Reeditada na "Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, nº 123, Porto Alegre, CORAG, 1982, pp.159-82.
- 34 Idem, ibidem, p. 174.
- 35 Idem, ibidem, pp. 174-5.
- 36 Idem, ibidem, p. 175.
- 37 "Pelotas através duma exposição do Geólogo Herbert Smith - a Tablada como mercado do gado". In: PIMENTEL, F. - *Charqueadas e Frigoríficos*. s.l., Livraria Contente, s.d.
- 38 CARDOSO, F.H., op. cit., p. 72, nota 62.
- 39 SPALDING, Walter - "Pecuária, charque e charqueadores no Rio grande do Sul". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RGS*. nº 91-92. ano XXII. Porto Alegre, 1943.



40 Coleção da Legislação Portuguesa - "Contrato do Estanco do Sal do Brasil" - 10 de outubro de 1755. (Livro 686, pp.348-55 - AHRGS).

41 Moio era um medida portuguesa correspondente a sessenta alqueires.

42 "Contrato do Estanco do Sal do Brasil", op. cit., pp. 350-1.

43 Alvará de 10 de outubro de 1755 - Coleção da Legislação Portuguesa (livro 686, p.355 - AHRGS).

44 Contrato do Estanco do Sal do Brasil, em 7 de março de 1758 - Coleção da Legislação Portuguesa (livro 686 - pp. 498-506 - AHRGS).

45 "Guias do Sal" - 1791, 1793, 1794, 1795, 1796 e 1799. (Provedoria da Fazenda - AHRGS).

46 Declaração feita por Miguel Ferreira Gomes, José Ribeiro dos Santos e Antonio Soares Paiva, em Porto Alegre, 13 de novembro de 1800. (Provedoria da Fazenda / Diversos Papéis, Doc. 101, M.18, Cx. 10 - AHRGS).

47 Cf. "Lista da carga que traz o Bergantin Flor do Cabo, vindo de Lisboa, com escala pelo RJ para POA." - Constam 220 moios de sal. (Provedoria da Fazenda / Div. Papéis, Doc. 106, M.18, Cx. 10 - AHRGS).

48 Coleção da Legislação Portuguesa - Alvará de 24 de abril de 1801 (AHRGS).

49 Coleção da Legislação Portuguesa - Alvará de 7 de abril de 1802 (AHRGS).

50 MACALHAES, Manoel Antonio de - "Almanack da Vila de Porto Alegre". In: FREITAS, Décio, op.cit., p.84.

51 LEITMAN, S., op. cit., pp.99-100.

52 Coleção das Leis do Brasil - Decreto de 29 de abril de 1821 (AHRGS). O grifo é nosso.

53 Coleção das Leis do Brasil - Decreto de 11 de maio de 1821 (AHRGS).

54 Coleção das Leis do Brasil - Aviso de 2 de ju

inho de 1821 (AHRGS).

55 Coleção das Leis do Brasil - Aviso de 20 de agosto de 1821 (AHRGS).

56 Coleção das Leis do Brasil - Decisão nº 5 (Reino), de 10 de janeiro de 1822 (AHRGS).

57 Coleção das Leis do Brasil - Decisão nº 91 (Reino), de 6 de agosto de 1822 (AHRGS).

58 Coleção das Leis do Brasil - Lei de 24 de setembro de 1828 (AHRGS).

59 Coleção das Leis do Brasil - Decretos de 20 de setembro de 1834, 14 de outubro de 1858 e 31 de outubro de 1861 (AHRGS). Esta tarifa foi reduzida a apenas 1% pela Decisão nº 525 (Fazenda), de 11 de novembro de 1869, sendo abolido o direito de consumo e continuando a vigorar o de expediente.

60 CAMARA, A.M. Corrêa da, op. cit., p. 176.

61 Idem, ibidem.

62 CARDOSO, Ciro e PÉREZ BRIGNOLI, Héctor, op. cit., p. 104.

63 RÜDIGER, S., op. cit., p. 70.

64 SAINT-HILAIRE, A. de, op. cit., p. 290.

65 ROCHE, Jean, op. cit., p. 36.

66 PESSAVENTO, Sandra J., op. cit., pp. 49-50.

67 SAINT-HILAIRE, A. de, op. cit., p. 87.

68 BAKOS, Margaret M., op. cit., p. 22.

69 CARDOSO, F.H., op. cit., p. 155.

70 Para o charqueador José Pinto Martins, foram encontrados dois inventários, datados diferentemente; o de 1827 foi realizado em Pelotas, e o de 1832 em Rio Grande. Por apresentarem informações diversas, estamos utilizando os dois processos.

172. 71 Cf. CARDOSO, Fernando Henrique, op. cit., p. 172.
- 72 Idem, ibidem, p. 177.
- 73 SAINT-HILAIRE, A. de, op. cit., p. 93.
- 74 DREYS, Nicolao, op. cit., p. 202.
- 75 Câmara de Pelotas - Ofícios datados de 11 de maio de 1832, 6 de agosto de 1832, 27 de fevereiro de 1835 e 14 de abril de 1873. (AHRGS).
- 76 Sobre o assunto, veja-se: MAESTRI FILHO, Mário José - *Quilombos e quilombolas em terras gaúchas*. Porto Alegre/Caxias do Sul, EST/UCS, 1979.
- 77 Dados estatísticos de escravos fugidos - 1870 (AHRGS).
- 78 Câmara de Pelotas - Ofício de 30 de maio de 1835 (AHRGS).
- 79 MAESTRI FILHO, M.J., op. cit., pp.67-73.
- 80 Relatórios do Presidente João Lins Vieira Canção de Sinimbú, em 6 de outubro de 1853 (p.49) e de 2 de outubro de 1854 (p.60) - AN-SPE - Rolo nº 002.1-80.
- 81 Os dados completos sobre as exportações do charque gaúcho podem ser encontrados em tabela anexa, no final do capítulo seguinte.
- 82 Cf. CONRAD, Robert, op. cit., pp. 351-3.
- 83 Correspondência entre a Presidência da Província e o Ministério do Império, em 2 de janeiro de 1886. (AN-SPE-1JJ<sup>9</sup> 462).
- 84 Anais da Assembléia Legislativa Provincial - Sessão de 2/10/1862.
- 85 Inventário de Antonio José da Silva Maia e Bernardina Soares Maia, Cart. de Órfãos e Provedoria de Pelotas. (AP - nº 995, M. 57, E. 25).

- 86 QUEIROZ, Suely Robles Reis de - "Aspectos ideológicos da escravidão". In: *Estudos Econômicos - Economia Escravista Brasileira*, v. 13, nº 1, SP, Instituto de Pesquisas Econômicas/USP, 1983, p. 92.
- 87 GONÇALVES CHAVES, A.J., op.cit., pp. 59-60.
- 88 Idem, ibidem, p. 61.
- 89 Idem, ibidem, p. 68.
- 90 Idem, ibidem, p. 69.
- 91 CONRAD, Robert, op. cit., p. 25.
- 92 Coleção das Leis do Brasil - Decreto nº 813, de 16 de agosto de 1851 (ANRGS). Anteriormente, em 1847, havia sido apresentado um projeto de estabelecimento, em Pelotas, de uma colônia italiana - a Nova Roma - por Felippo Capellini, que não chegou a concretizar-se. (Cf. AZEVEDO, Thales de - *Italianos e gaúchos - os anos pioneiros da colonização italiana no RGS*. POA, A Nação/Instituto Estadual do Livro, 1975, pp.34-6).
- 93 Relatório do Presidente Jeronymo Francisco Coelho, em 15 de dezembro de 1858, pp. 89-90. (AN-SPE - Rolô nº 002.2-80).
- 94 Câmara de Pelotas - Ofício de 14 de dezembro de 1880. (ANRGS).
- 95 Anais da Assembléia Provincial/1885 - Discurso pronunciado na sessão de 19 de novembro de 1885 pelo deputado Villa Nova.
- 96 VILAR, Pierre, op. cit., p. 63.
- 97 Idem, ibidem, pp. 64-5.
- 98 MACHADO, Antonio Carlos - "A Charqueada". In: *Província de S. Pedro*. nº 8. POA, Livr. do Globo, 1947, p. 128.
- 99 LOPES NETO, Simões - *Revista do 1º Centenário de Pelotas*. Pelotas, 1911, nº 2, p. 12, apud MAESTRI FILHO, M.J. - "O escravo africano no Rio Grande do Sul". In: *RS: Economia e Política*, op. cit., p. 40.

- 100 FERNANDES PINHEIRO, J.F. - *Annaes da Provincia de S. Pedro*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1822, p. 95. (AN-SPE-ARM; 981.65/F36.-1819).
- 101 DREYS, Nicolao. op. cit.; COUTY, Louis - *Le maté et les conserve de viana. Rapport à son excellence Monsieur le Ministre de l'Agriculture et du Commerce, sur sa mission dans les provinces du Paraná, Rio Grande et les États du Sud*. RJ, Typ. Nacional, 1880; SMITH, Herbert, op. cit.
- 102 MACHADO, A.C., op. cit., p. 131.
- 103 SMITH, Herbert, op. cit., p. 73.
- 104 Os dados oferecidos por Couty, aos quais nos referiremos foram extraídos de sua obra anteriormente apontada, das pp.89 a 242.
- 105 Esta colocação de Couty coincide com as informações de Lucas Herrera y Obes ("Questiones Economicas - La crises del tasajo en el Uruguay/1885", Montevideo, mimioqr., 1970 - reprodução do original de 1885, com introdução de Raúl Jacob, p. 13). Afirma Herrera que a exigência dos mercados consumidores do "tasajo" de terceira qualidade era: barateza e boa limpeza.
- 106 O quintal era uma medida antiga correspondente a quatro arrobas, que, por sua vez, era equivalente a quinze quilos (arredondados).
- 107 COUTY, Louis, op. cit., p. 112. O grifo é nosso.
- 108 Idem, ibidem, p. 114. O grifo é nosso.
- 109 DREYS, Nicolao, op. cit., p. 150.
- 110 DOTTA, Mario et alii - *El Uruguay Ganadero*. Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, 1972, p. 49.
- 111 Inventário de Albana dos Santos Barcellos, 1ª Cartório de Ônias e Provedoria de Pelotas, 1856 - nº 406, M. 28, E. 25 (AP), fl. 62.
- 112 coleção das Leis do Brasil - Decisão nº 535/ Fazenda, em 3 de dezembro de 1866.

- 113 MACHAL, A.C., op. cit., pp. 125-6.
- 114 AVÉ-LALLEMANT, Roberto - *Viagem pelo sul do Brasil no ano de 1858*. *Mem. Inst. Nac. do Livro*, 1ª parte, trad. do Inst. Nac. do Livro, edição de Leipzig (1859), RJ, 1953, p. 389. O grifo é do autor.
- 115 "Tabela dos impostos arrecadados pela Câmara Municipal da Cidade de Pelotas, de 1º de julho de 1854 ao último de dezembro de 1855" e "Demonstrativo da Receita e Despesa da Câmara Municipal da Cidade de Pelotas, conforme a lei do orçamento de 1855 a 1856". (Câmara de Pelotas/AHRGS).
- 116 Câmara de Pelotas - Ofício de 8/03/1871. (AHRGS).
- 117 SILVA, Domingos de Araujo e - *Diccionario Historico e Geographico da Provincia de S. Pedro ou Rio Grande do Sul*. RH, Laemert, 1865, pp. 99-100.
- 118 Coleção das Leis do Brasil - Decreto nº 3565, de 16 de dezembro de 1865 (AHRGS).
- 119 Câmara de Pelotas - Ofício de 15/07/1871. (AHRGS).
- 120 LOBO, Eulália M.L., op. cit., pp. 85-106.
- 121 Idem, ibidem, pp. 92-3.
- 122 PIMENTEL, Fortunato, op. cit., p. 32.
- 123 LOBO, Eulália M.L., op. cit., pp. 109-10.
- 124 Idem, ibidem, pp. 31-7.
- 125 O PROPAGADOR DA INDÚSTRIA RIO-GRANDENSE, nº 5 - Rio Grande, 16 de fevereiro de 1833, pp. 19-20
- 126 Idem, ibidem.
- 127 Idem, nº 18, de 3 de abril de 1833, p. 71.
- 128 Idem, nº 93, de 22 de janeiro de 1834, pp. 374-5.



- 129 Coleção das Leis do Brasil - Decreto nº 1067, de 15 de novembro de 1855. (AHRGS).
- 130 Relatório do Presidente Jeronymo Francisco Coelho, em 15 de dezembro de 1856, pp. 116-7. (AN-SPE - Rolo nº 002.2-80).
- 131 Coleção das Leis do Brasil - Decreto nº 1692, de 22 de dezembro de 1855 (AHRGS).
- 132 A SENTINELA DO SUL, nº 32, Porto Alegre, 9 de fevereiro de 1868, 1ª p.
- 133 ROCHE, Jean, op. cit., p. 32.
- 134 LOBO, Eulália M.L., op. cit., p. 125.
- 135 Idem, ibidem, p. 126.
- 136 Coleção das Leis do Brasil - Decreto nº 5722, de 27 de agosto de 1874 (AHRGS).
- 137 Coleção das Leis do Brasil - Decreto nº 5721, de 27 de agosto de 1874 (AHRGS).
- 138 Coleção das Leis do Brasil - Decretos: nº 3148, de 1 de setembro de 1863; nº 5208, de 31 de janeiro de 1873 e nº 8610, de 23 de junho de 1882. (AHRGS).
- 139 É o caso do crédito que dispunha o charqueador José Joaquim de Assunção, junto a outro, Manoel Sueiro Daltro, e que foi assumida por um terceiro charqueador, João Vinhas, em 1855. (Cf. processo de liquidação de Manoel Sueiro Daltro - 2ª Cartório do Cível - nº 2557, M. 73, E. 34 - AP).
- 140 para a montagem da tabela nº 2.19 foram utilizados os dados fornecidos pelos inventários dos seguintes charqueadores: José Pinto Martins - 1827 - nº 114, M.10, E.25-AP; José Pinto Martins - 1832 - nº 354, M.15, E.12 - AP; José Rodrigues Barcellos - 1850 - nº 15, M.1, E.30 - AP; João Simões Lopes - 1853 - nº 366, M. 26, E.25 - AP; João Guerino Vinhas - 1854 - nº 383, M.26, E.25 - AP; José Gomes de Vasconcellos Jardim - 1854 - nº 99, M.7, E.2 - AP; Albana dos Santos Barcellos - 1856 - nº 406, M.28, E.25 - AP; Boaventura Rodrigues Barcellos - 1856 - nº 409, M.28, E.25 - AP; Bernardino Rodrigues Barcellos - 1857 - nº 430, M.29, E.25 - AP; Mathilde da Silva Vinhas - 1862 - nº 567, M.36, E.25 - AP; Manoel Baptista Teixeira - 1864 - nº 579, M.37, E.25 - AP; Baronesa de Butuhy - 1867 - nº 647, M.41,

E.25 - AP; João Vinhas - 1867 - nº 642, M.41, E. 25 - AP; Carlota Baptista Teixeira - 1871 - nº 733, M.44, E.25 - AP; Antonio José Gonçalves Chaves - 1871 - nº 754, M.45, E.25 - AP; Maria Luiza Chaves - 1872 - nº 770, M.46, E.25 - AP; Aníbal Antunes Maciel - 1872 - nº 815, M.48, E.25 - AP; José Aníbal Antunes Maciel - 1875 - nº 85, M.3, E.30 - AP; Barão de Butuhy - 1877 - nº 647, M.41, E.25 - AP; Domingos Soares Barbosa - 1881 - nº 943, M.54, E.25 - AP; Antonio José da Silva Maia - 1884 e Bernardina Soares Maia - 1885 - nº 995, M.57, E.25 - AP; João Maria Chaves - 1887 - nº 1082, M.61, E.25 - AP; Boaventura Teixeira Barcellos - 1890 - nº 157, M.5, E.33 - AP; João Simões Lopes Neto - 1893 - nº 1254, M.69, E.26 - AP; Barão de Correntes - 1897 - nº 217, M.6, E.33 - AP; Barão de Jaraú - 1898 - nº 228, M.6, E.33 - AP; Barão de S. Tecla - 1900 - nº 210, M.6, E.30 - AP; José Maria da Fontoura - 1902 - nº 1465 - M.80, E.26 - AP; Baronesa de S. Tecla - 1906 - nº 308, M.9, E.30 - AP; José Bento de Campos Filho - 1911 - nº 1131, M.42, E.28 - AP.

141 SAINT-HILAIRE, A. de, op. cit., p. 55.

142 Cf. processos de liquidação de: Lopes & Baptista - 1861 (nº 674, M.19, E.30 - AP); Vianna & Filho - 1865 (nº 2568, M.74, E.34 - AP); Manoel Jacintho Lopes - 1875 (nº 700, M.22, E.30 - AP) e Ataliba Borges - 1900 (nº 716, M. 25, E.30 - AP).



## CAPÍTULO III - A COMERCIALIZAÇÃO DO CHARQUE

A importância da comercialização da carne seca, para a economia do Rio Grande do Sul, no século passado, já foi indicada em diversos estudos. A maioria deles coincide com a opinião de Celso Furtado, quando coloca que, no Rio Grande do Sul coube o impulso dinâmico ao setor pecuário, através de suas exportações para o mercado interno do país. Essas exportações - particularmente as de charque, que chegaram a constituir a metade das vendas totais do Estado para os mercados interno e externo, no final do século passado - reintegraram a pecuária rio-grandense na economia brasileira<sup>1</sup>.

O caráter subsidiário da economia sulina, bem como a situação regional periférica e dependente, já referidos anteriormente, aparecem refletidos quando se procura detectar as articulações que se estabeleceram no relacionamento comercial do extremo sul com as regiões centrais do Brasil, no período que estamos analisando.

Parece-nos relevante, todavia, estabelecer pontos de apoio mais sólidos empiricamente, no tocante à colocação acima, bem como ao que diz respeito a afirmações que, com algumas alterações de forma, têm referido o seguinte, sobre a situação do Rio Grande do Sul:

*"... a economia gaúcha esteve sujeita sempre a flutuações mais ou menos bruscas, cujo ritmo, até certo ponto, escā*

de suas condições internas. A disponibilidade disponível mostra que os a-  
 prosperidade intercalavam-se  
 de retração e que essas  
 deviam antes às condi-  
 nacional e platino do  
 do pastoreio e da prepa-  
 Assim, as guerras no  
 Prata ou a política de tributação dos  
 influíam de forma ime-  
 sobre a prosperidade rio-grandense."2

Estas colocações, além da que defende a idéia da dependência da economia gaúcha da impossibilidade de con-  
 correntes seus lançarem-se e competirem no mercado<sup>3</sup>, ampla-  
 mente difundidas na historiografia rio-grandense, merecem  
 ser examinadas com base em fontes documentais da época e  
 segundo um enfoque quantitativo, que possam garantir, de  
 forma mais segura, o seu respaldo.

Por outro lado, o problema da pouca elasticidade  
 do mercado consumidor do produto e, a partir da cessação  
 do tráfico, a conseqüente retração desse mercado, na segun-  
 da metade do século XIX, necessitam ser observados com da-  
 dos estatísticos que possibilitem, de modo concreto, a per-  
 cepção do fenômeno.

Assim sendo, passaremos a analisar a questão da  
 comercialização do charque gaúcho estruturando o assunto  
 da seguinte maneira: a) o desenvolvimento das exportações  
 - onde serão examinados os volumes exportados, os valores  
 alcançados nas vendas externas e os preços atingidos pelo  
 produto; b) os mercados de consumo - onde abordaremos os  
 aspectos relativos às regiões consumidoras e o aspecto da

concorrência pluriativa; c) a questão fiscal - envolverá o exame da política tributária e seus reflexos na economia do charque, levando em conta, também, o aspecto do contrabando desenvolvido na região; d) os transportes - onde a questão da infra-estrutura de distribuição existente no Rio Grande do Sul merecerá uma verificação, no que interesse ao comércio da carne seca.

Parece-nos que a análise destes aspectos se torna fundamental para o esclarecimento das questões em torno da comercialização do charque. Com a prudência que se faz necessária em relação ao assunto, tentaremos evidenciar, além da tendência de longa duração que caracterizou este setor da economia gaúcha, os ciclos conjunturais em que se inseriam as exportações sulinas, tomando por base, para tanto, as orientações metodológicas apontadas na introdução deste trabalho.

### 3.1 - O desenvolvimento das exportações

A forma como se desenvolveu a indústria da carne seca, no Rio Grande do Sul, pode ser patenteada, de modo claro, pelo comportamento das exportações do produto<sup>4</sup>. Em caráter de exemplificação, no início desta análise, podemos lembrar que, em 1793, as exportações alcançavam 13.000 arrobas<sup>5</sup>, suplantando 900.000 arrobas, em 1805, e 1.400.000, em 1815<sup>6</sup>. Portanto, evidencia-se, preliminarmente, um rápido incremento nas vendas externas. A forma, porém, como

a evolução das exportações se apresenta ao longo do século XIX, indica que este crescimento não se manteve de maneira constante, sofrendo, nitidamente, flutuações marcantes em períodos determinados.

Para que possamos esclarecer e visualizar as oscilações que se verificaram nas transações externas do charque gaúcho, tomaremos como ponto de partida um exame comparativo entre o valor das exportações dos produtos pecuários - que engloba a totalidade dos valores dos produtos derivados da exportação do gado, exportados para outras regiões do Império e, também, para o exterior - e o valor das exportações do charque. Apesar do caráter fragmentário dos dados apresentados a seguir, parece-nos importante a sua observação, sobretudo a das cifras relativas, tão ou mais esclarecedoras do que as cifras absolutas<sup>7</sup>, já que as cifras relativas aumentam consideravelmente nossos conhecimentos ao refletir as relações e os processos que configuram a época que nos interessa<sup>8</sup>.

Como poderemos observar pelos dados apresentados na tabela nº 3.1, a variação da participação das exportações de charque no total das exportações de produtos pecuários é sensível e significativa. Se tomarmos por base o ano de 1822, veremos que a participação da carne seca é destacada, atingindo quase 60% do total das exportações de produtos pecuários, o que pode ser compreendido no contexto mais amplo da expansão da produção da mercadoria, desde o aparecimento das primeiras charqueadas até as primeiras

TABELA n. 3.1

VALOR DAS EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS PECUÁRIOS E DAS EXPORTAÇÕES DE CHARQUE - 1822-1889 (EM LIBRAS ESTERLINAS)

ANO	VALOR DAS EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS PECUÁRIOS (£)	VALOR DAS EXPORTAÇÕES DE CHARQUE (£)	% EXPORTAÇÕES DE CHARQUE
1822	284.681,22	162.758,20	57,17
1838	171.460,58	28.120,35	16,40
1839	152.696,86	85.542,78	56,02
1840	369.551,13	76.974,55	20,83
1841	333.391,66	113.692,29	34,10
1842	471.089,40	121.994,83	25,90
1843	499.625,71	179.433,84	35,91
1844	680.830,73	137.305,63	20,17
1845	777.193,22	479.260,11	61,67
1882	1.256.655,16	420.388,49	33,45
1883	1.284.647,31	495.494,64	38,57
1884	1.272.089,83	430.749,00	33,86
1885	1.050.819,97	379.078,34	36,07
1886	1.284.077,51	643.082,45	50,08
1887	362.425,37	133.791,19	36,92
1888	977.733,23	496.882,05	50,82
1889	1.023.414,04	524.247,13	51,23

Fonte: Para o valor das exportações de produtos pecuários: Revista do Arquivo Público, nº 8, POA, Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1982, p. 238.

Para o valor das exportações de charque: em 1822 - GONÇALVES CHAVES, A.J., op. cit., p. 140; para os anos de 1838 a 1844 - "Appendice do Quadro Estatístico e Geográfico da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul", AHRGS, lata 90; para os anos de 1845 a 1889 - Revista do Arquivo Público, op. cit., pp. 246-8. A conversão para libras foi feita tomando por base os dados para "pence" apresentados por Kátia de Queirós Mattoso (*Ser escravo no Brasil*, SP, Brasiliense, 1922, p. 254).



décadas do século XIX.

A ausência de dados relativos ao período de 1823 a 1837, sem dúvida alguma, prejudica nossa análise. Seja como for, o que se pode realmente constatar é que, em 1838, as exportações tinham sofrido um decréscimo que expressa, com clareza, problemas no setor. Além disso, em toda a fase compreendida entre 1838 a 1845, apenas dois anos, 1843 e 1845, chegaram a atingir cifras de exportação, em termos absolutos, superiores àquela apresentada em 1822. Se acrescentarmos a isso a incrível variação que se pode observar nos percentuais de exportação do charque, oscilando entre 16,4% e 61,67%, podemos perceber, provavelmente, um dos efeitos significativos do conflito político farroupilha, na área econômica.

Por outro lado, os índices significativos alcançados em 1839 e 1845, anos em que a província se achava envolvida na guerra civil, índices esses até certo ponto surpreendentes para a situação, se justificam se considerarmos a situação conjuntural platina: em 1838 e 1839, ficaram paralisados os "saladeros" argentinos, em virtude do bloqueio francês de Buenos Aires; em 1844, diversas empresas, ligadas à exportação de carnes salgadas, foram à falência. O fenômeno é explicado por John Cady, justificando a queda brusca das vendas pelo fato de que milhares de vacuns eram levados, por Rivera, desde a Banda Oriental para a fronteira brasileira, fazendo surgir no Rio Grande, de um dia para outro, uns vinte "saladeros"<sup>9</sup>. Além

disso, em 1845, novamente Buenos Aires sofre bloqueio estrangeiro, de parte da França e Inglaterra, o que prejudicou o comércio exterior argentino.

A ausência de continuidade na série impede a observação no período entre 1846 e 1881. Porém, de 1882 a 1889, vemos que as oscilações se mantêm, se bem que menos amplas do que no período anterior. Apesar de, no final deste período, já encontrarmos plenamente caracterizada a desertificação da charqueada gaúcha, enquanto empresa escravista, certos índices de participação do charque nas exportações pecuárias, como os dos anos de 1886, 1888 e 1889, podem ter seu entendimento auxiliado pelo fato de que, na década de 1880, vários frigoríficos se instalaram na Argentina, com decréscimo da atividade dos "saladeros" desse país, além de que, desde 1871 - quando diversos casos de febre amarela motivaram o governo a fechar os estabelecimentos saladeiris de Buenos Aires - os "saladeros" portenhos não conseguiram reprisar as cifras anteriores de produção, em grande parte motivado pela venda de gado em pé que, em boa porção, ia para o Uruguai e vinha para o Brasil, destinado às charqueadas. Devemos considerar, todavia, que as empresas de Entre Rios mantinham um desenvolvimento constante. Por outro lado, desde a década de 1850, a produção de lã vinha se acentuando na Argentina, tendo alcançado, em 1865, 46,2% do total das exportações de produtos pecuários<sup>10</sup>.

Diante do exposto, pode-se constatar que a falta

de constância no comportamento desses setores da economia gaúcha é evidente, as oscilações são nitidamente perceptíveis, apesar das observações ficarem prejudicadas pela interrupção nos dados. Apesar disso, pode-se notar a tendência depressiva no período de 1822 a 1838, tanto na exportação de charque como na de produtos pecuários, uma tendência à recuperação dos dois setores, mesmo com flutuações, até 1845, sendo que, apesar das cifras elevadas atingidas em 1886, a queda nas exportações dos dois setores, em 1887, expressa com clareza a problemática em que se envolvia a economia pastoril gaúcha, mesmo com a relativa recuperação ocorrida em 1888 e 1889.

Desperta a atenção, ainda, o fato de que, mesmo considerando a inexistência de dados suficientes para analisarmos o importantíssimo período de 1846 a 1881, a inclinação que se observa é de ampliação das exportações de produtos pecuários e de decréscimo das exportações de charque. Ressaltamos a generalidade desta observação, que tem como única finalidade a percepção, de modo muito amplo, de uma característica dos dois setores, que tentaremos respaldar, mais adiante, com outros dados, mais concretos. É claro que a utilização de um indicador como o valor das exportações, por si só, é bastante relativo, tendo sido por nós utilizado para a introdução da análise, que será reforçada com a reflexão sobre outros fatores e variáveis<sup>11</sup>.

Além da utilização de diferentes elementos de apoio, para reforço da análise, nos valeremos, igualmente,



de outro critério que visa o mesmo fim. Ou seja, considerando que qualquer estudo de crescimento equivale a um estudo a longo prazo, o balanço quantitativo será, para cada produto e para conjunto, a resultante de diversos ciclos curtos de auge e de recessão. Todavia, no caso de que (por outras razões) o período escolhido seja amplo, existe a possibilidade da conveniência de dividi-lo em períodos menores, de estrutura bastante homogênea, que permitam estimações quantitativas globais não desprovidas de significado. Esta pontualização cronológica já seria interessante por si mesma<sup>12</sup>.

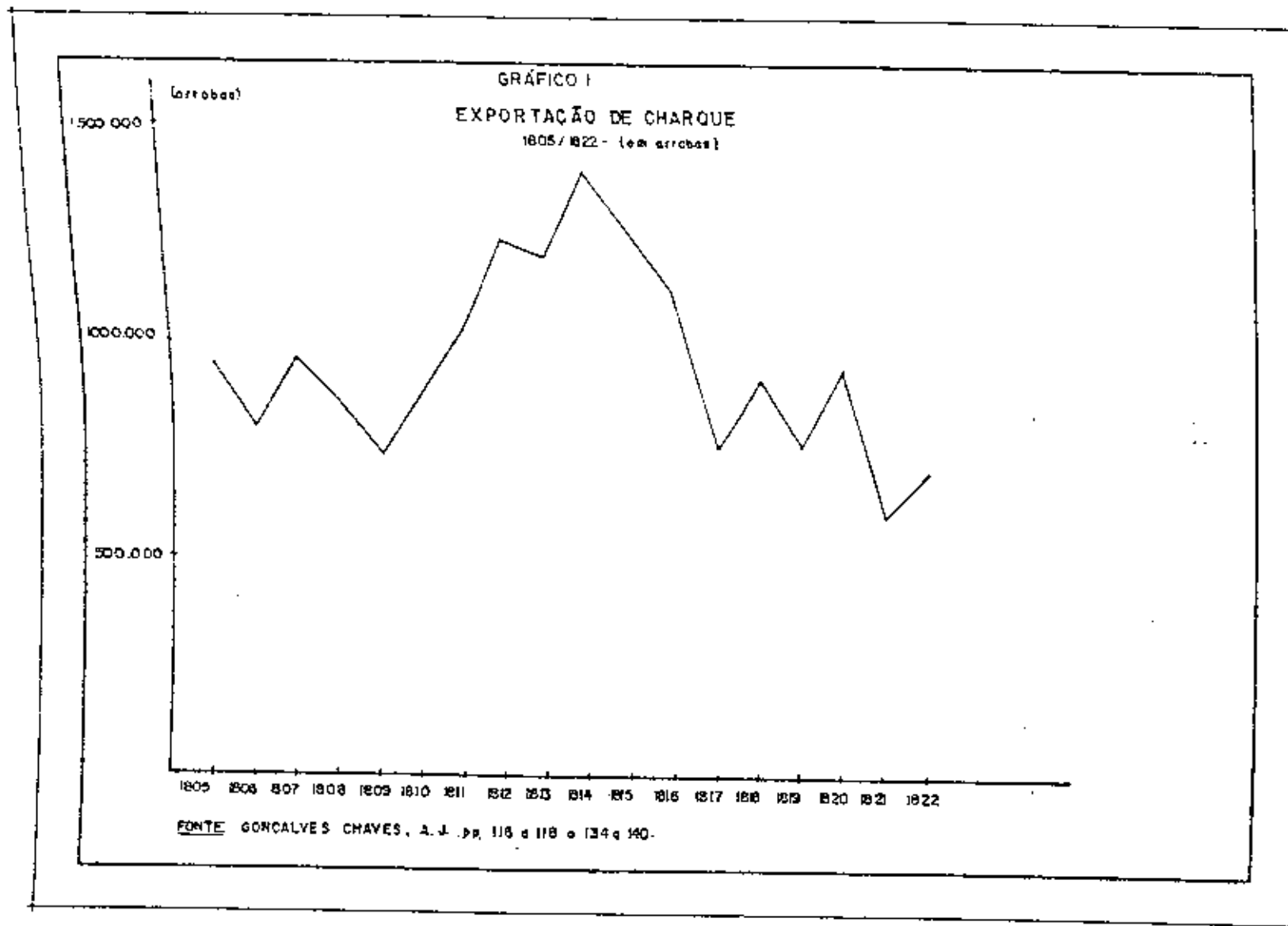
A partir do exposto, os dados seguintes, de exportação de charque em quantidade de arrobas, serão analisados considerando-se certas etapas de desenvolvimento das mesmas, nem sempre caracterizadas pela homogeneidade das fontes, devido, em certos casos, à ausência de informações. Todavia, como nos interessa realmente destacar a evolução da economia charqueadora sobretudo a partir de 1850, a deficiência de notícias estatísticas tem seu prejuízo até certo ponto amenizado devido à sua incidência na primeira metade do século XIX.

No primeiro período do século, de 1800 a 1822, para o qual possuímos dados de forma quase integral, podemos observar um crescimento acentuado das exportações, para tanto baseando-nos nos dados dos anos de 1801 a 1805<sup>13</sup>. Em 1801, as exportações de carne seca atingiam 309.722 arrobas, o que significa apenas 32,5% daquelas alcançadas em

1805, ou seja, 951.910 arrobas. As informações de 1805 a 1822 nos permitem a formulação de uma série contínua, conforme podemos observar no gráfico I, exposto na página seguinte.

Desde esta fase, que se inclui na época de início da expansão das charqueadas, observam-se as oscilações nas exportações. A tendência do período indica uma inclinação ao crescimento na primeira metade do período e ao declínio, na segunda. Os anos de maior crescimento nas exportações situam-se entre 1809 e 1814, os quais coincidem com os anos de conflitos, na região platina, entre adeptos e adversários da Independência. Esses conflitos, que se inserem num contexto revolucionário mais amplo em que a América se viu envolvida devido à dominação napoleônica sobre a Espanha<sup>14</sup>, provocaram a desorganização da indústria saladeiril. Porém, com o fim das hostilidades e o retorno da estabilidade política, desenvolvem-se, novamente, as empresas platinas, o que ajuda a explicar a tendência ao declínio das exportações rio-grandenses. Por outro lado, após diversas tentativas efetuadas por D. João no Prata, a Banda Oriental do Uruguai será anexada ao Brasil, em 1820, como Província Cisplatina, provocando a desorganização dos "saladeros" uruguaios. O gado uruguaio passa a ser encaminhado para as charqueadas gaúchas, abrindo-se novas perspectivas de desenvolvimento para a economia pecuária rio-grandense, na década de 1820.

Os anos situados entre 1823 e 1836 são por nós



considerados, para o tipo de estudo da história do Rio Grande do Sul que estamos realizando, como o período de "penúria documental". A ausência de informações estatísticas de primeira mão é praticamente total, o que nos impede de detalhar a análise do comportamento das exportações de charque, nesta etapa. Os únicos dados concretos que possuímos se referem aos anos de 1827 e 1828, respectivamente 786.355<sup>1/2</sup> e 656.611 arrobas, e não nos permitem chegar a conclusões significativas<sup>15</sup>.

Se tomarmos, entretanto, o depoimento de Arsène Isabelle, em sua viagem pelo Rio Grande do Sul, nos anos de 1833/1834, teremos algumas referências que merecem ser consideradas. Referindo-se às charqueadas situadas na margem esquerda do rio Jacuí, diz Isabelle:

*"Há nas charqueadas, casas muito belas, solidamente construídas e cercadas de jardim; observei uma, sobretudo, que parecia um edifício público, tão ampla que era. Vê-se que estas usinas prosperam pela maneira como são administradas e pela atividade reinante; há ali, então, cinco navios carregando, podendo transportar de 50 a 80 toneladas."*<sup>16</sup>

Por outro lado, as indicações deste viajante a respeito da cidade de Rio Grande também são sugestivas:

*"O que mais contribui para a prosperidade de C. Pedro é o espírito de associação de seus negociantes, os quais empregam grande parte das suas fortunas em empresas de utilidade pública, tentando atrair o comércio estrangeiro, assim como modificar, por obras importantes, os graves inconvenientes de uma situação tão desagradável"*

quanto pouco cômoda que apresenta sua cidade ... Construiu-se uma alfândega espaçosa; foi feito o cais; um teatro acaba de ser levantado; o Paço do Conselho está em construção e 'tudo isso à custa dos negociantes da cidade'."17

Referindo-se a Pelotas, esclarece Isabelle:

"Outra causa da prosperidade crescente de Rio Grande é a proximidade de 'São Francisco de Paula', cidade recente, a nove léguas para oeste, com a qual as comunicações tornaram-se prontas e fáceis, por meio de um barco a vapor que vai e vem, diariamente, de um ponto a outro, transportando mercadorias e passageiros. Ademais, há muitas lanchas e balandras, etc., que fazem também constantemente este trajeto, assim como o de Porto Alegre ... 'S. Francisco de Paula' é uma encantadora cidadezinha que não tem mais de 10 anos de existência e que já rivaliza com Porto Alegre pela atividade de seus habitantes, a importância de suas transações comerciais e o grande nº de prédios que diariamente se constroem."18

Outras colocações de Isabelle nos parecem significativas para apreciar o período que desejamos analisar, relativas, ainda, a Pelotas:

"É fácil prever que, em poucos anos, esta será a segunda cidade da província e, talvez, a mais comercial; por que toda a parte sul, desde 'São Gabriel' (ao centro) até o Prata, e mesmo a fronteira nordeste da Banda Oriental, são abastecidas por 'São Francisco de Paula' ... Ademais, as margens do rio S. Gonçalo estão cobertas de 'charqueadas' ou 'saladeros', enriquecendo seus proprietários a tal ponto, que eles projetaram cavar, a 'sua custa', um canal mais profundo do que o rio (cuja entrada é obstruída por bancos de areia), de maneira a permitir aos navios de alto mar irem diretamente

*te a S. Franci. do de Paula."*<sup>19</sup>

Ora, parece-nos claro que as informações oferecidas por Isabelle indicam situações que permitem detectar sintomas saudáveis na economia charqueadora gaúcha, às vésperas da Revolução Farroupilha. As indicações sobre o movimento comercial e estado das charqueadas, os investimentos em infra-estrutura de transporte e serviço, a adoção do vapor no transporte fluvial, as notícias das fortunas dos negociantes e charqueadores, sugerem uma situação econômica próspera, no período em que o viajante passou pela província.

Na opinião de Antonio Carlos Machado<sup>20</sup>, a atividade de charqueadora encontrou o seu primeiro surto ascensional na fase de 1820-1830, fase áurea, de resto, não só para o charque como, também, segundo observou Antonio Manoel Correia da Cãnara, para vários produtos de origem animal, como couros secos e salgados, peles, sebo socado, óleo de moço, cotó, cinzas de ossos, línguas salgadas, couros de égua, graxa em pipas ou em bexigas, entre outros.

Sem dúvida, deve-se considerar que, na década de 1820, a indústria do charque gaúcho teria passado por dificuldades, em virtude das hostilidades em que a província se envolveu, decorrentes dos movimentos provocados pelas lutas pela libertação da Banda Oriental do domínio brasileiro, além da política de requisição de gado desenvolvida pelo governo imperial, para alimentação das tropas, que prejudicava os estancieiros. Um sintoma disto, mesmo que su-

til, são as vendas de fazendas, com gado para charqueadas, e também de escravos de charqueada, por desistência do negócio, que se podem encontrar em jornais de 1829 a 1830 <sup>21</sup>.

Todavia, os problemas que se evidenciaram para o Rio Grande do Sul serão amenizados por aqueles em que se envolviam seus concorrentes: o Uruguai tinha sua economia desarticulada pelas lutas que se desenvolviam no sentido da obtenção de sua independência do domínio brasileiro, enquanto que, com relação à Argentina, observam-se prejuízos sensíveis em seu comércio externo, em virtude do fechamento do porto de Buenos Aires, de 1826 a 1828, motivado pela guerra que se estabeleceu com o Brasil, a partir de 1825.

Na década de 1830, alguns obstáculos vão aparecer para a pecuária sulina, como uma carência pluviométrica em 1832, extensão daquela que desde 1830 vinha maltratando o pampa argentino e o aparecimento do carrapato, em 1833. No final deste ano, a província se vê envolvida com uma rigorosa enchente, fato que é apontado, também, por Isabelle <sup>22</sup>, o que teria provocado grandes prejuízos às charqueadas situadas nas margens do rio Jacuí.

Contudo, numa avaliação geral sobre os primeiros cinco anos da década de 1830, parece-nos que o depoimento de Isabelle, colocado anteriormente, é esclarecedor e, apesar das dificuldades enfrentadas pelo Rio Grande do Sul com o conflito farroupilha, temos a impressão de que, no conjunto, prevalece a opinião de Hector Pérez Brignoli ao colocar que a grande seca que atingiu o pampa argentino,

de 1830 a 1832, e o bloqueio francês de 1838 a 1839, provocaram a estagnação da indústria do charque, após sua grande expansão nos anos subseqüentes a 1820. Por volta de 1840, a concorrência do sul do Brasil, de um lado, e Santa Fé, Corrientes e Entre Rios, de outro, se fez sentir, tendo em vista que os "saladeros" de Buenos Aires não voltaram a reprisar seu ritmo anterior de atividade. Por outro lado, Pérez Brignolli chama a atenção para o fato de que a exportação de lã começa a concorrer seriamente com o charque, o que resultou do aparecimento, no interior, de um grupo de criadores, inovadores, que introduziram as ovelhas merino<sup>23</sup>.

Esta opinião do historiador argentino é reforçada, além dos indícios já apontados acima, pelo posicionamento de Alfredo Montoya<sup>24</sup>, que sustenta, também, que nos anos de 1830 a 1832 ocorreu a mais intensa seca de que se tem notícia até a atualidade, calculando-se as perdas, apenas em bovinos, em cifra superior a um milhão de cabeças. Afirma ainda que, se não fosse pelo não esgotamento de umas poucas lagoas localizadas do outro lado do rio Salado, as fazendas da província ter-se-iam extinguido completamente.

As liquidações de empresas saladeiris portenhas, apontadas por John Cady, conforme já citamos anteriormente, ocorridas, em 1844, igualmente respaldam as colocações de Pérez Brignoli.

Deste modo, parece que podemos concluir que, na

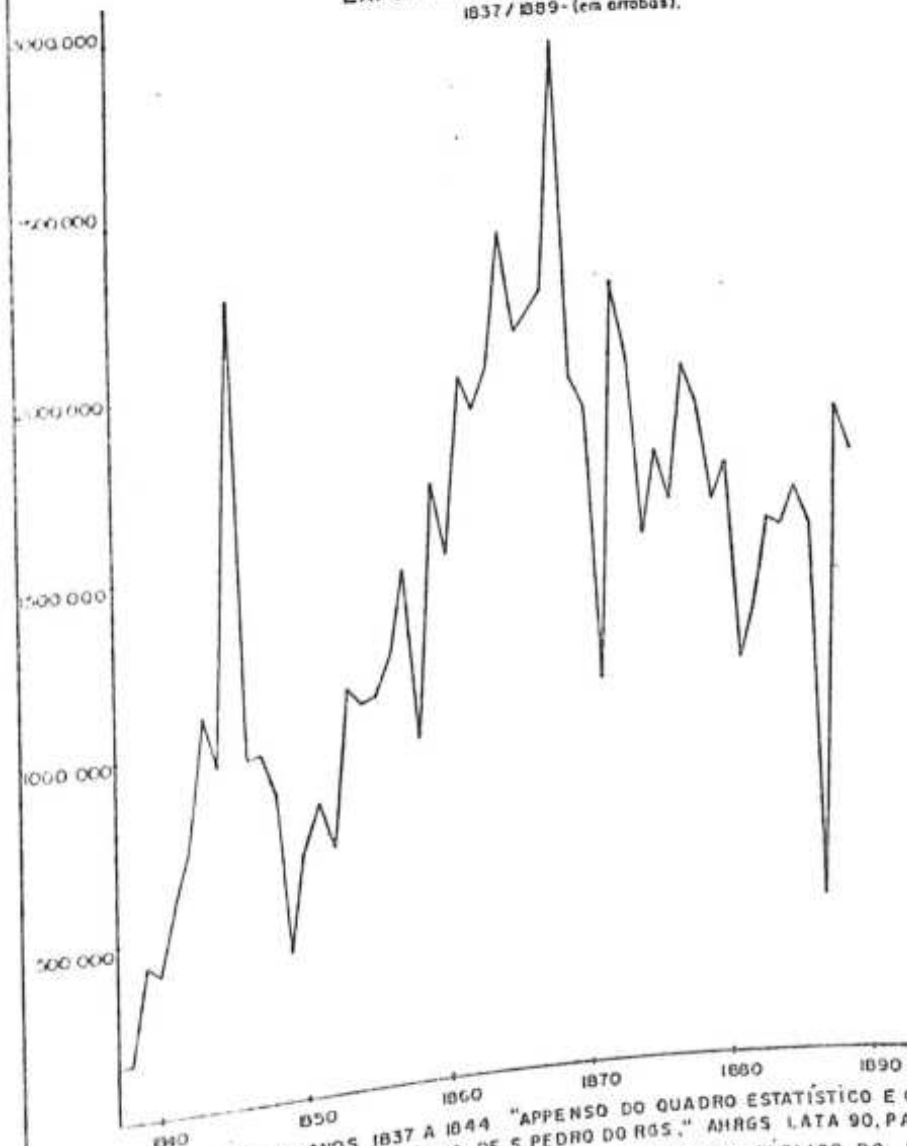


primeira metade do século XIX, a concorrência desenvolvida pelo charque rio-grandense ao charque platino, aliada a outros fatores, provocou a desestabilização e posterior estagnação dos "saladeros" de Buenos Aires, que não mais irão atingir o desenvolvimento alcançado na década de 1820. O charque argentino, que ainda competirá com o gaúcho, será, a partir de então, produzido, em sua maioria, nas províncias de Entre Rios, Corrientes e Santa Fé.

O comportamento das exportações rio-grandenses de carne seca, a partir de 1837, será analisado a partir do gráfico II, exposto na página seguinte. Uma primeira observação rápida dele nos leva a perceber, mais uma vez, o problema das oscilações que se verificaram nas vendas externas do produto. O nível baixo das mesmas, no início do período, é nítido. As 156.053 arrobas exportadas em 1837 significam apenas 16,4% do total exportado em 1805, o que reflete, com clareza, as conseqüências, no setor, geradas pelo conflito farrapo.

No entanto, e apesar da revolução se desenrolar até 1845, pode-se perceber uma tendência ascensional até esta data, o que se justifica, cremos, pelas dificuldades platinas já esclarecidas anteriormente. Mesmo assim, seria ingênuo supor que tão longo período de lutas não traria reflexos negativos à economia sulina. Segundo A.C. Machado<sup>25</sup>, a indústria charqueadora emergiu, da guerra, desorganizada, com a maioria de seus estaqueadouros e estendedouros inservíveis, ocorrendo, ainda, considerável escassez de

GRÁFICO II  
 EXPORTAÇÃO DE CHARQUE  
 1837 / 1889 - (em arrobas).



FONTE: PARA OS ANOS 1837 A 1844 "APPENSO DO QUADRO ESTATÍSTICO E GEOGRÁFICO DA PROVÍNCIA DE S. PEDRO DO RGS." ANRS LATA 90, PARA OS DADOS DE 1845 A 1889 - REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO DO R.S. Nº 9 PORTO ALEGRE. OFICINAS GRÁFICAS DA LIVRARIA DO GLOBO 1922, pp. 246 e 248.

gado, nos anos subsequentes ao conflito, conforme ressaltado, incisivamente, o presidente da província Francisco José de Souza Soares de Andréa<sup>26</sup>. A queda brusca nas exportações de charque, entre 1845 e 1849 torna patente as dificuldades enfrentadas nesse setor produtivo gaúcho, que só se recuperará a partir da década de 1850.

Entre 1850 a 1868, a evolução das exportações gaúchas mostra tendência claramente ascensional. Mais uma vez a conjuntura platina auxilia o entendimento da situação conjuntural rio-grandense. Na Argentina, na década de 1850, há instabilidade, em virtude de invasões de índios e de guerras civis, conduzindo à total paralisação, em 1853, da indústria do charque. Em 1858, uma violenta seca faz a indústria saladeiril entrar em crise<sup>27</sup>.

A situação com o Uruguai relaciona-se ao Tratado de Comércio e Navegação, assinado entre o Império do Brasil e a República Oriental do Uruguai, em 12 de outubro de 1851<sup>28</sup>, segundo o qual foi concedida ao Império a exoneração do pagamento de qualquer imposto cobrado sobre o gado introduzido no Rio Grande do Sul, vindo da Banda Oriental, enquanto eram mantidos os direitos de importação sobre o charque uruguaio. Os efeitos desse tratado serão analisados mais adiante. No momento, interessa-nos relacionar os efeitos negativos provocados na economia saladeiril uruguaia com a ascensão das exportações gaúchas de charque.

Este tratado foi revisto e substituído, em 4 de setembro de 1857, por outro que, ao lado de manter as isen-

ções sobre o gado em pé, exportado da República Oriental para a província do Rio Grande do Sul, liberou de direitos de exportação o charque uruguaio enviado ao Brasil, e de direitos de consumo por parte do Brasil, além de equipará-lo ao nacional, valendo, isso, para todos os produtos do gado de origem oriental<sup>29</sup>. Como é colocado no próprio tratado, o objetivo era chegar "progressivamente à abolição dos direitos fiscais e protetores sobre os produtos naturais e agrícolas dos dois países e, por fim, à livre troca, cuja utilidade recíproca reconhecem em princípio"<sup>30</sup>.

A validade deste tratado era de quatro anos, podendo ser renovado, de comum acordo. Todavia, o governo brasileiro, em decreto de 29 de setembro de 1860, suspendeu a execução dele, declarando apenas subsistir, entre os dois países, o de 12 de outubro de 1851<sup>31</sup>.

A recuperação da economia pastoril uruguaia somente começa a se articular nos fins da década de 1850 e inícios da década de 1860, sobretudo em virtude da política empreendida pelo presidente Bernardo P. Berro, em defesa dos interesses uruguaiois diante da pressão brasileira, que acabou por resultar na eliminação da isenção de impostos do gado encaminhado ao Brasil desde a República do Uruguai<sup>32</sup>.

Além disso, a tendência à instabilidade da economia sulina evidencia-se em 1858, como se pode observar no gráfico que estamos analisando, quando problemas comerciais se manifestaram, possivelmente resultantes do primei

ro impacto do acordo de 1857, que equiparou o charque e demais produtos oriundos do gado oriental aos similares nacionais. A queda que se pode perceber na exportação do produto gaúcho é significativa. Avê-Lallemant, viajante alemão, em sua excursão pelo sul do Brasil em 1858, constatou a situação ao colocar, referindo-se ao que observava na cidade de Rio Grande:

*"... durante minha curta demora, achava-se a gente em desesperadora crise comercial, que parecia ter tirado o ânimo a todos para se preocuparem com outra coisa que não fossem prejuízos em couros de boi e letras protestadas."*

33

Além disso, verificaram-se problemas no setor da criação de gado, conforme se pode perceber através do relatório do presidente da província Moniz Ferraz:

*"A grande seca por que passamos este ano; a EPIZOOTIA, conhecida vulgarmente pela denominação de - CARRAPATO - que lavrou ao mesmo tempo; e o rigoroso inverno que se seguiu, causaram grandes prejuízos aos estancieros."*<sup>34</sup>

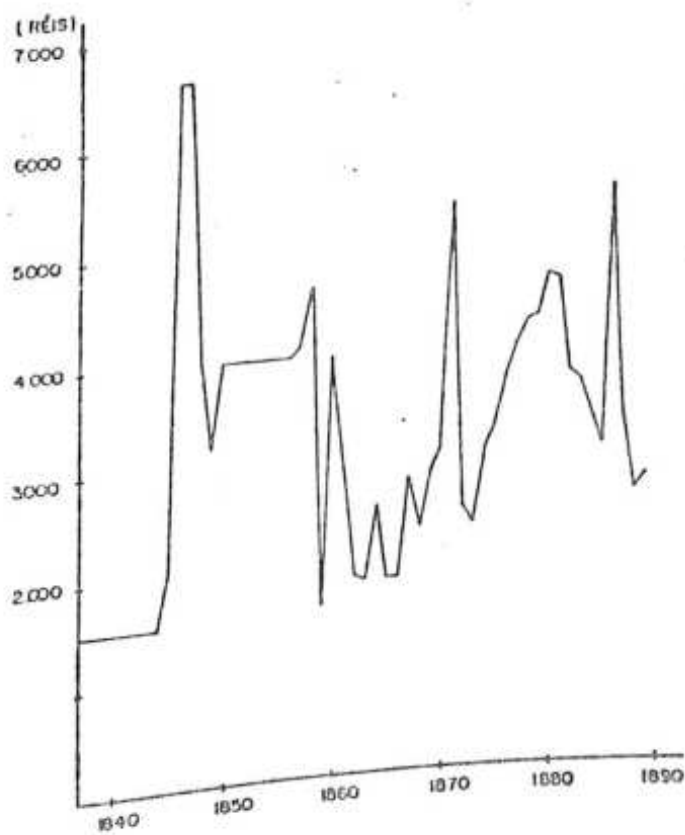
Com oscilações nítidas, as exportações de charque rio-grandense conseguem se manter em crescimento até 1868, quando se registraram as maiores exportações do produto sulino. A partir de então, a tendência depressiva apresentada por este setor da economia gaúcha é claramente observável. O envolvimento brasileiro na guerra do Paraguai, de 1865 a 1870, quando o Rio Grande do Sul, mais uma vez, se viu enredado em conflitos bélicos, afetou a econo-

mia regional. Por outro lado, a drenagem de mão-de-obra es-  
 crava, que vinha se efetuando desde a extinção do tráfico,  
 para as províncias do Norte, aliada à recuperação da produ-  
 ção platina verificada a partir da década de 60, sobretudo  
 com a introdução, no Prata, de uma série de inovações téc-  
 nicas, deu margem à gradativa e constante perturbação da  
 economia charqueadora escravista gaúcha, o que irá culmi-  
 nar com sua completa desarticulação, no final da década de  
 80. A cifra de exportação de 1887, às vésperas da abolição  
 da escravidão no Brasil, é, por si só, altamente expressi-  
 va. As 435.615 arrobas exportadas neste ano, significam,  
 tão somente, 14,9% do total exportado em 1868, ano em que  
 as exportações alcançaram seu pico máximo. Ao longo de um  
 período de 21 anos, a confluência dos problemas enfrenta-  
 dos pelas empresas rio-grandenses articula o desenrolar  
 de um processo depressivo que vai se mostrar irreversível  
 para o setor e conduzirá, no final do século, à reestrutu-  
 ração do mesmo, que passará a se organizar em novos mol-  
 des, de características, então, capitalistas.

Os raciocínios até aqui desenvolvidos, com rela-  
 ção à evolução da economia do charque gaúcho, podem ser  
 corroborados com o auxílio da análise dos preços alcança-  
 dos pelo produto nos anos respectivos de comercialização,  
 que pode nos aproximar do entendimento das causas que moti-  
 varam os problemas enfrentados pelo setor. A partir do  
 gráfico III, apresentado adiante, acreditamos ser possível  
 reforçar as idéias até agora esboçadas sobre o comportamen-  
 to do comércio da carne na seca sulina e sua problemática.



GRÁFICO III  
PREÇOS ANUAIS MÉDIOS DO CHARQUE  
1837/1889 - (réis p/ arrobas).



FONTE: PARA OS ANOS DE 1837 a 1844 - "APPENSO DO QUADRO ESTATÍSTICO E GEOGRAPHICO DA PROVÍNCIA DE S. PEDRO" (AHRGS), PARA 1845/a 1889 - "REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO", op cit. pp. 246 a 248. PARA O CÁLCULO DOS PREÇOS MÉDIOS FORAM UTILIZADOS OS VALORES E VOLUMES EXPORTADOS.

Considerando que o mercado consumidor do charque rio-grandense era constituído maciçamente pelas regiões escravistas brasileiras e, em certas ocasiões, também por Cuba, verifica-se que se constituía num mercado pouco elástico, sobretudo após 1850. Portanto, não se verificarão alterações na demanda do produto. Assim, podemos considerar as modificações que se observarão nos preços do produto, como vinculadas a outros fatores que não a demanda, já que esta se mantinha mais ou menos estável.

De 1837 a 1844, apesar do envolvimento regional com o conflito farroupilha, já verificamos anteriormente que a conjuntura comercial era favorável à exportação do produto gaúcho, devido aos problemas platinos, donde o seu preço ter se mantido estável. Desconsiderando as consequências que poderiam advir, a médio e longo prazo, os criadores, atraídos pelos preços oferecidos pelos charqueadores e negociantes, comercializaram até vacas do cria, na falta de gado de corte. Ao findar a revolução, a falta real de gado se evidenciou para o carneio, considerandó-se, ainda, que muitos estancieiros preferiam vender o gado em pé para mercados externos, tendo em vista que os charqueadores procuravam, continuamente, puxar para baixo o preço da matéria-prima animal.

A carência de matéria-prima provocou rápida elevação dos preços do charque nos anos de 1846 e 1847, quando a arroba, de 2\$000 alcançou 6\$600. Todavia, esse problema tendeu a ser sanado com o sangramento dos rebanhos ori-



entais para as charqueadas brasileiras, através das "califórnicas" e/ou do contrabando, o que promoveu nova queda dos preços, como o gráfico está a demonstrar.

A partir de 1850, os preços tendem novamente a estabilizar-se, só que em níveis mais elevados, o que é compreensível se recordarmos os problemas atravessados pela Argentina e os efeitos do tratado de 1851, com o Uruguai, que beneficiaram os produtos gaúchos, tanto no setor da comercialização de seu produto, especialmente com relação ao mercado nacional.

Numa análise da questão dos preços, numa economia pré-capitalista, e considerando que o principal mercado do charque gaúcho era o mercado brasileiro, devemos lembrar que, às vezes, o fator que dita os preços é o produtor ou a organização dos produtores, às vezes é o consumidor (como determinados aspectos das taxações regionais). Entretanto, o problema se decide, invariavelmente, segundo a correlação de forças existentes entre os diferentes grupos de produtores e as corporações de consumidores<sup>35</sup>. Dentro desta perspectiva, devemos lembrar que o papel subsidiário da economia sulina perante a economia central da nação, possibilitava a interferência contínua dos consumidores do centro do país, via aparelho estatal, no sentido de empurrar, sempre que possível, para baixo, os preços do produto gaúcho. Desta forma, na análise de períodos relativamente consideráveis onde não ocorrem variações nos preços, como os de 1837 a 1844 e 1850 a 1856, deve-se ter presente a

pressão constante desenvolvida pelos consumidores do centro e nordeste do país, no sentido da não elevação e da baixa dos preços do charque.

À crise comercial atravessada pela província em 1858, apontada por Lallemant, parece estar vinculada a elevação dos preços que se observa nos anos de 1857 e 1858, influenciados, provavelmente, também, pelos problemas atravessados pela pecuária gaúcha e que foram apontados pelo presidente Moniz Ferraz, em seu relatório de 05 de novembro de 1858. Apesar de não ser possível calcular, com exatidão, as perdas sofridas, a estimativa eleva-se a mais de 25.000 cabeças de gado vacum. Além disso, o número de cabeças exportadas para território estrangeiro, nos anos de 1857 a 1858, supera o daquelas importadas do exterior<sup>36</sup>. Acreditamos, assim, que os aumentos evidenciados nesses dois anos tenham aí sua origem.

Parece-nos importante ressaltar que as oscilações constantes que se pode observar nos preços do charque sulino têm íntima relação com a problemática do abastecimento, em matéria-prima animal, das charqueadas. As constantes reclamações, alertas e atitudes fiscalizadoras de diversos presidentes de província com relação ao problema do contrabando de gado nos levam a crer que, sobretudo a partir da década de 60, as charqueadas do Rio Grande continuaram produzindo em proporções elevadas graças ao contrabando de gado, que se via favorecido pelas perturbações políticas no prata.

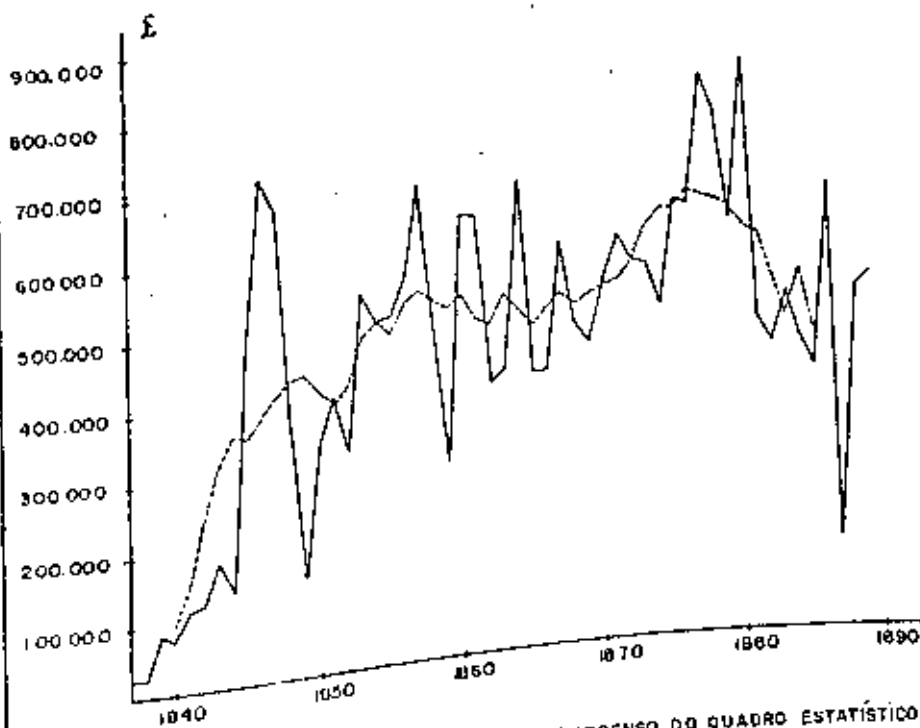
Nas décadas de 60, 70 e 80, as flutuações visíveis do nível dos preços do produto sulino, segundo tudo indica, resultam de diversos fatores. Os melhoramentos que são introduzidos nas empresas platinas, reforçando o peso da concorrência do Prata, já que se refletem numa redução do preço final do produto platino, bem como a problemática do abastecimento das charqueadas gaúchas, em gado, podem auxiliar o entendimento destas flutuações. A partir de 1875, o problema da falta de gado para as charqueadas, que se refletia no seu encarecimento, e conseqüente elevação dos preços do charque, é evidenciado através de diversos decretos que isentaram da cobrança dos direitos de importação o gado *vacum* e lanígero<sup>37</sup>.

Por outro lado, na década de 1870, charqueadas começam a ser implantadas na província de Mato Grosso, as quais também passam a fazer concorrência à produção rio-grandense<sup>38</sup>. Se aliarmos os fatores citados acima com toda a problemática vivenciada pela produção escravista, nesse período, podemos compreender as oscilações que se percebem nos preços do charque do Rio Grande do Sul.

Para completar nossa análise relativamente ao desenvolvimento das exportações do charque gaúcho, resta-nos verificar os valores alcançados nas vendas externas do produto (Gráfico IV). Como se pode observar, os pontos máximos e mínimos alcançados pelos valores de exportação, estão diretamente relacionados com os volumes exportados e com as cifras atingidas pelos preços médios anuais do char

GRÁFICO IV  
EXPORTAÇÃO DE CHARQUE

1837/ 1889 - (em libras esterlinas)  
Curva das médias móveis com base em oito anos.



FONTE: PARA OS ANOS DE 1837 a 1844 - "APPENSO DO QUADRO ESTATÍSTICO E GEOGRÁFICO DA PROVÍNCIA DE S. PEDRO DO R. G. S." AN. R. G. S. LATA 30. PARA OS DADOS DE 1845 a 1889: REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO DO R. G. S. - op. cit. pp. 246 e 248. A CONVERSÃO PARA LIBRAS SEGUIU O MESMO PROCEDIMENTO JÁ APONTADO ANTERIORMENTE.

que, nos anos respectivos. Por outro lado, o traçado da linha das médias móveis, que se pode verificar no referido gráfico, nos indica claramente a tendência de longa duração do período, que se mostra ascensional até meados da década de 70, quando, então, se inverte o sentido da mesma, configurando as características depressivas dos anos 70/80.

Levando em consideração que os produtos sulino e platino eram encaminhados para um mesmo mercado, constituído, sobretudo, pelas regiões escravistas brasileiras, evidencia-se uma vinculação estreita entre a questão dos preços do produto e a do mercado e da concorrência. A competição desenvolvida, ao longo de todo o século XIX, entre os distintos produtos, com vistas ao domínio do mercado de consumo, tendia a provocar a queda do preço do produto, o que, sem dúvida, atendia ao interesse dos responsáveis pela aquisição da mercadoria. Os mecanismos utilizados no sentido do controle do preço do produto gaúcho, bem como a importância platina nesse processo, serão analisados a seguir.

### 3.2 - Os mercados de consumo

É versão amplamente difundida na historiografia gaúcha, e também brasileira, que os mercados consumidores do produto gaúcho eram constituídos pelas áreas escravistas brasileiras e ainda, pela ilha de Cuba. As dimensões desse

comércio com as distintas regiões, todavia não têm sido suficientemente definidas, tendo por base, sobretudo, dados empíricos concretos de tipo quantitativo.

As primeiras indicações, nesse sentido, nos são dadas através da documentação da Provedoria Real<sup>39</sup>. Os dados expressos abaixo nos oferecem a primeira visão dos destinos dos principais produtos sulinos exportados nos inícios de 1974.

TABELA n. 3.2  
EXPORTAÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL EM 1794

1974		COUROS (unid)	TRIGO (alq.)	CHARQUE (arr.)	SEBO (arr.)
Fev. 18	Berg.S.Sarmento... para o RJ	200	1.153	-	-
	Sum.S.Ana ... para o RJ	1.582	649 <sup>1/2</sup>	444	4
Mar. 4	Sum.N.S. Madre de Deus... para o RJ	1.132	1.632 <sup>1/2</sup>	726	18
	Sum.N.S.Rosário... para o RJ	370	1.137 <sup>1/2</sup>	1.335	64
	Sum.N.S.Lapa... pa ra o RJ	1.511	1.067	2.241	90 <sup>1/2</sup>
	Sum.N.S. Conceição ... para BA	-	-	3.500	200
	Berg.S.J.Batista... para BA	-	-	6.459 <sup>1/2</sup>	552 <sup>1/2</sup>
	SOMA	4.795	5.639 <sup>3/4</sup>	14.705 <sup>1/2</sup>	965

Da mesma forma que esta relação, os extratos dos



efeitos exportados pela barra da vila do Rio Grande, nos anos iniciais do século XIX, mostram que as embarcações saídas do Rio Grande do Sul, com carregamento de charque, eram despachadas para o Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco ou Maranhão, algumas vezes fazendo escala em Campos ou Santos<sup>40</sup>.

Por outro lado, a penetração do charque rio-grandense no mercado cubano só passa a se concretizar a partir da década de 1810. Os primeiros registros encontrados datam de 1815 e indicam volumes relativamente pequenos, em comparação com as cifras exportadas para outras regiões brasileiras, o que pode ser observado na tabela nº 3.3, da página seguinte. Neste ano, as exportações para Cuba se limitavam a vendas de charque. Na década de 20, o mercado cubano passará a absorver, também, pequenas quantidades de couros vacuns.

As informações que conseguimos reunir, referentes às exportações para Cuba, são reduzidas e fragmentárias, o que já é um primeiro indicador da relativa importância deste mercado para a economia charqueadora gaúcha. Além disto, estas informações se limitam ao período compreendido em 1815 e 1847. Após esta última data, não encontramos registro algum que indique a continuidade de despachos de charque para aquela ilha do Caribe. Dentro destas condições, somos levados a acreditar que o mercado cubano foi muito mais aproveitado por uruguaio e argentinos e que o mercado realmente expressivo para a colocação do produto gaúcho foi, realmente, o representado pelas regiões escra-

TABELA n. 3.3

EXPORTAÇÃO E PREÇOS RESPECTIVOS DOS PRODUTOS DA CAPITANIA DE S. PEDRO - 1815

PORTOS DE DESTINO	RIO DE JANEIRO	BAHIA	FERRARIUCO	MARANHÃO	PARÁ	S. CATARINA	SANTOS	CANPOS	HAVANA	QUANTIDADES TOTAIS EXPORTADAS	PREÇO	TOTAIS EXPORTADOS (EM RÊIS)
PRODUTOS												
Carne seca (arrobas)	497.280	541.299	155.308	3.200	10.000	13.053	1.600	4.200	33.680	1.259.620	560	705:387\$200
Couros (unidades)	320.168	93.127	5.737	15	200		600			419.941	1\$000	419:941\$000
Trigo (alqueires)	283.775	4.087				85	500			288.447	1\$120	323:060\$640
Sebo (arrobas)	49.240 <sup>1/2</sup>	32.151 <sup>1/2</sup>	2.896		200	496	100	200		85.520	1\$100	94:072\$000
Carne salgada (barris)	1.705									1.705	9\$600	16:363\$000
Farinha de trigo (arrobas)		14.849								14.849	1\$100	16:333\$900
Graxa (arrobas)	4.857 <sup>1/2</sup>	70	40			90				5.057 <sup>1/2</sup>	1\$100	5:563\$250
Chifres (unidades)	321.960	18.000	11.200				500			354.660	\$400	1:418\$640
Cabelo (arrobas)		156								156	(o cento) \$800	124\$800
Cevada (alqueires)		62 <sup>3/4</sup>								62 <sup>3/4</sup>	\$640	40\$160
S O M A											Réis	1.582:309\$590

Fonte: FERNANDES PINHEIRO, José Feliciano - *Anuário da Província de S. Pedro*. Lisboa, Impr. Nacional, 1822 (tomo II), anexo D - "Mapa de Exportação das Produções da Capitania de S. Pedro, e seus preços, no anno de 1815". (AN/SPE - ARM - 981.65 - P363 (1819)).



vistas brasileiras.

Os volumes enviados para Havana integram a relação adiante, na tabela nº 3.4.

TABELA n. 3.4

EXPORTAÇÃO DE CHARQUE PARA CUBA - 1815/1847 (EM ARROBAS)

ANO	ARROBAS
1815	33.680
1816	74.230
1817	72.796
1818	120.790
1819	44.990
1820	34.532
1821	23.479
1822	48.043
1827	104.773
1828	40.754
1832	12.160
julho/46 - junho/47	152.325
2º sem./47	95.650

Fonte: As indicadas na nota 41.

Como se pode observar pelos dados acima, os anos de maior exportação para o mercado cubano foram aqueles em que os "saladeros" argentinos e uruguaiois se encontravam envolvidos em dificuldades que já apontamos anterior-

mente.

Durante todo o século XIX, cerrada concorrência se desenvolveu, no mercado brasileiro consumidor de charque, entre os produtos platino e rio-grandense. Desde as primeiras décadas do século podemos evidenciar estes fatos através da documentação da época.

Em 1808, Manoel Antonio de Magalhães, português radicado na capitania, onde exerceu as funções de administrador do quinto e do dízimo, colocava em suas "Reflexões":

*"Seja-me ... lícito dizer o que sinto sobre a exportação que presentemente se está fazendo, de Montevidéu, para todas as nossas Colônias da América e, principalmente, para a Corte do RJ; falo, tão somente, no artigo de carne salgada, que tudo o mais se pode consentir: todos sabem que uma arroba de carne salgada custa mais barato 440 a 480, nem os charqueadores a podem dar por menos; paga de fretes e direitos 280, por consequência, para se não perder deve dar nessa cidade 720, mas chegando todos os dias barcos de Montevidéu, que pela necessidade que tem de botar aquele gênero para fora a vendem nessa a 400 e a 480, põem em precipício todo o comércio desta Capitania, que bem se sabe ser a maior força dela a carne, por isso parece que a exportação deste gênero de um país estrangeiro deve ser proibido a querer salvar esta Capitania do abismo em que se vai precipitar, continuando a entrar nessa a sobredita carne."*<sup>42</sup>

A conscientização do setor administrativo da província, em relação ao papel desenvolvido pelos concorrentes platinos, é claramente perceptível, como se pode depreender das colocações de José Felicino Fernandes Pinheiro

(Visconde de São Leopoldo), presidente da província, em

1825:

"O Governador da Província de Entre Rios dirigio se ao Barão da Laguna, Capitão General da Província Cisplatina, e ao Governador das Armas desta Província, o Marechal de Campo José de Abreu, pretendendo a aquisição e passagem para o lado Occidental do Uruguay de huma porção de vacas, com as quaes provêsse os estabelecimentos de pastôres, que huma Sociedade de negociantes de Buenos Ayres tenta formar naquella Província; persuado-me ser da maior evidencia quanto seja conveniente, principalmente na crise actual, pre- valecermo-nos das nossas mais felizes circumstâncias, e coarctar aos nossos perigosos vizinhos os meios de abastança, até para conservá-los em alguma sujeição e dependência, e por isso encitei as maiores recomendações a decreta- da prohibição de não sahirem desta Pr<sup>o</sup>-víncia animaes de ventre..."<sup>43</sup>

Seguindo o assunto no tempo, verificamos que a problemática se mantém e é sensível no depoimento do inspe- tor Eleutherio José Velho Bezerra, de S. José do Norte, em officio encaminhado ao Inspetor da Tesouraria da Província, José Joaquim de Almeida Arnizanti, em 20 de dezembro de

1854:

"... cumpre-me informar a V.Sa., que o estado do Commercio externo não tem si- do satisfatório, o que attribuo ser de- vido a pacificação dos Estados do Rio da Prata, para onde se tem dirigido parte dos navios, que para esta Provín- cia se achavam encarreirados, em conse- quência de ali encontrarem os importa- dores os principais produtos de expor- tação desta Província, como sejam cou- ros e chifres, por preços mais módicos, e com abundância..."<sup>44</sup>

Inúmeras outras constatações poderiam ser indicadas. Parece-nos suficiente, porém, as apontadas acima para evidenciar a preocupação dos homens de negócio e da administração pública provincial, em relação à competição que se desenvolvia entre produtores gaúchos e platinos.

Apesar de não podermos ter uma idéia exata do volume de charque platino enviado por contrabando na fronteira terrestre, a dificuldade apresentada pelos caminhos não aponta para uma grande dimensão do mesmo. Assim, o escoamento do produto do Prata ao Brasil se dava diretamente dos portos de Buenos Aires e Montevideu aos portos do centro e nordeste brasileiros, ou, às vezes, realizando baldeações no porto de Rio Grande. No caso do charque uruguaio, outra via muito usada era aquela que utilizava a lagoa Mirim. Ou seja, as embarcações eram despachadas com carregamentos de charque desde S. Servando e Saboiaty<sup>45</sup>, e pela lagoa Mirim, rio Jaguarão e rio S. Gonçalo, chegavam ao porto de Rio Grande, de onde eram encaminhadas a outros portos brasileiros. Este fato pode ser constatado através de alguns mapas de embarcações entradas no porto da cidade do Rio Grande, vindas de portos estrangeiros<sup>46</sup>. Segundo essas relações, de maio a dezembro de 1841, dezenove embarcações percorreram este trajeto, vindo quinze de S. Servando e quatro de Saboiaty. De maio a dezembro de 1842 observam-se vinte e duas embarcações registradas, procedentes dez delas de S. Servando e doze de Saboiaty.

A importância deste trânsito comercial parece

ter sido significativo, pois, segundo o discurso de João Jacinto de Mendonça, na sessão de 09 de outubro de 1851, da Assemblêia Provincial, mais de quatrocentas embarcações eram empregadas no transporte dos gêneros das charqueadas de S. Servando<sup>47</sup>.

Essa concorrência, que se desenvolvia no mercado brasileiro, entre produtores platinos e sulinos, se efetivava em virtude dos preços vantajosos do produto do Prata, tendo em vista os seguintes fatores: qualidade superior do gado argentino e uruguaio, que oportunizava um rendimento maior em volume de produção; diferenças no processo de produção, que determinavam um produto final de qualidade superior e custos inferiores; facilidades maiores no escoamento da produção, devido às melhores condições oferecidas pelos portos de Montevideu e Buenos Aires, o que gerava uma cobrança de fretes inferiores a do Rio Grande do Sul e, ainda, a adoção de uma política tributária, de parte dos Estados platinos, menos onerosa aos produtores do Prata, do que a que vigorava no Brasil, em relação ao produtor rio-grandense.

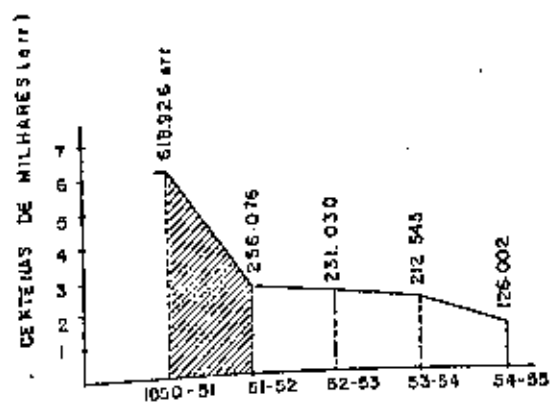
Sem dúvida, essa concorrência beneficiava os consumidores do centro e norte do país. A influência exercida por estes sobre o aparelho estatal visava obter a manutenção de preços reduzidos para o produto, o que era possível em virtude do menor poder de negociação que possuíam os produtores locais, devido à própria situação subsidiária da economia regional<sup>48</sup>.

Todavia, a importância estratégica da província sulina possibilitava que, em determinadas ocasiões, algumas medidas fossem tomadas, pelo governo central, em benefício dos produtores gaúchos, como a adoção da tarifa de 25% sobre o charque importado, adotada durante a Revolução Farroupilha, em 1842, apesar de, para isto, terem sido necessárias atitudes contestatórias drásticas, em relação à orientação da política econômica do centro do país, como as adotadas pelos rebeldes farrapos. Por outro lado, não se pode esquecer que, do Rio Grande do Sul, eram carreados re cursos fiscais expressivos para o governo imperial, o que determinava, em certos momentos, a adoção de medidas protetoras em favor da economia rio-grandense.

Dentro deste contexto se insere a assinatura dos tratados comerciais de 1851 e 1857, entre o Estado Oriental e o Império do Brasil, cujas repercussões, ao serem analisadas por alguns historiadores uruguaios<sup>49</sup>, foram consideradas altamente negativas aos uruguaios, pois a exoneração do pagamento do imposto ao gado introduzido, da Banda Oriental, no território brasileiro, diminuiu o poder de competição dos produtores uruguaios, já que os direitos de importação do charque oriental, no Brasil, eram mantidos.

Segundo estes historiadores, um índice revelador do estado caótico a que ficaram reduzidos os "saladeros" orientais é o estudo das exportações de charque para o Rio Grande, cujos dados reproduziremos a seguir.

GRÁFICO V  
EXPORTAÇÃO DE CHARQUE ORIENTAL PARA O RIO GRANDE  
1850 / 1855 - (em arrobas)



FONTES: DORTA M. et alii, EL URUGUAY GANADERO,  
Montevideo, Ed. de La Banda Oriental,  
1972, p. 51.



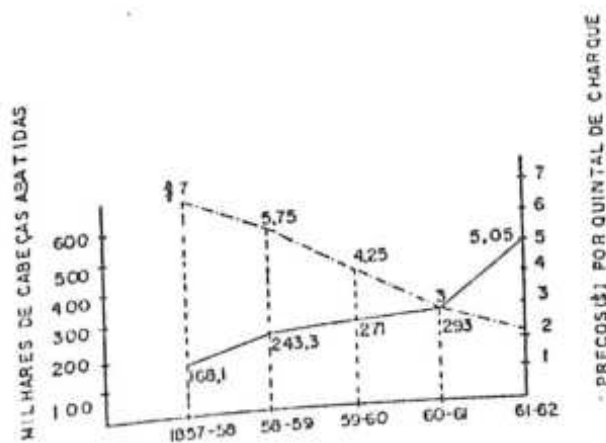
Por outro lado, os mercados consumidores de carnes uruguaianas estavam limitados ao Brasil e a Cuba. No primeiro, as charqueadas gaúchas, alimentadas pelos gados uruguaianos, competiam de forma desfavorável aos uruguaianos. Com relação a Cuba, esses autores apontam o monopólio desenvolvido por um pequeno grupo de comerciantes, o que diminuía a possibilidade de valorização do produto. O gráfico VI, apresentado a seguir, que compara os níveis de preço alcançado pelo charque oriental com o número de animais abatidos nos "saladeros", no período de 1858 a 1862, é elucidativo.

Na realidade, a queda no preço do produto platino irá beneficiar, como se pode deduzir, os consumidores brasileiros. Sem dúvida, este parece ter sido um dos objetivos do tratado. A médio prazo, os preços baixos do produto oriental auxiliarão a sua recuperação, graças a exportações mais amplas, que passarão a realizar para o Brasil, sobretudo após 1868.

Com relação ao comércio argentino-brasileiro, nos valeremos de informações reunidas por Muniz Barreto, cujo trabalho apresenta diversos dados que podem auxiliar a ampliar o entendimento das questões que estamos analisando<sup>50</sup>. Devemos chamar a atenção para o fato de que o autor salienta que os dados são fragmentários e que a grande restrição que se lhes pode fazer é a sub-avaliação da realidade. Apesar disso, eles permitem perceber, em linhas gerais, a tendência do comércio argentino-brasileiro no século passado,



GRÁFICO VI  
 ABATE DE GADO E PREÇOS DO CHARQUE NO URUGUAI  
 1957 / 1962 - (nº de cabeças e pesos).



— CABEÇAS DE GADO ABATIDO (MILHARES)  
 - - - PREÇO DO CHARQUE POR QUINTAL (46.000 KG)

FONTE: DOTTA, M. et alii, op. cit., pp. 52

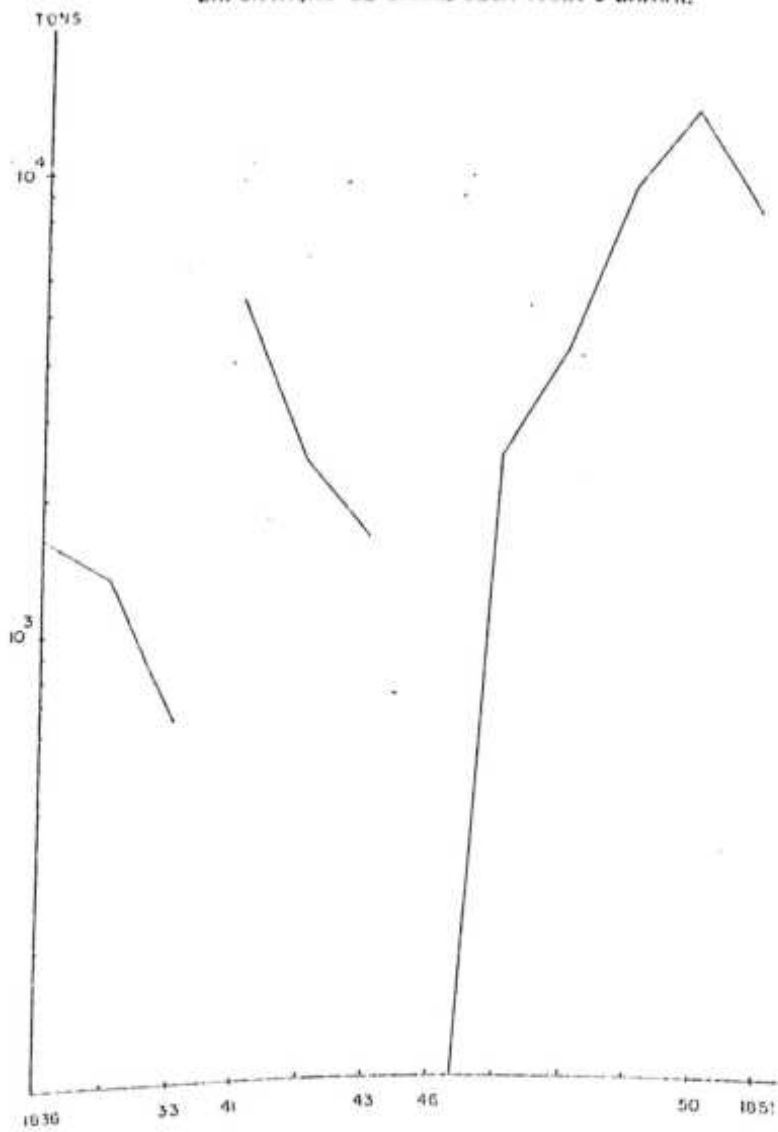
e é nesse sentido que serão por nós utilizados. Nas páginas seguintes, apresentaremos três gráficos elaborados por este economista, que merecem ser observados (Gráficos VII, VIII e IX).

O primeiro deles, referente à exportação de carne seca para o Brasil, no período de 1836 a 1851, vem, mais uma vez, respaldar a opinião de Pérez Brignoli, uma vez que podemos verificar a tendência de declínio das exportações argentinas no mesmo período apontado pelo historiador argentino. A recuperação posterior a 1846 vincula-se à produção dos "saladeros" de Entre Rios, cujo relevante papel na comercialização de produtos originários do rebanho bovino é destacada por Muniz Barreto<sup>51</sup>.

Por outro lado, o gráfico relativo às exportações argentinas de carne seca para o Brasil, na fase de 1867 a 1930 - cujos dados nos interessarão apenas até 1889 - ao indicar a manutenção de cifras elevadas de exportação do produto argentino até o final do século XIX, sem dúvida alguma, vem apoiar as idéias de F.H. Cardoso, no tocante ao fato de que a desarticulação da empresa escravista gaúcha está diretamente vinculada à concorrência que passou a enfrentar, sobretudo na segunda metade do século XIX, de parte da empresa capitalista platina - os "saladeros".

A última das três representações gráficas apresentada permite perceber a gradativa ascensão dos produtos frigorificados que, a partir da década de 80 do século passado, irão apresentar um crescimento constante, que culminará

GRÁFICO VII  
EXPORTAÇÃO DE CARNE SECA PARA O BRASIL.



FONTE: MINIZ BARRETO, *op. cit.*, pp. 230.

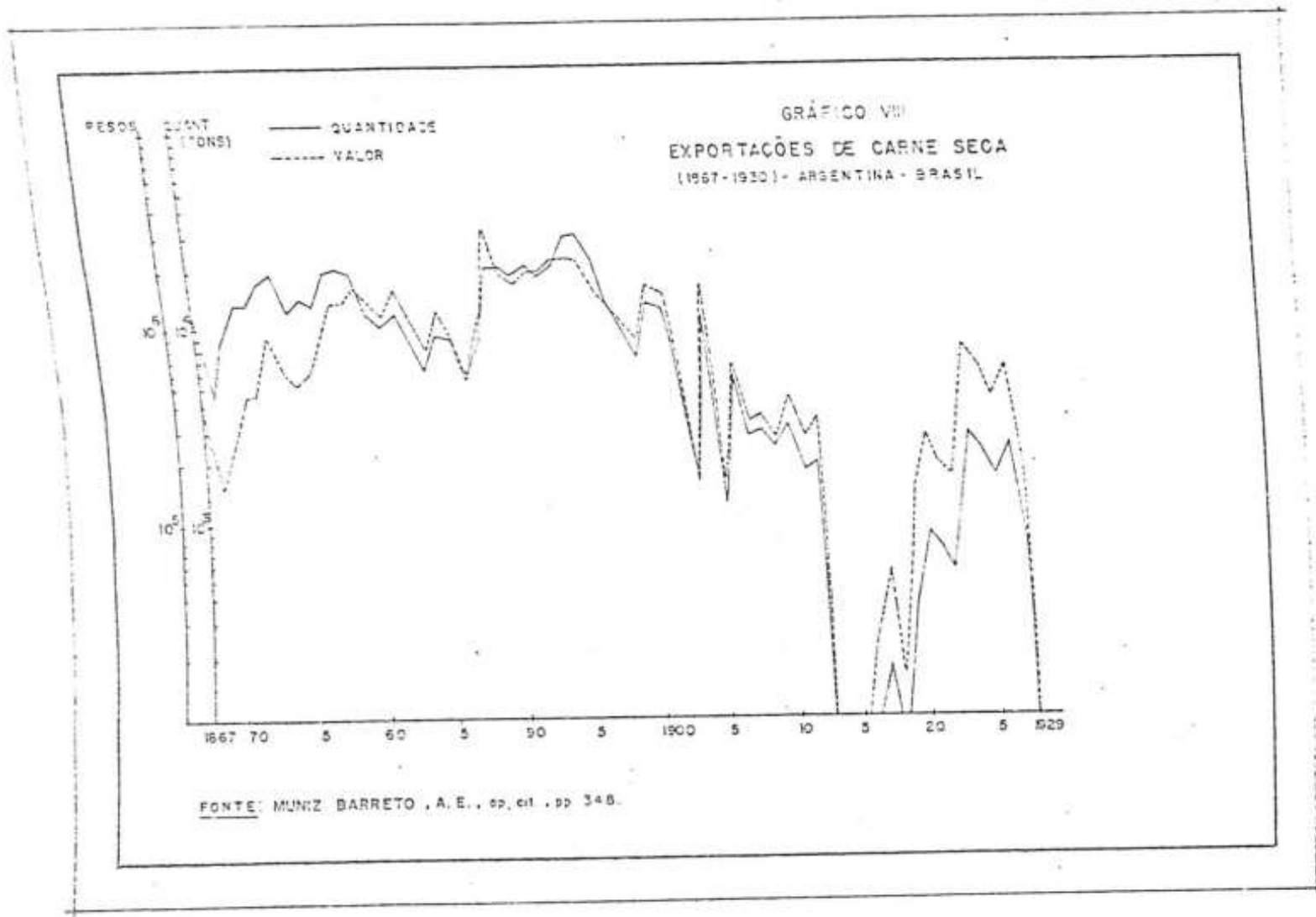
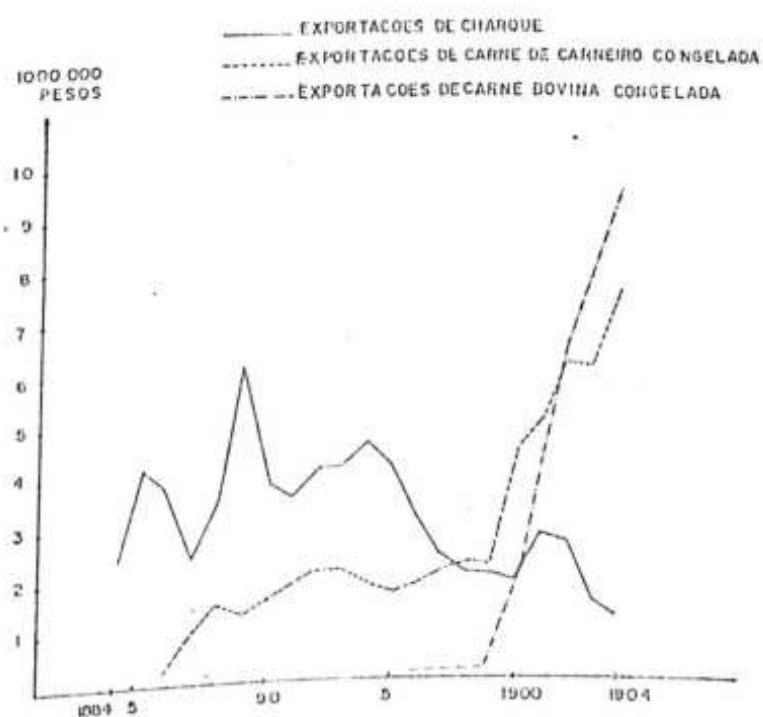


GRÁFICO IX  
 EXPORTACIONES ARGENTINAS DE CHARQUE,  
 CARNE DE CARNEIRO CONGELADA E CARNE BOVINA CONGELADA  
 (1884/1904 - em valor)



FONTE: LATTINA, FRANCISCO, ESTADISTICA RETROSPECTIVA DE COMERCIO EXTERIOR ARGENTINO 1875-1904, COMPANIA SUD AMERICANA DE BILLETES DE BANCO, BUENOS AIRES, 1905.  
 MARIU7 BARNETO, A.E., op. cit., pp. 349

com sua liderança nas exportações do início deste século, deslocando o produto dos "saladeros" da posição hegemônica que apresentara anteriormente.

\*\*\*

Papel importante parecem ter tido, no setor da comercialização do produto gaúcho, as casas comerciais encarregadas da colocação do produto sulino nos mercados do centro, nordeste e norte do país. A documentação existente a respeito é muito reduzida. Mesmo assim, podemos entrever algumas características da participação das mesmas no relacionamento dos produtores gaúchos com os mercados de consumo.

Deste modo, percebe-se que os estabelecimentos comerciais envolvidos na comercialização do charque gaúcho eram de dois tipos: 1º) os comerciantes estabelecidos na província, com casas de exportação e importação, que negociavam o produto gaúcho por consignação; 2º) os comerciantes estabelecidos nos centros maiores das regiões consumidoras, que atuavam através de casas comissionárias e que, também, podiam agir por consignação.

No primeiro caso, encontramos as casas comerciais de Ernesto Torres, Leite, Irmãos & Cia. e Conceição & Cia. (do Barão Alves da Conceição), todas estabelecidas em Pelotas para negócios de importação e exportação e que, inseridas no contexto da economia sulina no final do século passado, acabaram por enfrentar dificuldades econômicas<sup>52</sup>.

Com relação aos comerciantes estabelecidos nas zonas de consumo, podemos perceber a sua importância sobre tudo nas cidades do Rio de Janeiro e Recife. No mercado do Rio de Janeiro é possível apontar a presença de alguns negociantes, entre os quais as casas de Alexandre Wagner, José de Souza Belens e Miranda, Azevedo & Cia., que vendiam o produto gaúcho como o platino, quer no mercado brasileiro ou então, reexportando esses produtos para Cuba<sup>53</sup>. Em Pernambuco, é perceptível a atuação das empresas Amorim, Irmãos & Cia., M.S. Maia & Cia. e M.M. da Nova & Cia.<sup>54</sup>.

Apesar de que os pontos de apoio documental sejam insuficientes para permitir uma visão mais ampla dos elementos que integravam esses estabelecimentos comerciais, parece claro que os produtos rio-grandenses estavam colocados nessa situação de dependência para com os negociantes que se encarregavam da colocação do produto no mercado consumidor do centro e norte do país, dependência essa que se tornou mais evidente no momento em que a charqueada gaúcha passou a enfrentar os problemas decorrentes de sua própria desarticulação, enquanto empresa escravista, mais para o final do século passado<sup>55</sup>. Segundo tudo indica, a própria situação periférica, subsidiária e dependente da província sulina proporcionava que uma parte significativa do excedente econômico gerado pela produção gaúcha, ficasse retido nas casas comerciais encarregadas da venda do produto no centro e norte do país, sobretudo nas casas comissionárias localizadas nas grandes cidades des-

nas áreas. Isso se efetivava, tanto nos casos de vendas em comissão como nas efetuadas por consignação, através da forma de fixação do preço, nos mercados de consumo, o que era feito pelos comerciantes do centro que, assim, conseguiam reter, em suas mãos, boa parte do excedente gerado no processo produtivo. Esta situação pode ser percebida através da observação de alguns preços alcançados pelo produto, nas praças de Rio Grande e do Rio de Janeiro.

TABELA n. 3.5

PREÇO DO CHARQUE GAÚCHO EM RIO GRANDE E NO RIO DE JANEIRO - 1833 (EM RÉIS P/ARROBA)

DATA	RIO GRANDE	RIO DE JANEIRO
		2.200 a 2.500
11 de janeiro		1.600 a 1.700
26 de janeiro		1.500 a 1.560
28 de janeiro		
29 de janeiro	1.100 a 1.200	1.500 a 1.600
3 de fevereiro		
4 de fevereiro	1.000 a 1.120	
12 de fevereiro	1.080 a 1.200	
26 de fevereiro	1.100 a 1.200	
5 de março	1.120	
12 de março	1.080 a 1.120	
2 de abril	1.080 a 1.120	
9 de abril	1.080 a 1.120	1.600 a 1.700
13 de abril		
16 de abril	1.080 a 1.120	

Fonte: "O Propagador da Indústria Rio-Grandense", 1833, n.ºs. 1, 2, 4, 5, 8, 10, 12, 14, 16, 18, 20, 22 e 26.

Como é possível observar, as diferenças evidenciadas no preço do charque, nos dois locais, são significa-



tivas. Mesmo que consideremos que o custo do frete e dos direitos elevava o preço estabelecido para Rio Grande, não é provável que chegasse a tanto. Ao verificarmos os preços das duas praças, em 11 e 29 de janeiro de 1833, constatamos que ele é o dobro no RJ, em relação a Rio Grande, o que nos parece indicar que os comerciantes do centro do país, realmente, conseguiam, através da fixação dos preços nas áreas consumidoras, reter, em suas mãos, uma boa parte do excedente gerado durante o processo produtivo gaúcho.

Na segunda metade do século XIX, são evidentes os problemas enfrentados pelos charqueadores do sul do Brasil para a colocação de seu produto no mercado. A retração do mercado de consumo, provocada pela suspensão do tráfico de escravos, aliada à confrontação que enfrentava diante da empresa platina, estruturada em moldes capitalistas, fez com que as dificuldades crescessem neste setor econômico do Rio Grande do Sul.

Uma das alternativas que, se pode perceber, foi buscada, no sentido de solucionar os problemas de comercialização do charque, está expressa nas tentativas que foram feitas para atingir novos mercados, sobretudo o mercado europeu. Desde meados do século, é possível encontrar embarques de pequenas quantidades de charque para a Europa e mesmo para os Estados Unidos, conforme está indicado na tabla n. 3.6, a seguir.

TABELA n. 3.6

EXPORTAÇÃO DE CHARQUE PARA EUROPA E ESTADOS UNIDOS  
1848-1854 (ARROBAS)

ANO	ESPAHIA	PORTUGAL	GRÃ-BRETA NIA	ESTADOS UNIDOS
1848	80.153	-	-	-
1849	25.116	-	12	-
1850	-	-	-	2.175
1853	-	11 <sup>28/32</sup>	-	-
1854	5.916	02	-	-

Fonte: Para os anos de 1848 a 1850 - Relatório do Presidente João Lins Vieira Cansação de Sinimbú, em 6 de outubro de 1853 (AN-SPE/Rolo nº 002.1-80); para 1853 - idem, em 2 de outubro de 1854 (ibidem); para 1854 - Relatório do Presidente Luis Alves Leite de Oliveira Bello, em 26 de setembro de 1885 (ibidem).

Como se pode observar, as quantidades exportadas, no período especificado, para o mercado europeu e norte-americano, são pouco expressivas, porém a idéia continuou a ser defendida e estimulada nas décadas subsequentes. Estancieiros e charqueadores, segmentos da classe dominante gaúcha, utilizavam o aparelho estatal da província e, nas sessões da Assembléia Legislativa Provincial, seus problemas eram discutidos.

Na década de 1860, a tentativa de penetração no mercado europeu foi motivo de largos debates entre os parlamentares rio-grandenses, que chegaram a estabelecer preliminares para os três primeiros carregadores que introduzissem, na Europa, as carnes em boas condições, estabelecen-

do, também, outra lei que garantia um juro de 7% a duas companhias que se estabelecessem com o mesmo fim e tornassem, lá, aceitas as carnes salgadas. Na opinião de Miguel Meirelles, diversas tentativas já haviam sido feitas, todavia, o produto havia chegado em mau estado. A noção de que a qualidade limitada do produto sulino diminuía sua competitividade no mercado pode ser percebida claramente nas palavras do Sr. Barcellos:

*"... enquanto a nossa infeliz província não sair do sistema que tem usado até agora, não há de tirar vantagem. Não é o charque que há de fazer a fortuna da província. Há de ser a carne preparada por outro sistema de melhor conservação; o charque exposto ao ar ... é muito sujeito à corrupção..."*<sup>56</sup>

Na manifestação do mesmo Sr. Meirelles, pode-se também perceber isso, bem como o problema da competição com as regiões platinas:

*"Na última exposição, em Londres, apareceram carnes enviadas pelas Repúblicas do Prata, que obtiveram geral a plauso. E nós pretendemos concorrência com o nosso charque magro?"*<sup>57</sup>

O grau de formação ainda bastante incompleto do capitalismo na província pode ser captado em algumas observações que, mesmo sem a consciência nítida desse fato, vinculavam o fenômeno à crise perigosa em que estava envolvida a economia regional:

*"Considerando que é um meio reprovado, em boa economia, a tutela do Estado, e da administração em tudo o que dá respeito à indústria, por trazer*

*os graves males de sufocar a indústria e a atividade individual, e de matar a concorrência daqueles que, por si sós, seriam capazes de progredir e de prosperar, ou por meio de associação particular ... é esta a ocasião própria de tomarmos a iniciativa, quando vemos que, tendo só deixado ao comércio esta iniciativa, ele tem-se encontrado com embaraços para poder efetuar-la, embaraços, aliás, muito fáceis de explicar-se porque, em primeiro lugar, o espírito de associação entre nós não está desenvolvido, algumas empresas tentadas têm sido mal acoitadas, e, em segundo lugar, a crise tem dificultado os capitais, e a confiança está fortemente abalada por ela...*"<sup>58</sup>

Na década de 1880, quando a desarticulação da empresa escravista gaúcha já se apresentava como um fato evidente, uma situação curiosa se configura no cenário econômico gaúcho: um século depois de termos observado o início do desenvolvimento das charqueadas no Rio Grande do Sul, as quais iriam concorrer para o abandono das atividades tritícolas, uma das soluções que se propõem para sanar a crise enfrentada pela economia rio-grandense é, por ironia, a apontada pelo Sr. Vila Nova:

*"... as más condições em que arrasta mísera existência a indústria bovina, deve fazê-la voltar à principal fonte de abastança: a lavoura do trigo."*<sup>59</sup>

Realmente, o que se propunha não era o abandono total das atividades pastoris, mas, antes, uma diversificação da produção que deveria contar, sobretudo, com investimentos de capital em infra-estrutura, que possibilitassem um melhor comportamento do setor primário da região.

### 3.3 - A questão fiscal

Como se pôde observar pelos aspectos abordados até aqui, diversos foram os problemas enfrentados pela economia charqueadora rio-grandense, no século passado. Todavia, merecem ser observadas, além deles, as questões relativas ao sistema de tributação que envolvia a comercialização do produto gaúcho.

Nos diversos tipos de fontes consultadas, quer sejam elas oficiais ou particulares, as taxações impostas pelo governo central a este setor da economia provincial, foram objeto de inúmeras polêmicas, desde o início do século XIX.

Bastante divulgado já foi o posicionamento de Gonçalves Chaves, com relação ao ônus trazido à economia sulina pelo esquema tributário determinado pela administração nacional. Dono de uma charqueada modelar, homem de destacada ilustração, foi ele o principal porta-voz dos produtores de charque na política da província e membro do Conselho Consultivo do governador. E, através de algumas de suas colocações, podemos perceber a forma como essa política era encarada pela classe produtora:

*"O decreto de 16 de abril de 1821 ordenou a percepção do dízimo na exportação e cometeu a regulação dessa percepção às Juntas da Fazenda ... Quando as coisas vão mal, vão até o fim. Fez-se uma tabela tão alta que se tira mais do duplo do que antes rendia o contrato: cada arroba de carne 60 réis; sebo, graxa e crua de mate, por arro-*



*ba 80 réis; couros e trigo, por al-  
quiere o mesmo."*<sup>60</sup>

Por outro lado, a própria forma como os impostos eram cobrados, era objeto da crítica de Chaves, que defendia a substituição do pagamento em espécie pela cobrança monetária, pregando a sua redução. Também é nítida a preocupação que exprimia com relação à competitividade dos produtos sulinos:

*"Não se pode duvidar que estamos oneradíssimos com nossos impostos e que a nossa Assemblêia deve tratar quando antes de os reduzir... Todos os nossos negociantes sabem que em Montevideo e mais portos da União paga cada couro 252 réis e cada quintal de sebo de cem libras 340 réis e couros de cada dolo a 69,5 réis por couro; tudo mais é absolutamente livre. Quem comparar nossos direitos com os daqueles portos verá facilmente que, a não se modificarem nossos direitos de exportação, de nada nos poderão valer nossas comodidades do interior: elas terão de ceder à má qualidade de nossa Barra e ao favor que ali se goza nos direitos; o comércio do Rio Grande decaparecerá e com ele a sua prosperidade e irá plantar-se no Rio da Prata."*<sup>61</sup>

A maneira como o governo central sangrava o Rio Grande do Sul, através de sua política fiscal foi bem enfocada por Spencer Leitman<sup>62</sup>, que mostrou o papel desempenhado por esse aspecto na preparação da Revolução Farroupilha. A irritação causada nos rio-grandenses pela transferência de quantias significativas da província para o pagamento de empréstimos feitos à Inglaterra ou para cobrir o déficit de outras províncias, sem dúvida, pesou na balança das decisões regionais. Com efeito, mesmo com todos os

transtornos criados pelos impostos e taxas estabelecidos pelo governo da União, o Rio Grande do Sul estava ainda, de certo modo, bem mais próspero do que outras áreas do Brasil e a perspectiva de que, se estivesse só, as coisas poderiam ser ainda melhores, deve ter sido largamente amadurecida na mente dos líderes revolucionários.

No setor administrativo provincial, também podemos encontrar manifestações contrárias ao sistema tributário a que se submetia o Rio Grande do Sul. Para o Rio de Janeiro, desde a administração local, partiam as seguintes ponderações, em 1829:

*"Nossos vizinhos do Prata trarão ao Brasil os produtos de seus gados, e dos que nos levaram; entrarão livremente sem pagar impostos, e nós não poderemos levar os nossos a portos estrangeiros, pois que seis tostões por arroba de carne são direitos quase proibitivos... além de outros males que hoje nos afligem, pesa sobre nós esse impolítico imposto de 600 réis por arroba de carne em navios estrangeiros, a 200 réis em navios nacionais, que carregam para portos estrangeiros. Porque razão não admitimos francamente, em todos os portos do Brasil as carnes do Rio da Prata, Madagascar, Rio Negro, e de toda a parte do mundo, e lançamos pesadíssimos direitos às nossas que dos portos do Brasil se destinam aos portos estrangeiros? Este negócio não admite delonga, e o Conselho Geral da Província do Rio Grande do Sul e seus constituintes esperam pronto remédio: a abolição dos ditos direitos nesta Província."*<sup>63</sup>

Um ponto, porém, que deve ser considerado na análise em questão, é que nem sempre o posicionamento adotado pelos charqueadores gaúchos foi homogêneo. Certamente a

política fiscal do Rio de Janeiro não era bem recebida por todos eles; entretanto, muitos deles que dependiam comercialmente do Rio de Janeiro, o centro brasileiro mais significativo no consumo de charque e couro, no momento da revolução mantiveram-se leais à União, enquanto que os descontentes aliaram-se aos estancieiros e demais envolvidos no movimento. Este fato ajuda a explicar, também, certas cifras elevadas que se verificaram em alguns anos em que o Rio Grande do Sul se viu envolvido no conflito farrapo.

Para um mais amplo esclarecimento da questão fiscal, relativa ao charque gaúcho, é importante que se acompanhe o desenvolvimento das determinações estabelecidas pelo governo central. Desde o final do século XVIII, encontram-se deliberações reais a respeito de exportações de charque, como o decreto de 25 de novembro de 1783, segundo o qual o rei de Portugal concedia a comutação de 3% de direitos de entrada, em favor da navegação portuguesa, para as carnes salgadas destinadas ao uso da Marinha (entre outros produtos)<sup>64</sup>.

Sabemos que, nas economias pré-capitalistas o controle das atividades produtivas era feito, praticamente, apenas com finalidades fiscais. No século XIX, as determinações tributárias foram diversas e, como é possível perceber, tentaram ampliar os volumes arrecadados e a eficiência dos órgãos arrecadadores.

Pelo Alvará de 25 de abril de 1818, o governo português determinou que a carne seca que fosse enviada,



de qualquer porto do Brasil, para portos estrangeiros, para exportação, reexportação ou baldeação, pagasse os direitos de 600 réis por arroba exportada em navios estrangeiros e, sendo exportada em navios de construção e equipagem portuguesa, 200 réis<sup>65</sup>. É claro que a medida visava favorecer a navegação portuguesa, porém, como já evidenciamos anteriormente, provocou acentuados protestos por parte de produtores e comerciantes.

Na década de 1820, foi prescrita a cobrança dos dízimos na exportação<sup>66</sup> e, mesmo com a proclamação da Independência, foi mantida, na província, o mesmo sistema de imposição fiscal herdado da colônia, com algumas variações quanto à forma de arrecadação, só ocorrendo alterações de valores após a Revolução Farroupilha.

No Rio de Janeiro, não apenas o Rio Grande do Sul mas também as demais províncias reclamavam autonomia política, legislativa e financeira; todavia, as decisões ministeriais oportunizavam a elas, realmente, pouco poder. Na década de 30, algumas leis importantes foram estabelecidas, que viriam afetar diretamente a província sulina. Em 1832, o governo central estabeleceu a separação entre os impostos nacionais e provinciais<sup>67</sup>, e, em 1834, junto com a criação das Assembléias Provinciais, através do Ato Adicional de 1834, em substituição aos Conselhos Gerais Constituídos, determinou que essas Assembléias apenas poderiam decretar novas leis fiscais se não fossem taxas relativas à arrecadação nacional já estabelecida, estendendo, ainda,

autorização para supervisionar os gastos municipais, impostos e nomeações<sup>68</sup>. Esta nova estruturação, apesar de reduzir os poderes municipais, não oportunizou uma ampliação da autonomia financeira da província. Por outro lado, a nova organização processual provocou o aumento da arrecadação central, porém, não se verificaram distribuições de verbas para construção de uma infra-estrutura adequada na província<sup>69</sup>. Em 1835 e 1836, o governo definiu as parcelas específicas da União e das províncias, com relação às verbas arrecadadas. No caso que nos interessa, do dízimo cobrado nas exportações, 7% era encaminhado à União, enquanto os restantes 3% ficavam na província<sup>70</sup>.

Apesar de não ser nosso interesse analisar o conflito farroupilha, parece importante observar que, a política tributária determinada pelo governo central, que onerava a economia da província, carreando para a União somas avultadas obtidas com os impostos sobre o charque, couro e gado, entre outros, se constituiu num dos fermentos que, secundando os princípios ideológicos que nortearam os revolucionários, preparou o movimento de 1835.

Após o estabelecimento da paz, no Rio Grande do Sul, o dízimo permaneceu sendo cobrado ainda no exercício de 1845/1846; nos dois subsequentes, a cota foi de 5% e, após, foi fixada em 3% a taxa cobrada na exportação, por arroba de charque<sup>71</sup>, que vai se manter até a época republicana. Deve-se considerar que esta taxa de 3% era cobrada sobre o charque exportado para outras regiões do Impé-

rio, já que, na exportação para portos estrangeiros, foi mantida a tarifa de 7%<sup>72</sup>.

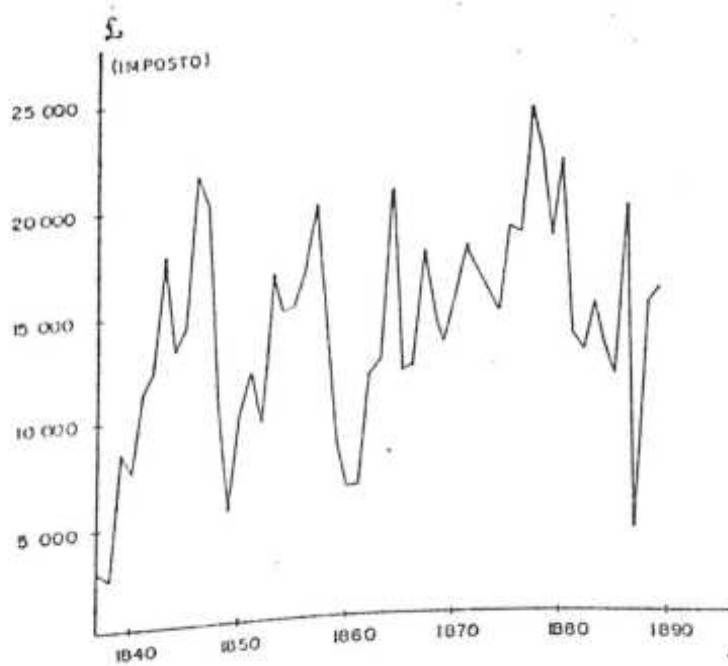
Os valores obtidos através da taxaço das exportações de charque apresentaram oscilações significativas, conforme se pode observar no gráfico X, da página seguinte, oscilações estas que estão diretamente relacionadas com as flutuações que se verificaram nos próprios valores totais exportados.

Lo que tudo indica, o tipo de política tributária adotada, pelo governo central, para a economia charqueadora, trouxe reflexos negativos no que se refere ao desenvolvimento da mesma. Saint-Hilaire, em sua viagem ao Rio Grande do Sul, nos deixou uma indicação disto:

*"Em 1818, a quantidade de carne seca exportada para Cuba e Estados Unidos subiu a 100 arrobas. Taxaram em 600 réis o imposto de cada arroba, o que até essa ocasião era de 200 réis apenas. Em 1819, a exportação desceu a 40 mil arrobas e espera-se seja ainda menor este ano."*<sup>73</sup>

Outro motivo de constantes reclamações, de parte de produtores e comerciantes, nas duas primeiras décadas do século, vincula-se à dupla taxaço que incidia sobre os produtos derivados da pecuária, já que o dízimo era cobrado sobre todo o gado existente nas estâncias e, após este ser abatido nas charqueadas, sobre seus subprodutos incidia, também, taxações específicas. No entanto, com a lei que estabeleceu a cobrança do dízimo sobre o charque, em 16 de abril de 1821, foi eliminada a dupla taxaço, com a

GRÁFICO X  
RENDIMENTO DO IMPOSTO  
SOBRE A EXPORTAÇÃO DE CHARQUE  
1837 / 1889 - (em libras esterlinas).



FONTE: AS INDICADAS NO GRÁFICO IV

abolição do dizimo do gado.

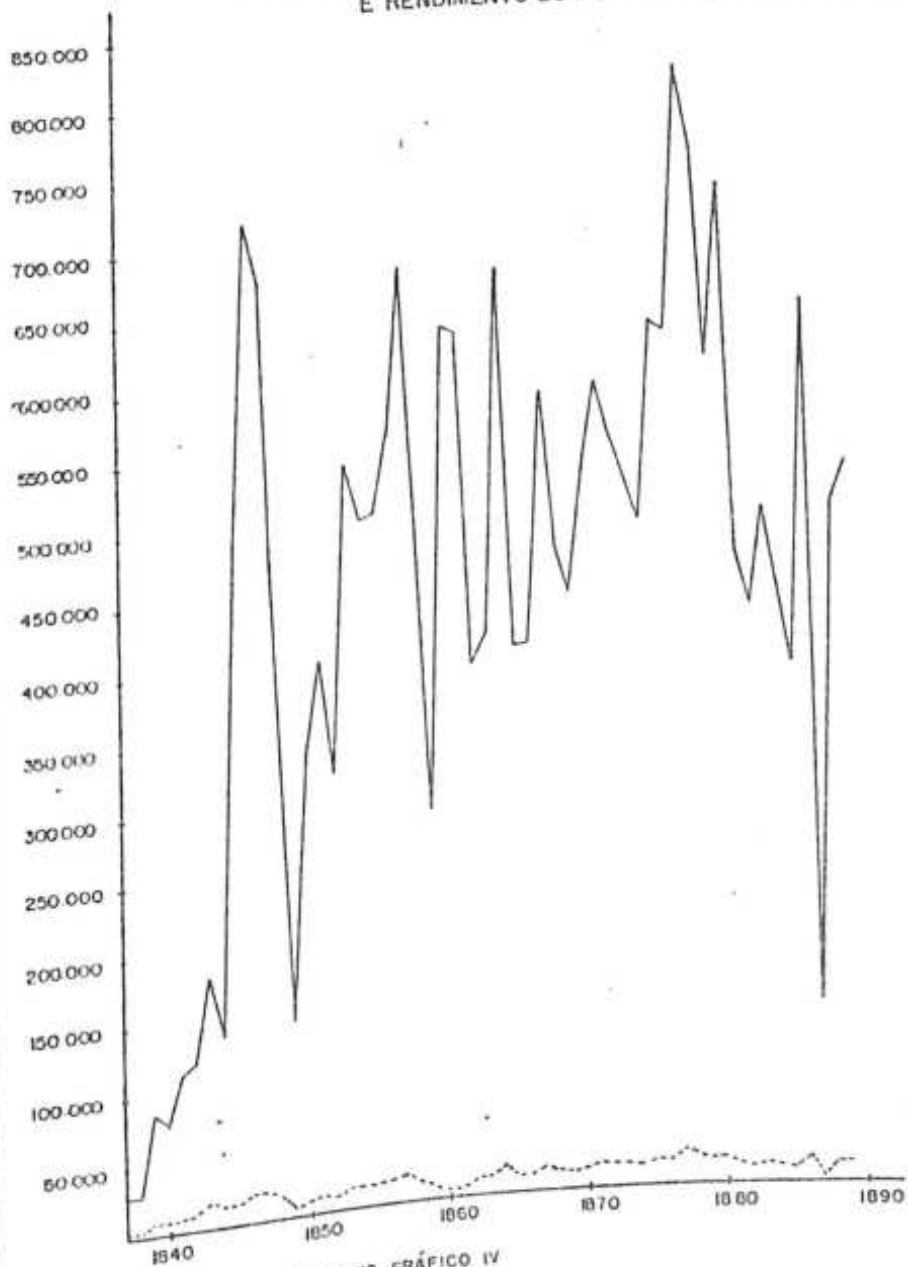
Como se pode observar pela documentação coetânea, ao longo de todo o século XIX, as reclamações sobre o sistema tributário imposto à província estiveram presentes, quer através de manifestações que defendiam o liberalismo econômico, ou, então, através da defesa de medidas que visavam a atender tanto ao aspecto da produção como o da comercialização do produto<sup>74</sup>. Apesar de contraditória, a política defendida pelos produtores e exportadores de charque que baseava-se numa redução dos impostos cobrados sobre as mercadorias importadas pela província - como sal, farinha-de-guerra, arroz, açúcar, fumo, aguardente de cana, vinho, escravos, etc., e numa ampliação da taxaço imposta ao charque platino importado pelo país, já que o imposto estabelecido, durante a revolução farroupilha, em 1842, de 25%, sobre o charque vindo do Prata, não era considerado suficiente para proteger o produto sulino.

Uma visão mais clara da significação do imposto cobrado sobre as exportações de charque pode ser obtida através do gráfico XI, exposto a seguir.

Como é possível observar, a dimensão do imposto cobrado sobre a exportação do produto não é tão significativa quanto expressavam os produtores e negociantes. Sem dúvida, se constituía num ônus à economia charqueadora, sobretudo se considerarmos o aspecto da concorrência desenvolvida pelos produtores platinos. O que nos parece importante evidenciar, todavia, é que a expressividade do refe-

GRÁFICO XI

CHARQUE: VALORES TOTAIS EXPORTADOS  
E RENDIMENTO DO IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO



FONTE: AS INDICADAS NO GRÁFICO IV

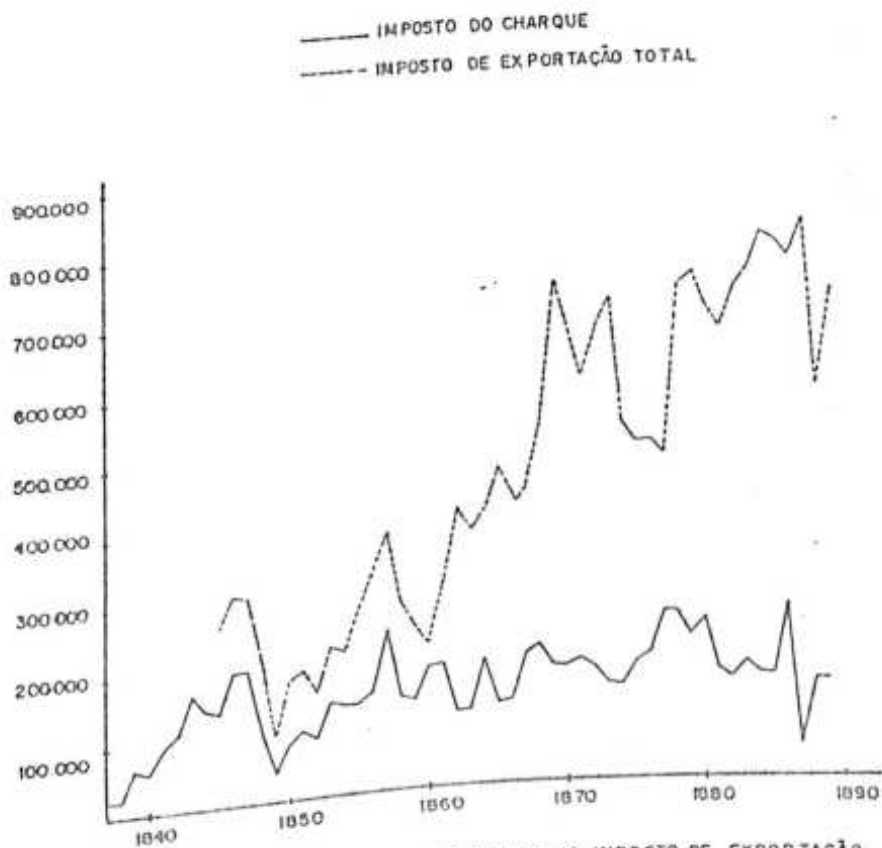


rido imposto, não tão larga quanto o proclamado, está a indicar que o setor estava envolvido com outros problemas, não tão claramente reconhecidos e cujos efeitos, em última análise, eram atribuídos à questão fiscal. É certo, também, que havia todo um interesse, por parte dos setores consumidores, em manter o preço do produto reduzido no mercado e, para tanto, se valiam de sua posição hegemônica, no cenário nacional. Integrantes de uma região periférica e dependente, os gaúchos tinham o seu poder de barganha diminuído pois, realmente, a eliminação do dito imposto significaria uma melhora no comportamento do setor e ampliaria a parcela de excedente que ficaria retido em suas mãos. No jogo do poder, este excedente era drenado para as regiões centrais e é contra isso que, parece-nos, os sulistas se opunham, mesmo que não tivessem consciência definida do que ocorria.

Por outro lado, pode-se ampliar o esclarecimento dos aspectos relativos à questão fiscal com a observação do gráfico XII, exposto na página seguinte, relativo ao total do imposto arrecadado nas exportações gaúchas, e sua comparação com o imposto obtido com a exportação de charque.

Na verificação do mesmo, percebe-se que, até a década de 1860, as oscilações dos dois setores estão intimamente relacionadas, o que nos leva a concluir que o imposto cobrado sobre as exportações de charque marcava presença significativa no total do imposto obtido no conjunto

GRÁFICO XII  
 RENDIMENTO DO IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO TOTAL  
 DA PROVÍNCIA E DO IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO DO CHARQUE  
 1837 / 1889 - (em réis)



FONTE: PARA OS DADOS REFERENTES AO IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO TOTAL DA PROVÍNCIA: REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO DO R. G. S., op. cit. pp. 367/368. PARA OS DADOS RELATIVOS AO IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO DO CHARQUE, AS INDICADAS NO GRÁFICO IV.



das exportações rio-grandenses. Contudo, a partir desta década, o comportamento dos dois segmentos mostra evoluções distintas. Enquanto o desenvolvimento da taxa alcançada no total dos produtos exportados se apresenta de forma ascensional, apesar das oscilações, o do imposto do charque não acompanha o mesmo crescimento, tendendo, ao contrário, no final da década de 1880, a uma situação de declínio. Este fato está a indicar que, na segunda metade do século passado, o desempenho do setor charqueador gaúcho apresentava problemas sensíveis e que, também, outros produtos passavam a ter presença significativa nas exportações gaúchas.

Na década de 1860, começa-se a implantar, no Rio Grande do Sul, a cobrança do imposto de indústrias e profissões. Em 1869, o Ministério da Fazenda aprovou a deliberação da Tesouraria de S. Pedro, que assemelhava as charqueadas às fábricas de refinação de açúcar, movidas a vapor ou a água, para exigir o referido imposto<sup>75</sup>. Segundo o § 49, do artigo 49, do Cap. I, do regulamento para a arrecadação do imposto em questão, estavam isentos, do mesmo, os criadores, quanto ao gado das fazendas e produtos destas. Entretanto, a partir da decisão do Ministério da Fazenda, as charqueadas passaram a pagar uma taxa de 100\$000, acrescida de 2\$000 por operário, até o máximo de 40\$000.

por outro lado, em 1875, por outra decisão do mesmo Ministério, a carne de vaca preservada da corrupção pelo processo de Liebig era equiparada à carne defumada, passando a pagar a taxa de 70 réis por quilo<sup>76</sup>.

Deve-se observar ainda que, enquanto o governo central, na época imperial, taxava os produtores gaúchos, no início do século XX o governo gaúcho implantaria uma legislação protecionista que beneficiaria a implantação de frigoríficos estrangeiros, liberando a atividade frigorífica do pagamento de imposto de indústria e profissões<sup>77</sup>.

Era de se esperar que esse tipo de legislação fiscal, considerado lesivo aos interesses rio-grandenses, aliada às dificuldades de policiamento da longa fronteira com as regiões platinas, acabasse por estimular o contrabando na região. Realmente, as notícias referentes ao comércio ilícito, no sul do Brasil, são numerosas<sup>78</sup>. Todavia, a dimensão real de seu volume é impossível de se verificar, já que o contrabando não deixava registros. Mesmo assim, pode-se avaliar sua extensão pelos depoimentos da época.

Desde o século XVIII, quando a produção de charque não era feita, ainda, com fins tão nitidamente comerciais, o governo metropolitano expressava sua preocupação quanto ao contrabando da carne seca, como se pode perceber desta portaria:

*"O Superintendente Geral dos Contrabandos e Descaminhos dos Direitos Reais ... 'determinou que se mandasse' dar livres direitos (como até aqui se praticava) às carnes secas, que vierem de presente, ou compradas por conta e risco dos moradores desta cidade, somente pelo seu juramento, sem apresentarem guia, quando não sejam, de que haja presunção, que as mandam vir para negócio, ou quando a quantidade das*

*mesmas carnes, atendendo a qualidade das pessoas, faça presumível a fraude...*"<sup>79</sup>

No início do século XIX, quando já tínhamos diversas charqueadas instaladas e produzindo comercialmente, o problema do contrabando era preocupação do Governador da Capitania, Paulo José de Souza Gama, que alterou sobre a aplicação dos alvarás reais que puniam o tráfico ilegal:

*"... qualquer comércio ilegítimo, e importação de fazendas e generos proibidos, sofrerá irremediavelmente as penas severas das mencionadas leis, e não cessarei de tomar as mais vigorosas medidas para estancar a torrente abusiva de fraudes e de negociações avidas e audazes que, tendendo a desalentar a indústria nacional, são absolutamente ruinosas ao interesse geral..."*<sup>80</sup>

A fronteira comum com os países platinos, bem como a situação política conturbada em que estava envolvido o Rio Grande do Sul, na época da Revolução Farroupilha, dava margem ao contrabando do charque uruguaio para o território brasileiro. Visando impedir a evasão de direitos que era, em última análise, a preocupação maior dos representantes do Império, na Província, determinações, avisos e alertas constantes fluíam do setor administrativo regional:

*"Constando-me que se têm estabelecido várias charqueadas no Estado Oriental, e que exportam para esta Província, pela lagoa Mirim, couros e carnes, sem pagar direito algum, e, ainda mais, que um tal Ramires não só pratica tão escandaloso abuso como, de mais a mais, tem uma embarcação sua,*

denominada 'Escuna do Ramires', com bandeira nacional, para poder transitar a dita lagoa, determino a V.Mçª que faça cessar tão ruinoso abuso, cobrando os direitos da lei, por serem gêneros importados de país estrangeiro ... Outrossim, lhe recomendo que, sendo notório que há tempos têm sido importados os mencionados gêneros, sem pagarem os competentes direitos, haja V.Mçª de promover a sua arrecadação."

81

Como não é possível medir o volume alcançado por esse tráfico ilícito de mercadorias, torna-se impraticável também, avaliar a extensão das conseqüências geradas, pelo contrabando, para a economia charqueadora gaúcha. A impressão que se tem é de que, em virtude da precária fiscalização exercida pelo governo provincial na fronteira, durante quase todo o século XIX, o comércio ilegal estava longe de ser eventual e que, portanto, pode ter-se refletido, negativamente, sobre a produção gaúcha. Em 1839, o Inspetor da Alfândega de Rio Grande, Miguel Vieira Braga, expressava suas preocupações a respeito:

"... no comércio que se faz entre esta província e o Estado Oriental, pela fronteira de Santa Teresa, tem havido grande extravio de direitos, segundo informações que tenho colhido de diversas pessoas cientes ao fato, as quais me afirmam que, pela referida fronteira, se tem importado e mesmo exportado grande quantidade de mercadorias sujeitas, por sua deslocação operada entre nós e país estrangeiro, à imposição que não têm sido satisfeitas, como aliás, determinam as nossas leis. Este tráfico, assim ilicitamente exercido, sobre ser lesivo à Fazenda Pública, acarreta, demais, dano incalculável aos interesses do comércio desta praça, e, encobertas, como sem dúvida o hão de ser, em preço, as suas mercadorias, pela

*concorrência daquelas que, por meio de contrabando, se importam sem ônus dos direitos."*<sup>82</sup>

É possível perceber, portanto, que o comércio ilegal se fazia nos dois sentidos, escoando mercadorias do Rio Grande do Sul ao Prata e vice-versa. A facilidade da navegação da Lagoa Mirim e do Jaguarão, bem como a proximidade dessa região ao porto de Montevideu, com suas vantagens tarifárias e infra-estruturais, deve ter sido um dos motivos básicos que influenciou a instalação de diversos charqueadores nas margens destes dois fluxos hidrográficos, tanto do lado brasileiro como do uruguaio. Assim, de acordo com as vantagens que a situação oferecia, situação esta determinada pelos problemas políticos que envolviam as duas regiões, pelos acordos estabelecidos entre as nações e pelos dispositivos fiscais montados na fronteira, o fluxo de produtos se intensificava numa ou noutra direção.

Através da documentação da época, temos indicações claras de que o contrabando entre o Rio Grande do Sul e as regiões platinas se dava, sobretudo, com o transporte de gado, de um para outro lado, na zona da campanha, enquanto que o comércio ilegal de mercadorias, sobretudo do charque, que é o que nos interessa, ocorria através da Lagoa Mirim e do rio Jaguarão. O governo brasileiro tentava obstaculizar, o mais que podia, as transações ilícitas, como se pode perceber das orientações do Marquês de Abrantes, em 1842:

*"... que logo que cheguem ao ancora-*



*douro embarcações carregadas de carne seca, serão lacradas e fechadas com cadeado, como mais conveniente for, as escotilhas e anteparas, que só se abrirão quando começar a descarga, a qual assistirá um guarda, que não sairá de bordo, sem que as deixe de novo lacradas ou fechadas com cadeado; que não se dêem descargas de carne seca além do tempo por que durar o expediente da alfândega; que sejam reveados diariamente os guardas que devem assistir a tais descargas, de modo que um mesmo guarda não sirva duas vezes em um mesmo barco; que uma vez por outra, e sempre que o entender conveniente, faça verificar em terra o peso da carne seca; que, do mesmo modo, se verificará o peso quando hajam veementes suspeitas de fraude, ou seja por denúncia, ou porque, vindo o barco abarrotado, não combine a sua lotação com o número de arrobas constantes do manifesto..."*

83

Com o objetivo de refrear o contrabando, o governo central definiu-se, em 1853, pelo estabelecimento de estações fiscais, no Rio Grande do Sul, e estabeleceu diversas providências tendentes à fiscalização das mesmas estações<sup>84</sup>.

Por este dispositivo, foram criadas: uma alfândega em Uruguaiana, uma mesa de rendas em São Borja, outra em Itaqui e outra, finalmente, em Jaguarão. A Alfândega de Uruguaiana ficou com a jurisdição fiscal de toda a margem brasileira do Uruguai e na fronteira do Quaraí, ficando-lhe subordinados, por isso, os administradores das mesas de renda de São Borja e Itaqui. A mesa de rendas de Jaguarão passou a exercer jurisdição fiscal em toda a fronteira e rio do mesmo nome, e na lagoa Mirim. Fora destes quatro portos brasileiros habitados, ficava proibido qualquer ti-

po de comércio direto, e as embarcações que contrariassem a presente disposição estariam sujeitas a penas diversas. Este decreto extinguiu, também, a alfândega de São Borja, que havia sido criada pelo decreto de 22 de junho de 1836, substituindo-a pela mesa de rendas.

A livre navegação da lagoa Mirim também foi sujeita a restrições, pelo regulamento de 26 de fevereiro de 1855<sup>85</sup>. Sugeria-se, ainda, o policiamento da mesma por algumas embarcações armadas, que vigiassem sobre a navegação clandestina para a República Oriental.

Apesar de todas estas medidas, o contrabando na fronteira gaúcha se mantinha, de forma a continuar sendo preocupação constante dos ministros da Fazenda do governo imperial<sup>86</sup>. Tanto a nível regional, como no plano do governo central, evidencia-se a idéia de que o problema só seria resolvido através de um acordo, entre o Brasil e os Estados Platinos, sobre os direitos de alfândega<sup>87</sup>.

Enfim, torna-se evidente que a questão do comércio ilegal de mercadorias, na fronteira do Rio Grande do Sul com os estados do prata, foi significativo e constante, no século passado, não tendo sido solucionada, apesar das inúmeras medidas adotadas no século XIX. Certamente, a pressão de interesses diversos abria espaço para que ocorressem "grandes descuidos" e, por estas brechas, os produtos circulavam.

### 3.4 - Os transportes

A situação da infra-estrutura de transportes existente no Rio Grande do Sul, para o escoamento da produção de charque, é um aspecto que merece atenção, em virtude dos problemas que apresentou, no século XIX, ao bom desempenho da economia charqueadora gaúcha. Sem dúvida alguma, a situação precária e a insuficiência dos meios de transporte prejudicavam a comercialização dos produtos suícos e, sobre isso, há depoimentos significativos. Em meados da segunda metade do século XVIII, Francisco João Roscio, engenheiro militar português, que percorreu amplamente a região, nos deixou notícias claras das dificuldades que envolviam este setor da economia rio-grandense<sup>88</sup>.

Se observarmos a situação viária do Rio Grande do Sul, no século passado, iremos observar apenas três opções de ligação externa para a região: o caminho do litoral, que, no século XIX, serviu antes ao tráfego de viajantes que de mercadorias; a estrada de Lajes para Sorocaba, através dos planaltos interiores, que era utilizado pelos tropeiros; finalmente, a via marítima, que se valia da passagem de Rio Grande para ligar o Rio Grande do Sul ao resto do Brasil e à Europa. Durante todo este século, esta terceira possibilidade se constituiu, praticamente, na única via econômica por onde se efetuaram as trocas regionais, já que, apenas alguns municípios marginais ao rio Uruguai, entre Uruguaiana e Quaraí, tinham possibilidade de operar diretamente com o Prata.





Através de mulas ou carretas de duas rodas puxadas por diversos pares de bois é que se realizavam os transportes terrestres, cuja morosidade e pequena capacidade de se constituíam em fatores limitantes do processo de circulação de mercadorias. Tanto num caso, como no outro, os caminhos utilizados eram temporários, já que não havia estrada alguma, sendo necessária a transposição dos rios a vau.

As trocas internas de maior porte eram efetuadas por água, sobretudo através das lagoas, do rio Jacuí e de seus afluentes. O predomínio da hidrografia na sistematização dos transportes gaúchos, acabou por privilegiar, primeiramente, os portos que tinham possibilidade de receber navios vindos de alto mar, como Rio Grande e, depois, Pelotas e, posteriormente, os pequenos portos fluviais que se localizaram ao longo da rede navegável, a maioria deles sem qualquer equipamento técnico. Esta situação, que marcou a estrutura de transportes rio-grandenses, desde o início do século XIX, se manteve, com poucas alterações, até o fim do período que estamos analisando.

Na época de Gonçalves Chaves, a situação viária era apontada de modo claro:

*"Há, nesta província, 76 passos reais, que quer dizer lugares aonde é lícito atravessar um rio pagando-se certa soma ao barqueiro, que quase sempre é algum preto escravo montado em alguma pequenina e rachada canoa, em que o passageiro vai amarelo como uma cera, enquanto não ganha a praia oposta. Não há uma só ponte (repetimos) em*

*toda a província! Não se tome por estória esta asserção, que é verdadeiríssima.*"<sup>89</sup>

Também, nessa época, o Visconde de São Leopoldo fazia observações esclarecedoras, em relação à estrutura viária do Rio Grande do Sul, nas primeiras décadas do século XIX, fase em que as charqueadas gaúchas já apresentavam amplo desenvolvimento:

*"A precisão de melhorar as estradas, a fim de facilitar a comunicação interior, urge, mais que tudo, nas duas, para Santa Catarina e para São Paulo: na primeira, agros e desertos caminhos são entrecortados pelos rios Tramandaí, Mampituba e Araranguá, e outros menos consideráveis; a passagem destes três rios tem sido arrendada em proveito da Real Fazenda, mas sem atenção aos cômodos do viajante... Quão úteis seriam, ali, pontes de madeira, fácil de adquirir pela vizinhança dos matos... ou grandes barcas chatas... nas quais, de pronto, se transpusessem os animais e as mesmas carretas carregadas..."*<sup>90</sup>

Referindo-se à estrada que era utilizada pelos tropeiros, que conduziam mulas e cavalos a São Paulo, registrou o Visconde:

*"É caminho íngreme e penoso, através de desertos, por baixo de bosques espessos, lutando, a cada passo, com a toleiros infinitos..."*<sup>91</sup>

Por seu lado, a economia charqueadora gaúcha, em três momentos específicos, sofria a influência do tipo de infra-estrutura de transportes existente na região: primeiramente, quando o gado era transportado do interior para

as zonas de produção; numa segunda etapa, quando a carne seca era enviada das unidades produtivas ao porto de Rio Grande e, finalmente, quando do escoamento do produto, do porto de Rio Grande, aos centros de consumo. Cada um deles trazia, ao setor, problemas distintos.

Com relação ao primeiro aspecto, a situação exposta mais acima, com relação aos caminhos terrestres do Rio Grande do Sul, permite antever os obstáculos que se antepunham à circulação do gado, das zonas de criação à zona de charqueio. A situação não foi típica, apenas, do início do século XIX. Na segunda metade do mesmo, a situação que envolvia o deslocamento das tropas era precária, causando diversos embaraços aos charqueadores, que chegavam a desviar capitais para a melhoria das condições das quais dependia o traslado da matéria-prima animal, de que necessitavam as charqueadas. Em 1854, a Câmara Municipal de Pelotas resolveu mandar construir dois bueiros, na estrada da Lomba ao Passo dos Negros, por onde chegava o gado à cidade, e que tinha se tornado intransitável, contando, para tanto, com "um poderoso auxílio dos charqueadores da margem do rio São Gonçalo, no valor de um conto e duzentos mil réis (1:200\$000), além do donativo de 2.135 braças quadradas superficiais de terreno, feito por um dos mesmos charqueadores para melhorar a estrada". O custo da obra, inicialmente, orçado em 3:000\$000, acabou alcançando 4:753\$840, em virtude dos materiais necessários à mesma<sup>92</sup>.

A pouca facilidade com que transitava o gado que era

encaminhado às charqueadas, levou a mesma Câmara a baixar duas determinações legais que envolviam o movimento do gado. Assim, pelo artigo 59, das Posturas Municipais, ficou estabelecido que, as estradas por onde o gado transitasse, teriam cento e cinquenta palmos de largura, enquanto, as demais, apenas cem palmos. Ficou decidida, ainda, pelo artigo 62, a proibição de realizar qualquer tipo de obra nas margens dos rios São Gonçalo e Pelotas, que era onde se localizava o maior número de charqueadas, de modo que viesse a prejudicar o trânsito em terra e navegação, estabelecendo penas aos infratores<sup>93</sup>.

Em meados da segunda metade do século XIX, algumas pontes já existiam na província, passando a cobrar-se, junto a elas, os pedágios, que eram cobrados sobre os veículos, animais e, mesmo, sobre as pessoas. Uma observação sobre as tarifas cobradas, em 1872, na ponte do Arroio Grande, em Pelotas, nos oferece uma idéia do que isso significava (vide tabela nº 3.7).

Como é possível observar, uma tropa numerosa, como costumavam ser as encaminhadas às charqueadas, desde a região pampeana, poderia ter um gasto a mais, nos pedágios, mas que não podemos classificar de significativo. Entretanto, numa economia pouco capitalizada como a sulina, o fato ganha proporções um pouco maiores.

Por outro lado, o escoamento da produção, desde as unidades produtivas ao porto de Rio Grande, apresentava outro tipo de problemas. Se considerarmos a situação das

TABELA n. 3.7

TARIFAS COBRADAS NA PONTE DE ARROIO GRANDE, EM PELOTAS,  
EM 1872 (EM RÉIS)

	TAXA
- por carreta ou qualquer outro veículo com carga, passageiro, inclusive os animais que a tirarem	1\$000
- por carreta ou qualquer outro veículo com animais que a tirarem	\$500
- por cargueiro	\$120
- por animal vacum	\$040
- por animal cavalari, muar e asinino	\$020
- por animal ovelhum, cabrum, suino	\$005
- por pessoa a pé	\$010
- os bois guias e os condutores de tropa de gados estavam isentos de pedágio	

Fonte: Câmara de Pelotas - Ata de 24 de maio de 1872.  
(AHRS - lata 117).

charqueadas situadas às margens do rio Jacuí, veremos que ela é um pouco diferente daquelas localizadas em Pelotas, já que os barcos que conduziam os produtos chegavam ao estuário do Guaíba e, daí, navegavam, pela Lagoa dos Pastos, até Rio Grande. Todavia, a navegação da lagoa apresentava diversas dificuldades, sobretudo aquelas representadas pelo canal de Cangussú, situado no final dela, já nas proximidades do Rio Grande. A pouca profundidade deste canal, bem como seu traçado serpentiniforme, se constituíam em obstáculos perigosos aos barcos veleiros. Segundo Antonio Carlos Machado, se as charqueadas do rio Jacuí não lutas-



sem com a dificuldade de exportação de seus produtos, teriam se restabelecido após a Revolução Farroupilha<sup>94</sup>.

Para os charqueadores de Pelotas, os problemas para o escoamento de sua produção também existiam, apesar de sua proximidade do porto de Rio Grande, pois a barra do rio São Gonçalo criava obstáculos, devido à sua pouca profundidade, o que levou Gonçalves Chaves a realizar uma série de esforços no sentido de seu melhoramento, através de escavações e dragagens. Além disso, também o arroio Pelotas apresentava baixios que dificultavam a navegação, próximo à sua foz, no rio São Gonçalo e, até o final da década de 1880, o melhoramento de suas condições de navegabilidade não havia sido realizado<sup>95</sup>.

Por outro lado, os charqueadores da região de Pelotas, devido à necessidade de encaminhar sua produção ao porto de Rio Grande, eram onerados pelos fretes que pagavam aos iates que realizavam o percurso, ou, então, investiam capitais na aquisição de suas próprias embarcações, solução esta preferida por aqueles que dispunham de recursos para realizar tais investimentos. Os trinta e um inventários de charqueadores, que conseguimos reunir, nos indicam que 48,39% deles preferia aparelhar melhor a sua empresa, dotando-as de unidades que permitissem um melhor trânsito de seus produtos, conforme indicamos na tabela nº 3.8, a seguir.

TABELA n. 3.8

QUANTIDADE E VALOR DE AVALIAÇÃO DAS EMBARCAÇÕES DE CHAR-  
QUEADORES DE PELOTAS (UNIDADES E RÉIS)

CHARQUEADOR	Nº DE BARCOS	VALOR DE AVALIAÇÃO
Barão de Butuhy	05	47:700\$000
Baronesa de Butuhy	02	20:000\$000
Anibal Antunes Maciel	02	13:000\$000
Manoel Baptista Maciel	02	11:000\$000
João Guerino Vinhas	02	7:500\$000
Matilde da Silva Vinhas	02	7:000\$000
João Simões Lopes	02	6:000\$000
Antonio José Gonçalves Chaves	01	5:000\$000
Maria Luiza Chaves	01	4.000\$000
João Simões Lopes Neto	01	3.500\$000
José Anibal Antunes Maciel	02	3:250\$000
Antonio José da Silva Maia	01	3:000\$000
João Vinhas	01	2:500\$000
João Maria Chaves	01	1:500\$000
Domingos Soares Barbosa	01	500\$000

Fonte: Inventários dos respectivos charqueadores (AP).

No caso de José Anibal Antunes Maciel, o número de dois barcos não é integral, considerando que possuía, em cada um, apenas 1/4 do valor. O fato está a indicar que de ve ter havido associação de charqueadores entre si, ou com negociantes, para a aquisição de embarcações.

Nesta relação, chama a atenção o investimento



portos rio-grandenses, o mais provável, entretanto, é que, na primeira metade do século XIX, o veleiro e as embarcações de remos predominaram.

Na segunda metade do século, algumas tentativas de incorporações de empresas de transportes a vapor são realizadas. Em 1856, é formada a Cia. União, na cidade de Pelotas, com a finalidade de adquirir vapores para a navegação interior do Rio Grande do Sul, vinculada aos nomes de Domingos Antonio Felix da Costa, Joaquim Guilherme da Costa e Joaquim Rasgado, negociantes de Pelotas, sendo, o último, também charqueador<sup>98</sup>. O capital da companhia era de 150 contos de réis, sendo de duração prevista de cinco anos. Em 1861, obteve permissão para a elevação do capital a 250 contos de réis, bem como para prolongar sua duração por mais 15 anos<sup>99</sup>.

Na década de 1870, outra companhia de navegação se encontrava instalada no Rio Grande do Sul: a Cia. S. Pedro, que, em 1877, transferiu a sua sede, do Rio Grande, para Pelotas<sup>100</sup>. Estes fatos levam a crer que, a partir da década de 1850, os charqueadores passaram a utilizar, de forma mais ampla, a navegação a vapor, no escoamento de sua produção para o porto de Rio Grande.

Até 1879, apenas embarcações nacionais podiam ser utilizadas no transporte de mercadorias, pelo interior da província. A partir de então, por decisão do Ministério da Fazenda, foi aprovada a deliberação da Tesouraria de S. Pedro, que permitia que embarcações estrangeiras trans-

portassem mercadorias entre Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas<sup>101</sup>.

Feitas estas considerações, com relação ao transporte interno da província, é necessário que se considere as condições em que se apresentava a infra-estrutura de transportes, de que dependia a região para escoar seus produtos para o restante do país e para outras partes do mundo. Na realidade, os problemas dos charqueadores não terminavam quando conseguiam fazer seu produto chegar ao porto de Rio Grande. Aí, outro tipo de dificuldade se apresentava.

Com efeito, até o início do século XIX, a navegação de longo curso havia, de uma certa forma, desconsiderado o Rio Grande do Sul. Na linha que se desenvolvia, de modo irregular, entre S. Pedro e o Rio de Janeiro, com escalas em Laguna e S. Vicente, navegavam alguns poucos barcos portugueses de pequena arqueação. Os produtos e subprodutos da pecuária, que conduziam, mal abasteciam os mercados costeiros da colônia. Existiam, segundo parece, algumas casas reexportadoras de charque e couros, mas, sobretudo, para Portugal. As áreas estrangeiras de consumo destas mercadorias, bem como de lãs e sebos, supriam-se diretamente em Montevideu e Buenos Aires, portos mais ou menos escancarados ao tráfego transoceânico<sup>102</sup>.

Todavia, com a instabilidade que passou a existir no prata, devido aos conflitos de independência, e, também, com a abertura dos portos brasileiros ao comércio in-

ternacional, a Capitania passou a ser mais procurada, tanto por embarcações portuguesas como, também, estrangeiras. Uma dificuldade séria, entretanto, se antepunha à intensificação desse movimento comercial: a barra de Rio Grande.

Mesmo antes da fundação da cidade, já havia conhecimento e temor a ela. Num relatório ao capitão-geral do Rio de Janeiro, em 1711, dizia o sargento-mor de Santos:

*"A entrada do Rio Grande do Sul é ao presente, dificultosa, por não ter, agora, entrada na dita barra, sumaca alguma grande..."*<sup>103</sup>

Ainda na primeira metade do século XVIII, foram realizadas algumas sondagens e, no tempo do Brigadeiro Silva Paes, foram erguidos dois mastros de sinalização, substituídos, posteriormente, por uma torre de madeira, além de ter sido contratado um especialista em sondagens, Gaspar dos Santos, para atuar como patrão-mor da barra. Daí em diante, a entrada e saída, na barra, tinha um custo de mil réis por navio, permanecendo esta tarifa por muitos decênios; apenas com a instalação dos rebocadores e com H.P., foi substituída pela nova tarifa de 400 réis por tonelada<sup>104</sup>.

Além dos riscos da barra, em virtude da reduzida profundidade do canal de S. Pedro, os navios eram obrigados a fundear diante de S. José do Norte. Esta situação implicava em problemas, que foram constatados por Saint-Hilaire:

"Em S. Pedro do Sul, somente podem ancorar iates; entretanto, todas as embarcações que passam a barra podem aportar diante da aldeia do Norte. Mas é em S. Pedro que existe a Alfândega e é preciso conduzir para lá, por meio de iates, todas as mercadorias que são descarregadas em Norte, mesmo as destinadas ao comércio desta aldeia. É evidente que esses transportes são favoráveis ao contrabando e que têm o inconveniente de majorar as despesas e aumentar os riscos. Entretanto, como o centro do comércio do sul da Capitania se achava, lá, muito localizado em S. Pedro e, como os negociantes mais ricos da região aí têm suas residências e seus armazéns, tendo a cidade sido dotada de uma sede da Administração, é claro que se não podia privá-la bruscamente dos privilégios usufruídos atualmente, embora em prejuízo dos interesses gerais."<sup>105</sup>

Esta situação criava dificuldades e ônus à comercialização, no Rio Grande do Sul; a solução da mesma só ocorreu com a intervenção da iniciativa privada, conforme indica Isabelle. Através de uma sociedade de acionistas, dirigida pela Casa Carrol Forbes & Cia., realizaram-se trabalhos de escavação, por meio de custosas máquinas a vapor, os quais resultaram na abertura de um canal que permitiu aos navios de duzentas toneladas, ou mais, chegarem ao cais de Rio Grande, para carregar e descarregar. Antes da conclusão destes trabalhos, em 1823, os navios eram obrigados a parar em S. José do Norte, sendo os prejuízos decorrentes da baldeação e transporte absorvidos pelos armadores e negociantes.<sup>106</sup>

Por outro lado, em virtude da pressão e contra-pressão gerada pelas águas que se escoavam da Lagoa dos Pa

tos e as do oceano, formara-se um banco de areia na foz do canal de Rio Grande, que se deslocava e mudava de posição, de acordo com os ventos, as correntes e as ondas, cuja profundidade oscilou ao longo de todo o século XIX, no início do qual teria sido, segundo parece, de aproximadamente 20 palmos (4,40m); em 1849, estaria reduzido a 3,60m e, em 1883, de acordo com a Comissão de Melhoramento da Barra, chegava, apenas, a 2,75m<sup>107</sup>.

Ante a mobilidade da barra e a reduzida profundidade do canal, foi estabelecida, pelo governo imperial, em 1846, a Inspetoria de Praticagem da Barra, com o objetivo de orientar e guiar os navios, dispondo, para isso, de diversos escaleres, realizando sondagens e indicando, às embarcações, a entrada e a saída da barra. Havia, também, uma empresa particular, José Maxwell Jones & Cia. que, com rebocadores e salva-vidas, prestava serviços mediante o pagamento de taxas fixadas pelo governo. Dos vapores, uns estacionavam na barra e, outros, no porto, a fim de fazerem o serviço de entradas e saídas<sup>108</sup>.

De um lado, o governo provincial e, de outro, a Associação Comercial da Cidade de Rio Grande, uniam esforços no sentido de minorar os problemas com que convivia o comércio regional, do que dá testemunho a manifestação do presidente Patrício Correa da Câmara:

*"Nestes últimos anos, tem-se a [a barra] tornado muito impraticável e perigosa a navegação, tendo havido muitos naufrágios e, com eles, perdas de muitas vidas e capitais. Em tais cir-*

*cunstâncias, não podia esse importante objeto deixar de merecer a solicitude do governo imperial, como da assembleia geral, e é de esperar, pelo que está hoje ao alcance de todos, que se adotem medidas que, facilitando o ingresso e saída das embarcações, façam desaparecer os perigos, ou os tornem menos frequentes... Tendo-me, finalmente, a associação comercial da cidade do Rio Grande pedido ... que o vapor de reboques do governo, ali estacionado, fosse empregado, nas horas vagas, no serviço de remover as areias da barra, em marés favoráveis, por meio de uma grade, que a mesma associação mandou aprontar, por sua conta, para, por esse meio, diminuir os embaraços e prejuízos que o comércio e navegação estão sofrendo, dei as providências constantes de meu ofício..."<sup>109</sup>*

Realmente, o problema enfrentado, tanto pelo comércio de exportação como o de importação, não nos parece ter sido exagerado, nos depoimentos da época, se considerarmos que, no período de junho de 1846 a junho de 1860, quarenta e quatro embarcações haviam sido sinistradas na costa e barra do Rio Grande, sendo vinte e sete delas na barra e, dezessete, na costa<sup>110</sup>.

Em 1883, o governo imperial aprovou a nomeação de uma comissão destinada a proceder aos estudos necessários à organização de um projeto definitivo, para o melhoramento da barra do Rio Grande, ou da abertura de um canal que assegurasse a franca navegação marítima até esta cidade, comissão esta liderada pelo Engenheiro Honório Bicalho<sup>111</sup>. Após estes estudos, foi autorizada a execução das obras destinadas ao referido melhoramento<sup>112</sup>, porém, a "abertura" real da barra só se verificará em 1914, após a



construção dos molhes<sup>113</sup>.

As freqüentes demoras, que se verificavam na entrada da barra, fizeram com que fosse adotado, mais para o final do século passado, o procedimento de aliviar os navios, através do descarregamento de tanto quanto fosse preciso para que pudessem transpor a barra, e que era feito através de botes, dotados de colchões, onde o guindaste da embarcação deixava cair a carga. A tarefa era perigosa, tendo em vista que, com o movimento das duas embarcações, a carga poderia despedaçar o próprio navio, ou atingir alguém, ou, ainda, cair no mar. Mesmo assim, nem sempre era possível diminuir a carga, pois, às vezes, a maré ficava tão alta, por duas ou três semanas, que não permitia esse tipo de trabalho.

*"por todos esses motivos, os fretes rio-grandenses eram os mais caros do mundo. A complicação já começava nos portos de embarque, porque os navios tinham de arrumar a carga de tal modo que uma transbordagem fosse de fato inevitável."*<sup>114</sup>

Por outro lado, a implantação das ferrovias, que no Rio Grande do Sul tem seu início na década de 1880, não será objeto de análise, neste trabalho, tendo em vista que, neste decênio, a empresa escravista gaúcha já apresentava evidentes sintomas de sua total desarticulação. Certamente, a construção das vias férreas alterará significativamente a infra-estrutura de transporte da região, porém, estas alterações não se incluem no presente estudo.

Enfim, os aspectos até agora apresentados, com relação à infra-estrutura de transportes existente no Rio Grande do Sul, no século XIX, nos parecem indicadores suficientes para evidenciar que o setor oferecia problemas consideráveis à economia gaúcha, sobretudo no que tange à circulação das mercadorias. Sem dúvida alguma, e mais especificamente em relação à atividade exportadora, qualquer investigação que se fizer, no sentido de tentar explicar o crescimento da economia do charque, no Rio Grande do Sul, deverá levá-lo em conta.

Diante do exposto até o momento, pode-se observar que diversos foram os fatores que exerceram influência na questão da comercialização do charque gaúcho. Percebe-se que, no seu desenvolvimento, a conjuntura política e econômica em que se inseriam as regiões platinas e a província rio-grandense foi significativa no sentido da determinação dos volumes e valores exportados, bem como dos níveis alcançados pelos preços do produto.

por outro lado, o caráter mais ou menos saudável da economia charqueadora gaúcha, ao longo do século XIX, no que tange à comercialização de seu produto, estava relacionado, de modo direto, com a concorrência desenvolvida pelo produto platino e pela posição adotada a partir das regiões consumidoras, que exerciam sua influência hegemônica, por intermédio do aparelho estatal, determinando a adoção de uma política tributária nefasta aos interesses dos produtores gaúchos. Estes, por sua vez, em virtude da si-



tuação periférica e dependente que caracterizava a região sulina, situavam-se em posição desvantajosa no momento em que necessitavam barganhar com os consumidores do centro do país.

Além disso, foi possível perceber as limitações impostas à comercialização do produto rio-grandense pelo tipo de infra-estrutura de transportes existente no Rio Grande do Sul, que não só onerava, de forma ampla, a distribuição da mercadoria como, também, tornava menos ágil e mais complicada esta distribuição, constituindo-se em fator desfavorável à comercialização do charque gaúcho, em comparação com as melhores condições apresentadas pela infra-estrutura comercial dos platinos.

Finalmente, parece-nos que ficaram plenamente configurados dois momentos distintos, no tocante à comercialização do produto do Rio Grande do Sul. Primeiramente, os conflitos em que se envolveram os platinos, aliados às circunstâncias climáticas adversas por eles enfrentadas e, também, os acordos diplomáticos efetuados entre o Brasil e o Uruguai, ocasionaram a situação favorável vivida pela economia charqueadora gaúcha, na primeira metade do século XIX, respaldando a opinião expressada, a respeito, por Héctor Pérez Brignoli.

Podavia, desde meados do século passado e, sobretudo, a partir da década de 60, as dificuldades enfrentadas pela economia sulina em função da extinção do tráfico de escravos e da conseqüente retração do mercado de consu-

mo, aliadas à situação de confrontação entre a economia pré-capitalista gaúcha e a economia capitalista platina, caracterizaram o processo de desarticulação da empresa gaúcha, enquanto empresa escravista, o que reforça as colocações de Fernando Henrique Cardoso sobre a questão, agora apresentada com dados empíricos e quantitativos mais substanciais.

Notas de Referência

- 1 FURTADO, Celso - *Formação econômica do Brasil*. 18ª ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1982, p.145. Sobre o assunto, cf. também: GIRON, Loraine Slomp - "A Pecuária: fator de integração do Rio Grande do Sul". In: *Enfoque*, Bento Gonçalves, Fundação Educacional da Região dos Vinhedos, ano 6, agosto de 1978, nº 28, p.38-43.
- 2 CARDOSO, F.H., op. cit., p. 157.
- 3 Idem, ibidem, p. 158.
- 4 Tendo em vista a facilidade de obtenção de carne "verde", bem como os hábitos da população local, pode-se considerar no Rio Grande do Sul que praticamente toda a produção de charque era encaminhada para exportação.
- 5 SOUZA, P.R. Costa, op. cit., p. 41.
- 6 GONÇALVES CHAVES, A.J., op. cit., p. 116.
- 7 Nesse sentido, adotamos a orientação de Witold Kula (*Problemas y métodos de la historia económica*, Barcelona, Ediciones Península, 1973, pp. 281-3), quando aborda a preferência das cifras relativas sobre as cifras absolutas.
- 8 Idem, ibidem, p. 283.
- 9 CADY, John - La intervención extranjera en el Rio de la Plata, 1838-1850. In: SILVA, Elmar M. da - "Ligações externas da economia gaúcha (1736-1890)". *RS: Economia y Historia*, op. cit., p. 69.
- 10 PÉREZ BRIGNOLI, H., op. cit., p. 11.
- 11 Nesse sentido, seguimos a orientação de Pierre Vilar, in: *Crecimiento y Desarrollo. Economía y Historia. Reflexiones sobre el caso español*. Barcelona, Editorial Ariel, 1976, pp.53-9.
- 12 Idem, ibidem, p. 56.
- 13 A exportação em 1801 nos é indicada na documentação da Provedoria da Fazenda (Órgãos Fazendários - AHRGS), em "Diversos Papéis", Doc. 279, M.18, Cx.10. Para

o ano de 1805, utilizamos o dado oferecido por Antonio José Gonçalves Chaves, op. cit., p.116. Para os anos de 1800, 1802 e 1803, só obtivemos dados parciais, donde sua não utilização, o mesmo ocorrendo com o ano de 1804, para o qual não encontramos informação alguma.

14 Em 1810 os revolucionários argentinos depõem o vice-rei espanhol e formam seu próprio governo. Neste mesmo ano, tem início a guerra de independência no Uruguay, liderada por José Gervásio Artigas. Em 1814, o domínio espanhol chega ao fim, com a intervenção da Argentina.

15 1827/Alfândega de Rio Grande - "Mappa de Exportação das Produções da Província de São Pedro do Sul, e seus preços no anno referido".

16 ISABELLE, Arsène - *Viagem ao Rio Grande do Sul (1833-1834)*. POA, SEC/RS, 1946, trad. Dante de Laytano, p. 52.

17 Idem, ibidem, pp. 76-7.

18 Idem, ibidem, pp. 77 e 79.

19 Idem, ibidem, pp. 79-80.

20 MACHADO, Antonio Carlos - "A Charqueada". In: *Província de S. Pedro*. POA, Livr. do Globo, 1947, nº 8, p. 122.

21 O AMIGO DO HOMEM E DA PÁTRIA. POA, nº 27, 02 de outubro de 1829, p.3; nº 33, 23 de outubro de 1829, pp. 3-4; nº 84, 16 de março de 1830, p.4.

22 ISABELLE, A., op. cit., p. 52.

23 PÉREZ BRIGNOLI, H., op. cit., p. 8.

24 MONTOYA, A., op. cit., p. 75.

25 MACHADO, A.C., op. cit., p. 122.

26 Relatório de Soares de Andréa. 01 de junho de 1849, p.10.

27 SILVA, Elmar, op. cit., pp. 69-70.

28 Coleção das Leis do Brasil - 1851 (AHRGS).

- 29 Coleção das Leis do Brasil - 1858 (AHRGS).
- 30 Idem, p. 488.
- 31 Coleção das Leis do Brasil - 1860 (AHRGS).
- 32 DOTTA, M., op. cit., pp. 51-2.
- 33 AVÉ-LALLEMANT, Roberto - *Viagem pelo sul do Brasil no ano de 1858*. RJ, MEC/Instituto Nacional do Livro, 1ª parte, trad. do Instituto Nacional do Livro da edição de Leipzig (1859), 1953, p. 395.
- 34 Relatório do Presidente Angelo Moniz da Silva Ferraz. 05 de novembro de 1858, p. 35. (AN-SPE - Rolo nº 002-2.80).
- 35 KULA, Witold, op. cit., p. 468.
- 36 Relatório do Presidente Moniz Ferraz, op.cit., p.35. O total de vaccuns exportados nos anos de 1857/1858 somam 158.563 cabeças, enquanto que a importação atingiu, apenas, 133.274. Somam-se às perdas citadas, um excedente de gado exportado de 25.289 cabeças de gado.
- 37 Coleção das Leis do Brasil - decretos nº 6.050 (11 de dezembro de 1875), nº 6212 (de 10 de junho de 1876), nº 6453 (de 30 de dezembro de 1876), nº 6592 (de 27 de junho de 1877), nº 820 (de 14 de novembro de 1878) - AHRGS.
- 38 pode-se perceber tal fato através do decreto nº 52, de 14 de fevereiro de 1877 (Coleção das Leis do Brasil - AHRGS), que concedeu isenção dos direitos de consumo para os cavalos e bestas que o súdito argentino Raphael del Sar pretendia introduzir em seu estabelecimento de charquizado, no município de Cáceres, bem como para as picas usadas para o envasilhamento da graxa destinada à exportação.
- 39 "Relação dos efeitos que se tem exportado para fora da barra, nas embarcações abaixo declaradas, nos tres meses do primeiro de janeiro ao último de março de 1794". Órgãos Fazendários, Provedoria Real. 1794 - Diversos Papéis, Doc. 270, Maço 13A, Cx.7 (AHRGS).
- 40 Órgãos Fazendários, Provedoria Real, Diversos Papéis - 1800, 1801 e 1802 - Doc. 96, 279 (Maço 18, Cx.10) e 203 (Maço 19, Cx.10). Alfândega de Rio Grande (Órgãos Arrecadadores) - 203 (AHRGS).

- 41 1815: FERNANDES PINHEIRO, José Feliciano - *Anaes da Província de S. Pedro*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1822, Anexo "E". (AN-SPE-ARM-981.65-F363(1818)); 1816 a 1822: GONÇALVES CHAVES, A.J., op. cit., pp.134-40; 1827: Alfândega de Rio Grande - "Mappa de Exportação das Produccões da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul, e seus preços, no ano de 1827" (AHRGS); 1828: Alfândega de Rio Grande - "Mappa de exportação das Produccões da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul, e seus preços, no anno de 1828" (AHRGS); 1832: Alfândega de S. José do Norte - "Mappa de exportação das Produccões da Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul e seus preços, despachados nesta Administração Fiscal do Norte, desde o 1º de julho de 1831, athe fim de junho de 1832" (AHRGS); 1846/1847: Relatório do Presidente João Capistrano de Miranda Castro. 04 de março de 1848, anexos nº 9 e 12 (AN-SPE - Rolo nº 002.0-80).
- 42 MAGALHÃES, M.A. de - "Reflecçoens políticas e interessantes sobre o estado actual da Capitania de Rio Grande de S. Pedro, seu clima, produccoens, Comercio, Agricultura, Navegação, Povos, Magistratura, e muitas coizas interessantes, ao Nosso Augusto Principe e aos Povos, por um vassallo fiel". 20 de julho de 1808 (AN-SPE - Cod. 807, Vol.1, pp. 210-28).
- 43 Correspondência enviada por J.F. Fernandes Pinheiro ao Ministério do Império, em 09 de abril de 1825 (AN/SPE/IJJ<sup>9</sup> 520).
- 44 AN/SPE/IJJ<sup>9</sup> 520, nº 199.
- 45 S. Servando integrava o distrito de Cerro Largo, hoje Mello, no Uruguai, e Saboiaty é, hoje, Cebolatti, situada também no Uruguai, às margens da Lagoa Mirim, ambas localizadas na fronteira do Uruguai com Bagé e Jaguarão.
- 46 Alfândega de Rio Grande/1843 - "Mappa das embarcações entradas no porto da cidade do Rio Grande, vindas de portos estrangeiros, do 1º de Maio ao último de Dezembro de 1841 e do 1º de Maio ao último de Dezembro de 1842" (Órgãos Fazendários/AHRGS).
- 47 Anais da Assembléia Provincial do Rio Grande do Sul - 1851.
- 48 O assunto nos parece ter sido bem colocado por Fernando Henrique Cardoso, op. cit., cap. IV.
- 49 DOTTA, Mario et alii, op. cit., pp. 50-2.



- 50 MUNIZ BARRETO, Antonio Emilio, op. cit.
- 51 Idem, ibidem, p. 240.
- 52 Cf. processos de liquidação de Ernesto Torres (AP-1901-nº 721, M.26, E.30-1º Cart. Cível e Crime / Pelotas); Leite, Irmão & Cia. (AP-1892-Nº 731, M.27, E.30-1º Cart. Cível e Crime/Pelotas) e Conceição & Cia. (AP/1900 - Nº 736, M.27, E.30-1º Cart. Cível e Crime/Pelotas).
- 53 Cf. Coleção das Leis do Brasil, decretos nº 407, de 10 de outubro de 1877; nº 116, de 02 de março de 1878; nº 145, de 02 de março de 1878 e a decisão nº 20, de 30 de dezembro de 1889 (AHRGS).
- 54 Cf. processo de falência de Ataliba Borges (AP/1900-nº 716, M.25, E.30-1º Cartório Cível e Crime).
- 55 Cf. processo de falência de Ataliba Borges, op. cit.
- 56 Anais da Assembléia Provincial - Sessões de 02 de outubro de 1862 a 21 de abril de 1863.
- 57 Idem, ibidem.
- 58 Discurso do Sr. Costa. Anais da Assembléia Provincial, em 21 de maio de 1863.
- 59 Anais da Assembléia Provincial - sessão de 19 de novembro de 1885.
- 60 GONÇALVES CHAVES, A.J., op. cit., p. 205.
- 61 Idem, ibidem, p. 210.
- 62 LEITMAN, S., op. cit., cap. V, pp.123-47.
- 63 Correspondência enviada ao Ministério do Império, em 29 de janeiro de 1829 (AN-SPE-IJJ<sup>9</sup> 451, fl.07).
- 64 Decreto de 25 de novembro de 1783, Coleção da Legislação Portuguesa, AHRGS.
- 65 Alvará de 25 de abril de 1818 - Coleção da Legislação Portuguesa - AHRGS.

- 66 Decreto de 16 de abril de 1821 - Coleção da Legislação Portuguesa - AHRGS.
- 67 Lei de 24 de outubro de 1832 - Coleção das Leis do Império do Brasil, AHRGS.
- 68 Lei de 12 de agosto de 1834 - Coleção das Leis do Império do Brasil, AHRGS.
- 69 LEITMAN, S., op. cit., p. 126.
- 70 Lei de 31 de outubro de 1835 e Decisão nº 335 (Fazenda), de 07 de junho de 1836. Cf., ainda, Decisão nº 03 (Fazenda), de 10 de janeiro de 1838 - Coleção das Leis do Império do Brasil, AHRGS.
- 71 Relatório do Presidente Francisco José de Souza Soares de Andréa - Anexo: Orçamento da Receita e Despesa para o ano financeiro de 1849-1850 (AN-SPE - Rolo nº 002.0-80).
- 72 Alfândega de Rio Grande - Ofício do Inspetor de Alfândega do Presidente da Província, Francisco José de Souza Soares de Andréa, em 03 de junho de 1848 (AHRGS).
- 73 SAINT-HILAIRE, A. de., op. cit., p. 65.
- 74 A questão foi apontada, de modo claro, por F.H. Cardoso, op. cit., cap. IV.
- 75 Decisão nº 588 (Fazenda), em 10 de dezembro de 1869. Coleção das Leis do Brasil, AHRGS.
- 76 Decisão nº 483 (Fazenda), em 04 de novembro de 1875. Coleção das Leis do Brasil, AHRGS.
- 77 Sobre o assunto, cf. Sandra J. Pesavento - "República...".
- 78 Sobre o assunto, leia-se: CESAR, Guilhermino - *O contrabando no sul do Brasil*. Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul; POA, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1978.
- 79 Portaria de 13 de maio de 1776. Coleção da Legislação Portuguesa, AHRGS.
- 80 Paulo José de Souza Gama, em 12 de fevereiro de 1803, Provedoria Real, Órgãos Fazendários, AHRGS.



- 81 Ofício enviado pelo Presidente da Província, Antero José Ferreira de Brito, ao Inspetor Interino da Alfândega da cidade de Rio Grande, em 25 de fevereiro de 1837. (Órgãos Fazendários, Alfândega de Rio Grande, AHRGS).
- 82 Ofício de Miguel Vieira Braga ao Inspetor da Tesouraria da Província, Antonio Rozendo Rodrigues, em 08 de março de 1839. (Órgãos Fazendários, Alfândega de Rio Grande, AHRGS).
- 83 Decisão nº 83 (Fazenda), em 22 de junho de 1842 - Coleção das Leis do Brasil (AHRGS).
- 84 Decreto nº 1.140, de 11 de abril de 1853. Coleção das Leis do Brasil (AHRGS).
- 85 Relatório do Presidente da Província, Barão de Muritiba. 28 de abril de 1856, p.29 (AN-SPE - Rolo nº 002.2-80).
- 86 Relatórios do Ministério da Fazenda. 1874, 1877 e 1883.
- 87 Ofício dirigido pelo Inspetor da Alfândega de POA ao Presidente da Província, Francisco de Faria Lima, em 07 de novembro de 1877 (Órgãos Fazendários, Alfândega de Porto Alegre, AHRGS). Relatório do Ministério do Fazenda, 1877.
- 88 ROSCIO, F.J., op. cit., pp.133-5.
- 89 CONÇALVES CHAVES, A.J., op. cit., p. 213.
- 90 FERNANDES PINHEIRO, J.F., op. cit., p. 101-5.
- 91 *Idem, Ibidem.*
- 92 Câmara de Pelotas. Ofícios de 18 de janeiro e 15 de abril de 1854; lata 117 (AHRGS).
- 93 Câmara de Pelotas. Anexos do ofício de 05 de março de 1856, enviado ao Presidente da Província, Barão de Muritiba por diversos signatários. datado Província.
- 94 MACHADO, A.C., op. cit., p. 124.
- 95 Câmara de Pelotas. Ofício de 18 de outubro de 1886; lata 117, AHRGS.

- 96 Inventários da Baronesa de Butuhy e do Barão de Butuhy - nº 647, M.41, E.25 - Cartório de Órfãos e Provedoria de Pelotas, 1867/1877 AP.
- 97 PIMENTEL, Fortunato - *Aspectos gerais de Pelotas*. POA, Typ. Gundlach, 1940.
- 98 Decreto nº 1.728, de 20 de fevereiro de 1856. Coleção das Leis do Brasil, AHRGS.
- 99 Decreto nº 2.772, de 10 de abril de 1861 - Coleção das Leis do Brasil, AHRGS.
- 100 Decreto nº 6.562, de 02 de maio de 1877 - Coleção das Leis do Brasil, AHRGS.
- 101 Decisão nº 581 (Fazenda), em 30 de outubro de 1879 - Coleção das Leis do Brasil, AHRGS.
- 102 SILVA, J.Pinto da - "A Capitania de S. Pedro no limiar do século XIX". In: *Província de S. Pedro*. nº14. POA, Livraria do Globo, 1949, p. 43.
- 103 HOFFMANN-HARNISCH, Wolfgang - *O Rio Grande do Sul*. 2ª ed. Trad. de A. Reymundo Schneider e Archibaldo Severo. POA, Ed. Globo, 1952, p. 71.
- 104 Idem, *ibidem*, pp. 71-2.
- 105 SAINT-HILAIRE, A. de, op. cit., p. 73.
- 106 ISABELLE, A., op. cit., pp. 76-7.
- 107 BICALHO, Honório - *Relatório de 1883. Projeto de Rio Grande*. In: SILVA, Elmar M. da, op. cit., p.66.
- 108 Decretos nº 7738, de 30 de junho de 1880 e nº 7817, de 6 de setembro de 1880 - Coleção das Leis do Brasil, AHRGS.
- 109 Relatório do Presidente Patricio Correa da Câmara. 11 de outubro de 1857, pp. 63-4.
- 110 "Mappa estatístico das embarcações perdidas na costa e barra do R. G. de S. Pedro do Sul, desde junho de 1846". Appenso do Quadro Estatístico e Geographico da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, AHRGS, lata 90.

111 Decreto nº 10, de 13 de janeiro de 1883 - Coleção das Leis do Brasil, AHRGS.

112 Decreto nº 160, de 15 de janeiro de 1890 - Coleção das Leis do Brasil, AHRGS.

113 HOFFMANN-HARNISCH, W., op. cit., p. 76.

114 Depoimento do Sr. Pondorf, antigo funcionário do porto. In: HOFFMANN-HARNISCH, W., op. cit., p.76.

## CONCLUSÃO GERAL

Os aspectos até aqui evidenciados, relativamente à economia do charque do Rio Grande do Sul, no século XIX, nos permitem chegar a algumas considerações conclusivas.

Primeiramente, as observações concernentes ao setor da produção da carne seca revelaram a presença de características e problemas específicos, desde a obtenção da matéria-prima até a consecução do produto final.

Em relação à questão da matéria-prima, percebeu-se que a atividade pastoril gaúcha se caracterizou, durante a maior parte do século XIX, por uma criação extensiva, onde poucos cuidados eram dedicados aos rebanhos. Somente após 1870 é que alguns melhoramentos são introduzidos no setor. A qualidade do gado rio-grandense, em função disto, era limitada, o que se refletirá no próprio rendimento obtido dos animais abatidos nas charqueadas.

Além disto, pôde-se observar que o fornecimento de gado para as unidades de produção não foi regular ao longo do século passado, influenciando, para isto, as situações conjunturais que envolveram o Rio Grande do Sul em conflitos com o Prata ou, no caso da Revolução Farroupilha, com o Império brasileiro. Aliada a isso, a política tributária adotada pelo governo central que, com objetivos fiscais, permitia a exportação do gado em pé, contribuiu para que o fluxo de animais destinados às unidades de pro-

dução do charque não se mantivesse constante. No mesmo sentido atuaram as requisições de gado efetuadas pelo poder central, tanto em épocas de conflitos como em tempos de paz.

Tal situação favorecia a prática do comércio ilegal de gado, tanto para um lado como para outro da fronteira, na tentativa de burlar o fisco. Tanto o contrabando como os roubos de gado evidenciam que a ampla legislação existente para a tributação do gado não se constituía em mecanismo plenamente eficaz para evitar os desvios dos recursos fiscais.

Por outro lado, também neste setor se percebeu a influência da situação periférica da região sulina, já que a dependência do produtor do charque rio-grandense dos mercados de consumo, representados fundamentalmente pelas "províncias do norte", resultava na compressão dos preços do produto gaúcho, situação que os charqueadores tentavam minorar pressionando para baixo os preços do gado. Desta forma, é possível entender a reduzida capitalização da pecuária do Rio Grande, bem como os limitados investimentos técnicos na atividade criatória, o que implicou na má qualidade do gado da região e, conseqüentemente, no próprio rendimento obtido, nas charquealas, com a transformação dos animais.

Somente após 1870, com o aparecimento da "tabladá", o abastecimento das empresas charqueadoras, em matéria-prima animal, foi facilitado, apesar de que a concor-

rência entre os charqueadores, para a aquisição dos rebanhos, tendia a elevar o seu preço.

Também em relação ao sal necessário para a produção do charque, foi possível perceber que havia problemas para a sua obtenção, derivados, mais uma vez, dos dispositivos legais impostos para a comercialização do produto que prejudicavam o setor produtivo gaúcho. Assim, a abordagem da questão da matéria-prima deixou às claras uma série de dificuldades que ocorreram ao longo do período analisado, o que se constituiu num dado significativo para o esclarecimento do assunto que examinamos.

Em relação à questão da mão-de-obra, verificamos que a presença do escravo foi significativa, nas atividades produtivas e no conjunto da população gaúcha, no século passado. A estruturação do escravismo como modo de produção dominante, com o advento das charqueadas, marcou a história do Rio Grande, tanto em termos econômicos como sociais.

Os investimentos utilizados na aquisição de força-de-trabalho, em alguns casos significativos, apesar de reduzir o montante de capitais que poderiam ser aplicados em outros setores, não impediu que a economia charqueadora do Rio Grande do Sul se caracterizasse pela introdução de técnicas novas, em plena vigência do sistema escravista.

por outro lado, a subordinação formal do traba-



lho ao capital, que pôde ser percebida nessa fase pré-capitalista da economia gaúcha, aparece com clareza através da superexploração da força de trabalho, da exigência de sobretrabalho e da reposição da mão-de-obra por intermédio da aquisição de novas "peças" e não pela reprodução desta mesma força de trabalho. A extração da mais-valia absoluta esteve presente no processo produtivo das charqueadas gaúchas, indicando uma estrutura de transição às formas de produção capitalista. As formas de coação extra-econômicas sobre o produtor direto, se bem que não trabalhadas minuciosamente, puderam, também, ser detectadas na economia sulina.

A observação dos montantes alcançados pelos preços dos escravos evidenciou a tendência ascensional dos mesmos, após 1850, e a sua queda, a partir do final dos anos setenta e inícios da década de oitenta do século passado. Foi possível observar, ainda, a existência de uma determinada divisão técnica e especialização do trabalho, nas empresas gaúchas, bem como a tentativa de tornar as charqueadas autosuficientes em insumos básicos.

O incremento do comércio interprovincial de escravos, após 1850, como alternativa para suprir as necessidades da província gaúcha em mão-de-obra, ficou patente, também, através dos dados da importação e exportação de escravos no Rio Grande do Sul, estando vinculado, este aspecto, ao maior ou menor sucesso apresentado pela economia do charque rio-grandense.

A presença da mão-de-obra livre, nas tarefas das charqueadas, se bem que reduzida na primeira metade do século, acentuou-se a partir da década de 1860, o que se relaciona com as dificuldades evidenciadas para a aquisição de força de trabalho servil, após o fim do tráfico africano.

Por outro lado, com a extinção das relações de produção escravistas, no Rio Grande, na década de 1880, observou-se que a adoção das relações de produção assalariada foi marcada por um caráter bem mais formal do que real, estando, tal fato, simbolizado na figura do "contratado", que substituiu o escravo, na produção do charque, atestando o caráter limitado da transição ao capitalismo, na região sulina.

A análise da questão da tecnologia evidenciou o fato de que as charqueadas gaúchas, de estabelecimentos bastante rudimentares, no início de seu desenvolvimento, com um processo técnico de produção bastante incipiente, foram sofrendo, ao longo do século XIX, diversos melhoramentos que culminaram em sua transformação, ao final do século, em uma empresa capitalista.

O enfoque comparativo, utilizado na observação do processo produtivo adotado nas charqueadas gaúchas e nos "saladeros" platinos, deixou claro que existiam diferenças significativas na forma de processamento da produção adotada nos dois tipos de estabelecimentos e que estas diferenças, que influenciavam o rendimento e o aspecto da



mercadoria rio-grandense, atuavam negativamente no desempenho das charqueadas, em sua concorrência com os "saladeros" do Prata.

Ficou claro, ainda no tocante à questão da tecnologia, que as inovações tecnológicas introduzidas no processo produtivo das charqueadas, ao longo do século passado, atestam o avanço das forças produtivas num período em que o escravismo era dominante nas empresas gaúchas, constituindo-se, tal fato, num depoimento significativo contra a tese de que o sistema escravista colocava barreiras insuperáveis ao desenvolvimento da produção, expressada por Fernando Henrique Cardoso.

Outro aspecto que ficou patenteado, ao longo da investigação, é que o rendimento do gado abatido nos "saladeros" platinos era superior ao daquele alcançado nas charqueadas gaúchas, enquanto que a política desenvolvida pelo Estado brasileiro, na área fiscal, se constituía em elemento de peso na definição das desvantagens que caracterizam a atividade rio-grandense, diante da competição com a similar platina. Temos a impressão de que o papel do Estado, na análise do processo de desarticulação da empresa escravista gaúcha, não havia sido, até certo ponto, considerado em toda a sua extensão. A política contraditória do governo central e a utilização do aparelho estatal pelas províncias hegemônicas do centro do país, em seu benefício, tiveram, também, sua participação no processo de destruturação da economia do charque do Rio Grande do Sul.

Ainda em relação aos aspectos vinculados à produção do charque, a abordagem da questão do crédito e do capital permitiu verificar as dificuldades enfrentadas pelos charqueadores gaúchos em relação ao financiamento da produção, bem como o grau reduzido de capitalização deste setor da economia rio-grandense e a vinculação destas duas características à situação dependente e periférica da província sulina.

O que se ressaltou, em relação a esta questão, é que o número reduzido de estabelecimentos bancários, bem como o tipo de penhor exigido, conduziu à predominância dos empréstimos particulares, derivados do setor comercial e do próprio setor charqueador. Tal situação se mantém, mesmo com a implantação da nova lei hipotecária de 1864. Além disto, a forma como se estruturou o setor creditício no Rio Grande do Sul se evidenciou como um dos elementos contributivos para a desintegração do regime escravista gaúcho, dentro do quadro mais amplo da transição ao capitalismo dependente, que se definia no contexto sulino.

Em termos da comercialização do produto gaúcho, alguns aspectos específicos foram também evidenciados. Assim, na determinação dos volumes e dos valores exportados pelo Rio Grande do Sul, bem como na evolução dos preços atingidos pelo produto, a influência da conjuntura político-econômica que envolvia as regiões platinas e a província rio-grandense foi expressiva.

Além disto, a influência da concorrência platina

e da posição adotada a partir das áreas consumidoras - que, via aparelho estatal, obtinham a adoção de uma política tributária nefasta aos interesses dos produtores gaúchos, ao mesmo tempo que comprimiam para baixo o preço da mercadoria - foi perceptível ao longo da análise desenvolvida, bem como a posição desvantajosa dos gaúchos, derivada do caráter subsidiário e dependente da economia da província, no conjunto brasileiro.

Por outro lado, a observação da infra-estrutura de transportes existente no Rio Grande do Sul, no século passado, permitiu constatar diversos problemas específicos que oneravam o processo de distribuição da mercadoria, além de tornar mais complicada e menos ágil a comercialização do produto, o que pesava desfavoravelmente na economia da carne seca do Rio Grande, em comparação com as condições mais vantajosas apresentadas pela infra-estrutura comercial dos platinos.

As investigações desenvolvidas em relação ao setor de comercialização do produto gaúcho possibilitaram, também, a percepção de dois momentos diferentes atravessados pela economia charqueadora. Inicialmente, uma série de fatores que envolveram a economia similar dos platinos, como os conflitos militares de que participaram, as circunstâncias climáticas adversas, e os acordos diplomáticos efetuados entre o Brasil e o Uruguai, interferiram de modo a causar a situação favorável atravessada pela economia do charque do Rio Grande, na primeira metade do século

XIX, o que respaldou a opinião apresentada, a respeito, por Héctor Pérez Brignoli.

Entretanto, foi possível perceber, também, que, num segundo momento - que começou a se definir a partir de meados do século e se configurou plenamente desde fins da década de sessenta e inícios da década de setenta -, as dificuldades enfrentadas pela economia do charque do Rio Grande, decorrentes da extinção do tráfico de escravos e da conseguinte retração do principal mercado consumidor do produto gaúcho, representado pelas áreas escravistas brasileiras, aliadas aos problemas decorrentes da situação de subordinação da economia gaúcha à economia do centro do país e a outros derivados da confrontação entre a economia pré-capitalista gaúcha e a economia capitalista platina, permitiram caracterizar o processo de desarticulação da empresa gaúcha, enquanto empresa escravista, reforçando as colocações de Fernando Henrique Cardoso sobre o tema, agora apresentado com um respaldo empírico e quantitativo mais sólido.

Diante do exposto, parece-nos que as hipóteses levantadas na introdução deste estudo ficaram suficientemente comprovadas, ao longo da investigação desenvolvida. Entretanto, ultrapassando a própria idéia exposta nas nossas hipóteses iniciais de trabalho, pudemos verificar que o processo de desestruturação da charqueada escravista gaúcha tem seu elemento explicativo de maior peso no conjunto de características e modificações que marcaram a economia

rio-grandense do século XIX, e que denominamos de transição ao capitalismo dependente, periférico ou subdesenvolvido.

A existência de segmentos mais dinâmicos, entre as classes dominantes do Rio Grande do Sul, nitidamente percebida ao longo da exposição do trabalho, cujos interesses e visão de mundo acabaram por se chocar com a estrutura escravista dominante nas charqueadas, se constituiu num dado fundamental para a explicação da problemática que abordamos.

As idéias progressistas destes setores mais "modernos", claramente identificadas através da defesa da industrialização, da economia política, do espírito de associação e do liberalismo econômico, bem como através dos investimentos realizados no sentido do aprimoramento da infra-estrutura de produção e comercialização do charque da província, foram marcantes e decisivas para a construção do capitalismo no cenário gaúcho.

Deste modo, parece-nos que este trabalho veio auxiliar a compreensão dessa etapa da história gaúcha e brasileira, esclarecendo a controvérsia existente a respeito do desenvolvimento das charqueadas rio-grandenses e dos "saladeros" platinos, o que faz com que acreditemos que os objetivos propostos no início deste trabalho tenham sido alcançados.

Finalmente, o esclarecimento da questão apresen-

tada na introdução deste estudo se constitui na nossa contribuição para a reconstrução do processo histórico brasileiro do século XIX, no qual se insere o tema que abordamos.

Em última análise, parece-nos importante destacar que a história é uma ciência em construção e apenas podemos contribuir para isso na medida em que fundamentamos nossas análises numa investigação empírica sólida e séria, que respalde o nosso "fazer história". Foi o que procuramos, com este trabalho.

## ANEXO - EXPORTAÇÃO DE CHARQUE

ANO	IMPOSTO (RÉIS)	VALOR (RÉIS)	ARROBAS
			951.910
1805			806.776
1806			966.052
1807			868.070
1808			741.762
1809			891.799
1810			1.038.556
1811			1.243.972
1812			1.208.702
1813			1.403.515
1814		705:387\$200	1.259.620
1815			1.133.300
1816			763.143
1817			919.482
1818			770.648
1819			948.986
1820		851:501\$000	608.215
1821		797:183\$520	711.771
1822		106:355\$040	786.355 1/2
1827		984:916\$500	656.611
1828		234:079\$911	156.053 9/40
1837	23:407\$991	235.975\$121	157.316 13/160
1838	23:597\$512	649:691\$851	433.127 139/160
1839	64:969\$851	595:932\$186	397.285 19/40
1840	59:593\$218		

ANO	IMPOSTO (RÉIS)	VALOR (RÉIS)	ARROBAS
1841	90:053\$323	900:533\$236	600.354 33/40
1842	109:249\$100	1.092:491\$005	728.327 27/80
1843	166:915\$218	1.669:152\$187	1.112.768 1/8
1844	142:655\$218	1.426:552\$180	951.034 63/80
1845	135:853\$270	4.528:442\$300	2.264.221
1846	191:344\$481	6.378:149\$330	966.386
1847	193:660\$522	6.455:350\$730	978.083
1848	104:052\$950	3.468:431\$666	875.866
1849	40:142\$670	1.338:089\$900	421.234
1850	83:275\$748	2.775:858\$200	700.074
1851	98:094\$580	3.269:819\$300	825.711
1852	83:484\$669	2.782:822\$250	702.732
1853	135:652\$921	4.521:764\$000	1.141.859
1854	129:779\$485	4.325:982\$800	1.092.419
1855	131:606\$855	4.386:895\$160	1.107.801
1856	146:353\$208	4.874:509\$270	1.229.060
1857	180:312\$570	5.918:862\$100	1.462.023
1858	133:602\$780	4.474:373\$500	970.580
1859	79:880\$229	2.662:674\$300	1.695.546
1860	176:680\$620	5.889:354\$300	1.487.210
1861	178:212\$450	5.940:415\$200	1.997.083
1862	106:403\$793	3.546:793\$100	1.889.383
1863	108:615\$240	3.620:508\$000	2.011.390
1864	181:642\$059	6.054:735\$300	2.396.818
1865	114:789\$702	3.826:323\$400	2.101.212
1866	119:331\$432	3.977:714\$400	2.168.798



ANO	IMPOSTO (RÉIS)	VALOR (RÉIS)	ARROBAS
1867	186:171\$292	6.205:709\$750	2.221.010
1868	197:932\$191	6.597:739\$700	2.916.545
1869	167:043\$063	5.568:102\$100	1.960.413
1870	166:695\$482	5.556:516\$083	1.812.640
1871	173:530\$290	5.789:343\$015	1.092.918
1872	162:488\$162	5.416:272\$086	2.234.214
1873	138:790\$792	4.626:359\$772	2.005.778
1874	135:616\$882	4.520:562\$750	1.499.425
1875	166:693\$593	5.556:453\$108	1.729.149
1876	177:065\$887	5.902:529\$583	1.589.827
1877	238:684\$891	7.956:163\$062	1.982.265
1878	237:641\$168	7.921:372\$268	1.866.979
1879	203:596\$914	6.786:563\$800	1.580.589
1880	228:510\$551	7.617:018\$380	1.638.362
1881	155:927\$298	5.197:576\$630	1.121.226
1882	143:450\$103	4.781:670\$125	1.275.359
1883	165:933\$077	5.531:102\$586	1.528.316
1884	150:553\$052	5.018:435\$090	1.509.623
1885	147:533\$184	4.917:772\$820	1.614.751
1886	248:935\$133	8.297:837\$794	1.510.606
1887	43:004\$313	1.433:477\$130	435.615
1888	141:966\$305	4.732:210\$185	1.844.695
1889	142:976\$486	4.765:882\$870	1.710.679

## Fontes:

- Para os anos 1805 a 1822: GONÇALVES CHAVES, op.cit., pp. 116-8 e 134-40.

- Para valor de exportação em 1815: FERNANDES PINHEIRO, J.F., op. cit., anexo "D".
- Para os anos de 1827 e 1828: "Mappa de Exportação das Produções da Província de S. Pedro do Sul, e seus preços, no ano de 1827" - Alfândega de Rio Grande/1827 - AHRGS.
- Para os anos de 1837 a 1844: "Appenso do Quadro Estatístico e Geographico da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul", AHRGS, lata 90.
- Para os dados de 1845 a 1889: Revista do Arquivo Público, op. cit., pp. 246-8.
- Os dados do imposto pago pelas exportações do charque, ref. aos anos de 1837 a 1844, foram calculados com base no dízimo, que era a taxa exigida nas citadas transações.
- Os dados do imposto referente aos anos de 1849, 1860 e 1861 foram calculados segundo o valor de 3%, já que os que a Revista do Arquivo Público oferecia não conferiam com o percentual estabelecido para a cobrança da taxa de exportação.
- Os dados de exportação de charque apresentados por Gonçalves Chaves, para os anos de 1821 e 1822, se referem, apenas, às exportações realizadas pelo porto de Rio Grande, não estando incluídas as efetuadas pelo porto de Porto Alegre. Na ausência de outros dados, estamos utilizando os apontados por Chaves, com a ressalva que se faz necessária.

## BIBLIOGRAFIA

## 1. FONTES PRIMÁRIAS

1.1 - Arquivo Nacional - Rio de Janeiro

OFÍCIOS dos Presidentes da Província do Rio Grande do Sul ao Ministério do Império nos anos de 1824 a 1827. SPE/IJJ<sup>9</sup> 450 (manuscritos).

OFÍCIOS dos Presidentes da Província do Rio Grande do Sul ao Ministério do Império nos anos de 1822, 1829 e 1830 a 1850. SPE/IJJ<sup>9</sup> 451 (manuscritos).

CORRESPONDÊNCIA entre a Presidência da Província do Rio Grande do Sul e o Ministério do Império nos anos de 1851 a 1860. SPE/IJJ<sup>9</sup> 452 (manuscritos).

CORRESPONDÊNCIA entre a Presidência da Província do Rio Grande do Sul e o Ministério do Império nos anos de 1861 a 1863. SPE/IJJ<sup>9</sup> 453 (manuscritos).

CORRESPONDÊNCIA entre a Presidência da Província do Rio Grande do Sul ao Ministério do Império nos anos de 1864 a 1867. SPE/IJJ<sup>9</sup> 454 (manuscritos).

CORRESPONDÊNCIA entre a Presidência da Província do Rio Grande do Sul e o Ministério do Império nos anos de 1868 a 1870. SPE/IJJ<sup>9</sup> 455 (manuscritos).

CORRESPONDÊNCIA entre a Presidência da Província do Rio Grande do Sul e o Ministério do Império nos anos de 1871 a 1873. SPE/IJJ<sup>9</sup> 456 (manuscritos).

CORRESPONDÊNCIA entre a Presidência da Província do Rio Grande do Sul e o Ministério do Império nos anos de 1874 e 1875. SPE/IJJ<sup>9</sup> 457 (manuscritos).

CORRESPONDÊNCIA entre a Presidência da Província do Rio Grande do Sul e o Ministério do Império nos anos de 1876 a 1878. SPE/IJJ<sup>9</sup> 458 (manuscritos).

CORRESPONDÊNCIA entre a Presidência da Província do Rio Grande do Sul e o Ministério do Império nos anos de 1879 e 1880. SPE/IJJ<sup>9</sup> 459 (manuscritos).

- CORRESPONDÊNCIA entre a Presidência da Província do Rio Grande do Sul e o Ministério do Império nos anos de 1881 e 1882. SPE/IJJ<sup>9</sup> 460 (manuscritos).
- CORRESPONDÊNCIA entre a Presidência da Província do Rio Grande do Sul e o Ministério do Império nos anos de 1883 e 1884. SPE/IJJ<sup>9</sup> 461 (manuscritos).
- CORRESPONDÊNCIA entre a Presidência da Província do Rio Grande do Sul e o Ministério do Império nos anos de 1885 e 1886. SPE/IJJ<sup>9</sup> 462 (manuscritos).
- CORRESPONDÊNCIA entre a Presidência da Província do Rio Grande do Sul e o Ministério do Império no primeiro semestre de 1887. SPE/IJJ<sup>9</sup> 463 (manuscritos).
- CORRESPONDÊNCIA entre a Presidência da Província do Rio Grande do Sul e o Ministério do Império no segundo semestre de 1887. SPE/IJJ<sup>9</sup> 464 (manuscritos).
- CORRESPONDÊNCIA entre a Presidência da Província do Rio Grande do Sul e o Ministério do Império no primeiro semestre de 1888. SPE/IJJ<sup>9</sup> 465 (manuscritos).
- CORRESPONDÊNCIA entre a Presidência da Província do Rio Grande do Sul e o Ministério do Império no segundo semestre de 1888. SPE/IJJ<sup>9</sup> 466 (manuscritos).
- CORRESPONDÊNCIA entre a Presidência da Província do Rio Grande do Sul e o Ministério do Império no ano de 1889. SPE/IJJ<sup>9</sup> 467 (manuscritos).
- CORRESPONDÊNCIA entre a Câmara Municipal de Porto Alegre e o Ministério do Império nos anos de 1825, 1833, 1848 e 1862; correspondência interna entre autoridades diversas do Rio Grande do Sul e aquele Ministério nos anos de 1819 a 1858. SPE/IJJ<sup>9</sup> 520 (manuscritos).
- OFÍCIOS da Presidência da Província do Rio Grande do Sul ao Ministério da Justiça no ano de 1861. SPE/IJ1 583 (manuscritos).
- OFÍCIOS da Junta da Fazenda do Ministério da Fazenda relativos ao Rio Grande do Sul dos anos de 1808 a 1810. IF2 43 (manuscritos).
- OFÍCIOS da Junta da Fazenda do Ministério da Fazenda relativos ao Rio Grande do Sul dos anos de 1811 a 1813. IF2 44 (manuscritos).
- LANÇAMENTO de Atestados e Remessas de Escravos para várias Localidades. vol. 1. 1826/1827. SPE/Cod. 424 (manuscrito).

- CONSULTAS da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. vol.1 - 1809/1820; vol.2 - 1820/1827; vol.3 - 1827/1848. SPE/Cod.45 (manuscritos).
- DOCUMENTOS referentes à Província Cisplatina. vol.1. SPE/Cod. 546 (manuscritos).
- MEMÓRIA de Duarte da Ponte Ribeiro sobre as relações do Brasil com as Repúblicas do Rio da Prata, compreendendo todas as negociações diplomáticas entre o Governo Imperial e os daqueles Estados desde 1829 até 1843. 1844. SPE/Cod. 757 (manuscrito).
- REFLEXOENS Políticas e interessantes sobre o estado atual da Capitania do Rio Grande do San Pedro, seu clima, produções, comercio, navegação e agricultura por hum Vassallo fiel e obediente ao seu Augusto Soberano por Manoel Antonio de Magalhaens. 20 de julho de 1808. SPE/Cod. 807 (manuscrito da Coleção de Memórias e outros documentos sobre vários objetos - 1822/1885).
- MEMÓRIA sobre o Porto de S. Pedro do Rio Grande por D. Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Liniers. 12 de julho de 1798. SPE/Cod. 807 (manuscrito da Coleção de Memórias e outros documentos sobre vários objetos - 1822/1885).
- NOTÍCIAS sobre os principais portos da costa do Brasil e generos que por elles sahem pelo Senador José Saturnino da Costa Pereira. s.d. SPE/Cod. 807 (manuscrito da Coleção de Memórias e outros documentos sobre vários objetos - 1822/1885).
- MELHORAMENTO da Barra e da Navegação interior da Província. Relatório apresentado ao Governo pela Comissão de Melhoramento da Barra do Rio Grande do Sul, chefiada pelo Engenheiro Honorio Bicalho. 30 de abril de 1883. SPE/Cod. 807 (manuscrito da Coleção de Memórias e outros documentos sobre vários objetos - 1822/1885).
- ESTATÍSTICA de Cidades, Vilas, Escolas, Boticas, Eleitores, Batismos, Casamentos, Óbitos, População, etc., de várias províncias. 1790-1865. SPE/Cod. 808. Rolos nº 015.0-78 e nº 015.1-78 (microfilme).
- RESUMO da Balança Geral do Comércio do Reino de Portugal com o Brasil, Domínios e Nações Estrangeiras. 1816-1818. 3 vol. SPE/Cod. 731. Rolo nº 028.0-79 (microfilme).
- RELATÓRIO do Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Caetano Maria Lopes Gama. Porto Alegre, 19 de dezembro de 1829. SPE - rolo nº 002.0-80 (microfilme).
- FALA do Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Caetano Maria Lopes Gama. Porto Alegre, 19 de dezembro de 1830. SPE - rolo nº 002.0-80 (microfilme).

RELATÓRIO do Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Manoel Antonio Galvão. Porto Alegre, 19 de dezembro de 1831. SPE - rolo nº 002.0-80 (microfilme).

RELATÓRIO do Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Manoel Antonio Galvão. Porto Alegre, 19 de dezembro de 1832. SPE - rolo nº 002.0-80 (microfilme).

RELATÓRIO do Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Antonio Rodrigues Fernandes Braga. Porto Alegre, 20 de abril de 1835. SPE - rolo nº 002.0-80 (microfilme).

FALA do Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Feliciano Nunes Pires. Porto Alegre, 2 de outubro de 1837. SPE - rolo nº 002.0-80 (microfilme).

RELATÓRIO do Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Luis Alves de Lima e Silva, Conde de Caxias. Porto Alegre, 19 de março de 1846. SPE - rolo nº 002.0-80 (microfilme).

RELATÓRIO do Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Manoel Antonio Galvão. Porto Alegre, 5 de outubro de 1847. SPE - rolo nº 002.0-80 (microfilme).

RELATÓRIO do Presidente da Província do Rio Grande do Sul, João Capistrano de Miranda e Castro. Porto Alegre, 4 de março de 1848. SPE - rolo nº 002.0-80 (microfilme).

ADDITAMENTO ao Relatório do Vice-Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Francisco José de Souza Soares de Andréa. Porto Alegre, 4 de março de 1848. SPE - rolo nº 002.0-80 (microfilme).

RELATÓRIO do Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Francisco José de Souza Soares de Andréa. Porto Alegre, 19 de junho de 1849. SPE - rolo nº 002.0-80 (microfilme).

RELATÓRIO do Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Francisco José de Souza Soares de Andréa. Porto Alegre, 6 de março de 1850. SPE - rolo nº 002.0-80 (microfilme).

RELATÓRIO do Presidente da Província do Rio Grande do Sul, João Antonio Pimenta Bueno. Porto Alegre, 19 de outubro de 1850. SPE - rolo nº 002.1-80 (microfilme).

RELATÓRIO do Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Pedro Ferreira de Oliveira. Porto Alegre, 30 de junho de 1851. SPE - rolo nº 002.1-80 (microfilme).

RELATÓRIO do Vice-Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Patricio Corrêa da Camara. Porto Alegre, 2 de outubro de 1851 (microfilme).

RELATÓRIO do Vice-Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Luis Alves de Oliveira Bello. Porto Alegre, 19 de outubro de 1852. SPE - rolo nº 002.1-80 (microfilme).

RELATÓRIO do Presidente da Província do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansação de Sinimbú. Porto Alegre, 6 de outubro de 1853. SPE - rolo nº 002.1-80 (microfilme).

RELATÓRIO do Presidente da Província do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansação de Sinimbú. Porto Alegre, 2 de outubro de 1854. SPE - rolo nº 002.1-80 (microfilme).

RELATÓRIO do Presidente da Província do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansação de Sinimbú. Porto Alegre, 30 de junho de 1855. SPE - rolo nº 002.1-80 (microfilme).

RELATÓRIO do Vice-Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Luis Alves Leite de Oliveira Bello. Porto Alegre, 26 de setembro de 1855. SPE - rolo nº 002.1-80 (microfilme).

RELATÓRIO do Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Barão de Muritiba. Porto Alegre, 19 de outubro de 1855. SPE - rolo nº 002.1-80 (microfilme).

RELATÓRIO do Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Barão de Muritiba. Porto Alegre, 28 de abril de 1856. SPE - rolo nº 002.2-80 (microfilme).

RELATÓRIO do Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Jeronymo Francisco Coelho. Porto Alegre, 15 de dezembro de 1856. SPE - rolo nº 002.2-80 (microfilme).

RELATÓRIO do Vice-Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Patricio Corrêa da Camara. Porto Alegre, 11 de outubro de 1857. SPE - rolo nº 002.2-80 (microfilme).

RELATÓRIO do Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Angelo Moniz da Silva Ferraz. Porto Alegre, 5 de novembro de 1858. SPE - rolo nº 002.2-80 (microfilme).

ANEXO de Inauguração do Posto Fiscal da Alfândega do Rio de Janeiro, com dois anexos referentes à renda das Alfândegas do Império de 1808 a 1888. Rio de Janeiro, 27 de abril de 1889. SPE - Cod. 751 (impresso).

SAINT-HILAIRE, Auguste de - *Viagem ao Rio Grande do Sul - 1810-1821*. Trad. de Leonam de Azevedo Pena. Rio de Janeiro, Abril Ed., 1935 - ARM-918.165; S 241v (impresso).

DREYS, Nicolau - *Notícia Descritiva da provincia do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro, J. Villeneuve, 1839. ARM-918.165; D778 (impresso).

PINHEIRO, José Feliciano Fernandes - *Annaes da Capitania de S. Pedro*. Rio de Janeiro, Impressão Régia, 1819. ARM-981.65; F363 (impresso).

SILVA, Domingos Araujo e - *Diccionario Historico e Geographico da Provincia de S. Pedro ou Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro, Laemert, 1865. ARM-981.6503; A663 (impresso).

1.2 - Biblioteca Nacional - Rio de Janeiro

COUTY, Louis - *Le Maté et les Conservees de Viande. Rapport à Son excelente Monsieur le Ministre de l'Agriculture et du Commerce, sur sa mission dans les provinces du Paraná, Rio Grande et les Etats du Sud*. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1880. S.L.R., 103,5,4 (impresso).

1.3 - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Rio de Janeiro

RECENSEAMENTO Brasileiro de 1872 (impresso).

1.4 - Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul - Porto Alegre

CORRESPONDÊNCIA ativa da Câmara Municipal de Pelotas. Pelotas, 1832/1835, lata 116 (manuscritos).

CORRESPONDÊNCIA ativa da Câmara Municipal de Pelotas. Pelotas, 1844/1888, lata 117 (manuscritos).

CORRESPONDÊNCIA ativa da Câmara Municipal de Pelotas. Pelotas, 1890, lata 117 (manuscritos).



DOCUMENTAÇÃO da Provedoria Real: guias diversas, guias do sal e diversos papéis. d.l., Órgãos Fazendários, M.11 a 19, Cx. 6 a 10; M.1 a 4, Cx. 11 a 13, 1790/1803 (manuscritos).

DOCUMENTAÇÃO da Junta da Fazenda Real: portarias, requerimentos, ofícios, correspondência, guias diversas e provisões. d.l., Órgãos Fazendários, Docs. nº 1 a 499, M.1, Cx. 11 (manuscritos).

DOCUMENTAÇÃO da Junta da Fazenda Real: portarias, requerimentos, ofícios, correspondência, guias diversas e provisões. d.l., Órgãos Fazendários, Docs. nº 1 a 363, M.2, Cx.11, 1804; nº 1 a 453, M.3, Cx.12, 1805; nº 1 a 303, M.4, Cx.13, 1806; nº 1 a 401, M.5, Cx.13, 1807 (manuscritos).

DOCUMENTAÇÃO da Junta da Fazenda Real: portarias, requerimentos, ofícios, representações, guias diversas, tabelas e balanços. d.l., Órgãos Fazendários, docs. nº 1 a 436, M.6, Cx.13, 1808; nº 1 a 618, M.7, Cx.14, 1809; nº 1 a 566, M.8, Cx.14/15, 1810; nº 1 a 492, M.9, Cx.15, 1812; nº 1 a 900, M.10, Cx.15/16, 1813; nº 1 a 663, M.11, Cx.16/17, 1814; nº 1 a 650, M.12, Cx.18, 1815; nº 1 a 515, M.13, Cx.19, 1816; nº 1 a 529, M.14, Cx.20, 1817; nº 1 a 418, M.15, Cx.20/21, 1818; nº 1 a 500, M.16, Cx.22, 1819; nº 1 a 295, M.17, Cx.22/23, 1820; nº 1 a 1142, M.18, Cx.23/24, 1821; nº 1 a 1012, M.19, Cx.25, 1822; nº 1 a 975, M.20/20A, Cx.27/28, 1823; nº 1 a 762, M.21, Cx.29, 1824; nº 1 a 847, M.22, Cx.29/30, 1825; nº 1 a 1153, M.23/23A, Cx.31/32, 1826 (manuscritos).

DOCUMENTAÇÃO da Junta da Fazenda Real: portarias, requerimentos, ofícios, representações, guias diversas, tabelas e balanços, ordens do Tesouro, almoxarifados, orçamentos diversos, mesas fiscais, alfândegas e diversos papéis. d.l., Órgãos Fazendários, docs. nº 1 a 728, M.23, Cx.30/32, 1826; nº 1 a 1241, M.24/24A, Cx.32/34, 1827; nº 1 a 1383, M.25/25A, Cx.34/36, 1828; nº 1 a 1118, M.26/26B, Cx.36/39, 1829; nº 1 a 1326, M.40/41, Cx.40/41, 1830; nº 1 a 1190, M.28/28A, Cx.41/43, 1831; nº 1 a 1319, M.29/29A, Cx.44/45, 1832; nº 1320 a 3199, M.29B/29D, Cx.46/48, 1833 (manuscritos).

DOCUMENTAÇÃO da Inspetoria da Fazenda: alfândegas e mesas de renda do Rio Grande, Porto Alegre, S. José do Norte. d.l., Órgãos Fazendários, M.1 a 23A, Cx.49 a 94, 1834 a 1859 (manuscritos).

CENSOS da Província do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Estatística, 1803-1862, lata 531 (manuscritos).

MAPAS estatísticos da população livre da província e levantamento geral da população. Porto Alegre, Estatística, 1846, lata 531 (manuscrito).

- DADOS estatísticos relativos a escravos fugidos. Porto Alegre, Estatística, 1850, lata 531 (manuscritos).
- DOCUMENTOS diversos da Comissão de Recenseamento em Rio Grande. Rio Grande, Estatística, 1872, lata 532 (manuscrito).
- ALFÂNDEGA de Porto Alegre. Órgãos Fazendários, 1810/1906, M.1 a 4 (manuscritos).
- ALFÂNDEGA de Rio Grande. Órgãos Fazendários, 1803/1900, M. 1 a 7 (manuscritos).
- ALFÂNDEGA de S. José do Norte. Órgãos Fazendários, 1828/1858 (manuscritos).
- ALFÂNDEGA de S. Borja. Órgãos Fazendários, 1847/1850 (manuscritos).
- ALFÂNDEGA de Uruguaiana. Órgãos Fazendários, 1847/1891 (manuscritos).
- RELATÓRIOS e Palas dos Presidentes da Província do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1859 a 1889, Cx. 96 a 99 (impressos).
- LEGISLAÇÃO da Província do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Leis, 1850 a 1889, livros 144 a 199 (impressos).
- COLEÇÃO da Legislação Portuguesa. Lisboa, Leis, 1750 a 1820, livros 686 a 692 (impressos).
- COLEÇÃO das Leis do Brasil. Rio de Janeiro, Leis, 1816 a 1890, livros 696 a 828 (impressos).
- QUADRO Estatístico e Geographico da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul por Antonio Eleutério de Camargo. 1803-1868, lata 90 (impressos).
- APPENSO do Quadro Estatístico e Geographico da Província do Rio Grande do Sul por Antonio Eleutério de Camargo. 1803-1868, lata 90 (impressos).

1.5 - Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul - Porto Alegre

PROCESSOS do Inventário do Cartório de Órgãos e Provedoria. Pelotas, 1820 a 1915 (manuscritos).

- PROCESSOS de Inventário do 1º Cartório do Cível e Crime. Pelotas, 1820 a 1915 (manuscritos).
- PROCESSOS de Inventário do 2º Cartório do Cível e Crime. Pelotas, 1820 a 1915 (manuscritos).
- PROCESSOS de Inventário do Cartório de Órfãos e Provedoria. Rio Grande, 1779 a 1910 (manuscritos).
- PROCESSOS de Inventário do 1º Cartório do Cível e Crime. Rio Grande, 1800 a 1910 (manuscritos).
- PROCESSOS de Inventário do 1º Cartório de Órfãos e Ausentes. Porto Alegre, 1800 a 1910 (manuscritos).
- PROCESSOS de Inventário do 2º Cartório de Órfãos e Ausentes. Porto Alegre, 1800 a 1910 (manuscritos).
- INVENTÁRIO de José Pinto Martins. Pelotas, nº 114, M.10, E.25, Cartório de Órfãos e Provedoria, 1827 (manuscritos).
- INVENTÁRIO de José Pinto Martins. Rio Grande, nº 354, M.15, E.12, Cartório de Órfãos e Provedoria, 1832 (manuscritos).
- INVENTÁRIO de José Rodrigues Barcellos. Pelotas, nº 15, M.1, E.30, 1º Cartório do Cível e Crime, 1850 (manuscrito).
- INVENTÁRIO de João Simões Lopes. Pelotas, nº 366, M.26, E.25, 1º Cartório de Órfãos e Provedoria, 1853 (manuscrito).
- INVENTÁRIO de José Gomes de Vasconcellos Jardim. Porto Alegre, nº 99, M.7, E.2, 2º Cartório de Órfãos e Ausentes, 1854 (manuscrito).
- INVENTÁRIO de João Guerino Vinhas. Pelotas, nº 383, M.26, E.25, Cartório de Órfãos e Provedoria, 1854 (manuscrito).
- INVENTÁRIO de Albana dos Santos Barcellos. Pelotas, nº 406, M.28, E.25, Cartório de Órfãos e Provedoria, 1856 (manuscrito).
- INVENTÁRIO de Boaventura Rodrigues Barcellos. Pelotas, nº 409, M.28, E.25, Cartório de Órfãos e Provedoria, 1856.
- INVENTÁRIO de Bernardino Rodrigues Barcellos. Pelotas, nº 430, M.29, E.25, Cartório de Órfãos e Provedoria, 1857 (manuscrito).
- INVENTÁRIO de Mathilde da Silva Vinhas. Pelotas, nº 567, M.36, E.25, Cartório de Órfãos e Provedoria, 1862 (manuscrito).

- INVENTÁRIO de João Vinhas. Pelotas, nº 642, M.41, E.25, Cartório de Órfãos e Provedoria, 1867 (manuscrito).
- INVENTÁRIOS da Baronesa e do Barão de Butuhy. Pelotas, nº 647, M.41, E.25, Cartório de Órfãos e Provedoria, 1867/1877 (manuscritos).
- INVENTÁRIO de Carlota Baptista Teixeira. Pelotas, nº 733, M.44, E.25, Cartório de Órfãos e Provedoria, 1871 (manuscrito).
- INVENTÁRIO de Antonio José Gonçalves Chaves. Pelotas, nº 754, M.45, E.25, Cartório de Órfãos e Provedoria, 1871 (manuscrito).
- INVENTÁRIO de Maria Luiza Chaves. Pelotas, nº 770, M.46, E.25, Cartório de Órfãos e Provedoria, 1872 (manuscrito).
- INVENTÁRIO de Anibal Antunes Maciel. Pelotas, nº 815, M.48, E.25, 1872 (manuscrito).
- INVENTÁRIO de Mathilde Vinhas Lopes. Pelotas, nº 775, M.46, E.25, Cartório de Órfãos e Provedoria, 1873 (manuscrito).
- INVENTÁRIO de José Anibal Antunes Maciel. Pelotas, nº 85, M.3, E.30, 1º Cartório do Cível e Crime, 1875 (manuscrito).
- INVENTÁRIO de Honório Luiz da Silva. Pelotas, nº 111, M.6, E.28, Cartório de Órfãos e Provedoria, 1880 (manuscrito).
- INVENTÁRIO de Domingos Soares Barbosa. Pelotas, nº 943, M.54, E.25, Cartório de Órfãos e Provedoria, 1881 (manuscrito).
- INVENTÁRIOS de Antonio José da Silva Maria e Bernardina Soares Maia. Pelotas, nº 995, M.57, E.25, Cartório de Órfãos e Provedoria, 1884/1885 (manuscritos).
- INVENTÁRIO de João Maria Chaves. Pelotas, nº 1082, M.61, E.25, Cartório de Órfãos e Provedoria, 1887 (manuscritos).
- INVENTÁRIO de Boaventura Teixeira Barcellos. Pelotas, nº 157, M.5, E.33, 2º Cartório do Cível e Crime, 1890 (manuscrito).
- INVENTÁRIO de João Simões Lopes Neto. Pelotas, nº 1254, M.69, E.26, Cartório de Órfãos e Provedoria, 1893 (manuscrito).
- INVENTÁRIO do Barão de Corrientes. Pelotas, nº 217, M.6, E.34, 2º Cartório do Cível e Crime, 1897 (manuscrito).

- INVENTÁRIO do Barão de Jaraú. Pelotas, nº 228, M.6, E.33,  
2º Cartório do Cível e Crime, 1898 (manuscrito).
- INVENTÁRIO do Barão de S. Tecla. Pelotas, nº 210, M.6, E.30,  
1º Cartório do Cível e Crime, 1900 (manuscrito).
- INVENTÁRIO de José Maria da Fontoura. Pelotas, nº 1465,  
M.80, E.26, Cartório de Órfãos e Provedoria, 1902 (ma-  
nuscrito).
- INVENTÁRIO da Baronesa de S. Tecla. Pelotas, nº 308, M.9,  
E.30, Cartório de Órfãos e Provedoria, 1906 (manuscrito).
- INVENTÁRIO de José Bento de Campos Filho. Pelotas, nº  
1131, M.42, E.28, Cartório de Órfãos e Provedoria, 1911  
(manuscrito).
- PROCESSOS de Liquidação (Falências e Concordatas). Pelo-  
tas, 1º Cartório do Cível e Crime, 1830 a 1910 (manus-  
critos).
- PROCESSOS de Liquidação. Pelotas, 2º Cartório do Cível e  
Crime, 1830 a 1910 (manuscritos).
- FALÊNCIA de Francisco de Moraes Pinto. Pelotas, nº 658,  
M.18, E.30, 1º Cartório do Cível e Crime, 1832 (manus-  
crito).
- CONCORDATA de Manoel Sueiro Daltro. Pelotas, nº 2557, M.73,  
E.34, 2º Cartório do Cível e Crime, 1855 (manuscrito).
- FALÊNCIA de Lopes & Baptista. Pelotas, nº 674, M.19, E.30,  
1º Cartório do Cível e Crime, 1861 (manuscrito).
- FALÊNCIA de Vianna & Filho. Pelotas, nº 2568, M.74, E.34,  
2º Cartório do Cível e Crime, 1865 (manuscrito).
- FALÊNCIA de Domingos Soares Barbosa. Pelotas, nº 2571, M.  
75, E.34, 2º Cartório do Cível e Crime, 1866 (manuscri-  
to).
- FALÊNCIA de João Baptista Balbé. Pelotas, nº 2570, M.74,  
E.34, 2º Cartório do Cível e Crime, 1866 (manuscrito).
- CONCORDATA de Manoel Jacintho Lopes. Pelotas, nº 2582,  
M.75, E.34, 2º Cartório do Cível e Crime, 1874 (manus-  
crito).
- FALÊNCIA de Manoel Jacintho Lopes. Pelotas, nº 700, M.22,  
E.30, 1º Cartório do Cível e Crime, 1875 (manuscrito).
- FALÊNCIA de Leite, Irmão & Cia. Pelotas, nº 731, M.27,  
E.30, 1º Cartório do Cível e Crime, 1892 (manuscrito).

- FALENCIA de Maia & Cia. Pelotas, nº 710, M.23, E.30, 1º  
Cartório do Cível e Crime, 1897 (manuscrito).
- FALENCIA de Ataliba Borges. Pelotas, nº 716, M.25, E.30,  
1º Cartório do Cível e Crime, 1900 (manuscrito).
- FALENCIA de Conceição & Cia. Pelotas, nº 736, M.27, E.30,  
1º Cartório do Cível e Crime, 1900 (manuscrito).
- FALENCIA de Ernesto Torres. Pelotas, nº 721, M.26, E.30,  
1º Cartório do Cível e Crime, 1901 (manuscrito).

1.6 - Biblioteca Pública - Porto Alegre

- AVÉ-LALLEMANT, Roberto - *Viagem pelo sul do Brasil no ano de 1850*. 1ª parte. Trad. do Instituto Nacional do Livro da edição de Leipzig de 1859. Rio de Janeiro, MEC/Instituto Nacional do Livro, 1953. 398p. (impresso).
- ISABELLE, Arsène - *Viagem ao Rio Grande do Sul (1833-1854)*. Trad. de Dante de Laytano. Porto Alegre, SEC/RS, 1946 (impresso).
- ANAIS da Assembléia Provincial do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1850/1889 (impressos).
- ANAIS da Assembléia Provincial do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, sessões de 9 de outubro de 1851, 2 de outubro de 1862, 4 de novembro de 1862, 2 de abril de 1863 e 19 de novembro de 1885 (impresso).

1.7 - Museu de Comunicação Social "Hipólito José da Costa"  
- Porto Alegre

- JORNAL "Diário de Porto Alegre". Porto Alegre, s.nº, 1º de janeiro de 1827 a 17 de janeiro de 1828 (impresso).
- JORNAL "O Constitucional Rio-Grandense". Porto Alegre, nº 1 a 282, 5 de julho de 1828 a 26 de março de 1831 (impresso).

JORNAL "O Amigo do Homem e da Pátria". Porto Alegre, nº 10 a 148, 4 de agosto de 1829 a 14 de agosto de 1830 (impresso).

JORNAL "O Propagador da Indústria Nacional". Rio Grande, nº 1 a 98, 30 de janeiro de 1833 a 8 de fevereiro de 1834 (impressos).

JORNAL "O Analista". Porto Alegre, nº 1, 29 de julho de 1840; nº 1, 7 de agosto de 1840 (impressos).

JORNAL "Estrella do Sul". Alegrete, nº 1 a 3, 4 a 15, de março de 1843 (impresso).

JORNAL "A Sentinela do Sul". Porto Alegre, nº 1 a 70, 7 de julho de 1867 a 8 de novembro de 1868 (impressos).

JORNAL "A Estrela do Sul". Porto Alegre, nº 1 a 5, 5 de outubro de 1862 a 2 de novembro de 1862 (impressos).

JORNAL "O Comércio". Porto Alegre, nº 27, 107, 121, 167, 5 de maio de 1840 a 7 de setembro de 1841 (impressos).

1.8 - Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul - Porto Alegre

ANUÁRIO DA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre, Gundlach, 1884 (impresso).

ANUÁRIO DA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre, Gundlach, 1885 (impresso).

ANUÁRIO DA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre, Gundlach, 1886 (impresso).

ANUÁRIO DA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre, Gundlach, 1887 (impresso).

ANUÁRIO DA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre, Gundlach, 1888 (impresso).

ANUÁRIO DA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre, Gundlach, 1889 (impresso).

ANUÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre, Gundlach, 1890 (impresso).

ANUÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre, Gundlach, 1891 (impresso).

ANUÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre, Gundlach, 1892 (impresso).

ANUÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre, Gundlach, 1893 (impresso).

ANUÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre, Gundlach, 1894 (impresso).

ANUÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre, Gundlach, 1895 (impresso).

### 1.9 - Outras fontes primárias

GONÇALVES CHAVES, Antonio José - *Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública do Brasil*. Reed. do original de 1821. Porto Alegre, ERUS/Cia. União de Seguros Gerais, 1978 (impresso).

HERRERA y OBES, Lucas - *Questiones económicas. La crisis del trabajo en el Uruguay - 1885*. Reed. do original de 1885. Montevideo, mime., 1970.

AZARA, Félix de - "Memória rural do Rio da Prata". Reedição do original de 1847. In: FREITAS, Décio - *O capitalismo pastoril*. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.

ROSCIO, Francisco João - "Compendio Noticioso". Reedição do original de 1774/1775. In: FREITAS, Décio - *O capitalismo pastoril*. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.

BERTAMIO, Sebastião Francisco - "Notícia particular do Continente do Rio Grande". Reedição do original de 1780. In: FREITAS, Décio - *O capitalismo pastoril*. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.



## 2. FONTES SECUNDÁRIAS

2.1 - Trabalhos de orientação teórico-metodológica

BARTRA, Roger - "Sobre la articulación de modos de producción en América Latina". In: *Historia y Sociedad*. Nº 5. México, 1975.

CARDOSO, Ciro F.S. - *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis, Vozes, 1979.

\_\_\_\_\_ - "Escravidão e dinâmica da população escrava nas Américas". In: *Estudos Econômicos*. Vol. 13, nº 1. Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo, 1983.

\_\_\_\_\_ - "Sociólogos nos domínios de Clio". In: *Tempo e Sociedade*. Niterói, UFF/Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 1982.

CARDOSO, Ciro F.S. e PÉREZ BRIGNOLI, Héctor - *Historia económica de América Latina*. Barcelona, Editorial Crítica, 1979, tomo II.

\_\_\_\_\_ - *Os métodos da História*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

CASTRO, Antonio Barros de - "A economia política, o capitalismo e a escravidão". In: AMARAL LAPA, J.R. do (org.) - *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1980.

\_\_\_\_\_ - "Em torno à questão das técnicas no escravismo". Comunicação mimeografada. Rio de Janeiro, 1976.

GENOVESE, Eugene - "The comparative focus in Latin American History". In: *Red and black*. New York, Pantheon Books, 1975.

GORENDER, Jacob - *O escravismo colonial*. 3ª ed. São Paulo, Ática, 1980.

\_\_\_\_\_ - "Questionamentos sobre a teoria econômica do escravismo colonial". In: *Estudos Econômicos*. Vol. 13, nº 1. Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo, 1983.

HUNT & SHERMAN - *História do pensamento econômico*. 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 1978.

KULA, Witold - *Problemas y métodos de la historia económica*. Trad. de M. Bustamante. Barcelona, Ed. Península, 1973.

LAUTIER, Bruno - "La subsunción formal del trabajo al capital". In: *Estudios Sociales Centroamericanos*. Año V. Nº 13. Programa Centroamericano de Desarrollo de las Ciencias Sociales. 1976.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de - "Aspectos ideológicos da escravidão". In: *Estudos Econômicos - Economia Escravista Brasileira*. Vol. 13, nº 1. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas/USP, 1983.

SOBOUL, A. - "Descrição e medida em História Social". In: LABROUSSE, E. et alii - *A História Social. Problemas, fontes e métodos*. Lisboa, Ed. Cosmos, 1973.

WEBER, Max - *Historia econômica general*. 2ª ed. México, Fondo de Cultura Económica, 1956.

WILLIAMS, Eric - *Capitalismo e escravidão*. Rio de Janeiro, Editora Americana, 1975.

VILAR, Pierre - *Crecimiento y desarrollo. Economía y historia. Reflexiones sobre el caso español*. Barcelona, Editorial Ariel, 1976.

\_\_\_\_\_ - *Ouro e moeda na história 1450-1920*. Trad. de Philomena Gibran. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

## 2.2 - Trabalhos sobre a história econômica, social e política do Brasil

AMARAL LAPA, José Roberto de (org.) - *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1980.

BARRETO, Antonio Emilio Muniz - "Evolução histórica do comércio argentino-brasileiro (1800-1930)". Tese mimeografada. São Paulo, Faculdade de Economia e Administração/USP, 1972.

CASTRO, Antonio Barros de - *Sete ensaios sobre a economia brasileira*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1977. 2v.

CONRAD, Robert - *Os últimos anos da escravidão no Brasil-1850/1888*. Trad. de Fernando de Castro Ferro. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

FERNANDES, Florestan - "A sociedade escravista no Brasil". In: *Círculo Fechado*. São Paulo, Ed. Hucitec, 1976.

- FURTADO, Celso - *Formação econômica do Brasil*. 18ª ed. São Paulo, Editora Nacional, 1982.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de - *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1956.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer - *História político-administrativa da agricultura brasileira - 1808/1889*. s.n.t.
- MATTOSO, Kátia de Queirós - *Ser escravo no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- MELLO, Pedro Carvalho de e SLENES, Robert W. - "Análise econômica da escravidão no Brasil". In: NEHAUS, Paulo, coord. - *Economia brasileira: uma visão histórica*. Rio de Janeiro, Campus, 1980.
- PRADO JÚNIOR, Caio - *Formação do Brasil contemporâneo (colônia)*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1945.
- \_\_\_\_\_ - *História econômica do Brasil (1500-1820)*. 3ª ed. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1953.
- SIMONSEN, Roberto C. - *História econômica do Brasil 1500-1820*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1957.
- SINGER, PAUL - *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1968.
- SLENES, Robert W. - "O que Rui Barbosa não queimou: Novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX". In: *Estudos Econômicos*. Vol.13, nº 1. Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo, 1983.

### 2.3 - Trabalhos sobre a história econômica, social e política do Rio Grande do Sul

- ABREU E SILVA, F.de - "O gado bovino e sua influência na antropogeografia do Rio Grande do Sul". In: *A Província de S. Pedro*. nº 11. Porto Alegre, Livraria do Globo, 1848.
- BAKOS, Margaret M. - *RS: Escravidão & Abolição*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982.
- BARCELOS, R. de - "Esboço da formação social do Rio Grande". In: *A Província de S. Pedro*. nº 3. Porto Alegre, Livraria do Globo, 1945.

- BUESCU, Mircea - "Legitimação econômica da ocupação do Rio Grande de S. Pedro". In: *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976)*. 29 vol. IHGB/Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Rio de Janeiro, Centro de Serviços Gráficos do IBGE, 1979.
- CARDOSO, Fernando Henrique - *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- CESAR, Guilhermino - *O contrabando no sul do Brasil*. Caxias do Sul/Porto Alegre, Universidade de Caxias do Sul/Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1978.
- \_\_\_\_\_ - "Ocupação e diferenciação do espaço". In: *RS: Economia e Política*. Org. de José Hildebrando Dalcanal e Sergius Gonzaga. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979.
- COUTY, Louis - *Le Maté et les Conserve de Viande. Rapport à son excellence Monsieur le Ministre de l'Agriculture e du Commerce sur la mission dans les Provinces du Paraná, Rio Grande et les États du Sud*. Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1880.
- DOCCA, E. F. de Souza - *História do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro, Edição de Organizações Simões, 1954.
- DOMINGUES, Moacyr - *A Colônia do Sacramento e o sul do Brasil*. Porto Alegre, Sulina, 1973.
- FERRREIRA FILHO, Artur - *História geral do Rio Grande do Sul (1603-1957)*. Porto Alegre, Ed. Globo, 1958.
- FLORES, Moacyr - *Modelo político dos Farrapos: as idéias políticas da revolução farroupilha*. 2ª ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982.
- FRANCO, Sérgio da Costa - "A Campanha". In: CARDOSO KREMER, Aldo et alii - *Rio Grande do Sul, Terra e Hum*. 2ª ed. Porto Alegre, Globo, 1969.
- FREITAS, Décio - *O capitalismo pastoril*. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.
- GIBSON, Loraine Slomp - "A pecuária: fator de integração do Rio Grande do Sul". In: *Enfoque*. Bento Gonçalves, Fundação Educacional da Região dos Vinhedos, ano 6, nº 28, agosto de 1978.
- GUILLIART, Jorge Salis - *A formação do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Livraria do Globo, 1935.

- HOFFMANN-HARNISCH, Wolfgang - *O Rio Grande do Sul*. 2ª ed. Trad. de A. Reymundo Schneider e Archibaldo Severo. Porto Alegre, Globo, 1952.
- LAYTANO, Dante de - "Alguns aspectos da história do negro no Rio Grande do Sul". In: *Rio Grande do Sul: imagem da terra gaúcha*. Org. por Morency do Couto e Silva, Arthur Porto Pires e Leo Joronimo Schridrovitz. Porto Alegre, Kosmos, 1942.
- \_\_\_\_\_ - "O negro no Rio Grande do Sul". *Primeiro Seminário de Estudos Gaúchos*. Porto Alegre, PUC/RS, 1957.
- LAZZAROTTO, Danilo - *História do Rio Grande do Sul*. 4ª ed. Porto Alegre, Sulina, 1982.
- LEITMAN, Spencer L. - *Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos; um capítulo da história do Brasil no século XIX*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- LIMA, Ruy Cirne - *Pequena história territorial do Brasil. Semárium e terras devolutas*. Porto Alegre, Livraria Sulina Editora, 1954.
- LIMEIRA TEJO - "Contribuição à crítica da economia rio-grandense (I)". In: *Província de S. Pedro*. nº 1. Porto Alegre, Livraria do Globo, 1945.
- \_\_\_\_\_ - "Contribuição à crítica da economia rio-grandense (II)". In: *Província de S. Pedro*. nº 3. Porto Alegre, Livraria do Globo, 1945.
- LOVE, Joseph L. - *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1975.
- MACEDO, F. Riopardense de - *Ingleses no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Edições A Nação, 1975.
- MACHADO, Antonio Carlos - "A Charqueada". In: *Província de S. Pedro*. nº 8. Porto Alegre, Livraria do Globo, 1947.
- MAESTRI FILHO, Mário J. - "O escravo africano no Rio Grande do Sul". In: *RS: Economia & Política*. Org. de José Hildebrando Dalcanal e Sergius Gonzaga. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979.
- \_\_\_\_\_ - *Quilombos e quilombolas em terras gaúchas*. Porto Alegre/Caxias do Sul, EST/UCS, 1979.
- MOLLER, Geraldo - "Periferia e dependência nacional". Tese mimeografada, USP, 1972.
- OSÓRIO, Fernando Luis - *A cidade de Pelotas*. 2ª ed. Porto Alegre, Editora Globo, 1962.

PAIVA, Edvaldo Pereira e RIBEIRO NETO - "Uma cidade da zona pastoril rio-grandense (Uruguaiana)". In: *Província de S. Pedro*. nº 4. Porto Alegre, Livraria do Globo, 1946.

PESAVENTO, Sandra Jatahy - *História do Rio Grande do Sul*. 2ª ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982.

\_\_\_\_\_ - *República Velha gaúcha: charqueadas, frigoríficos e criadores*. Porto Alegre, Movimento, 1980.

PICCOLO, Helga I.L. - *A política rio-grandense no Segundo Império 1869-1882*. Porto Alegre, Edição do Gabinete de Pesquisa de História do Rio Grande do Sul - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UFGRS, 1974.

PIMENTEL, Fortunato - *Aspectos gerais de Pelotas*. Porto Alegre, Typ. Gundlach, 1940.

\_\_\_\_\_ - *Charqueadas e frigoríficos*. S.l., Livraria Continental, s.d.

PRUNES, Lourenço Mário - "O Rio Grande do Sul em 1820 através de Saint-Hilaire". In: *Província de S. Pedro*. nº 20. Porto Alegre, Livraria do Globo, 1955.

REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL. nº 8. Porto Alegre, Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1922.

ROCHE, Jean - *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Ed. Globo, 1969. 2v.

\_\_\_\_\_ - *L'Administration de la Province du Rio Grande do Sul de 1829 à 1897*. Porto Alegre, Gráfica da Universidade do Rio Grande do Sul, 1961.

RODIGER, Sebalt - *Colonização e propriedade de terras no Rio Grande do Sul - século XVIII*. Porto Alegre, Instituto Estadual do Livro, 1965.

SILVA, Elmar J.M. - "Ligações externas da economia gaúcha (1736-1890)". In: *RS: Economia e Política*. Org. de José Hildebrando Dalcanal e Sergius Gonzaga. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979.

SILVA, J. Pinto da - "A Capitania de S. Pedro no limiar do século XIX". In: *Província de S. Pedro*. nº 14. Porto Alegre, Livraria do Globo, 1949.

SOUZA, J.P. Coelho de - *Revolução Farroupilha - sentido e significado*. 2ª ed. Porto Alegre, Sulina, 1972.

SOUZA, Paulo Renato Costa - "Um modelo primário exportador regional: o caso do Rio Grande do Sul". Tese mimeografada. Faculdade de Economia Política/Universidade do Chile, Santiago, 1973.

SPALDING, Walter - *História de Porto Alegre por dois séculos*. Porto Alegre, Prefeitura Municipal, Edição Comemorativa do Bicentenário da Cidade, 1973.

\_\_\_\_\_ - "Pecuária, charque e charqueadores". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. nº 91-92, ano XXII, Porto Alegre, 1943.

XAVIER, Paulo - "A Estância". In: CARDOSO KREMER, Alda et alii - *Rio Grande do Sul Terra e povo*. 2ª ed. Porto Alegre, Globo, 1969.

#### 2.4 - Trabalhos relativos à história das Regiões Platinas

BARRAN, José P. e NAHUM, Benjamin - *Historia rural del Uruguay moderno*. Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, 1968. Tomos II e III.

BENVENUTO, Luis C. - *Breve historia del Uruguay*. Buenos Aires, EUDEBA, 1967.

CADY, John - *La intervención extranjera en el Río de la Plata*. Buenos Aires, 1943.

CORTES CONDE, R. e GALLO, Esquivel - *La formación de la Argentina moderna*. Buenos Aires, Editorial Paidós, 1967.

DEVOTO, Juan E. e Alcira R. - *Historia de la República Oriental del Uruguay (1830-1930)*. Montevideo, El Siglo Ilustrado, 1945.

DOTTA, Mario et alii - *El Uruguay ganadero*. Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, 1972.

FERNES, H.S. - *La Argentina*. Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 1972.

FERRER, Aldo - *La economía argentina*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1977.

GILBERTI, Horacio C.E. - *El desarrollo agrario argentino*. Buenos Aires, Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1964.

JACOB, Raúl - "Algunas consideraciones acerca de la formación económica del Uruguay (1726-1930)". Mimeografado. Montevideo, CIEDUR, 1978.

- MONTOYA, A.J. - *Historia de los caladeros argentinos*. Buenos Aires, Editorial El Coloquio, 1970.
- ODDONE, Jacinto - *La burguesia terrateniente argentina*. Buenos Aires, Ediciones Libera, 1967.
- ORTIZ, Ricardo M. - *Historia económica de la Argentina*. Buenos Aires, Editorial Plus Ultra, 1974.
- PÉREZ BRIGNOLI, Héctor - "Agriculture capitaliste et commerce de grains en Argentine 1880-1955". Tese mimeografada. Institut d'Histoire Economique et Sociale. Université de Paris I. École Pratique des Hautes Études (VIe. Section). Paris, 1975.
- RODRIGUES, Socrates - *Monografía del Uruguay*. Montevideo, Velacio del Libro, 1928.
- VÁSQUES FRANCO, Guilherme - "Ingleses, ferrocarriles y frigoríficos". In: *Enciclopedia Uruguaya*. Montevideo, Editorial Arca, 1968.